www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2022 NÚMERO 21.561 • 62 PÁGINAS • R$ 3,00

Bolsonaro muda chefia da Petrobras

Divulgação/CBME

Divulgação/Flamengo

Em meio à alta de preços dos combustíveis, o presidente, que há meses vinha criticando a atuação da estatal, decidiu tirar o general Silva e Luna do comando. Na vaga do militar entra Adriano Pires (E), que estava no Centro Brasileiro de Infraestrutura. O governo também escolheu o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim (D), para presidir o Conselho da empresa. PÁGINA 28

O dilema do etanol

Combustível chega a custar R$ 2,25 a menos que a gasolina no DF. Mas técnicos sugerem planejamento antes de optar pelo produto nos postos. PÁGINA 31

Denúncias de corrupção derrubam Ribeiro do MEC

Quarto ministro da Educação do governo Bolsonaro, Milton Ribeiro foi exonerado ontem, em meio a um bombardeio político que vinha até mesmo de aliados do Palácio do Planalto. A demissão foi sacramentada após a revelação de que fotos do ministro e a dos dois pastores suspeitos de formarem um "gabinete paralelo" — Gilmar Santos e Arilton Moura — haviam sido impressas em *Bíblias* e distribuídas a fiéis de igrejas evangélicas. Ribeiro vinha resistindo a denúncias de ilegalidades na pasta há pelo menos 10 dias. O próprio presidente afirmou, na quinta-feira, que colocaria "a cara no fogo por ele". Mas a confiança acabou no fim de semana. Havia, ainda, a expectativa de que ele deixasse temporariamente o cargo, mas, diante do desgaste político do governo, o ministro caiu. PÁGINAS 2 E 3

Arquivo Pessoal

Laços infinitos

A ciência concorda: gêmeos têm uma ligação especial. Nayara (E) e Camilla, 34 anos, são exemplos desse elo que produz coincidências impressionantes. Grávidas de meninas, elas deram entrada no hospital no mesmo dia. As filhas, Alice e Sofia, nasceram com apenas uma hora de diferença. PÁGINA 54

Polícia vai reforçar ação nas escolas

Minervino Júnior/CB/D.A Press

A ampliação do policiamento dentro e nas áreas próximas aos colégios é uma das medidas contra o aumento da violência na rede pública, anunciadas (foto) ontem. Recentes casos de agressões preocupam o GDF, que planeja maior integração das secretarias de Educação e Segurança. Plano incentivará maior envolvimento das famílias e da comunidade.

PÁGINA 49

Censura
Lollapalooza leva a melhor sobre PL

Partido Liberal desistiu da ação no TSE contra as manifestações políticas no festival. Presidente do tribunal quer tema discutido logo em plenário.

PÁGINA 4

Eleições
Leite renuncia, mas segue no PSDB

Governador gaúcho Eduardo Leite deixará o cargo de olho na candidatura à Presidência, apesar de ter perdido as prévias do partido.

PÁGINA 26

Oscar: o fator Will Smith

Angela Weiss/AFP

Cerimônia marcada por agressão gerou polêmica nas redes sociais e nota de repúdio da Academia. Ator pede desculpas a Chris Rock.

Alopécia atinge 2% dos brasileiros

PÁGINAS 27 E 58

UCRÂNIA
Ativista salvou 240 crianças de orfanatos

Yuri Gordienko retirou menores de Kharkiv, cidade bombardeada no leste do país, e os levou até Chernivtsi, no oeste. "Cumpri com o meu dever cívico", contou ao **Correio**. PÁGINA 44

Estudo mostra rejeição pela Rússia entre latino-americanos

PÁGINA 45

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Busca por apoio rumo ao Buriti

Ex-secretário de Educação do DF no governo Ibaneis, Rafael Parente confirma pré-candidatura ao governo local pelo PSB. Ao *CB.Poder*, ele garantiu que a oposição não estará dividida nesta disputa. PÁGINA 50

R$ 110 milhões Mega-Sena: mais uma chance para virar milionário. PÁGINA 52

Denise Rothenburg Petrobras será o 1º embate entre Bolsonaro e Lula. PÁGINA 5

Luiz Carlos Azedo Para evitar desgaste eleitoral, Bolsonaro demite Ribeiro. PÁGINA 4

Ana Maria Campos PT-DF não espera por Lula e lança Rosilene ao Buriti. PÁGINA 50

Samanta Sallum Vigência de 1% do ITBI acaba na quinta-feira. PÁGINA 52

Mariana Fernandes Saúde do DF prepara concurso com mais de 380 vagas. PÁGINA 53

Severino Francisco Com ar de censura, decisão do TSE mirou os artistas. PÁGINA 51

ISSN 1808-2661

DIÁRIOS ASSOCIADOS

PODER

Milton Ribeiro sai queimado do MEC

Após dizer que colocava "a cara no fogo", Bolsonaro demite ministro acusado de manter "gabinete paralelo" com pastores

CLAUBER TOLEDO/PR

Em cinco dias, o presidente Bolsonaro saiu da defesa categórica de Milton Ribeiro para a exoneração: desgaste não valia a pena

Não havia mais palavra para manter o pastor Milton Ribeiro no governo de Jair Bolsonaro. A revelação de que exemplares da Bíblia foram distribuídos em julho de 2021, com fotos do então ministro e dos dois pastores suspeitos de formar um "gabinete paralelo" no Ministério da Educação, tornaram insustentável a permanência do pastor presbiteriano à frente da pasta. A pressão para afastar Milton Ribeiro já estava muito forte no fim de semana. Ontem, Ribeiro não resistiu às suspeitas e entregou a carta de demissão.

Os rumores sobre a queda de Ribeiro ficaram mais fortes na manhã de segunda-feira. Até então, especulava-se a possibilidade de ele apenas se licenciar do cargo para responder às investigações sobre o caso. No entanto, aliados convenceram o presidente Bolsonaro de que não valia a pena prosseguir com o desgaste.

Foi uma mudança e tanto na postura da Presidência. Na quinta-feira, o chefe do Planalto fez uma defesa categórica do então auxiliar da Educação. "O Milton, eu boto minha cara no fogo por ele. Estão fazendo uma covardia", disse Bolsonaro durante uma transmissão nas redes sociais.

Ontem, após reportagem do jornal *Estadão* sobre a distribuição de *bíblias* com fotos de Ribeiro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, o presidente não perdoou o ministro. Em uma associação de religião com política pública, o evento foi organizado pelo ministério em Salinópolis (PA), cidade a 220 km de Belém. O encontro reuniu prefeitos e secretários municipais e contou com a presença do próprio titular da pasta e dos pastores.

Depois do evento, Milton Ribeiro aprovou a construção de uma escola no município por meio do firmamento de um termo de compromisso com a prefeitura no valor de R$ 5,8 milhões.

No ápice da crise política, na tarde de ontem, Milton Ribeiro foi chamado para uma reunião no Palácio do Planalto. No encontro, o titular do MEC entregou a carta de demissão, que refutou as acusações. A demissão foi publicada na edição desta segunda-feira do *Diário Oficial da União* (DOU). Segundo o documento, a exoneração ocorreu "a pedido" de Ribeiro.

Durante o fim de semana, aliados e pastores próximos ao governo calcularam os efeitos de uma eventual saída de Ribeiro. Ainda acreditava-se que um afastamento seria suficiente para abaixar a temperatura, temporariamente. Essa convicção a respeito da inocência do então ministro estaria registrada na expressão "Até breve", que constava na primeira versão da carta que seria entregue ao Planalto. Mas essa estratégia naufragou, ante o peso das suspeitas de corrupção no governo de Jair Bolsonaro.

Milton Ribeiro assumiu o comando do MEC em 16 de julho de 2020, após uma série de crises na liderança da pasta. Desde o começo do governo Bolsonaro, o ministério vinha sendo alvo de disputas pelo seu comando. Em jogo, está o terceiro maior orçamento do governo federal, estimado em R$ 159 bilhões.

"Não temos nada"

A queda do ministro Milton Ribeiro coloca em xeque o discurso do presidente Jair Bolsonaro de que não há corrupção no governo. No ano passado, durante a CPI da Covid, as denúncias de que se negociava propina de US$ 1 por dose fragilizaram ainda mais a política de enfrentamento do governo contra a pandemia.

O deputado Giovani Cherini (PL-RS), vice-líder do partido na Câmara, reitera que ainda não há comprovação nenhuma dos fatos, e que o governo continua sem corrupção. "Por mais que alguns setores da oposição e da imprensa procurem bastante para ver se conseguem mudar essa imagem, por enquanto não temos nada", apontou.

Para o cientista político Rodrigo Gallo, o ministro Milton Ribeiro não foi demitido pelo presidente Bolsonaro, mas sim pelo candidato à reeleição Jair Bolsonaro. "Provavelmente ele foi convencido de que precisaria enfrentar essa crise de olho nos efeitos negativos da divulgação dos áudios para sua candidatura", analisou.

Este discurso, na visão do mestre em ciência política e professor da pós-graduação do Ibmec-DF Danilo Morais, é corroborado pela falta de investigações no governo Bolsonaro, gerando impressão enganosa de que não há casos de corrupção. "A corrupção é um fenômeno sistêmico, enraizado e que certamente segue operando", destacou.

O cientista político André Rosa acredita que uma investigação poderia deslocar apoiadores para candidatos da terceira via. "A instalação de mais uma CPI se somará à CPI da Covid-19 e, sendo assim, a depender da maneira que for explorada pelos meios de comunicação, poderá deslocar apoiadores para candidatos postulantes à terceira via insatisfeitos com o atual presidente da República", projetou. (**Luana Patriolino, Cristiane Noberto, Taísa Medeiros, Ingrid Soares, Deborah Hana Cardoso e Victor Correia**)

O Milton, eu boto minha cara no fogo por ele. Estão fazendo uma covardia"

Jair Bolsonaro, *presidente da República, na última quinta-feira*

"Jamais pratiquei qualquer ato de gestão que não fosse pautado pela legalidade, pela probidade e pelo compromisso com o Erário."

Milton Ribeiro, *em trecho da carta de demissão*

"Descobri no final de outubro de 2021 que *Bíblias* com minha imagem foram distribuídas em outros eventos sem a minha autorização."

Milton Ribeiro, *nas redes sociais*

"É vergonhoso ver um pastor misturar o sagrado com o profano. Nós evangélicos não aceitamos mistura da igreja com o Estado"

Sóstenes Cavalcante, *deputado federal (PL-RJ) e presidente da Frente Parlamentar Evangélica*

"Vergonha total! Ministro da Educação em foto com a esposa em *Bíblia* de pastor lobista do MEC. Tem que ser demitido para nunca mais voltar!"

Silas Malafaia, *pastor*

"É de um amadorismo sem tamanho um ministro de Estado permitir sua foto nas páginas de uma *Bíblia*, e pior, saber que será distribuída em evento político!"

Marco Feliciano, *deputado federal (PL-SP)*

Ex-ministro pode ir ao Congresso

Milton Ribeiro não faz mais parte do governo Bolsonaro, mas ainda poderá dar esclarecimento sobre o "gabinete paralelo" montado sob sua administração à frente do Ministério da Educação. Na condição de convidado, ele poderá comparecer à Comissão de Educação do Senado para responder às denúncias. A sessão está marcada para a próxima quinta-feira, porém o comparecimento dependerá do pastor.

Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), autor do requerimento de convite, a ação do Congresso Nacional e o constrangimento público estão servindo "para que esses processos sejam interrompidos em plena operação".

De acordo com o senador, o pedido de exoneração seria apenas para tentar dizer que não existe corrupção no governo. O parlamentar comparou o movimento a outras pastas, como Saúde e Justiça, que já tiveram ministros exonerados para evitar a arguição.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), define como um "escândalo" a recente crise no MEC. "É algo com impacto eleitoral, envolvendo educação, propina e a base evangélica, que é tão estratégica para o Bolsonaro", afirmou o parlamentar.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) avalia que o governo Bolsonaro é "mergulhado na corrupção desde o início", e cita como exemplos o Caso Queiroz e as denúncias de rachadinha. "A corrupção é a marca do governo Bolsonaro. Eu não acredito na viabilidade da candidatura dele, que hoje se esforça para manter os 20% de intenção de voto que já tem. Bolsonaro está mais preocupado em não ser preso", disse.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), também comentou a saída do titular do MEC. "O presidente Bolsonaro, na live da semana passada, disse que colocaria a "cara no fogo" pelo ministro Milton Ribeiro, mesmo depois das graváíssimas denúncias. Hoje (Ontem), o ministro pede o afastamento do cargo. O que mudou de lá para cá?", questionou o parlamentar.

"Nós já entendemos as articulações e o *modus operandi* no MEC, e sabemos que não virá algo melhor para o comando da pasta. Sem dúvida, a saída é um respiro e um sinal de vitória não só da bancada da educação no Congresso, mas da sociedade civil estarrecida com as denúncias dos últimos dias. No MEC, eles têm podido muito, mas não podem tudo!", finalizou Israel Batista.

Catarina Chaves/MEC

Ribeiro em evento do MEC: *Bíblia* com a foto do ministro

» Caso está na PF, no MPF e no TCU

O escândalo que culminou na saída de Milton Ribeiro do Ministério da Educação não repercutiu apenas no Congresso Nacional. O caso está na Polícia Federal, no Ministério Público Federal (MPF) e no Tribunal de Contas da União (TCU). Com base nas reportagens, o MPF pediu abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação com os dois pastores por suposta prática de crimes. A repercussão também é muito grande nos meios evangélicos. Diversos líderes religiosos têm condenado as práticas denunciadas no Ministério da Educação.

PODER

Cargo nas mãos do Centrão

Possíveis substitutos de Milton Ribeiro são egressos dos quadros do PL e do PP, partidos da base de sustentação do governo

Com a saída de Milton Ribeiro do Ministério da Educação, assume interinamente o secretário-executivo da pasta, Victor Godoy, até que o presidente Jair Bolsonaro escolha um substituto definitivo. Servidor de carreira da Controladoria-Geral da União (CGU) desde 2004, no qual atuou como auditor fiscal e chefe de divisão, ele ocupa o segundo cargo do ministério em julho de 2020. Será o quinto ministro da Educação desde o início do governo de Jair Bolsonaro.

O servidor é formado em Engenharia de Redes de Comunicação de Dados, com pós-graduação em Altos Estudos em Defesa Nacional pela Escola Superior de Guerra (ESG); em Globalização, Justiça e Segurança Humana pela Escola Superior do Ministério Público, em parceria com duas universidades internacionais.

A indicação do secretário-executivo para ser ministro partiu de Milton Ribeiro e foi comunicada ao presidente Bolsonaro ainda no final de semana. Contudo, outros dois nomes, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Ponte, e o diretor de Ações Educacionais também do Fundo, Garigham Amarante Pinto, são cogitados para assumir o cargo.

Os dois nomes são ligados ao Centrão. Ponte foi chefe de gabinete do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, presidente licenciado do PP. Garigham foi assessor do PL, partido ao qual Bolsonaro é filiado. Ambos deixaram as legendas para assumir os cargos no FNDE.

A exoneração de Milton Ribeiro, que não é filiado a qualquer agremiação política, abre brecha para que o Centrão ocupe o MEC. O interesse do bloco partidário está no volume de orçamento e na capilaridade de ações da pasta nos municípios do país.

Capilaridade

Em ano eleitoral, o comando do MEC é visto como um ativo importante para viabilizar candidaturas em cidades do interior. O órgão ainda é responsável pela regulação da criação e funcionamento de instituições de ensino superior privadas, um mercado bilionário no país.

Milton Ribeiro ficou menos de dois anos à frente do MEC. Em sua passagem, acumulou episódios polêmicos até cair por suspeita de corrupção. São conhecidas suas declarações homofóbicas. Em uma entrevista, disse que homossexualidade está associada a "famílias desajustadas". A frase resultou na abertura de uma ação pela Procuradoria Geral da República.

No início de março, Ribeiro voltou a comentar sobre diversidade. "Nós não vamos permitir que a educação brasileira vá por um caminho de tentar ensinar coisa errada para as crianças. Coisa errada se aprende na rua. Dentro da escola, a gente aprende o que é bom, o correto, o civismo, o patriotismo", afirmou o ministro que sai do governo por suspeita de corrupção. (**Luana Patriolino, Cristiane Noberto, Taísa Medeiros, Ingrid Soares, Deborah Hana Cardoso e Victor Correia**)

Reprodução/redes sociais

Milton Ribeiro com os pastores Arilton Moura (ao fundo) e Gilmar Santos, num culto em Goiânia: ministro nega irregularidades

> **Não vamos permitir que a educação brasileira vá por um caminho de tentar ensinar coisa errada para as crianças. Coisa errada se aprende na rua"**
>
> ***Milton Ribeiro,*** *no início de março, em evento para merendeiras*

Luis Fortes/MEC

Victor Godoy, secretário executivo do MEC, assume a pasta

Linha do tempo

Relembre o histórico do escândalo dos 'Pastores do MEC'

18 de março

Jornal O Estado de São Paulo revela a existência de um gabinete paralelo dentro do MEC liderado pelos pastores Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura.

21 de março

Reportagem da Folha de S. Paulo divulga áudio no qual o ministro da Educação diz priorizar pedidos de prefeituras para liberação de verbas, a pedido de Bolsonaro.

22 de março

Prefeito de Luis Domingues, Gilberto Braga (PSDB), afirma que Arilton Moura teria cobrado R$ 15 mil para interceder a favor da prefeitura na pasta. O pastor ainda teria exigido 1kg de ouro após o pagamento inicial.

23 de março

Prefeitos relatam que uma das formas de pagamentos indevidos aos dois pastores seria por meio da compra de exemplares da Bíblia.

24 de março

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, autoriza investigação contra Milton Ribeiro e pastores.

25 de março

Prefeito de Piracicaba (SP), Luciano Almeida (União), diz que recebeu pedido de dinheiro para que o município recebesse evento com a presença de Milton Ribeiro.

25 de março

Polícia Federal instaura inquéritos para investigar a atuação dos pastores na liberação de verbas do MEC.

28 de março

Estadão revela que exemplares da Bíblia com os retratos de Milton Ribeiro e dos pastores Gilmar dos Santos e Arilton Moura foram distribuídas em evento oficial do MEC.

28 de março

Milton Ribeiro pede demissão do cargo e é exonerado por Jair Bolsonaro.

Após sentir-se mal, Bolsonaro dá entrada no HFA

O presidente Jair Bolsonaro (PL) passou mal na noite de ontem e foi encaminhado ao Hospital das Forças Armadas (HFA). Segundo relatos, ele sofreu indisposição, dores na barriga e refluxo. Bolsonaro foi atendido por uma equipe médica do Palácio do Planalto e em seguida encaminhado para o HFA, onde passou por uma bateria de exames.

Há uma suspeita, na equipe médica, de que o presidente esteja com um novo quadro de obstrução intestinal. O chefe do Executivo era aguardado para a cerimônia de filiação de dois de seus ministros — Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Damares Alves (Família, Mulher e Direitos Humanos) ao Republicanos. Mas, devido ao mal-estar, ele não compareceu. Um parlamentar governista afirma que o presidente sentiu dores abdominais e foi ao HFA fazer novos exames.

Em janeiro deste ano, Jair Bolsonaro ficou dois dias internado no Hospital Vila Nova Star, na Zona Sul de São Paulo, devido a uma obstrução no intestino. Na ocasião, o médico que acompanha o presidente desde 2018, Antônio Luiz Macedo, disse que o problema tinha sido provocado por um camarão não mastigado corretamente. Desta vez, assessores palacianos afirmaram que Bolsonaro consumiu camarão novamente, há cerca de dois dias.

Por volta das 23h20, o chefe de segurança de Bolsonaro entrou no HFA, mas deixou o local sem o presidente.

Segundo apurou o **Correio**, Bolsonaro estava se sentindo mal desde o domingo. Nesse dia, o presidente discursou em um evento do Partido Liberal (PL) pela manhã, em Brasília. Por causa da indisposição do presidente, a organização do evento teria mudado a ordem dos discursos.

Durante a internação em janeiro, Bolsonaro foi aconselhado pelos médicos para ter mais atenção com os hábitos alimentares. Recomendaram, em particular, a importância de uma boa mastigação.

À época, os especialistas advertiram o presidente que ele poderia sofrer outras obstruções no futuro. Uma nova cirurgia não foi necessária porque o presidente teve boa resposta ao tratamento com sonda nasogástrica.

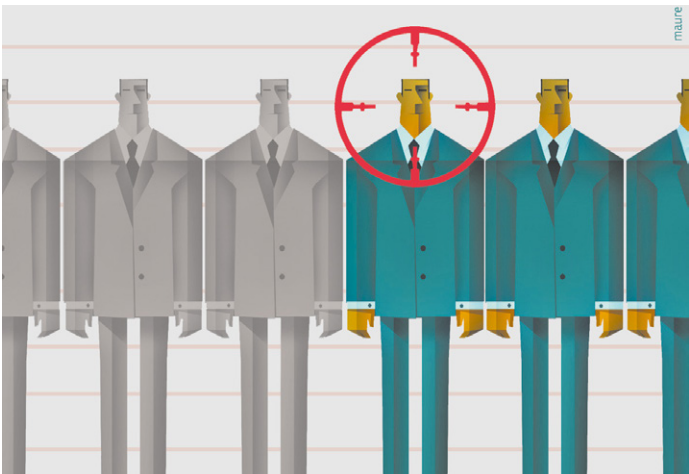
Na avaliação de médicos, quadros de obstrução intestinal como a de Jair Bolsonaro costumam demandar apenas tratamento clínico. Cirurgias são indicadas somente para alguns casos. (**LP e DHC**)

Déborah Hana Cardoso

Fachada do HFA: queixas do presidente desde domingo

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Bolsonaro exonera ministro para salvar a reeleição

O presidente Jair Bolsonaro exonerou, ontem, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, o quarto titular da pasta em seu governo. Pastor presbiteriano e professor, no comando do ministério desde julho do ano passado, não suportou o desgaste provocado pelas denúncias de que havia um gabinete paralelo no MEC, no qual dois pastores evangélicos supostamente distribuíam verbas oficiais em troca de propinas.

Ribeiro nega as acusações, que foram corroboradas por denúncias de prefeitos abordados pelos pastores Gilmar Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil Cristo Para Todos (Conimadb), e Arilton Moura, ligado à Assembleia de Deus. A queda do ministro ocorre uma semana após a revelação de uma gravação, pelo jornal Folha de São Paulo, na qual o ministro disse repassar verbas do ministério para municípios indicados por dois pastores, a pedido do presidente Jair Bolsonaro.

Ribeiro tentou desdizer a afirmação, para proteger Bolsonaro, mas o escândalo ganhou outra dimensão após prefeitos revelarem os pedidos de propinas, inclusive em barras de ouro. A reação negativa na opinião pública levou integrantes da própria base do governo a pedir a cabeça de Ribeiro, inclusive parlamentares ligados aos setores evangélicos.

As pesquisas de opinião também revelaram as denúncias já estavam começando a contaminar a imagem do presidente Jair Bolsonaro, além de terem saído de controle do Palácio do Planalto, porque o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu a abertura de investigações sobre o caso à Polícia Federal. Sem ocupar nenhum cargo no governo, os pastore participaram de reuniões com autoridades e encontros com Bolsonaro, além de fazerem a intermediação com prefeitos para liberação de recursos, o que por si só seria uma não-conformidade.

Nova postura

A exoneração do ministro Ribeiro foi uma mudança de postura de Bolsonaro, que costuma resistir à demissão de auxiliares quando sofrem denúncias da imprensa. Geralmente, elas só ocorrem quando o desgaste político começa realmente a incomodar os aliados do governo no Congresso, ainda mais em se tratando de um ministro alinhado ideologicamente com o presidente da República.

O Ministério da Educação é considerado estratégico por Bolsonaro, que estabeleceu como uma de suas prioridades combater a influência de intelectuais e educadores na política do educacional do governo. Essa orientação era preconizada pelo falecido escritor Olavo de Carvalho, que combatia o chamado "marxismo cultural", como chamava a história influência das ideias progressistas na cultura e na educação.

> AS PESQUISAS DE OPINIÃO TAMBÉM REVELARAM QUE AS DENÚNCIAS JÁ ESTAVAM COMEÇANDO A CONTAMINAR A IMAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ALÉM DE A CRISE TER SAÍDO DE CONTROLE

Santista, Ribeiro é graduado em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em direito constitucional pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, da qual foi vice-reitor. Pastor da Igreja Presbiteriana, chegou a ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por crime de homofobia. Ribeiro atribuiu a homossexualidade a "famílias desajustadas".

A dura reação às denúncias por parte da oposição e dos setores ligados á educação pública, gratuita e laica não foi a causa da demissão. As evidências de que existia um esquema de corrupção no Ministério da Educação, anterior até à chegada de Ribeiro, criaram um clima favorável à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito no Congresso para investigar o caso. O alarme de perigo à vista no Palácio do Planalto, do qual os dois pastores eram frequentadores habituais, selou o destino do ministro.

Um dos mantras do presidente Jair Bolsonaro e dos seus aliados é de que não há corrupção no governo. Nesse escândalo, marcado pelo simbolismo inédito do pedido de barra de ouro, o principal beneficiário eleitoral seria o ex-juiz Sérgio Moro, pré-candidato a presidente da República empunhando a bandeira da Lava-Jato.

Eduardo e Doria

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou ontem que está deixando o cargo. Em entrevista coletiva no Palácio Piratini, anunciou que pretende permanecer no PSDB. A decisão de Leite pôs uma saia justa no governador de São Paulo, João Doria, que está sendo pressionado a desistir da candidatura à Presidência, porque não deslancha nas pesquisas de opinião.

No domingo, em entrevista, Doria disse que as articulações para removê-lo da disputa em favor de Eduardo Leite são um golpe nas prévias do PSDB, nas quais foi escolhido. Ontem, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que apoia Doria, disse que o resultado das prévias deve ser respeitado. À época o governador paulista obteve 53,99% dos votos nas prévias, enquanto Leite registrou 44,66%. O ex-senador Arthur Virgílio ficou com 1,35% dos votantes.

POLÊMICA

Após desgaste, PL desiste de ação contra Lollapalooza

No sábado, o partido do presidente acionou a Justiça eleitoral contra festival de música por manifestação em prol de Lula, alegando campanha antecipada

» LUANA PATRIOLINO
» VICTOR CORREIA

O veto às manifestações eleitorais no Lollapalooza gerou o efeito contrário ao pretendido pelo Partido Liberal, do presidente Jair Bolsonaro. A legenda desistiu da ação contra o festival de música na noite de ontem, na qual, antes, acusava artistas e organizadores de propaganda eleitoral antecipada.

A ação conseguiu uma decisão provisória, dada de forma monocrática pelo ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu manifestações de cunho político durante os shows, realizados em São Paulo, no fim de semana.

O assunto também causou incômodo no presidente do TSE, Edson Fachin, que pretendia levar o caso com urgência ao plenário da Corte. O magistrado afirmou que o histórico da Corte é de defesa "intransigente" da liberdade de expressão. Decisões monocráticas são levadas para apreciação do tribunal pelo presidente do TSE, para os demais ministros manterem ou cancelarem a determinação.

A liminar do ministro Raul Araújo também determinou multa de R$ 50 mil para a organização do Lollapalooza caso artistas se manifestassem politicamente durante o evento. A determinação atendeu a uma ação do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, após manifestações da cantora Pabllo Vittar em prol do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante um show.

Os advogados mencionaram a realização de propaganda eleitoral irregular, mas, na noite de ontem, formalizaram a desistência da ação, por conta da repercussão negativa. Além de uma fatia da população, artistas, políticos e juristas se posicionaram contra a proibição alegando censura.

A retirada da peça atende a um pedido feito pelo próprio Bolsonaro, que acredita não ter sido consultado sobre a ação. O chefe do Executivo ficou enfurecido com o desgaste sofrido.

Em documento encaminhado à Corte eleitoral, a organização do evento afirmou não ter como cumprir a determinação que "veda manifestações de preferência política" durante a apresentação dos artistas, tampouco controlar e proibir o conteúdo das falas, visto que o show não foi contratado com o objetivo de "promover qualquer candidato ou influenciar na campanha eleitoral".

A organização ainda ressaltou que os episódios representam "o exercício regular da liberdade de expressão" e são manifestações de caráter pessoal e de responsabilidade exclusiva dos artistas.

Reprodução

PL entrou com ação após declaração da cantora Pablo Vittar em favor de Lula, na sexta

Fim de semana do barulho

Sábado
O Partido Liberal, do presidente Jair Bolsonaro, entra com uma ação no TSE por entender que as manifestações das cantoras Pabllo Vittar e Marina durante os shows no Lollapalooza, no dia anterior, se enquadram como propaganda eleitoral.

Domingo
Em decisão monocrática, o ministro Raul Araújo acatou o pedido. Políticos e artistas criticam a decisão do ministro do TSE. Eles apontaram censura na decisão do órgão e lembraram de ocasiões anteriores que manifestações pró-governo foram mantidas.

Segunda-feira
Após repercussão negativa e o pedido de urgência da apreciação da matéria pelo plenário do TSE, o Partido liberal desiste da ação contra o Lollapalooza por conta da repercussão negativa. A peça também causou a ira do presidente Jair Bolsonaro que teme ainda mais desgaste em seu governo.

Juristas opinam

Uma discussão jurídica se formou acerca do assunto. Especialistas ouvidos pelo **Correio** analisaram se a proibição à artista seria configurada censura ou realização de propaganda eleitoral irregular. Para o advogado Renato Ribeiro de Almeida, especialista em direito eleitoral, a decisão do TSE teria grandes chances de ser derrubada pelo próprio plenário da Corte.

"Primeiro, nós não temos, nesse caso, um comício. Ou seja, um evento promovido com o propósito de se fazer uma manifestação política, mas sim um evento artístico", apontou.

"Houve uma manifestação, mas é uma manifestação do artista que faz parte da sua própria performance. Não há como a Justiça Eleitoral coibir essa manifestação pró ex-presidente Lula, ou manifestação de qualquer outro artista", destacou.

Na avaliação do ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) Fábio Medina, a decisão inicial do magistrado do TSE foi correta. Para ele, a manifestação caracteriza, sim, propaganda eleitoral. "A liberdade de expressão não é absoluta, mas se dá nos limites da lei. Se [alguém] quiser promover campanha eleitoral, tem que realizá-la nos limites do TSE", afirmou Medina.

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) se manifestou contra a decisão e afirmou que vê com preocupação a proibição de uma manifestação política no festival. "A liberdade de expressão, por meio da manifestação espontânea e gratuita de ideias, é essencial para assegurar a continuidade de democrática e fomentar o debate público sobre eleições", diz.

Celso de Mello avalia decisão como totalitária

» MICHEL MEDEIROS
ESPECIAL PARA O **CORREIO**

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello classificou como "totalitária" e "despótica" a decisão do ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu protestos contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), durante os shows do festival Lollapalooza.

O magistrado fez uma alusão à obra *1984*, de George Orwell. "Impressionante e atual, na expressão de Orwell, a manifestação mais distópica da mais alta Corte Eleitoral", afirmou. "O TSE, com essa recentíssima decisão no caso do espetáculo Lollapalooza, ter-se-ia transformado em instrumento da vocação totalitária do 'Grande Irmão (Big Brother)? E passou, na novilíngua do Estado totalitário, a observar (e a respeitar) o lema autocrático 'Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força'?", completou.

Celso de Mello recordou a privação da liberdade e do livre pensamento, destacadas na obra. "O poder totalitário do Estado é sempre um poder cruel e cínico, que proíbe o cidadão de pensar e de livremente expressar o seu pensamento e que o submete a um regime de opressão, interditando o dissenso, vedando o debate e impedindo a livre circulação de ideias."

Para concluir, na nota encaminhada à revista Veja, o jurista deixou claro seu repúdio ao entendimento de Araújo. "Merece o repúdio dos que respeitam o regime democrático e a liberdade de manifestação do pensamento !."

Nelson Jr. /SCO/STF

Ministro aposentado manifestou repúdio ao entendimento favorável a proibição dos atos

Big Brother

O livro *1984*, escrito pelo autor George Orwell, conta a história de um homem de 39 anos que vive em uma sociedade distópica, num mundo dividido em três grandes potências: Laurásia, Lestásia e Oceania, onde vive Smith.

Na obra, todos os habitantes destas sociedades são monitorados por câmeras, as teletelas, como descritas no livro, e totalmente submissos à vontade do Grande Irmão (Big Brother), que representa o Partido.

O governo autoritário baseia-se em fundamentos contraditórios, enxergando a guerra como essencial à manutenção da sociedade e fonte da paz. A vida com condições sub-humanas como sinônimo de liberdade e, principalmente, a ignorância como significado de força.

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Cena esquecida

Em junho de 2008, Lula esteve em Roma, num evento da FAO, e se colocou como um mascate do etanol brasileiro. Em uma entrevista, chegou inclusive a pedir à então primeira-dama, d. Marisa, que entrasse no salão segurando um grande carro de brinquedo, feito de plástico de cana.

Cena lembrada

Lula, porém, com as notícias do pré-sal em 2009, deixou o etanol de lado e passou a apostar no petróleo. Há quem diga que, se tivesse apostado no álcool combustível, a história agora seria outra.

Demitiu, mas não engoliu

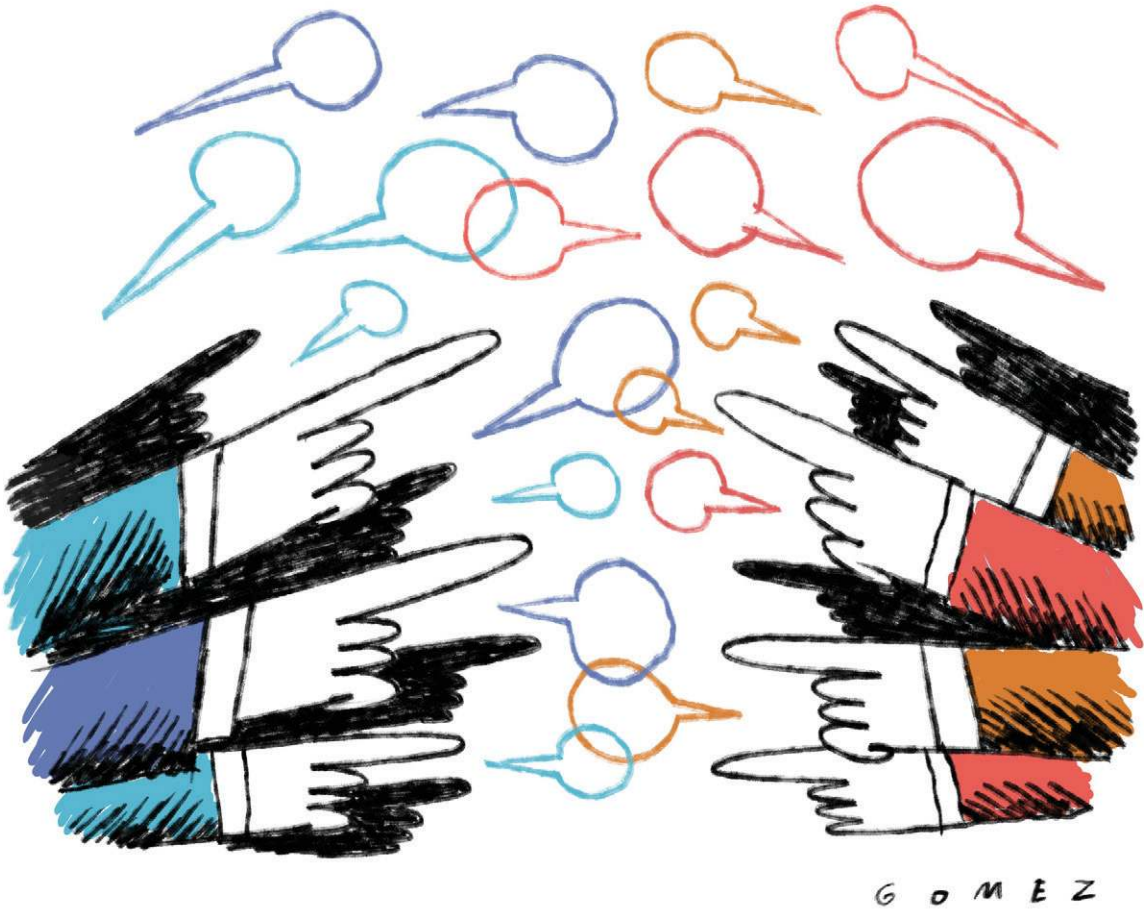
Depois de dizer que colocava "a cara no fogo" pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, o presidente Jair Bolsonaro se viu obrigado a montar toda uma operação para se afastar do problema. Porém, não perdeu as esperanças de repetir a história de Henrique Hargreaves, ministro da Casa Civil do governo Itamar Franco. Nos tempos do escândalo do Orçamento, nos idos de 1993, Hargreaves foi citado, saiu do cargo para se defender e, inocentado, retornou ao governo.

Jogos tucanos

A permanência do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, no PSDB reabre a guerra interna. O deputado Aécio Neves vai buscar apoios externos, inclusive o do ex-vice-presidente Michel Temer. O líder tucano já tem encontro marcado com Aécio, mas não será muito ostensivo, porque seu partido tem Simone Tebet como candidata.

O primeiro grande embate

Um dia depois de o governo anunciar a saída do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, o ex-presidente Lula estará no Rio de Janeiro para discutir o preço dos combustíveis com a Federação Única dos Petroleiros (FUP). É por aí que os petistas pretendem começar o embate com Bolsonaro. Lula não tratará dos malfeitos na Petrobras ao longo dos governos petistas, ponto sempre levantado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ex-juiz Sergio Moro.

Os petistas também não pretendem tratar dos preços dos tempos do governo Dilma, que subiram bastante. A ordem entre os aliados de Lula é lembrar que, em seus oito anos de governo, o preço subiu 43 centavos. Esta é a comparação que o ex-presidente fará.

CURTIDAS

Damares e Tarcísio/ A ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, Damares Alves, já chegou no Republicanos lançando uma nova moda por ali: a audiodescrição. A ideia é que ela estruture todo o programa do partido para a área social, inclusive, o que o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, apresentará ao concorrer ao governo de São Paulo.

Desunião eterna/ Desde a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, o PSDB nunca mais se uniu em torno de um nome para o Planalto. A exceção foi no segundo turno de 2014, contra a presidente Dilma Rousseff. A permanência de Eduardo Leite no partido é sinal de que não será a eleição de 2022 que trará a unidade.

Os tucanos que se entendam/ Essa falta de unidade no PSDB afasta inclusive outros partidos de uma possível aliança. O União Brasil, por exemplo, já está cuidando da própria vida, com os filiados livres para escolherem quem apoiar ao Planalto.

O plano C de Kassab/ Conforme o leitor da coluna já sabe há tempos, o nome que vem sendo levantado pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, para concorrer à Presidência da República é o do ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung.

ED ALVES/CB/D.A.Press

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, a CAIXA apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL relativas ao quarto trimestre de 2021, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Resultados CAIXA

Tendo como premissa seu compromisso em ser o Banco de Todos os Brasileiros, desde 2019, nesta gestão foi realizado amplo processo de reestruturação no banco, com a troca dos principais executivos com critérios baseados na meritocracia, além de impulsionar a liderança feminina na alta gestão. O quadro de dirigentes do conglomerado CAIXA saiu de 0 para 14 mulheres. Focando em produtos-chave, tais como crédito imobiliário, agronegócio, consignado e para as médias e pequenas empresas, a Caixa Econômica Federal apresenta resultados sólidos e recordes. No segmento Governo houve a pulverização do crédito, permitindo que municípios de menor porte, que até então não eram contemplados com financiamentos, tivessem acesso às operações de crédito com recursos CAIXA.

Além disso, com o aprimoramento contínuo em processos, controles, auditoria, transparência das informações e na governança corporativa, foram eliminadas as ressalvas de balanço da CAIXA, CAIXAPAR, FGTS e FI-FGTS bem como demais apontamentos encontrados conforme a seguir:

Tabela 1 – CAIXAPAR

		Situação em Dez/2018	Situação Atual
I	**Balanço da CAIXA**	Ressalva desde 2016	Ressalva retirada em Jun/19
II	**Balanço do FGTS**	Ressalva desde 2015	Ressalva retirada em Dez/20
III	**Balanço do FI-FGTS**	Ressalva desde 2011	Ressalva retirada em Dez/20
IV	**Balanço CaixaPAR**	Balanço com ressalva desde 2015, apontamentos TCU, MPF e Auditoria Independente	Ressalva retirada em 2020 e encerramento da Companhia em Dez/21
V	**Banco PAN**	Aquisição problemática, necessidade de aportes	Desinvestimento em Abr/21 com 486% de valorização
VI	**Branes**	Apontamentos de Auditorias independentes (PWC e Grant Thorton), MPF e TCU	Desinvestimento em Dez/20
VII	**Capgemini**	Não obteve o retorno esperado	Resolução de acordo em Mai/20
VIII	**CAIXA Crescer**	Apontamentos do TCU	Resolução de acordo em Ago/21
IX	**CIBRASEC**	Baixo desempenho e ausência de relação comercial	Desinvestimento em Jul/19
X	**CAIXA Imóveis**	Resultado negativo	Dissolução da parceria em andamento
XI	**Negócios Digitais**	Sem operações desde a constituição	Dissolução da parceria em andamento
XII	**Auditoria CGU**	Certificado da auditoria anual de contas irregular	Exercício 2019 regular e 2020 sem ressalvas
XIII	**BNDU[1] Apontamento BACEN e CGU**	63,8 mil imóveis retomados em estoque	22,7 mil imóveis retomados em estoque
XIV	**Empregados PCD**	1.589 empregados - Apontamento do Ministério do Trabalho pelo não cumprimento do mínimo exigido	Aproximamente 4.000 canditados convocados, 3.629 já contratados
XV	**Mulheres na alta gestão**	0	14
XVI	**Indicador IG-SEST CAIXA**	Nota 9,75	Nota 10,00 - Única estatal com todas subsidiárias participantes no Nível I
XVII	**Indicador IG-SEST CAIXA Seguridade**	Sem Certificação	Nota 10,00
XVIII	**Indicador IG-SEST CAIXA Cartões**	Sem Certificação	Nota 9,66
XIX	**Ranking BACEN Ouvidoria**	2º lugar entre os grandes bancos	1º lugar entre os grandes bancos
XX	**Rating SRC - Sistemas de Risco e Controle BACEN**		Melhores notas da história nos últimos ciclos (2019/2020 e 2020/2021)
XXI	**Índice de Governança e Gestão Pública TCU**	Pontuação 71% (39ª posição)	Pontuação 94% (3ª posição dentre 378 Instituições avaliadas, sendo a única das 3 primeiras com quadro de funcionários superior a 500 pessoas)

[1] Bens Não de Uso

Em 2021 o **lucro líquido totalizou R$ 17,3 bilhões**, 31,1% maior que o valor de R$ 13,2 bilhões apresentado em 2020. Este lucro anual foi superior em 66,8% quando comparado a 2018. No 4T21, o resultado foi de R$ 3,2 bilhões.

É importante salientar que 2019, 2020 e 2021 foram os anos de **maior lucro líquido da história da Caixa**. Os resultados recordes alcançados desde 2019 são decorrentes de melhorias na gestão dos negócios tendo como consequência o aumento no volume e na qualidade de capital do banco, nos permitindo manter a expansão do crédito de forma sustentável.

A CAIXA mais uma vez bateu seus próprios recordes no **segmento imobiliário**. O volume de contratações em 2021 foi **o maior da história**, R$ 140,6 bilhões, superando em 20,8% o ano de 2020, 55,8% o ano de 2019 e 59,6% o ano de 2018. Esse resultado refletiu no saldo da carteira habitacional, que também foi recorde, finalizando 2021 com o valor de R$ 557,6[1] bilhões, representando 6,0 milhões de contratos ativos. Todo esse volume de financiamentos gera desenvolvimento para todas as regiões do Brasil: são 7,6 mil obras em andamento por todo o país, 1,0 milhão de unidades habitacionais em produção gerando 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

Além disso, com a atual gestão, demonstrou-se foco negocial na habitação reforçando a concessão de crédito imobiliário com recursos da poupança (SBPE), mantendo a liderança no 4T21 nas contratações SBPE, no ranking ABECIP. O 1º lugar foi alcançado no 1T19, após figurar no 4º lugar em 2018. Foram contratados R$ 82,8 bilhões somente com recursos SBPE no ano de 2021. Isso representa um crescimento de 513,4% quando comparado o ano de 2021 com 2018; 210,2% na comparação 2021 com 2019 e 54,4% comparando 2021 ao 2020.

Em janeiro de 2022 a CAIXA obteve a maior contratação de sua história na habitação com o valor de R$ 11,6 bilhões de reais, valor 100,7% superior a janeiro de 2018 (R$ 5,8 bilhões), no que tange as operações com recursos SBPE as contratações apresentaram crescimento de 66,3% em relação a janeiro de 2021. O resultado recorde de contratação é fruto de estratégias inovadoras e de longo prazo, com foco na rentabilização da base, *cross selling* e foco no cliente, com o lançamento de novos e competitivos produtos, assim como a digitalização dos processos, por meio do App Habitação.

Em sua primeira participação, a CAIXA iniciou o ano safra 2021/2022 com a oferta de R$ 35,0 bilhões em recursos de **crédito ao agronegócio**, que visam beneficiar, principalmente, agricultores familiares e pequenos e médios produtores rurais, além de agroindústrias e cooperativas. A expansão no agronegócio foi possível a partir de ações e estratégias sustentáveis implementadas nesta gestão que permitiram aumentar o portfólio de *funding* para alavancagem de operações nesse setor.

Isso permitiu à CAIXA crescer de modo matemático e consistente no agronegócio e em 2021 bater recorde de contratações totalizando R$ 15,5 bilhões no ano, com esse resultado o saldo da carteira agro cresceu 113,6% em relação a 2020 e em menos de 2 anos a CAIXA passou do 8º para o 3º lugar entre as 10 maiores instituições financeiras no segmento.

A CAIXA redirecionou sua estratégia de contratação no **segmento empresarial,** focando nas Micro e Pequenas Empresas e adotando uma política que prioriza o acesso ao crédito ao maior número de empreendedores, o que proporciona uma carteira mais pulverizada e com menor exposição ao risco do crédito, uma vez que a concessão de valores é feita a uma quantidade maior de empresas. Nesse sentido a CAIXA foi o primeiro banco a contratar a linha de crédito PRONAMPE, liderando com mais de 35,7% do volume de concessão, sendo R$ 22,3 bilhões contratados nesta gestão, que beneficiaram mais de 202 mil empresas. Em relação ao FAMPE a CAIXA, no acumulado de 2020 a 2021, concedeu R$ 6,9 bilhões e beneficiou mais de 85 mil empresas.

A partir de estudos matemáticos a CAIXA promoveu a redução das taxas de juros dos principais produtos com o intuito de proporcionar um acesso mais justo ao crédito, mantendo rentabilidade nos negócios e atendendo assim os pequenos empreendedores.

De forma inovadora e em linha com a **democratização do crédito**, a CAIXA disponibilizou nova linha de crédito exclusiva aos caminhoneiros para antecipação do pagamento de custos de frete. Com taxa de juros a partir de 1,99% ao mês, a operação de capital de giro beneficia toda a cadeia de transporte rodoviário de carga, ao disponibilizar os recursos diretamente na conta dos transportadores autônomos.

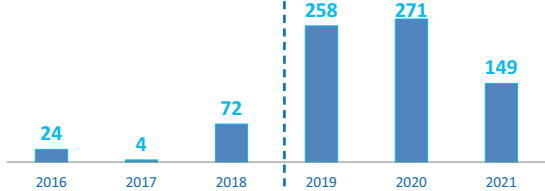
A CAIXA é o primeiro banco a implementar esta linha de crédito, demonstrando que de modo matemático e consistente, é o banco de todos os brasileiros.

A linha de crédito Antecipação do Saque-Aniversário FGTS foi ajustada, aumentando o limite de antecipação de 3 para 5 anos aos trabalhadores que possuem saldo nas contas.

A antecipação do Saque-Aniversário do FGTS, lançada nesta gestão, já beneficiou mais de 2,3 milhões de clientes, sendo 1,3 milhão destes negativados, em 7,4 milhões de operações. Foram R$ 15 bilhões injetados na economia, o que representa 40% de todo o valor emprestado no Brasil para essa linha de crédito.

No **segmento Governo,** a CAIXA realizou a revisão das políticas internas de financiamento à infraestrutura e saneamento, de forma a possibilitar o acesso a um número cada vez maior de municípios, ampliando assim a população beneficiada. Para viabilizar a estratégia de pulverização das contratações, foi definido o limite máximo de R$ 100 milhões por operação, permitindo que municípios de menor porte, que até então não eram contemplados com financiamentos, tivessem acesso às operações de crédito com recursos CAIXA.

Com a alteração da estratégia, 678 entes (Municípios/Estados), que não possuíam operação de crédito com o banco até o ano de 2018, realizaram seu primeiro contrato com a CAIXA, conforme evolução demonstrada abaixo.

Gráfico 1 – Evolução de novos entrantes

A CAIXA também atuou como agente pagador do **Auxílio Emergencial**, que teve por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus – COVID-19, considerado o maior movimento de inclusão social, digital e financeira do brasil.

O pagamento do benefício só foi possível pela utilização da tecnologia por meio do Aplicativo do Auxílio Emergencial e pela plataforma CAIXA Tem, que viabilizou o pagamento a mais de 50 milhões de pessoas em apenas 20 dias, assim como pela capilaridade única da CAIXA, estando presente em mais de 99% dos municípios brasileiros, com mais de 26,7 mil[2] pontos de atendimento exclusivos. Durante o período do auxílio emergencial, as agências tiveram abertura antecipada e atendimentos aos sábados, possibilitando acesso a todos os beneficiários.

Como agente de políticas públicas, a CAIXA, além do Auxílio Emergencial, também atuou em diversos outros, como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Seguro-Defeso, Abono Salarial, benefícios previdenciários, demais programas federais, estaduais e municipais de transferência de renda e pagamento emergencial e regular de FGTS, totalizando R$ 1,3 trilhão de pagamentos entre 2019 até o fim de 2021, beneficiando mais de 121,3 milhões de pessoas.

Os resultados atuais devem-se, portanto, à mudança de posicionamento estratégico do banco, tendo como base para sua atuação a busca pela rentabilidade das operações, com foco na valorização da sociedade brasileira, pelo qual se reforça o propósito de ser o banco de todos os brasileiros, sem deixar de ser também o banco da matemática, debatendo a melhor estratégia, apoiando os clientes, melhorando o resultado e cumprindo seu papel.

Extinção da CAIXAPAR

No dia 29 de dezembro de 2021, foi aprovada pela Governança da CAIXA em Assembleia Geral Extraordinária a conclusão do processo de extinção da CAIXA Participações S/A (CAIXAPAR), com a incorporação do restante das parcelas patrimoniais referentes à totalidade das ações da subsidiária. A incorporação foi realizada pelo valor contábil conforme balanço patrimonial, apurado em 30 de junho de 2021, tendo como patrimônio líquido o valor de R$ 3,8 bilhões, devidamente auditado e ratificado pelo Laudo de Avaliação Contábil por empresa especializada.

A CAIXAPAR, criada em 2009, por meio dos seus investimentos, realizou até 2018 operações que foram objeto de apontamento por duas empresas de auditoria independente (PricewaterhouseCoopers e Grant Thornton) bem como do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Federal (MPF).

Os investimentos nas empresas que a CAIXAPAR detinha participação, ocorreram no período de 2009 a 2018.

Entre 2015 e 2019, os balanços da CAIXAPAR foram objetos de ressalva pela auditoria externa em função de dúvidas quanto à continuidade das operações da Branes Negócios e Serviços S.A. (Branes), dada sua dependência em relação a contratos de prestação de serviços que foram suspensos para análise pelo TCU e MPF. Em dezembro de 2020, a CAIXA concluiu o desinvestimento da CAIXAPAR na Branes.

A CAIXAPAR também foi impactada por acordos que não geraram o retorno esperado como em operação realizada com a Capgemini Latin America S.A.S., sendo finalizado por meio de Acordo de Resolução de Litígio e Quitação Recíproca.

No que tange a Caixa Crescer, o TCU constatou vícios no acordo como antieconomicidade, avaliação não justificada do valor da empresa, previsão de crescimento desproporcional, desproporção na distribuição de riscos, ausência de autorização do Banco Central, dentre outras questões. A operação com a CAIXA Crescer foi finalizada pela assinatura de acordo entre a CAIXAPAR e o sócio, culminando no encerramento de arbitragem entre as partes.

Nesta gestão, a partir de 2019, a CAIXA iniciou o desinvestimento das empresas da CAIXAPAR.

Tabela 2- Desinvestimento CAIXAPAR

	Empresa	Ano de criação[1]	Ano de Desinvestimento	Tipo de Desinvestimento
I	CAIXAPAR	2009	2021	Extinção
II	Banco Pan	2009	2021	Alienação
III	CIBRASEC	2010[2]	2019	Alienação
IV	Branes	2012	2020	Alienação
V	Capgemini	2012	2020	Acordo de Resolução de Litígio e Quitação Recíproca
VI	Caixa Crescer	2012	2021	Acordo de Resolução de Litígio e Quitação Recíproca
VII	Tecban	2010[2]	2021	Incorporada
VIII	Elo	2011	2020	Cindida para a CAIXA Cartões
IX	Quod	2017	2021	Incorporada
X	Caixa Cartões	2018	2020	Cindida para a CAIXA
XI	Caixa Imóveis	2017	-	Dissolução em andamento
XII	Negócios Digitais	2018	-	Dissolução em andamento

[1] Empresas que já estavam constituídas, considerar como o ano do ingresso na empresa.
[2] Empresa já era investida da CAIXA e migrou para a CAIXAPAR em 2010

A estratégia adotada para o desinvestimento seguiu a seguinte cronologia:

I. Jul/2019: venda da CIBRASEC (R$ 6,5 milhões);
II. Set/2019: primeiro *Follow on* (ações PN) do Banco PAN ao preço de R$8,25 por ação, obtendo lucro líquido de R$ 157,4 milhões;
III. Jan/2020: alteração da vinculação societária da Caixa Cartões para a CAIXA;
IV. Mai/2020: resolução de acordo com a Capgemini (R$ 13,8 milhões);
V. Set/2019: segundo desinvestimento via *Follow on* (ações PN) do Banco PAN com lucro líquido de R$ 265,3 milhões ao preço de R$8,30 por ação;
VI Dez/2020: transferência para a Caixa Cartões;
VII. Dez/2020: participação encerrada e liquidação do FIP Veneza Branes;
VIII. Mar/2021: protocolo de oferta pública pela CAIXAPAR com o pedido de distribuição secundária de ações de emissão do PAN e de sua titularidade. Concomitantemente ao referido registro, iniciou-se um processo de Oferta Privada para prospecção de investidores pelos assessores financeiros contratados, realizando assim um *dual track* para a alienação das ações do PAN;
IX. Abr/2021: recebimento de uma proposta vinculante não solicitada do Grupo BTG Pactual S.A., para a aquisição de 100% da participação da CAIXAPAR no PAN, em um montante de R$ 3,7 bilhões (R$11,42 por ação);
X. Ago/2021: resolução de acordo com a Crescer.

[1] Inclui Construcard.
[2] 4.278 agências e postos de atendimento, 13.422 unidades lotéricas, 9.049 correspondentes bancários exclusivos, 9 agências-caminhão e 2 agências-barco.

Destaque para o desinvestimento total do Banco PAN no 2T21, gerando o resultado bruto de R$ 5,0 bilhões. Em dezembro de 2018, o valor da ação era R$1,95, assim a estratégia adotada teve início em março de 2019 com a realização do exercício de opção de compra das ações ao valor de R$2,42, finalizando em abril de 2021 com a venda das ações por R$11,42, resultado superior a 3 vezes o valor do exercício da opção de compra e valorização de 486% das ações desde 2018.

A extinção da CAIXAPAR está em linha com o planejamento estratégico da CAIXA, encerrando participações onerosas, incompatíveis com seus objetivos, e que sofreram ressalvas em seus balanços e/ou apontamentos do TCU/CGU, a partir de seu compromisso constante com a governança, foco em gestão e melhores controles internos.

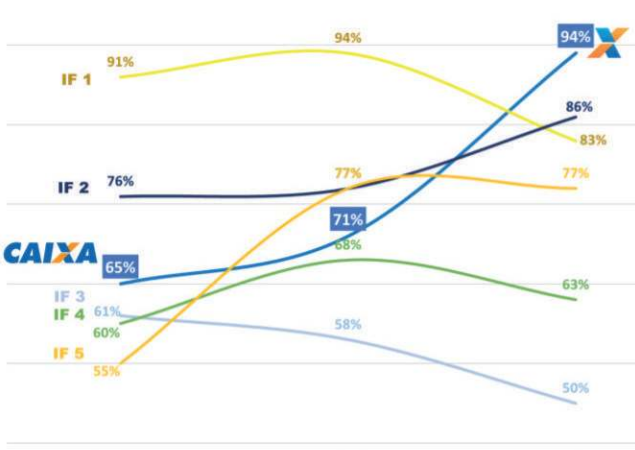
Essa é mais uma ação que reforça que a CAIXA alcança seus resultados de forma sustentável, cumprindo assim seu papel como o Banco de Todos os Brasileiros, com sólida estrutura patrimonial, rentabilidade e eficiência em todos os negócios.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Como reflexo de uma gestão matemática, focada na governança, gerenciamento de riscos e integridade, a CAIXA recebeu diversos prêmios e reconhecimentos nesta gestão:

2021

I. Melhor nota em Índice de Governança e Gestão Pública (iGG), pelo TCU

No ano de 2021, a CAIXA atingiu a melhor nota no índice integrado de governança e gestão (iGG) dentre as instituições financeiras estatais. O índice foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar os processos relacionados à gestão e a governança das instituições públicas e é composto pelos índices de: governança pública; gestão de pessoas; gestão de TI; e gestão de contratações.

Em 2021, 378 organizações participaram da avaliação, e a CAIXA alcançou a terceira melhor nota, subindo 36 posições em comparação a 2018. Em 2017, o banco obteve pontuação de 65%, alcançando a 29ª posição. No ano seguinte, ficou em 39º lugar. Nos anos de 2019 e 2020, a apuração não foi realizada pelo órgão.

NOTAS DA CAIXA			
Ciclos de avaliação	2021	2018	2017
Nota	94%	71%	65%
Classificação por Nota*	3ª	39ª	29ª

*Obs: a presente classificação da CAIXA frente às demais organizações avaliadas se deu pela comparação das notas auferidas no iGG, não se configurando em *ranking* oficial do TCU.

Este é o melhor resultado da CAIXA desde que o índice começou a ser apurado e foi possível devido a mudança de posicionamento estratégico do banco, que teve como base a busca pela rentabilidade das operações, com foco na valorização da sociedade brasileira, melhores práticas de governança e integridade, fortalecendo a realização de negócios com os devidos controles.

II. **Opinamento de auditoria anual de contas sem ressalvas, pela Controladoria Geral da União (CGU)**

A CGU emitiu Certificado de Auditoria Anual de Contas regular para o exercício de 2019 e opinião sem ressalva sobre as contas relativas ao exercício de 2020.

As conclusões da CGU reforçam a melhora na governança desta gestão, focada com a transparência, ética e integridade, superando a certificação irregular no exercício de 2018.

ANO	CERTIFICADO
2020	Opinamento sem ressalvas
2019	Regular
2018	Irregular

III. Retirada da Ressalva do Balanço da CAIXA, CAIXAPAR, FI-FGTS e FGTS

No dia 30 de junho de 2021, após a aprovação do Conselho Curador, as ressalvas que constavam há 10 anos no balanço do FI-FGTS foram retiradas. Na mesma data, as ressalvas que constavam desde 2016 foram retiradas do balanço do FGTS. Agora as demonstrações financeiras voltam a contar com o parecer da auditoria independente livre de quaisquer ressalvas.

Com isso, em 2021, pela primeira vez nos últimos 10 anos os balanços da CAIXA (ressalva retirada em 2019), CAIXAPAR (ressalva retirada em 2020), FGTS e FI-FGTS foram publicados sem ressalva.

O resultado obtido é consequência dos aprimoramentos realizados nos processos de administração, gestão e governança da CAIXA e dos fundos por ela administrados, que vem sendo implementados desde o exercício social 2019.

IV. Melhor nota em Índice de Governança das Empresas Estatais (IG-SEST)

A CAIXA recebeu a Certificação Nível 1, com pontuação máxima (nota 10,0), pela segunda vez consecutiva, no 5º Ciclo do Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Somente a CAIXA teve todas as subsidiárias participantes[3] avaliadas com a Certificação Nível 1, tendo a CAIXA Seguridade recebido pelo segundo ano consecutivo e em sua segunda participação, e a CAIXA Cartões em sua primeira participação.

No 5º ciclo apenas três empresas receberam nota 10,0 sendo a CAIXA e a CAIXA Seguridade duas delas, e a CAIXA Cartões em sua primeira participação foi avaliada com nota 9,66.

A primeira certificação com a nota máxima aconteceu em 2019, no 4º ciclo[4], demonstrando que, nesta gestão, a CAIXA tornou-se referência em boas práticas de Governança, Integridade, Ética e Transparência.

V. Melhor rating no SRC – Sistema de Riscos e Controle emitido pela Supervisão Bancária do Banco Central

A CAIXA tem melhorado e evoluído na avaliação desde o período de 2019, e em 2020, no ciclo de supervisão de 07/2020 a 07/2021, obteve o seu melhor resultado histórico, que engloba as análises de modelo de negócios e de riscos e controles (governança corporativa e matriz de riscos).

VI. Primeiro lugar no Prêmio Rede Governança Brasil

A CAIXA recebeu, em sua primeira participação, o 1º lugar no Prêmio Rede Governança Brasil para administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas), os quais sejam referência e tenham se destacado no cenário de governança pública nacional, por meio do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública do ano de 2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Prêmio Rede Governança Brasil objetiva fomentar boas práticas de governança, estimulando as competências gerais, que articulam e mobilizam princípios, atuação ética e de governança, e visa atribuir mérito a atuação relevante na esfera pública do país.

A Rede Governança Brasil (RGB) é uma associação civil sem fins lucrativos, composta por um grupo qualificado tecnicamente composto por membros associados especialistas, oriundos do setor público e da iniciativa privada, que trabalham de forma voluntária, gratuita e conjunta com o objetivo de disseminar as boas práticas de Governança no âmbito da Sociedade Brasileira.

VII. Corregedoria CAIXA reconhecida pela CGU como uma das melhores do país

A Corregedoria CAIXA foi reconhecida pela Controladoria Geral da União (CGU) como uma das melhores do país, tendo sido premiada em todas as categorias da segunda edição do concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias, que reúne instituições públicas da União, estados e municípios, tendo sido a única instituição premiada nas três categorias do concurso e o único banco estatal a receber premiação.

2º Lugar Categoria: Apuração de Responsabilidade de Entes Privados

3º Lugar Categoria: Apuração de Responsabilidade de Agentes Públicos

3º Lugar Categoria: Inovação

As instituições foram avaliadas pelo aprimoramento das apurações de responsabilidade de agentes públicos e entes privados e na inovação processual ou tecnológica no combate à corrupção por meio de unidades correcionais.

VIII. CAIXA obtém a melhor nota global no quesito Ambiental pela Moody's

A CAIXA foi avaliada pela Moody's Investor Service na primeira avaliação ESG (ambiental, social e governança), na qual participaram 155 bancos, em nível global. No quesito ambiental, a CAIXA obteve a melhor nota global, em conjunto com outras 3 instituições dos países Irlanda, Suécia e Suíça, e única da América Latina com a melhor avaliação no mesmo quesito.

A Moody's considera que as operações da CAIXA, predominantemente financiamento imobiliário, possuem baixa exposição à emissão de carbono e baixo risco ambiental. O *score* de impacto de crédito ESG neutro para baixo da CAIXA reflete o impacto limitado a fatores ambientais e sociais no *rating*. A agência também comenta que apesar de banco com controle governamental, as práticas de governança corporativa são robustas e têm melhorado nos últimos anos, apoiando o perfil de crédito do banco.

Para a Moody's a CAIXA tem melhorado nos últimos três anos, principalmente apoiada por:

- ✓ Melhoria na governança corporativa;
- ✓ Capitalização mais forte;
- ✓ Desinvestimento de operações não essenciais;
- ✓ Foco na eficiência e melhores práticas de gestão de risco.

IX. Único banco da América do Sul com o maior rating ESG Social atribuído em "Relações com a comunidade, acesso social, preços acessíveis", elevado de 2 para 4 [+], pela Fitch Ratings

A agência considera o forte papel social da CAIXA enquanto banco público e manutenção de uma posição dominante no mercado de crédito imobiliário de baixa renda. Esta é a maior nota atribuída aos bancos brasileiros no score social.

NOTA	DESCRIÇÃO
5	Altamente relevante, um driver principal do *rating* com um significante impacto. (equivalente a "alto")
4	Relevante para o *rating*, não é um driver principal do *rating*, mas tem um impacto no *rating* em combinação com outros fatores. (equivalente a "moderado")
3	Minimamente relevante para o *rating*, com baixo impacto. (equivalente a "baixo")
2	Irrelevante para o *rating* da entidade, mas relevante para o setor.
1	Irrelevante para o *rating* da entidade e irrelevante para o setor.

A CAIXA é o único banco da América do Sul com um ESG positivo de 'Relações com a comunidade, acesso social, preços acessíveis'.

No entendimento da Fitch, o controle da CAIXA pelo Governo Federal apoia sua capacidade de atrair depósitos de varejo de baixo custo, enquanto seu papel de banco público garante a manutenção de uma posição dominante no mercado de crédito imobiliário de baixa renda. A Fitch entende que estes fatores fortalecem o perfil de crédito da CAIXA e considera a nota como uma influência moderada positiva.

Para a Fitch, a CAIXA desempenha um papel crucial na implementação de políticas governamentais de crédito para grupos de baixa renda, infraestrutura e a pequenas e médias empresas; e que a tradição da Instituição, o alcance geográfico, a estrutura disponível proporciona vantagens competitivas e apoiam a diversificação e estabilidade das receitas.

RATING CAIXA 2 4[+] 4

E: emissão de gases, uso de recursos naturais, exposição a impactos ambientais, etc.
S: Relações com a comunidade, bem-estar de clientes e empregados, exposição a impactos sociais, etc.
G: Estrutura de governança, transparência, gestão da estratégia, etc.

A Fitch *Rating*s considera que a CAIXA tem melhorado nos últimos quatro anos, principalmente apoiada por:

- ✓ *Rating*s alinhados aos do Soberano;
- ✓ 3º maior banco do Brasil em ativos e alta participação de mercado em habitação e poupança;
- ✓ Função relevante durante a crise econômica causada pelo surto do coronavírus;
- ✓ Mudança, nos últimos anos, de um crescimento agressivo para melhoria da lucratividade, fortalecendo, assim, os índices de capitalização;
- ✓ Ampla e diversificada base de atendimento CAIXA.

X. Único banco com a nota AAA em índice de força da marca, pela Brand Finance

De acordo com os indicadores, a CAIXA apresenta a maior força da marca entre os bancos brasileiros.

A Brand Finance é a consultoria líder mundial em avaliação de marcas e conduz suas avaliações de acordo com as abordagens descritas na ISO:10668, o padrão internacional sobre avaliação monetária de marca[5].

XI. 3ª marca mais valiosa do Brasil pelo 2º ano consecutivo, **pela Brand Finance**

O salto do valor da marca em comparação ao ano de 2018 é de 170%. Durante o período de 2020 a 2021, início da pandemia da COVID-19, as 50 principais marcas do Brasil registraram um aumento médio de 9% em seu valor, enquanto a marca da CAIXA cresceu 14,5%.

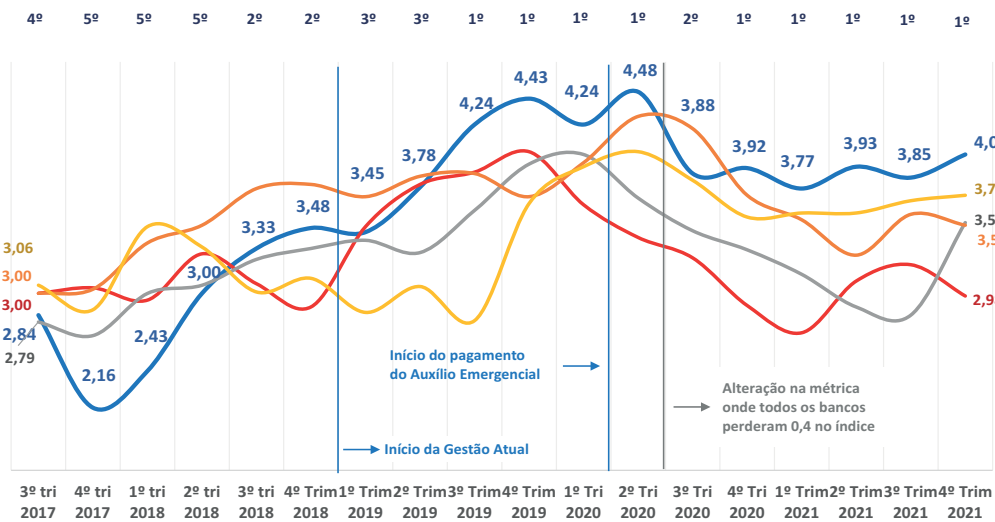
[3] CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.
[4] O 4º ciclo ocorreu em 2019, não tendo havido avaliação em 2020, sendo o 5º ciclo em 2021
[5] https://brandfinance.com/consulting/brand-valuation

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

XII. A CAIXA é reconhecida no *ranking* BACEN de qualidade de Ouvidorias como 1º lugar (em 9 de 12 trimestres) dentre os grandes bancos, desde 2019.

Desde 2019 a CAIXA é reconhecida no Ranking BACEN1 como 1º lugar (em 9 de 12 trimestres) dentre os grandes bancos onde, mesmo com o impacto oriundo da pandemia da COVID-19, sendo responsável pelo pagamento de 281,1 milhões de parcelas do Auxílio Emergencial em 2021, manteve o compromisso de atendimento de qualidade à população brasileira.

O ranking positivo do BC avalia a qualidade das respostas oferecidas pelas ouvidorias do setor financeiro. O resultado obtido mantém a CAIXA entre os bancos mais bem avaliados na opinião dos clientes e repete o resultado obtido no trimestre anterior. Este resultado consolida a liderança da CAIXA na qualidade de atendimento aos clientes.

XIII. CAIXA recebe prêmio *Banking Transformation* 2021

A CAIXA recebeu, no dia 6 de dezembro, o prêmio *Banking Transformation* 2021. O banco foi vencedor na categoria Experiência do Cliente / Experiência do Usuário com o case "1º Feirão Digital da Casa Própria".

O 1º Feirão Digital CAIXA da Casa Própria contou com a oferta de mais de 180 mil imóveis de 633 incorporadoras ou construtoras por meio de uma plataforma online disponibilizada no site da CAIXA. Durante os dez dias de realização, navegaram pelo Feirão mais de 2,3 milhões de visitantes, que realizaram, aproximadamente, 1,3 milhão de simulações. Obtivemos mais de 25 mil propostas de crédito desses clientes cadastradas até Set/21, quando se encerraram as condições especiais do Feirão, movimentando o mercado imobiliário em R$ 3,2 bilhões.

O prêmio Banking Transformation acontece há 16 anos e é promovido pela Catarino Brasileiro, empresa especializada em marketing de relacionamento e consultoria no setor de finanças, tecnologia e inovação.

XIV. Loterias CAIXA recebem certificação ISO 27001

As Loterias CAIXA receberam o certificado ISO 27001 emitido pela BSI (*British Standards Institution*). A certificação internacional em padrões de controle e segurança atesta altos padrões de segurança da informação, relacionados aos pilares de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade de informações e dados, para os processos de gestão do sorteio, apuração e pagamento de prêmios.

A Certificação ISO 27001 é pré requisito para a certificação no nível máximo (nível 2) do padrão de controle de segurança da *World Lottery Association* - WLA (Associação Mundial de Loterias). A BSI recomendou a certificação nível 2 da WLA para as Loterias CAIXA.

XV. Premiação Bloomberg Línea Líderes da América Latina

A CAIXA recebeu, por meio de seu presidente, a premiação Bloomberg Línea dos 500 líderes da América Latina em 2021. A avaliação premia os 500 líderes da América Latina que mais se destacaram na geração de valor em seus segmentos de atuação como exemplos de lideranças inspiradoras e resilientes.

XVI. Premiação Gestão de Fundos FGV – CAIXA *Asset*

A CAIXA *Asset* foi avaliada como a 4ª melhor gestora de fundos do país pelo Guia de Fundos FGV, obtendo o 2º lugar na categoria Renda Fixa e o 3º lugar em Atacado e Varejo. O Guia de Fundos FGV é considerado o mais tradicional do mercado brasileiro.

XVII. Nota máxima em Rating de Emissor AAA.br com perspectiva estável atribuído pela Moody's América Latina ("Moody's Local")

Rating máximo em Depósito Bancário na escala Longo Prazo: AAA.br

Rating máximo em Depósito Bancário na escala Curto Prazo: ML A-1.br

Trata-se da primeira ação de *rating* da Moody's Local, instituída no Brasil em Abr/21. A Moody's Local fornece *rating*s de crédito domésticos, com base em metodologias que capturam os riscos e a dinâmica do Brasil, com metodologias desenvolvidas considerando as especificidades locais.

Para a Moody's Local, os *rating*s da CAIXA refletem o perfil de capitalização e resultados adequados e acesso a depósitos de baixo custo. Devido à importância sistêmica e relevância estratégica do banco para o controlador, os *rating*s incorporam o suporte do governo.

Destaques da CAIXA na análise da agência:

- ✓ Melhores práticas de governança, que reduzem a influência política;
- ✓ Melhora na capitalização, considerando um pagamento de dividendos mais baixo e maior geração de resultados;
- ✓ Liquidez estável, com participação dominante nos depósitos de clientes do sistema brasileiro;
- ✓ Extensa participação no mercado de crédito imobiliário e acesso estável a uma base de depósitos ampla e granular.

XVIII. Qualidade de Gestão de Investimentos avaliada como EXCELENTE, pela Fitch Ratings

A CAIXA recebeu a nota máxima pela primeira vez desde 2016. O *rating* considera o bem disciplinado processo de investimento, a estrutura organizacional bem segmentada e a robusta equipe experiente e qualificada da gestora.

XIX. Selo Pró-equidade de Gênero e Raça, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O selo representa o reconhecimento do trabalho feito pelas organizações no desenvolvimento cotidiano de novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançarem a igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho.

XX. Selo Melhores Empresas para Trabalhar, pelo Instituto *Great Place to Work* (GPTW)

A GPTW é uma consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.

XXI. CAIXA Tem, a plataforma digital do brasileiro, prêmio 4ConNetworker 4CIO Norte e Centro-Oeste.

A Premiação valoriza a implantação de sucesso de uma solução, estimulando o compartilhamento de experiências em todo o Brasil.

XXII. Melhores Universidades Corporativas, pela Global CCU.

O objetivo do Prêmio é reconhecer as melhores Universidades Corporativas ao redor do mundo, aquelas que tiveram o melhor desempenho e que contribuíram de forma mais relevante para aprimorar a profissão.

CAIXA Mais Brasil

O Programa CAIXA Mais Brasil (CMB), lançado em janeiro de 2019, partiu da compreensão da atual gestão de que é necessário conhecer, na ponta e sem filtros, as distintas realidades brasileiras e as necessidades do próprio banco, a fim de redirecionar a estratégia de atuação da CAIXA, ajustar e entregar melhores produtos e serviços para a população, tornando-se a espinha dorsal de atuação da instituição. Até 31 de dezembro de 2021 foram realizadas 123 edições.

Liderado pelo presidente Pedro Guimarães, o programa foi desenhado para que, aos fins de semana, os executivos do banco visitem clientes, parceiros, colaboradores, agências, obras públicas financiadas pela instituição, projetos sociais, entre outros. Esse estilo de gestão, desde o início, inclui a participação ativa dos empregados, colaboradores e parceiros da CAIXA, que passaram a ter comunicação direta com os dirigentes do banco e permite direcionar a estratégia da instituição.

Trata-se, portanto, de importante ação de gestão que tem por objetivo maximizar o valor dos negócios e melhorar o cumprimento do objeto social da CAIXA na medida em que conhecer os clientes, estrutura, empregados e dialogar com múltiplas partes interessadas possibilita identificar forças e pontos de melhoria para a condução estratégica das ações de gestão de forma a potencializar as forças identificadas e resolver problemas.

Ao longo de três anos, o CMB colocou a gestão do banco em contato com mais de 30 mil empregados, sendo que foram visitadas mais de 350 agências; 95 obras e empreendimentos; 103 unidades de apoio a crianças, pessoas com deficiência e Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); mais de 200 clientes empresariais; 67 lixões e comunidades de catadores de materiais recicláveis; 57 visitas agro; 61 hospitais e Santas Casas; 19 centros de treinamento do desporto e paradesporto e projetos sociais voltados para o atendimento a crianças e jovens; 31 cooperativas e associações de feirantes, pescadores e artesãos; 127 florestas, nascentes e parques nacionais; e 17 comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

No 4T21, foram realizadas 9 edições do CAIXA Mais Brasil, em todas as regiões do País, com a participação de executivos da alta administração. Nessas edições foram visitadas 8 agências, 2 hospitais, 1 projeto sociocultural, além de clientes, feiras livres, mercados, colônias de pescadores e comunidades ribeirinhas, representando a população brasileira e o público de atuação da CAIXA.

Juntamente com a implementação de medidas para aumentar a eficiência e gerar resultados rentáveis para o banco e para a sociedade brasileira, adotaram-se diversas boas práticas de governança, muitas delas possíveis apenas a partir das experiências ofertadas pelo CAIXA Mais Brasil. Com isso, a CAIXA conquistou em agosto de 2019, pela primeira vez, a nota máxima nos parâmetros avaliados pelo Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-SEST), repetindo o feito no ciclo seguinte, em novembro de 2021, sendo um indicador utilizado pelo Ministério da Economia que avalia a qualidade da governança das empresas estatais.

No 4T21, o Tribunal de Contas da União avaliou a CAIXA com a melhor nota no Índice de Governança em Gestão Pública (iGG) entre as instituições financeiras estatais. No ranking geral, dentre todas as 378 organizações que participaram da avaliação, a CAIXA alcançou a terceira melhor nota, subindo 36 posições em comparação a 2018. Destaque para diversos outros prêmios e reconhecimentos relacionados à governança, tais como o 1º lugar no Prêmio Rede Governança Brasil; Corregedoria CAIXA reconhecida pela CGU como uma das melhores do país; melhor nota global no quesito Ambiental pela Moody's; Único banco da América do Sul com o maior *rating* ESG Social atribuído em "Relações com a comunidade, acesso social, preços acessíveis" pela Fitch *Rating*s; 1º lugar (em 9 de 12 trimestres) dentre os grandes bancos, no ranking BACEN de qualidade de Ouvidorias desde 2019; e premiação Bloomberg Línea dos 500 líderes da América Latina em 2021.

Além dos ganhos institucionais, as visitas do CAIXA Mais Brasil foram fundamentais para o redirecionamento técnico de estratégias do banco nas mais diversas áreas. De forma ágil, promoveram-se mudanças estruturais, como a venda de ativos financeiros que não são decisivos para o funcionamento e a lucratividade da instituição, priorizou-se a contratação de pessoas com deficiência (PCD) e ações que estimulassem empregadas mulheres a assumirem cargos de liderança e de direção. Houve a redução de custos e a otimização de processos, com a revisão de contratos e adoção de medidas para uso eficiente dos espaços.

A oferta de condições diferenciadas em linhas de crédito, a partir da análise individualizada dos perfis de clientes, somada às melhorias em processos e serviços, permitiu a ampliação da carteira de clientes. São exemplos as atuações da CAIXA junto aos hospitais, Santas Casas e às Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

Também, a partir da compreensão das necessidades regionais e do direcionamento da alta gestão, reduziu-se significativamente as taxas de juros dos principais produtos – como o crédito imobiliário, o cheque especial, o rotativo do cartão de crédito e o consignado.

Também foram revistos os contratos de patrocínio, com o objetivo de focar o apoio em iniciativas esportivas e culturais que contribuam para a inclusão social de crianças e adolescentes, alinhando, dessa forma, o fortalecimento da marca CAIXA às demais estratégias sociais do banco. Esse redirecionamento, somado ao desempenho dos negócios e aos investimentos em marketing, fez com que a CAIXA fosse reconhecida como a terceira marca mais valiosa do país no ano de 2020, conforme levantamento da consultoria inglesa *Brand Finance*, repetindo o feito também em 2021.

As visitas às obras públicas e os encontros com autoridades municipais e estaduais, além de representantes dos ramos de infraestrutura, indústria, habitação, agronegócios e comércio, permitem compreender as necessidades regionais e avaliar como a CAIXA pode ajudar no desenvolvimento de infraestrutura e habitação do país e no cumprimento do seu papel comercial e social.

As experiências adquiridas a partir das visitas do CMB foram fundamentais para a atuação da CAIXA durante a pandemia da COVID-19. Tanto em 2020 como em 2021, a CAIXA assumiu papel protagonista no atendimento aos brasileiros, ao operacionalizar o Auxílio Emergencial e diversos outros programas sociais emergenciais.

Conhecer as distintas realidades regionais e detalhadamente os diversos processos internos do banco permitem a constante modernização e readequação de produtos, serviços e canais de atendimento, provê excelência aos clientes de todos os segmentos, fomenta e apoia projetos de inclusão socioambiental, bancária e digital, além de estruturar novas frentes de atuação, tanto no âmbito negocial quanto no institucional.

Com o CAIXA Mais Brasil, os eixos da gestão se personificam. As ações da CAIXA, que tem como propósito ser O Banco de Todos os Brasileiros, passam a considerar a Josiane, o seu Argileu, o seu Francinaldo e todos os seus 146,2 milhões de clientes. A CAIXA, que já alcançava todo o país por estar presente em mais de 99% dos municípios brasileiros, com mais de 26,7 mil pontos de atendimento físicos – sendo 4.278 agências e postos de atendimento, 13.422 unidades lotéricas, 9.049 correspondentes bancários exclusivos, 9 agências-caminhão e 2 agências-barco – agora consegue alcançar ainda mais os brasileiros e entender, ainda melhor, como pode fazer a diferença na vida deles.

As visitas do CMB permitiram alcançar grandes resultados, com melhorias na operacionalização do atendimento e dos programas sociais, especialmente o Auxílio Emergencial.

Redução de despesas

I. Economia estimada de R$ 378,2 milhões no triênio 2019-2021 em despesas com espaços físicos, com a devolução de 162 imóveis administrativos até Dez/21, o que, atualizado a Valor Presente Líquido (VPL), representa uma economia de R$ 5,85 bilhões, considerando a perpetuidade dos contratos, sendo que:
   - Redução de 10 para 2 prédios na Avenida Paulista, em São Paulo/SP;
   - Redução de 21 para 6 prédios em Brasília/DF.

II. Redução de 67% no espaço utilizado em Centros de Armazenamento e Distribuição (CAD), para material permanente, de 56 mil m³ para 18 mil m³;

III. Adicionalmente à desocupação dos imóveis, a ação de renegociação dos valores de aluguéis representou uma economia na ordem de R$ 257,7 milhões, o que, atualizado a VPL, representa uma economia de R$ 4,54 bilhões, considerando a perpetuidade dos contratos.

Valorização da marca CAIXA pelo 2º ano consecutivo

A CAIXA é a 3ª marca mais valiosa do país, de acordo com a pesquisa Brasil 50 edição 2021, da consultoria independente *Brand Finance*. Na comparação com a pesquisa divulgada em 2018, o salto no valor de marca CAIXA é de 170%.

A marca CAIXA valorizou cerca de R$ 2,8 bilhões em relação a 2020, um crescimento de 14,5%, alcançando mais de R$ 22,1 bilhões e permanecendo entre as três marcas brasileiras mais valiosas pelo 2º ano consecutivo. Além do destaque no *ranking* nacional, a CAIXA também figura no Top 100 entre as marcas de bancos mundiais, ocupando a 68ª posição.

Social

I. Pagamento de Benefícios Sociais e FGTS
   - Maior ação de transferência de renda realizada no Brasil, chegando a pagar mais de 90 milhões de pessoas por mês em 2020;
   - Enfrentamento de grandes desafios para viabilizar o pagamento a 68 milhões de brasileiros em tempo recorde, mantendo o pagamento a esses clientes no exercício corrente;
   - Benefícios sociais e FGTS[6]: Durante esta gestão, entre 2019 até o fim de 2021, já foram pagos R$ 1,3 trilhão, beneficiando mais de 121,3 milhões de pessoas, dos quais 38 milhões eram invisíveis[7]. Apenas no ano de 2021 foram pagos R$ 369,4 bilhões.

II. CAIXA Florestas
   - Serão preservados mais de 3 milhões de hectares de parques e florestas em todas as regiões e biomas do país;
   - Plantio de 10 milhões de árvores, ação esta que será realizada durante 5 anos, em todas as regiões do território nacional;
   - Selecionamos dos 8 primeiros projetos que receberão investimentos de R$ 60 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA com o plantio de 3,7 milhões de árvores.

III. CAIXA Mais Saúde
   - Relacionamento com instituições que promovem a saúde, como Santas Casas, Hospitais Filantrópicos, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e entidades de atendimento especializado;

IV. Doação de 80,4 mil mobiliários que estavam nos Centros de Armazenamento e Distribuição devolvidos, para 1,7 mil entidades assistenciais nas mais diversas regiões do país. Somente no 4T21 foram doados 16,4 mil bens móveis;

V. Contratação de 8.852 empregados, sendo 2.416 PCD, nesta gestão;

VI. Contratação de mais de 5,1 mil empregados em 2021, e todos os 992 aprovados no concurso exclusivo para PCD já foram convocador e serão admitidos já em 2022, além da contratação de mais 6 mil colaboradores.

Aumento da Receita

I. Aumento no volume de contratações Agro em 133,4%, na comparação entre 2021 e 2018, com R$ 15,5 bilhões contratados;

II. Inclusão da CAIXA pela primeira vez no Plano Safra;

III. Concessão de R$ 158,6 bilhões em crédito para as empresas, incluindo R$ 112,8 bilhões de crédito aos Micro e Pequenos Empresários (MPE) desde Jan/19, sendo R$ 27,7 bilhões em 2021;

IV. Crescimento de aproximadamente 513,4% na contratação do crédito imobiliário SBPE (recursos da poupança) em 2021, quando comparado ao ano de 2018;

V. Concessão de R$ 5,8 bilhões em crédito por meio do CAIXA Hospitais desde Jan/19, sendo R$ 3,5 bilhões em 2021, um crescimento de 137,0% em comparação ao ano de 2018.

Programas de Habitação Social

Já em sua primeira edição, o Programa CAIXA Mais Brasil começou a conhecer unidades habitacionais dos programas de habitação de interesse social que se materializam pela atuação da CAIXA.

Ao longo dos três anos de gestão, o CMB visitou 12 comunidades contempladas com casas de programas habitacionais de interesse social, 14 comunidades residentes em habitações precárias e 24 empreendimentos dos programas Casa Verde e Amarela e Minha Casa, Minha Vida.

A contratação e entrega de unidades habitacionais nos programas de Habitação Social reforçam a missão institucional do banco. Além disso, orienta a CAIXA a focar em negócios e serviços aderentes às necessidades dos cidadãos brasileiros que mais precisam de suporte do Estado brasileiro, o que contribui para a transformação econômica e social do país.

Todos os investimentos na habitação de interesse social são uma marca da atuação da CAIXA em prol do desenvolvimento da sociedade brasileira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários e reforçando seu papel como banco da habitação.

Crédito Imobiliário

Por meio de acessíveis linhas de crédito, a CAIXA viabiliza a construção e entrega de milhares de casas todos os anos. A CAIXA, como Banco da Habitação, tem participação de 66,5% do mercado.

Os resultados demonstram a prioridade que a CAIXA dá ao segmento e as agendas do CMB nos empreendimentos habitacionais de mercado também demonstram isso. Mesmo durante a pandemia, a contratação de crédito imobiliário bateu todos os recordes. O banco também concedeu pausa na cobrança das parcelas dos financiamentos por seis meses para todas as famílias que solicitassem. Mais de 2,5 milhões de famílias foram beneficiadas com a medida.

Por conhecer de perto, por meio do CMB, a realidade do setor da construção civil, que movimenta a economia e emprega milhares de trabalhadores brasileiros, a CAIXA também permitiu a pausa nos pagamentos dos encargos mensais e possibilitou a antecipação de recursos que garantiram a manutenção das obras em andamento.

Financiamentos realizados no app Habitação CAIXA

A CAIXA bateu a marca de R$ 1,8 bilhão em contratações pelo App Habitação desde a expansão da utilização do aplicativo, em agosto de 2020. Tal resultado é fruto de investimentos em transformação e inclusão digital, e na otimização de processos burocráticos.

Figura 1 – Evolução Da contratação digital

A execução da estratégia de originação de financiamentos em canais digitais tem superado o estrategicamente definido, já alcançando 5,4% das originações totais. Apenas no App Habitação já foram mais de 15,8 mil contratos assinados.

De janeiro a dezembro foram realizados 426,7 milhões de acessos aos serviços de habitação fora dos canais físicos. Somente no app Habitação CAIXA foram 183,7 milhões de acessos. A quantidade de usuários que acessam os serviços de habitação por meio do app cresceu 15,5% em relação a dezembro de 2020 e alcançou 3,2 milhões.

Cheque Especial e Crédito para Micro e Pequenas Empresas

Por estar em contato com os brasileiros que mais precisam, a CAIXA reduziu as taxas de juros do cheque especial em aproximadamente 76%, passando de 13,99% para a partir de 1,89% ao mês.

A atual gestão da CAIXA estabeleceu como foco estratégico o apoio aos micro e pequenos empresários. O CMB permitiu que os dirigentes da CAIXA conhecessem os processos de produção e desafios dos clientes pessoas jurídicas em geral, dos mais diversos segmentos, além dos donos de pequenos negócios, que contrataram crédito durante a pandemia por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e outras linhas de créditos operadas pela CAIXA.

Na execução desta estratégia; o foco da CAIXA foi diminuir sua carteira em Grandes Empresas e atender o maior número de Micro e Pequenas Empresas, apoiando aqueles empresários e empreendedores que anteriormente não tinham acesso a crédito. Isso representou um aumento de aproximadamente 106,2% no saldo da carteira de Micro e Pequenas empresas em Dez/21 comparado a Dez/18.

Durante a pandemia, a CAIXA tem se mantido como a instituição bancária que mais concedeu empréstimos ao segmento, disponibilizando mais de R$ 77,5 bilhões a mais de 300 mil empresas, das quais cerca de 70% não eram clientes do banco.

A CAIXA foi a primeira instituição a operar e a que mais contratou pelo PRONAMPE, linha de crédito criada no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), instituído pelo Governo Federal para auxiliar micro e pequenas empresas durante a crise, também é o banco responsável pela maior contratação no FAMPE, linha de crédito amparada pelo Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas e que conta com o Crédito Assistido do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Pausas nos pagamentos de empréstimos

Ao visitar as agências da CAIXA e diversos outros estabelecimentos, os dirigentes da CAIXA ouvem relatos de pessoas físicas e jurídicas que possibilitam a adoção de medidas ágeis, pioneiras e exitosas, como foram as pausas nos pagamentos de empréstimos, concedidas ainda no início da pandemia, com o objetivo de reduzir os efeitos da crise econômica sobre o poder de consumo das famílias. Além de permitir a pausa no pagamento do crédito imobiliário, a CAIXA também possibilitou pausa de até 6 meses no pagamento de parcelas de outras linhas de crédito, como o consignado.

A CAIXA também alongou o prazo de amortização de contratos, além de conceder carência de até 6 prestações para contratos novos e renovações.

CAIXA Mais Saúde

A CAIXA, com o objetivo de promover atendimento de saúde especializado e ampliar parcerias, lançou o programa CAIXA Mais Saúde, visando estreitar o relacionamento com instituições que promovam a saúde, como Santas Casas, hospitais, APAEs e outras entidades de atendimento especializado.

A fim de alcançar os objetivos do programa, a CAIXA promoveu diversas ações junto às entidades parceiras, bem como a prospecção de novos relacionamentos, aprofundando o conhecimento das suas necessidades e oferecendo suporte a essa rede, para que ela possa oferecer produtos e serviços adequados.

A CAIXA apresentou medidas para apoiar 1,6 mil entidades, entre Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, de todas as regiões do país. Essas ações permitem a tais instituições a possibilidade de pausa de até 180 dias nos pagamentos de operações já contratadas do CAIXA Hospitais, CAIXA Giro SUS e CAIXA Hospitais FGTS.

Além da pausa nos pagamentos, foi divulgada a linha de crédito com taxa pós-fixada, indexada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A linha CAIXA Hospitais Pós tem taxas a partir de 0,19% a.m. + CDI. A nova modalidade amplia o portfólio do banco para o segmento e permitirá ao hospital escolher a melhor alternativa frente à sua realidade financeira.

Na atual gestão, o banco ampliou o portfólio de produtos para as Santas Casas e reduziu em 70% as taxas de juros, com isso, desde Jan/19, R$ 5,8 bilhões foram contratados no segmento de saúde da população, dos quais R$ 3,5 bilhões foram concedidos durante o ano de 2021.

Crédito Agro

CAIXA participa pela 1ª vez no Plano Safra

O CAIXA Mais Brasil, no acumulado de todas as visitas, já teve contato com 26 pequenos produtores rurais e 31 empreendimentos do agronegócio. Por essa vivência e atenta à relevância do segmento agropecuário, a CAIXA vem ampliando as alternativas de crédito rural e o desenvolvimento de novos produtos voltados ao segmento.

A CAIXA, que tem se reinventado para atender produtores que, até então, estavam fora do sistema de crédito. Um exemplo é a Carreta Agro CAIXA, iniciativa pensada a partir das experiências obtidas nos encontros do CAIXA Mais Brasil. Desde outubro de 2020, a Carreta tem percorrido as regiões estratégicas para o agronegócio brasileiro, com equipes da CAIXA atendendo os agricultores da cidade, eventualmente indo até roças e fazendas mais distantes.

Lançamento de linhas de crédito para pescadores do Pronaf

No dia 12 de janeiro de 2022 a CAIXA divulgou duas linhas de crédito inéditas voltadas para pescadores artesanais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A taxa de juros dos novos produtos inicia-se a partir de 3% ao ano e o prazo para reembolso, na modalidade de custeio da atividade pesqueira, é de até 12 meses; já na modalidade de recursos para investimento o prazo é de até 120 meses.

Na modalidade de custeio, o recurso pode ser utilizado para financiamento das despesas relacionadas à captura do pescado e à conservação das embarcações e equipamentos, sendo possível contratar até R$ 250 mil

Para investimento, o pescador pode financiar a aquisição e reforma de máquinas e equipamentos, bem como a construção ou ampliação de benfeitorias, sendo possível contratar até R$ 200 mil.

As linhas vão contribuir para o desenvolvimento da economia nas regiões próximas à costa, rios e lagos. Além disso, vão apoiar também a profissionalização desses trabalhadores, que são, em sua maioria, produtores familiares, com produção destinada ao mercado local e ao próprio consumo.

Outras linhas para o setor pesqueiro

A CAIXA destina ao setor pesqueiro diversas soluções de crédito para o financiamento dessas atividades. Toda a cadeia é beneficiada pelos recursos disponibilizados pelo banco, desde pescadores artesanais até cooperativas e agroindústrias.

Para a comercialização, o banco dispõe da modalidade de financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP). Com ela, é possível financiar a aquisição do pescado diretamente do pescador por preço adequado ao mercado. O público-alvo são empresas beneficiadoras do pescado, incluindo cooperativas e agroindústrias.

Também é disponibilizado às cooperativas que beneficiam o pescado crédito para cobrir as despesas relacionadas ao processo de industrialização da produção.

Para aquicultores que cultivam peixes e crustáceos em águas da União, a CAIXA divulgou, em novembro de 2021, o lançamento de linhas de crédito para custeio, comercialização, investimento e industrialização destas culturas. Até então, o financiamento ao setor abrangia somente as culturas exploradas em tanques escavados. Os recursos são destinados aos beneficiários do Pronaf e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), além dos grandes produtores.

Retomada de Obras Paralisadas de Entes Públicos

As visitas do CAIXA Mais Brasil também proporcionaram maior sensibilidade dos gestores da CAIXA quanto à importância da retomada de obras que estavam paralisadas e da realização de ações efetivas por parte da CAIXA para indução junto aos Entes Públicos para efetivação destas retomadas, uma vez que aqueles são os responsáveis pela execução dos empreendimentos.

---

[6] Auxílio Emergencial, BEm, Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, benefícios previdenciários, demais programas federais, estaduais e municipais de transferência de renda e pagamento emergencial e regular de FGTS.
[7] Pessoas que não estavam em nenhum cadastro do Governo.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

No 4T21, 345 obras que se encontravam paralisadas no início de 2021 deixaram essa condição ao longo do período, mantendo a tendência de redução de obras paralisadas ao longo de todo o ano. No acumulado de 2021 um total de 2.622 obras foram retomadas, totalizando valor de R$ 8,97 bilhões em investimentos, dos quais cerca de R$ 4,3 bilhões são originários do Orçamento Geral da União (OGU) e R$ 4,6 bilhões utilizam recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No caso dos contratos de Repasse de recursos do OGU, em que a CAIXA é remunerada conforme os avanços físicos das obras, a retomada dos empreendimentos é extremamente positiva por representar a ampliação de geração de receitas de prestação de serviços. Contribui ainda para a entrega destes empreendimentos à população, auxiliando assim na efetivação das políticas públicas.

Nos contratos de financiamento com recursos originados do FGTS, em que as garantias das operações são o Fundo de Participação dos Estados/Municípios ou o Aval da União, as retomadas também contribuem de modo positivo para os resultados da CAIXA, na medida em que viabilizam o desembolso de recursos previstos no plano orçamentário e sua efetivação em Saldo Gerador de Receitas.

Os resultados foram frutos de ações realizadas pela Rede de Governo a partir de assistência técnica aos Entes, diagnóstico detalhado das causas das paralisações, promoção de agendas com os Entes visando a retomada das obras e análise das reprogramações e orçamentos dos contratos a serem retomados, de modo a verificar a consistência da solução apresentada e garantir obediência aos regramentos dos programas.

No ano de 2021 a CAIXA lançou a cartilha "Obras Paralisadas: Proposições Construtivas" destinada aos pequenos e médios Municípios, com orientações sobre as melhores práticas em todas as etapas de execução, da licitação até a entrega final das obras. A cartilha está disponível na aba de downloads no site da CAIXA (www.caixa.gov.br).

Programas de Crédito para Entes Públicos

O Programa CAIXA Mais Brasil trouxe a oportunidade de aprofundar o conhecimento das distintas necessidades de Municípios e de localidades em todo o país.

Entre as principais necessidades identificadas junto aos Municípios está o desconhecimento em como ter acesso às linhas de crédito para infraestrutura, em especial pelos Municípios de menor porte.

Diante disso foi desenvolvida a estratégia de "Apoio ao Crédito Futuro Governo". Foi identificado que diversos Municípios não estavam aptos a pleitear operações de crédito devido às inconsistências nas informações contábeis disponibilizadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para subsidiar a ação, foi elaborada cartilha com esclarecimentos sobre os impedimentos para contratação de crédito e quais contas contábeis são utilizadas na avaliação.

As Gerências e Representações de Filial Executivas de Governo prestam assistência técnica para auxiliar os Municípios no preenchimento de informações contábeis, saneando as pendências e possibilitando a realização da avaliação de risco do tomador.

Essas ações viabilizaram o acesso dos Municípios às contratações de operações de crédito.

Após a visita realizada pelo programa CAIXA Mais Brasil, foram firmados 157 contratos de crédito para infraestrutura, com 60 Municípios, totalizando o valor de R$ 11,1 bilhões.

No total das operações de crédito, entre 2019 e 2021, foram efetivados 1.533 contratos com Entes Públicos, totalizando R$ 23,3 bilhões de investimentos. Somente no ano de 2021, foram realizados 365 novos contratos de financiamento, totalizando R$ 5,9 bilhão.

Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados e Municípios

A CAIXA atua como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral, permitindo que Municípios de todo o País tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequada à realidade de cada Município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos Ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

No 4T21, foram concluídas 1.432 obras, totalizando o valor de R$ 970 milhões em contratos de repasse. No mesmo período, foram contratadas 4.789 novas operações de repasse, no valor total de R$ 5,32 bilhões.

Benefícios Sociais

Durante todo o ano de 2021, a CAIXA pagou um montante de R$ 250,4 bilhões em benefícios sociais continuados e emergenciais. Esses valores contemplam os pagamentos dos programas Auxílio Emergencial, Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda - BEm, Auxílio Brasil, Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, benefícios previdenciários do INSS e programas regionais emergenciais e demais benefícios sociais continuados de transferência de renda.

Programas Regionais de Transferência de Renda

Nas visitas do CAIXA Mais Brasil foram identificadas demandas dos Municípios para realização de pagamento de Programas Regionais Emergenciais de Transferência de Renda, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social da população, agravada pela pandemia do Coronavírus.

Para atender a essa necessidade, a CAIXA ofereceu solução ágil de atendimento aos Entes Públicos e à população, através do pagamento dos benefícios por meio da conta Poupança Social Digital e disponibilização do aplicativo CAIXA Tem para movimentação dos recursos sem a necessidade de comparecimento do beneficiário a um canal físico da CAIXA.

Somando-se os benefícios regionais emergenciais e continuados, no ano de 2021 foram realizados pagamentos de 8,0 milhões de pagamentos, no valor total de R$ 1,8 bilhão em benefícios pagos.

Recepção aos Novos Gestores Municipais

Outra necessidade apontada nas visitas do CAIXA Mais Brasil foi a de auxiliar os Municípios no processo de transição com os novos gestores municipais eleitos. Assim, em outubro de 2020, foi lançada a estratégia de "Recepção aos Gestores Municipais Eleitos e Reeleitos", implantada no decorrer do primeiro semestre de 2021.

Foram realizadas reuniões com Prefeitos (as), gestores e equipes técnicas para apresentar as soluções CAIXA que podem auxiliar na efetivação dos planos de governo dos gestores eleitos, além de apresentar a situação dos contratos que o Município detém com a CAIXA. Essa aproximação demonstrou a importância da realização de Oficinas de Assistência Técnica.

As Oficinas gratuitas são oferecidas para os Clientes Governo e têm como objetivo desenvolver as equipes técnicas em temas como Financiamento, Parcerias Público-Privada, Contratos de Repasse OGU e produtos CAIXA. As campanhas de capacitação se estenderam por todo o ano de 2021, com diferentes temas e abordagens.

Saneamento e infraestrutura

Pela grande relevância e protagonismo que possui, e por estar intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico nacional, as operações nos segmentos de saneamento e infraestrutura estão inseridas no escopo de atuação estratégica da CAIXA e, desde janeiro de 2019, estão presentes nas agendas do CAIXA Mais Brasil. Foram visitadas, por meio do CMB, 60 obras financiadas pela CAIXA. Além disso, houve o contato direto da alta administração do banco em 27 reuniões com representantes dos ramos de infraestrutura, indústria, habitação e comércio. Essas agendas e encontros são fundamentais para que a CAIXA consiga ter uma visão privilegiada dos problemas e oferte soluções e projetos inovadores, capazes de trazer qualidade de vida à população.

Atuação como Banco Social

Ações em apoio aos municípios atingidos pelas enchentes

Em dezembro, a CAIXA tomou medidas em apoio aos municípios atingidos pelas enchentes nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. O banco enviou empregados especialistas da área de Governo, Habitação e FGTS para prestar apoio técnico às prefeituras da região.

Para atendimento aos moradores das regiões atingidas, a CAIXA deslocou caminhões- agência. Essas agências móveis realizam os mesmos serviços de uma agência física, funcionando das 8h às 16h.

Foi iniciado o pagamento do Auxílio Gás para mais de 108 mil famílias selecionadas de municípios atingidos pelas chuvas e que são beneficiárias do Auxílio Brasil. O banco também mobilizou equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS para orientação aos municípios quanto ao preenchimento dos documentos de habilitação.

Tabela 3 – Disponibilidade de Saque Calamidade FGTS

Municípios com Saque Calamidade do FGTS Disponível

Bahia				
Canavieiras	Coaraci	Eunápolis	Floresta Azul	Gandu
Ibicaraí	Ibicuí	Ilhéus	Itabela	Itabuna
Itauípe	Itamaraju	Itapé	Itapetinga	Itapitanga
Itororó	Jaguaquara	Jequié	Jiquiriçá	Medeiros Neto
Mundo Novo	Porto Seguro	Prado	Teixeira de Freitas	Teolândia
Ubaitaba	Vitória da Conquista		Wenceslau Guimarães	
Minas Gerais				
Águas Formosas	Almenara	Dores do Indaiá	Governador Valadares	Igarapé
Itabirito	Juatuba	Machacalis	Mario Campos	Mateus Leme
Nova Lima	Poço Fundo	Rio Acima	Rio Manso	Sabará
São Joaquim de Bicas		Santo Antônio do Monte		
Rio de Janeiro				
Petrópolis			Italva	
Santa Catarina				
São Cristovão do Sul			Bom Jesus	
Paraná				
Paulo Frontin				
São Paulo				
Barretos				

Na área habitacional, a CAIXA possibilitou a pausa de até 90 dias nos contratos de financiamento habitacional nas regiões atingidas, mediante solicitação. As unidades da CAIXA também deram suporte aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata. Além disso, foram enviadas equipes de engenharia do banco à região para prestar o apoio necessário às habitações sociais atingidas e adotar medidas necessárias.

No apoio aos governos locais, a CAIXA ofereceu suporte técnico às prefeituras para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, dentre outras.

Outra ação em curso é a adoção de medidas de apoio à população de Petrópolis (RJ) em virtude das chuvas recentes. Será liberação do Saque Calamidade do FGTS aos moradores das localidades afetadas, envio de caminhão agência e equipe de especialistas nas áreas de Habitação, Governo e FGTS para atender a população e prestar apoio técnico à prefeitura. Também estão liberadas a pausa no financiamento habitacional, análise rápida para acionamento de seguros, pausa em financiamentos para hospitais, além de auxílio técnico para empreendimentos e obras públicas em situação crítica.

Início do pagamento do Auxílio Brasil

A CAIXA iniciou os pagamentos do Auxílio Brasil no dia 17 de novembro de 2021. O programa do Governo Federal substituiu o Bolsa Família e tem como público-alvo as famílias em situação de vulnerabilidade social. Apenas nos dois últimos meses de 2021 foram pagos R$ 9,0 bilhões à população brasileira.

Ao final de 2021 o Auxílio Brasil já beneficiava 14,5 milhões de famílias e em Fev/22 esse número alcançou 18,0 milhões de famílias.

O benefício integra, em um só programa, diferentes políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. Fazem parte do Auxílio Brasil nove modalidades de benefícios, previstas na Medida Provisória 1.061/2021.

Início do pagamento do Auxílio Gás dos Brasileiros

A CAIXA iniciou o pagamento do Auxílio Gás dos Brasileiros. O novo programa do Governo Federal tem como objetivo mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) sobre o orçamento das famílias de baixa renda.

Os critérios para concessão do benefício são definidos pelo Ministério da Cidadania. As famílias beneficiadas terão direito, a cada bimestre, a um valor monetário correspondente a uma parcela de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg (treze quilogramas) de GLP, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos 6 (seis) meses anteriores, conforme definição em regulamento.

Os cartões e senhas utilizados para saque do Programa Auxílio Brasil podem ser utilizados para o recebimento do Auxílio Gás. A CAIXA exerce o papel de agente operador e pagador do benefício, disponibilizando os valores concedidos pelo Ministério da Cidadania às famílias beneficiadas.

Pagamento de Benefícios Sociais

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira.

Ao longo desta gestão foram pagos um volume superior a R$ 1,3 trilhão em benefícios sociais continuados e emergenciais, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 – Benefícios sociais

Benefícios Sociais Continuados(a) - Valor Pago (R$ bilhões)

Programa	2021	2020	2019	Total
INSS	113,5	110,4	105,7	329,6
FGTS - Saque Regular	119,7	129,2	125,3	374,2
Seguro Desemprego	35,5	40,1	37,4	113,0
Bolsa Família	16	18,6	30,1	64,7
Abono Salarial	9,3	16,9	15,6	41,8
Auxílio Brasil	9,0	-	-	9,0
Benefícios Regionais Continuados	0,5	0,4	0,3	1,2

Benefícios Sociais Emergenciais(b) - Valor Pago (R$ bilhões)

Programa	2021	2020	2019	Total
Auxílio Emergencial	60,3	294,1	-	354,4
Bem	4,4	16,4	-	20,8
Benefícios Regionais Emergenciais	1,2	0,9	-	2,1
FGTS - Saque Emergencial	-	24,2	-	24,2
Total (a) + (b)	**369,4**	**651,2**	**314,4**	**1.335,0**

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

A CAIXA destinará cerca de R$ 150,0 milhões de seu lucro para implementação de projetos socioambientais, voltados à preservação do meio ambiente e apoio às comunidades vulneráveis, promovendo inserção social e econômica, em especial, com a oferta de crédito por meio da plataforma CAIXA Tem, além de educação ambiental para o manejo sustentável.

O Programa CAIXA Florestas, por meio de ações práticas e financiamento, atua na recuperação e proteção de florestas e unidades de conservação em todos os biomas brasileiros, além de valorizar a biodiversidade do país.

Os primeiros oito projetos já estão habilitados, beneficiando ao todo 77 municípios nos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Pará, Goiás, Bahia e Espírito Santo. Ao total, os projetos contarão com investimento de R$ 60 milhões do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA), promovendo o plantio de 3,7 milhões de árvores, beneficiando diretamente a 1,5 milhão de cidadãos e preservando mais de 2,2 mil nascentes:

Projeto Sabará-Caeté - localizado em Sabará/MG, com investimento de R$ 745 mil do FSA, beneficia cerca de 150 mil pessoas, tem previsão de plantio de 60 mil árvores e de recuperação de 20 nascentes. Ribeirão Sabará-Caeté/MG.

Projeto Nascentes Vivas - localizado em Montes Claros e Região/MG, com investimento de R$ 10,26 milhões do FSA, beneficia cerca de 741 mil pessoas, tem previsão de plantio de 450 mil árvores e de recuperação de 1.500 nascentes. Rio Grande Verde/MG.

Projeto Rio Manuel Alves da Natividade - localizado em Dianópolis e Região/TO, com investimento de R$ 6,97 milhões do FSA, beneficia cerca de 63 mil pessoas, tem previsão de plantio de 102 mil árvores e de recuperação de 640 nascentes. Bacia dos Rios Tocantins-Araguaia/TO.

Projeto Marajó Socioambiental - localizado no Estado do Pará, com investimento de R$ 4,99 milhões do FSA, beneficia cerca de 9 mil pessoas e tem previsão de plantio de 500 mil árvores.

Projeto Águas Cerratenses - localizado no Estado de Goiás, com investimento de R$ 10,11 milhões do FSA, beneficia cerca de 262 mil pessoas, tem previsão de plantio de 880 mil árvores e de recuperação de 40 nascentes. Bacia dos Rios Tocantins-Araguaia/TO.

AGUÁS CERRATENSES

Local: Estado de Goiás /GO | FSA: 10,11 milhões | Beneficiários: 262 mil | Nº Árvores: 880 mil | Nº Nascentes: 40

Projeto Bacia Rio das Velhas - localizado em Belo Horizonte/MG, com investimento de R$ 2,46 milhões do FSA, beneficia cerca de 126 mil pessoas, tem previsão de plantio de 7 mil árvores e de recuperação de 3 nascentes. Microbacia do Isidoro - Belo Horizonte/MG.

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA MICROBACIA DO ISIDORO – BACIA RIOS DAS VELHAS

Local: Belo Horizonte/MG | FSA: 2,46 milhões | Beneficiários: 126 mil | Nº Árvores: 7 mil | Nº Nascentes: 3

Projeto Pomares da Mata - localizado nos Estados do Espírito Santo e Bahia, com investimento de R$ 5,6 milhões do FSA, beneficia cerca de 57 mil pessoas e tem previsão de plantio de 500 mil árvores.

Projeto Fogões + Eficientes - localizado nos Estados do Tocantins e Bahia, com investimento de R$ 19 milhões do FSA, beneficia cerca de 25 mil pessoas, tem previsão de plantio de 1,2 milhão de árvores e de construção de 7 mil fogões eficientes.

Os projetos Sabará-Caeté, Nascentes Vivas, Rio Manuel Alves da Natividade, Microbacia de Isidoro – Rio das Velhas e Águas Cerratenses foram selecionados pelo Programa Águas Brasileiras.

O Selo Aliança pelas Águas Brasileiras visa estimular o patrocínio a projetos de revitalização de bacias hidrográficas, conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação das águas brasileiras e incentivar o compartilhamento das boas práticas e sua replicação em outros locais.

O CAIXA Florestas é o maior programa de preservação ambiental do Brasil, e demonstra o compromisso do banco como fomentador de políticas de preservação da natureza e de inclusão das comunidades que delas sobrevivem, reforçando o seu propósito em ser o banco de todos os brasileiros.

Participação na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26)

O encontro sobre o clima e o meio ambiente reuniu representantes dos 196 países signatários do Acordo de Paris. Entre os assuntos discutidos estavam ações de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, emissão de gases que provocam efeito estufa e aquecimento global.

Na ocasião, a CAIXA anunciou diversas ações socioambientais e novidades no portfólio do banco voltadas a negócios sustentáveis, especialmente para incentivar a produção de energia limpa, sendo quatro linhas de crédito para pessoas físicas, empresas e o setor do agronegócio, específicas a projetos que promovam a utilização de energias renováveis e a redução de insumos, resíduos e emissões de gases contra o efeito estufa.

A CAIXA, como o banco de todos os brasileiros, tem papel fundamental na inclusão social e proteção ao meio ambiente, e por isso investe em diversas ações socioambientais, reforçando o seu apoio ao desenvolvimento verde e valorização da sociedade brasileira.

Tecnologia

Core Business 100% Digital

Compostos pelo CAIXA Tem, Internet banking e App CAIXA (mobile), os meios de pagamentos digitais são aprimorados continuamente pela CAIXA e obtiveram, no 4T21, 80,5% de participação no total de transações efetuadas, excluindo-se aquelas realizadas nas unidades lotéricas, Correspondentes CAIXA Aqui e rede parceira compartilhada. Somente nos canais mobile, no App CAIXA Tem e Internet banking foram realizadas 10,3 bilhões de transações no acumulado de 2021.

Estão disponíveis nos canais mobile os principais serviços e produtos da CAIXA que proporcionam aos clientes todas as funcionalidades em uma jornada 100% digital:

- Poupança Digital;
- Habitação Digital;
- FGTS Digital;
- Loterias On-line.

Plataforma Digital – CAIXA Tem

Atingindo o recorde de mais de 109 milhões de contas poupanças sociais digitais gratuitas abertas até o final de dezembro de 2021, o App CAIXA Tem, foi construído em tempo recorde (10 dias) e viabilizou o maior movimento de inclusão social, digital e financeira do Brasil, sendo utilizado para pagamento de todos os benefícios sociais. O App apresenta o menor consumo de dados do mercado, e tem foco nos segmentos de renda básica, social e microempreendedor individual (MEI). Dentre as suas funcionalidades estão o pagamento de boletos, contas, utilização de cartão de débito virtual e QR Code para fazer compras, e saque sem cartão.

No acumulado do ano de 2021, foram realizados 73,3 milhões de downloads do aplicativo CAIXA Tem, tendo os clientes realizado 2,2 bilhões de transações eletrônicas e financeiras nesse período.

Modernização do Parque Tecnológico

A CAIXA investe em melhoria, inovação e aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Até o início desta gestão a Caixa possuía em seu parque tecnológico 6 mainframes (supercomputadores).

Com o intuito de modernizar e propiciar ganho de escala, foram atualizados os 6 equipamentos existentes e adquiridos 6 novos equipamentos, chegando a 12 no total, dobrando sua infraestrutura. Em função do aumento da capacidade de processamento oriundo das aquisições, a CAIXA garantiu o atendimento de todos os benefícios sociais sem impactos de origem tecnológica.

A modernização do parque tecnológico da Caixa foi condição fundamental para o suportar o volume de transações necessárias para a operacionalização do pagamento Auxílio Emergencial.

Cartão de Débito Virtual

No 4T21, a base de 116,6 milhões de cartões virtuais CAIXA foram responsáveis por 3,5 milhões de transações realizadas e R$ 452,1 milhões em recursos transacionados. No acumulado de 2021, foram 27,0 milhões de transações realizadas e um volume de R$ 4,2 bilhões em recursos transacionados. É importante salientar que os cartões virtuais CAIXA foram desenhados tendo como foco prioritário o público de menor renda.

A CAIXA, desde o lançamento da plataforma digital CAIXA Tem, aprimorou seu cartão de débito virtual com a finalidade de permitir seu uso pelos beneficiários dos programas sociais em mais de 1 milhão de lojas físicas e virtuais.

Funcionalidade QR Code no App CAIXA Tem

No 4T21, os clientes CAIXA movimentaram R$ 605,7 milhões por meio de 11,9 milhões de transações via *QR Code*. No acumulado de 2021, foram 60,2 milhões de transações, que movimentaram R$ 3,7 bilhões. Os números reforçam o compromisso da CAIXA em ser o banco de todos os brasileiros, pois o público alvo da funcionalidade QR *Code* no app Caixa Tem é a população de menor renda.

A funcionalidade está disponível para uso em lojas físicas que possuem equipamentos com tecnologia compatível para efetuarem as transações. No App também é possível que seus usuários enviem e recebam recursos entre si sem a necessidade de digitar dados bancários do destinatário dos recursos.

Empresas do Conglomerado

A seguir serão apresentados os marcos de gestão das subsidiárias em sinergia com a estratégia definida nessa gestão as quais agregam elevado valor no resultado e nos negócios da CAIXA.

CAIXA Seguridade

Em 2019 e 2020 foram realizados acordos de parcerias com 05 *joint ventures* nos segmentos Vida, Prestamista, Previdência, Habitacional, Residencial, Serviços de Assistência, Consórcios e Capitalização totalizando R$ 9,8 bilhões.

Por meio da revisão das parcerias, a CAIXA Seguridade alavancou o desempenho nas operações, o que já resultou no alcance do 2º lugar no ranking de prêmios e contribuições de previdência, melhorando sua posição em relação ao ano de 2018 quando figurava na 4º posição.

No 1T21 a CAIXA implementou um novo modelo de corretagem, com corretora 100% própria, o que agregará maior resultado para uma linha de negócios sem riscos.

No 2T21 foi realizada a abertura de capital (IPO) da CAIXA Seguridade com um volume financeiro de R$ 5,0 bilhões e 150 mil investidores pessoa física. A empresa está listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

No período, foi realizado processo competitivo com a seleção de novas parcerias com co-corretoras listadas e reconhecidas nacional e internacionalmente, num modelo de multi-parceria, alavancando e demandando desempenho em todas as operações estratégicas.

A participação econômica nas empresas operacionais aumentou, saindo de 48% para 60% em Vida, Prestamista e Previdência; de 48% para 75% em Seguros Habitacional e Residencial, capitalização e consórcio; de 0% para 75% em Serviços de Assistência; e de 12% indiretos para 100% com a Corretora Própria. Alcançou-se maior nível de governança com representação igualitária no Conselho de Administração, diretoria e comitês.

Ainda no 2T21, a CAIXA Seguridade, por meio de sua controlada em conjunto XS4 Capitalização, e a Liderança Capitalização firmaram acordo de parceria, com interveniência-anuência da CAIXA Seguridade, para fornecimento, distribuição e venda do produto Tele Sena, emitido pela Liderança, em Casas Lotéricas e Correspondentes CAIXA Aqui.

No 3T21, o Banco Central do Brasil homologou a alteração no grupo de controle da XS5 Administração de Consórcios S.A. com a entrada da CNP *Assurances* Participações S.A.

Foram cumpridas todas as condições necessárias ao início das operações da nova parceria, que tem a exclusividade na venda dos produtos de Consórcio na rede de distribuição da CAIXA.

Ainda no 3T21, foi aprovado o início de processo competitivo para seleção de seguradora para disponibilização de apólice de seguro habitacional, na condição de opção independente, nos canais de distribuição da CAIXA, em cumprimento da regulação em vigor. O acordo comercial a ser firmado no âmbito deste processo manterá, no mínimo, o direito econômico da CAIXA Seguridade na emissão dos prêmios de seguro habitacional no âmbito do novo modelo de atuação.

No dia 20 de outubro, a CAIXA Seguridade lançou o título de capitalização X Cap do Bem. O anúncio aconteceu durante *live* que contou com a presença do Presidente da CAIXA e de representantes da instituição APAE Brasil.

O cliente que adquirir o produto doará automaticamente metade do valor do título para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE Brasil) e suas mais de 2,2 mil filiadas localizadas em diversas regiões do país.

CAIXA *Asset*

Com mais de R$ 438 bilhões sob gestão e figurando na 4ª posição entre maiores gestora do país conforme Ranking ANBIMA de Gestão de Recursos de dezembro de 2021, a CAIXA Asset foi criada para ser o braço de gestão de fundos de investimento do conglomerado CAIXA.

Em 2021, com uma captação líquida de R$ 42 bilhões foi considerada a segunda gestora com maior captação no ano, alcançando uma participação de mercado de 6,37%.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**

No dia 14 de abril de 2021, foi registrada Escritura Pública de Constituição da Sociedade Anônima CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, por sua controladora a Caixa Econômica Federal, com processo de Constituição da CAIXA *Asset* em tramitação junto ao Banco Central do Brasil.

Em 30 de agosto de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à CAIXA *Asset* autorização para atuar como Gestora de Carteira de Valores Mobiliários.

Finalizados os processos de autorização e habilitação junto aos órgãos reguladores e autorreguladores em setembro de 2021, a CAIXA *Asset* ficou apta a atuar e a CAIXA deu início ao processo de migração dos fundos para administração pela subsidiária.

O Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento da CAIXA DTVM S.A. ("CAIXA *Asset*") no dia 27 de setembro de 2021.

CAIXA Cartões

Buscando fortalecer a atuação no mercado de meios de pagamentos eletrônicos, no 2T21 foram realizadas as parcerias estratégicas com o segmento de adquirência e pré-pagos com a Fiserv e a VR-FLEETCOR, respectivamente, pelo prazo de 20 anos e parceria preferencial com a VISA pelo prazo de 10 anos.

A VR-FLEETCOR subscreveu um aumento de capital na CAIXA Pré-Pagos no valor total de R$ 420,0 milhões, dos quais R$ 400,0 milhões foram pagos à CAIXA, em razão da ativação da outorga concedida à CAIXA Cartões e R$ 20,0 milhões comporão o investimento inicial da operação.

Conforme previsto no acordo de acionistas, devido à maior contribuição da CAIXA Cartões no resultado da Elo, houve aumento de participação acionária de 4,5%, saindo de 36,9% para 41,4%.

No dia 05 de julho de 2021, a CAIXA Cartões Holding, realizou a primeira transação com a Maquininha CAIXA Pagamentos, dando assim início oficial às vendas e operação das "maquininhas" em sociedade com a empresa Fiserv, Inc. Em menos de um semestre completo de operação foram credenciados, até o fim de 2021, 111,6 mil estabelecimentos.

A maquininha CAIXA Pagamentos representa a entrada do banco no chamado mercado de aquirencia e suporte para captura de transações por meio de terminais POS (*Point of Sale* ou *Point of Service*), possuindo uma solução completa de gateway de pagamento online. Além disso, aceita as principais bandeiras disponíveis no mercado, incluindo as do ramo de alimentação, e realiza pagamentos por aproximação de cartão e QR Code, como o CAIXA Tem.

No dia 15 de dezembro de 2021, concluiu-se a operação e implementação do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR para formação de nova parceria societária do tipo *Joint Venture,* constituindo a nova companhia CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A.

A formação da CAIXA Pré-Pagos é um importante marco e estabelece um novo patamar no ecossistema de meios de pagamento, ampliando o portfólio de produtos do Conglomerado CAIXA, no intuito de promover soluções de pagamento que impactem o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma acessível, inclusiva e transparente.

Mercado de Capitais

No período de 2019 até dezembro de 2021 a CAIXA realizou mais de R$ 114 bilhões em operações relevantes no mercado de capitais.

Figura 2 - Operações de Mercado de Capitais

ATUAÇÃO DA CAIXA PARA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DO COVID-19

A CAIXA é o banco de todos os brasileiros. Está presente em mais de 99% dos municípios do país, com 26,7 mil pontos de atendimento físicos, sendo 4,3 mil agências e postos de atendimento, 13,4 mil unidades lotéricas, 9,0 mil correspondentes bancários exclusivos, 9 agências caminhão e 2 agências barco.

Auxílio Emergencial 2021

Com a continuidade da pandemia de COVID-19 no ano de 2021, a CAIXA continuou com a operacionalização do Auxílio Emergencial, sendo o agente pagador do programa, assim como no ano de 2020. Com a experiência adquirida, o calendário foi organizado para que o atendimento continue ocorrendo de forma organizada e sem aglomeração.

No Auxílio Emergencial 2021 não foi necessária a realização de um novo cadastro, tendo o pagamento sido iniciado no dia 06 de abril de 2021.

O beneficiário teve, durante todo o ano, toda a comodidade de receber seu benefício por meio da Plataforma Digital da CAIXA, o CAIXA Tem, podendo realizar pagamentos e transferências, sem necessidade de se deslocar até uma agência.

Em 2021 foram pagas 281,1 milhões de parcelas do Auxílio Emergencial 2021, o que correspondeu ao montante de R$ 60,3 bilhões em benefícios pagos.

Além do Auxílio Emergencial, a CAIXA foi e é responsável pela operacionalização de diversos benefícios, programas sociais e ao trabalhador, que contribuem para a redução das desigualdades sociais e são essenciais para a manutenção da dignidade humana, principalmente em épocas afligidas pela emergência de saúde pública mundial relacionada ao novo coronavírus (COVID-19).

BEm 2021 – Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda

Nos termos da medida provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, foram iniciados os pagamentos do novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda 2021(BEm), no dia 28 de maio de 2021. Em 2021, foram realizados 5,2 milhões de pagamentos, o que corresponde ao montante de R$ 4,4 bilhões em benefícios pagos.

Programas regionais emergenciais de transferência de renda

Em 2021 em continuidade à execução da estratégia de maior aproximação com estados e municípios, a CAIXA manteve a operação de Programas Regionais Emergenciais de Transferência de Renda.

De janeiro a dezembro de 2021 foram assinados 54 contratos, beneficiando mais de 1,7 milhão de pessoas, realizando o pagamento de 3,6 milhões de parcelas, no montante de R$ 1,2 bilhão em benefícios.

Saque-Aniversário do FGTS

No 4T21, a operação de crédito para Antecipação do Saque-Aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) resultou na contratação de R$ 1,5 bilhão, distribuídos em 1,1 milhão de operações. No acumulado de 2021, R$ 7,4 bilhões foram contratados em 4,6 milhões de operações.

A CAIXA detém 40% das contratações sendo a instituição líder no mercado, somando R$15,1 bilhões no período de julho de 2020 a janeiro de 2022. O volume de clientes atendidos supera 2,3 milhões em 7,4 milhões de operações.

Com essa sistemática, deixa de ser necessário que os trabalhadores aguardem o mês de seu aniversário para terem acesso aos recursos. A linha ganhou ainda mais vantagens, já que a partir de fevereiro de 2022 é possível antecipar o benefício dos próximos cinco anos com uma das taxas mais baixas praticadas para pessoa física, de 1,49% a.m. e jornada 100% digital para maior comodidade do cliente CAIXA.

A linha de antecipação do Saque-Aniversário do FGTS também possibilita a reinserção dos brasileiros no mercado de crédito, uma vez que pode ser contratada inclusive pelos clientes com restrições cadastrais.

Antecipação do Saque-Aniversário do FGTS via Token SMS

A CAIXA lançou mais uma opção para contratação da Antecipação do Saque Aniversário do FGTS. Agora a modalidade poderá ser contratada via Token SMS, sem a necessidade do cliente se deslocar até uma agência, sendo também uma alternativa à contratação pelo Internet Banking.

A autenticação via Token coloca a CAIXA em linha com as melhores práticas do mercado, contribuindo para consolidação do banco como protagonista e líder nessa modalidade. O cliente ganha em agilidade e comodidade, ao mesmo tempo que tem a confiança de estar sendo atendido por um gerente da CAIXA. Tanto as agências físicas quanto as digitais já podem operar o produto.

Crédito Pessoa Jurídica

PRONAMPE

A CAIXA foi o primeiro banco a contratar esta linha de crédito, tendo 35,7% de *market share* do produto em volume de concessões. Durante o ano de 2021 foram contratados R$ 6,7 bilhões, contemplando 85,2 mil empresas e considerando o período acumulado desde 2020 foram contratados mais de R$ 22,0 bilhões, contemplando 202,0 mil empresas.

Com o objetivo de consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional, o novo limite, autorizado pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO) subsidiado na Lei 14.161 de 2 de junho de 2021, vai auxiliar empreendedores e pequenas empresas que necessitam de crédito.

FAMPE

Em 2021, foram contratados R$ 4,4 bilhões referente à linha de crédito amparada pelo Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), beneficiando 58,8 mil empresas. No acumulado desde 2020 essa modalidade contratou R$ 6,9 bilhões atendendo 85,3 mil empresas, que puderam contar com o Crédito Assistido do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), antes, durante e após a contratação.

Empregados e Colaboradores

Contratação de novos empregados

A CAIXA anunciou ao todo mais de 17,8 mil contratações de colaboradores, entre empregados, prestadores e estagiários. No 4T21, apenas com relação a empregados, foram admitidas 1.511 pessoas, totalizando 5.105 contratações no acumulado de 2021.

Concurso exclusivo para Pessoas com Deficiência

A CAIXA realizou o maior chamamento de empregados com deficiência da história do Brasil. Foram cerca de 4 mil convocados desde 2019.

O concurso público exclusivo para PCD realizado em 2021 teve 992 pessoas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas e 100% dos classificados foram convocados em dezembro de 2021. As admissões iniciaram em janeiro de 2022 e em fevereiro a CAIXA alcançará cerca de 4,4 mil empregados PCD em seu quadro, atingindo a exigência legal de 5%.

Além disso, foram convocados todos os PCD aprovados no concurso de 2014, o que caracteriza a maior inclusão da história do banco.

Medidas de prevenção a COVID-19

A CAIXA, desde o início da pandemia, tem adotado inúmeras medidas para mitigar o risco de contágio e transmissão da COVID-19. O banco executou mais de 35 ações de prevenção, como a manutenção do trabalho remoto, reforço na higienização das unidades do banco, ações relacionadas à saúde emocional, criação de um grupo de crise 24 horas para avaliar a situação e a testagem em massa 100% custeada pela CAIXA para todos os empregados.

Além da indicação para o trabalho remoto (*home office*) de todos os empregados classificados como grupo de risco pelo Ministério da Saúde, a CAIXA, por iniciativa própria, expandiu o Grupo de Risco, criando o Grupo de Prevenção Ampliada, incluindo empregadas em período de amamentação, para crianças de até 1 ano de idade; pais com filhos com deficiência (PCD, imunodeprimidos, por exemplo) e empregados PCD.

COMPROMISSOS DA GESTÃO

A gestão da CAIXA tem foco em medidas para aumentar a eficiência operacional e gerar resultados de longo prazo, capazes de sustentar a atuação da sua operação, potencializar negócios e conferir transparência aos processos.

Para o alcance desses objetivos, sustentada nas premissas de ser um banco rentável e com foco na valorização da sociedade brasileira, a CAIXA definiu seis Eixos de Gestão para os próximos anos, englobando:

I. Meritocracia e Governança;

II. Crédito Imobiliário, Agro, Consignado e Microcrédito;

III. Eficiência e Redução de Custo;

IV. Monetização de Ativos;

V. Banco da inclusão;

VI. Integração entre Empregados, Lotéricos e Correspondentes.

I. EIXOS DE GESTÃO – Meritocracia e Governança

Implantação da cultura de valorização e reconhecimento por resultado, mediante processos de seleção transparentes, estruturados e isentos, e garantia de melhores práticas de governança e integridade, fortalecendo a realização de negócios com os devidos controles.

Retirada da Ressalva do Balanço da CAIXA, CAIXAPAR, FI-FGTS e FGTS

No dia 30 de junho de 2021, após a aprovação do Conselho Curador, as ressalvas que constavam há 10 anos no balanço do FI-FGTS foram retiradas. Na mesma data, as ressalvas que constavam desde 2016 foram retiradas do balanço do FGTS. Agora as demonstrações financeiras voltam a contar com o parecer da auditoria independente livre de quaisquer ressalvas.

Com isso, em 2021, pela primeira vez nos últimos 10 anos os balanços da CAIXA (ressalva retirada em 2019), CAIXAPAR (ressalva retirada em 2020), FGTS e FI-FGTS foram publicados sem ressalva.

O resultado obtido é consequência dos aprimoramentos realizados nos processos de administração, gestão e governança da CAIXA e dos fundos por ela administrados, que vem sendo implementados desde o exercício social 2019.

Reconhecimentos

As diversas ações de gestão com foco em boa governança e integridade levam a CAIXA a um reconhecimento por diversos entes de fiscalização, supervisão e controle. Como reconhecimentos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BACEN) e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), conforme abaixo:

- Melhor nota em Índice de Governança e Gestão Pública (iGG), pelo TCU
- Opinamento de auditoria anual de contas sem ressalvas, pela Controladoria Geral da União (CGU)
- Retirada da ressalva do balanço da CAIXA, CAIXAPAR, FI-FGTS e FGTS
- Nota máxima no IG-SEST (4º e 5º ciclo)
- Melhor *rating* no SRC – Sistema de Riscos e Controle emitido pela Supervisão Bancária do Banco Central
- 1º lugar no Prêmio Rede Governança Brasil
- Corregedoria CAIXA reconhecida pela CGU como uma das melhores do país
- CAIXA obtém a melhor nota global no quesito Ambiental pela Moody's
- Único banco da América do Sul com o maior *rating* ESG Social atribuído em "Relações com a comunidade, acesso social, preços acessíveis" pela Fitch *Ratings*
- 1º lugar (em 9 de 12 trimestres) dentre os grandes bancos, no ranking BACEN de qualidade de Ouvidorias desde 2019
- Premiação Bloomberg Línea dos 500 líderes da América Latina em 2021

Liderança Feminina

De forma inédita em sua história, a CAIXA promoveu, nesta gestão, diversos eventos de liderança feminina, com a participação de mulheres da alta gestão do banco. As participantes discutiram os desafios do dia-a-dia e elaboraram propostas para fomentar e ampliar a liderança feminina na Instituição, abrangendo a conciliação entre trabalho e vida pessoal, estilos de liderança, jornada e uso do tempo e cultura CAIXA.

Em dezembro, uma nova roda de conversa foi realizada com o intuito de discutir o espaço que as mulheres ocupam na CAIXA e como ampliar a ascensão feminina às funções de liderança no banco. De 2018 para 2021, houve um crescimento de 24% de mulheres nos cargos de chefe de unidade na CAIXA. O aumento é resultado de ações afirmativas da atual gestão para a equidade de gênero e a promoção de mais oportunidades para as mulheres.

No início da atual gestão não havia nenhuma mulher em cargo de dirigente do banco (Vice-Presidente ou Diretora). Atualmente, são 14 mulheres dirigentes, demonstrando a valorização por meritocracia e a adoção de medidas para potencializar a equidade de gênero na CAIXA.

II. EIXOS DE GESTÃO – Crédito Imobiliário, Agro, Consignado e Microcrédito

Nova linha de antecipação de frete para caminhoneiros

A CAIXA disponibilizou nova linha de crédito exclusiva para antecipação do pagamento de custos de frete. Com taxa de juros a partir de 1,99% ao mês, a operação de capital de giro beneficia toda a cadeia de transporte rodoviário de carga, ao disponibilizar os recursos diretamente na conta dos transportadores autônomos.

As empresas que contratam serviço de frete a prazo podem solicitar ao banco que antecipe seu pagamento diretamente para o transportador autônomo, que receberá o valor à vista por meio de crédito em conta da CAIXA, inclusive Conta Poupança Digital, no CAIXA Tem.

As empresas podem antecipar os fretes que tiverem registro no sistema da Secretaria da Fazenda a partir da emissão do Manifesto Eletrônico Fiscal (MDF-e), documento amplamente utilizado pelas empresas do ramo, que armazena informações sobre a carga e os responsáveis pelo transporte.

A amortização do empréstimo é feita em parcela única, cujo vencimento será na mesma data estipulada pelo transportador no MDF-e para o pagamento do frete.

Crédito para o ano safra 2021/2022

Em sua primeira participação, a CAIXA iniciou o ano safra 2021/2022 com a oferta de R$ 35,0 bilhões em recursos de crédito ao agronegócio. Esse montante contempla R$ 7,0 bilhões em recursos equalizados pelo Governo Federal, além de R$ 28,0 bilhões em recursos CAIXA. A medida visa beneficiar, principalmente, agricultores familiares e pequenos e médios produtores rurais, além de agroindústrias e cooperativas. De julho a dezembro de 2021 já foram firmados mais de 5,8 mil contratos.

Figura 3 – Plano Safra 21/22

Os recursos são para o custeio de despesas do ciclo de atividades de culturas como: café, soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, arroz, gado, fruticultura e piscicultura, além da destinação para linhas de investimento para a construção de silos e armazéns, aquisição de máquinas e equipamentos e implantação de projetos de irrigação e de agricultura de baixo carbono (ABC). O crédito também visa viabilizar a comercialização, o beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e oferece a possibilidade de investimento para implantação, ampliação, ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários.

No 4T21, foram contratados R$ 5,2 bilhões em recursos no agronegócio, valor que representa um aumento de 179,9% em relação ao 4T20. Nesse período, a CAIXA diversificou a destinação desses recursos, sendo que R$ 2,1 bilhões foram distribuídos para Custeio, R$ 2,9 bilhões para Investimento, R$ 453 milhões para Comercialização/Estocagem de produtos agropecuários e R$ 376 milhões para Industrialização. Dentre essas destinações, destaca-se a carteira de investimento, que, no comparativo, passou de R$ 525 milhões em contratação no 4T20 para R$ 2,9 bilhões no 4T21, representando um crescimento de 452%.

Em expansão da estratégia iniciada em maio, a CAIXA ampliou para 100 as novas unidades especializadas em agronegócio, localizadas em todas as regiões do país. As agências contam com equipes capacitadas no agronegócio e dedicadas ao atendimento exclusivo ao produtor rural, com produtos e serviços customizados ao segmento, com isso a CAIXA consolida a estratégia de ampliar sua participação no agronegócio, com foco na agricultura familiar e nos pequenos e médios produtores rurais.

Figura 4 – Expansão da rede agro

Crédito Imobiliário

A CAIXA é líder na concessão de financiamento para casa própria e alcançou, no 4T21, o saldo de R$ 557,6 bilhões[8]. No acumulado do ano de 2021, foram R$ 140,6 bilhões em contratação (considerando recursos SBPE e FGTS), consolidando-se como o ano com a maior contratação de crédito imobiliário da história da CAIXA. Essa contratação é 20,8% maior que o realizado em 2020, 55,8% maior que o realizado em 2019 e 59,6% maior que o realizado em 2018.

O montante de recursos contratados neste ano proporcionou 616,0 mil novas moradias a cerca de 2,5 milhões de pessoas.

O banco segue como o maior financiador da casa própria no país, com 66,5% de participação no mercado. Esse resultado é fruto direto das ações dos últimos dois anos, que incluem as reduções de taxas, criação de produtos e implementação da jornada digital do financiamento.

No ano de 2021, cresceu 54,4% a contratação de crédito com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) em comparação ao ano de 2020, totalizando R$ 82,8 bilhões. Essa contratação é 210,2% maior que a realizada em 2019 e 513,4% maior que a realizada em 2018.

Durante o quarto trimestre de 2021, a CAIXA realizou 14,4 milhões de simulações e 245,3 mil avaliações de crédito imobiliário, e celebrou 153,6 mil novos contratos, beneficiando 614,4 mil brasileiros.

I. Programa Habite Seguro

No dia 03 de novembro, a CAIXA começou a operar a linha de crédito do Habite Seguro - Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública. Policiais, bombeiros, agentes penitenciários e integrantes das guardas municipais de todo o país já podem solicitar o crédito para aquisição da casa própria, com condições especiais, em qualquer agência da CAIXA ou em um Correspondente CAIXA Aqui.

Através do programa, é possível financiar imóveis novos ou usados, unidades de empreendimentos financiados na CAIXA e ainda a construção de imóvel individual.

O subsídio, proveniente de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), é destinado aos profissionais da segurança pública com renda mensal de até R$ 7 mil, que ainda não possuam imóvel próprio e que optem por um imóvel com valor de avaliação de até R$ 300 mil. É possível financiar até 100% do valor do imóvel, com subsídios de até R$ 12 mil, de acordo com a faixa de renda do profissional, além de contar com as menores taxas de juros de financiamento.

II. Nova Modalidade indexada à poupança + Taxa Referencial (TR)

Desde o início de março de 2021, a CAIXA oferta uma nova linha de crédito para financiamento habitacional com taxa de juros atrelada à rentabilidade da poupança. A linha possui taxa de juros variável conforme rendimento da Poupança e de acordo com o perfil do cliente. As taxas efetivas partem de 2,95% ao ano, somados à remuneração adicional da poupança: 70% da taxa SELIC, limitada a 6,17% ao ano, se a SELIC superar 8,5% ao ano. O saldo devedor do financiamento é atualizado mensalmente pela TR.

A inovação contribuiu para o aumento do portfólio do crédito imobiliário SBPE e a ampliação das opções de indexador ao cliente, e se consolidou como uma importante linha de financiamento imobiliário para a população brasileira.

III. Programa Casa Verde e Amarela

No 4T21, foram contratados R$ 15,5 bilhões no Programa Casa Verde e Amarela, incluindo os subsídios, o equivalente a 86,0 mil novas unidades habitacionais. Durante o ano de 2021, foram aplicados R$ 57,8 bilhões no Programa para financiamento de unidades habitacionais.

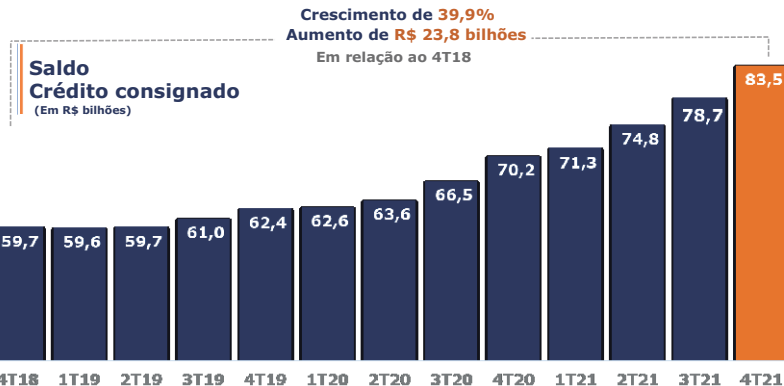
O mês de dezembro de 2021 foi o mês de maior contratação do Programa, com R$ 6,8 bilhões em valor contratado, 18,6% maior que o segundo melhor mês, março. A CAIXA se mostra cada vez mais fundamental para a execução do Programa Casa Verde e Amarela, uma vez que 99,9% dos recursos do FGTS são aplicados pela CAIXA.

Em 13 de janeiro de 2021, a Medida Provisória nº 996, de 25 de agosto de 2020 foi convertida na Lei nº 14.118, instituindo o Programa Casa Verde e Amarela, e a CAIXA, como executora das políticas públicas do Governo Federal, viabiliza as contratações habitacionais com recursos do FGTS, para as famílias com renda bruta mensal de até R$ 7 mil reais mensais.

O Programa reúne iniciativas habitacionais do Governo Federal para ampliar o estoque de moradias e atender às necessidades habitacionais da população. O Casa Verde e Amarela visa promover o desenvolvimento institucional de forma eficiente no setor de habitação e estimular a modernização do setor da construção e a inovação tecnológica.

Em 2021, foram viabilizadas soluções para a retomada de 305 empreendimentos de habitação social, o que corresponde à continuidade das obras de 25,4 mil unidades habitacionais que estavam paralisadas antes desta gestão.

Crédito Consignado

A CAIXA apresentou um crescimento de 39,9% no saldo de crédito consignado do 4T21 em relação ao 4T18, totalizando R$ 83,5 bilhões. No trimestre, o crescimento foi de R$ 4,7 bilhões, ou 6,0%. Já, em 12 meses, esse aumento foi 18,9% ao sair de R$ 70,2 bilhões no 4T20 para R$ 83,5 bilhões no 4T21, correspondendo a R$ 13,3 bilhões em valores nominais.

Microcrédito

O Projeto Microfinanças CAIXA possui como escopo reposicionar a CAIXA no mercado de microfinanças no País, com foco no empreendedorismo, mediante a oferta de linhas de crédito e orientação financeira adequadas às necessidades dos empreendedores brasileiros.

I. Crédito CAIXA Tem

No dia 27 de setembro de 2021, foram anunciadas linhas de crédito com prazo de até 24 meses e valores que variam de R$ 300 a R$ 1 mil que poderão ser contratadas diretamente no celular através do aplicativo CAIXA Tem.

O CAIXA Tem oferece duas modalidades de empréstimos, sendo selecionadas automaticamente no aplicativo conforme a necessidade do cliente e finalidade a ser destinado o recurso:

• Crédito CAIXA Tem Pessoal – Empréstimo com destinação livre para o que o cliente necessitar, inclusive para utilizar em despesas pessoais, como pagamentos de dívidas;

• Crédito CAIXA Tem para o Seu Negócio – Empréstimo para investimento produtivo orientado para despesas do seu negócio, como obter recurso para pagamento aos fornecedores, contas de água, luz, internet, aluguel, compra de matérias-primas e/ou mercadorias para revenda, etc.

[8] Inclui Construcard.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

A jornada de contratação do produto é 100% digital e simples, não sendo necessário comparecer às agências da CAIXA, e a atualização cadastral e solicitação do crédito, sujeito a análise de risco pelo banco, estarão disponíveis de forma escalonada aos clientes que já possuem contas digitais no CAIXA Tem, conforme o mês de aniversário.

III. EIXOS DE GESTÃO – Eficiência e Redução de Custo

Aumento do Capital Social

No dia 11 de novembro de 2021, foi aprovada pelo Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil a alteração do seu capital social da CAIXA, que passou de R$ 45,0 bilhões para R$ 68,0 bilhões, conforme publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2021.

O aumento do capital social ocorreu por meio da incorporação do saldo remanescente das reservas de loterias e margem operacional no total de R$ 23,0 bilhões e que contribui com o gerenciamento de risco e capital do banco.

Ademais, como reflexo de uma gestão focada em resultados, bem como nas melhores práticas de governança e integridade, a CAIXA obteve, no 4T21, um Índice de Basileia de 19,27%, sendo superior em 8,3 pontos percentuais ao mínimo de 11,00% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), o que demonstra a capacidade da CAIXA de oferecer continuidade, de maneira sustentável, ao planejamento estratégico.

A CAIXA reforça o seu compromisso como o banco da matemática, com sólida estrutura patrimonial, com rentabilidade e eficiência em todos os negócios e melhora na qualidade do patrimônio de referência do banco.

Pagamento dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)

Por meio da geração de lucros recorrentes e da monetização de ativos, a CAIXA, no 4T21, manteve a intenção de realizar novos pagamentos ao Tesouro Nacional, referentes aos IHCD. Desde 2019 já foram pagos R$ 11,35 bilhões.

O pagamento desses recursos significa uma economia direta para a CAIXA por meio da redução de seu custo de capital, e demonstra o zelo da empresa em manter uma estrutura de capital sólida e eficiente.

Devolução de Prédios Administrativos

De janeiro de 2019 a dezembro de 2021, o movimento de otimização de espaço devolveu 162 imóveis administrativos em todas as regiões do país.

Durante o triênio 2019-2021, R$ 378,2 milhões foram economizados através do movimento de otimização de espaços e mais R$ 257,7 milhões com as renegociações de aluguéis, totalizando uma economia de R$ 635,9 milhões. Atualizando a Valor Presente Líquido (VPL), a economia com a devolução de prédios representa R$ 5,85 bilhões, e a renegociação de aluguéis corresponde a R$ 4,54 bilhões, considerando a perpetuidade dos contratos.

Essa iniciativa, aderente ao Plano Estratégico da CAIXA, visa ampliar a eficiência operacional e assegurar resultados sustentáveis para a empresa, além de proporcionar melhores práticas de mercado que assegurem a continuidade das atividades da instituição. As ações desse movimento compreendem otimizações e devoluções de espaços, bem como a centralização das unidades administrativas.

IV. EIXOS DE GESTÃO – Monetização de Ativos

Foco na estratégia de monetizar ativos, potencializar operações voltadas para o mercado de capitais e abrir o capital de participações próprias.

Acordo de Participação no Programa de Incentivos da Elo Serviços S.A.

No dia 13 de dezembro de 2021, a CAIXA anunciou o acordo de participação no programa de incentivos da Elo Serviços S.A. O Acordo estabelece as condições para concessão de incentivos da Elo para a CAIXA, visando incrementar as vendas de cartões da bandeira Elo (instrumentos de pagamentos), emitidos pela CAIXA e, consequentemente aumentar o volume de transações nos referidos instrumentos de pagamento.

A CAIXA mantém acordos semelhantes com outras bandeiras. A manutenção de acordos de incentivo é parte do relacionamento existente entre o emissor do cartão (CAIXA) e os arranjos de pagamentos (ex. bandeira Elo).

Conclusão da Operação e Acordo de Meios de Pagamento Pré-Pagos

No dia 15 de dezembro de 2021, a CAIXA anunciou que sua subsidiária integral CAIXA Cartões Holding S.A. concluiu a operação e a implementação do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR para formação de nova parceria societária do tipo Joint Venture, que terá o direito de explorar o balcão CAIXA por 20 anos, no segmento específico de negócios relacionados à meios de pagamento Pré-Pagos.

Para tanto, todas as condições precedentes ao fechamento da operação foram cumpridas, incluindo as aprovações regulatórias necessárias à constituição da nova companhia CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A.

A CAIXA Cartões passa a ter 75% de participação no capital total da CAIXA Cartões Pré-Pagos, sendo titular de 50% menos uma ação ordinária e 100% das ações preferenciais. A VR-FLEETCOR detêm 50% mais uma ação ordinária, em montante correspondente a 25% no capital total da CAIXA Cartões Pré-Pagos.

Encerramento de Distribuição – FII CAIXA Agências

No dia 30 de dezembro de 2021, a CAIXA anunciou o encerramento da distribuição do Fundo de Investimento Imobiliário CAIXA Agências - CXAG11.

A distribuição da oferta no valor de R$ 216,8 milhões foi realizada com sucesso, sendo o segundo fundo imobiliário feito exclusivamente na CAIXA. Ainda no 1T21, o FII CAIXA IMÓVEIS CORPORATIVOS - CXCO11 foi lançado à mercado, captando R$ 404,0 milhões. Tais realizações demonstram a capacidade da instituição que é hoje o banco com maior número de clientes, contas digitais e carteira de crédito do país, e com posicionamento de potencializar operações voltadas ao mercado de capitais.

A operação reforça os compromissos da gestão com a desalavancagem do balanço do banco, venda de ativos, redução de custos e continua geração de resultados.

Conclusão da Autorização para Operação da CAIXA *Asset*

No dia 29 de setembro, a CAIXA informou que sua subsidiária integral CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., finalizou os procedimentos de autorização junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme decisão publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2021.

A CAIXA, após aprovação em suas instâncias internas de governança, conferiu à CAIXA *Asset* o direito de exclusividade na prestação de serviços de gestão de recursos em veículos de investimento em que a CAIXA seja Administradora Fiduciária e Distribuidora. Ressalta-se que a CAIXA possui a exclusividade na prestação dos serviços de administração fiduciária e de distribuição de veículos de investimento no âmbito da Rede de Distribuição CAIXA nos veículos de investimento geridos pela CAIXA *Asset*.

O direito de exclusividade da CAIXA *Asset* não abrange o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços ("FI-FGTS"), os fundos de investimento dos quais o FI-FGTS seja o único cotista e as Carteiras Administradas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Desenvolvimento Social.

A exclusividade permite que ambas as partes fortaleçam ainda mais sua governança, possibilitando mais foco e maior concentração nos objetivos, e assim, mais capacidade de rentabilizar os negócios de gestão de recursos, administração fiduciária, custódia e distribuição, fazendo com que os serviços sejam mais eficientes e tenham mais sucesso na alocação de recursos.

CAIXA Seguridade – Aprovação do BACEN para a Administradora de Consórcios

No dia 30 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil homologou a alteração no grupo de controle da XS5 Administração de Consórcios S.A. com a entrada da CNP Assurances Participações S.A.

Foram cumpridas todas as condições necessárias ao início das operações da nova parceria, que tem a exclusividade na venda dos produtos de Consórcio na rede de distribuição da CAIXA.

CAIXA Seguridade – processo competitivo para seleção de seguradora na condição de opção independente

No dia 19 de agosto, a Caixa Econômica Federal informou que o Conselho de Administração de sua subsidiária Caixa Seguridade Participações S.A. aprovou o início de processo competitivo para seleção de seguradora para disponibilização de apólice de seguro habitacional, na condição de opção independente, nos canais de distribuição da CAIXA, em cumprimento da regulação em vigor.

O acordo comercial a ser firmado no âmbito deste processo manterá, no mínimo, o direito econômico da Caixa Seguridade na emissão dos prêmios de seguro habitacional no âmbito do novo modelo de atuação.

CAIXA Cartões – Maquininha CAIXA Pagamentos

No dia 05 de julho de 2021, a CAIXA, por meio de sua subsidiária integral CAIXA Cartões Holding, realizou a primeira transação com a Maquininha CAIXA Pagamentos, dando assim início oficial às vendas e operação das "maquininhas" em sociedade com a empresa Fiserv, Inc.

No acumulado até dezembro de 2021, 111,6 mil empresas já haviam sido credenciadas e mais de 99,8 mil maquininhas já foram instaladas, o que representa 27,9 milhões de transações realizadas desde o lançamento do serviço.

A maquininha CAIXA Pagamentos representa a entrada do banco no chamado mercado de adquirência e suporte para captura de transações por meio de terminais POS (Point of Sale/Service), possuindo uma solução completa de gateway de pagamento online. Além disso, aceita as principais bandeiras disponíveis no mercado, incluindo as do ramo de alimentação, e realiza pagamentos por aproximação de cartão e QR Code, como o CAIXA Tem.

V. EIXOS DE GESTÃO – Banco da inclusão

Convocação de empregados do concurso exclusivo para PCD

A CAIXA iniciou já em dezembro a convocação dos 992 aprovados no concurso para o cargo de técnico bancário novo (nível médio) exclusivo para Pessoas com Deficiência (PCD) realizado em 31 de outubro. Para o concurso, foram oferecidas mil vagas, além de outras 100 para cadastro reserva, que vão reforçar o atendimento nas agências e na área de tecnologia do banco. A seleção exclusiva para PCD, pioneira no âmbito dos concursos nacionais, contou com mais de 40 mil candidatos inscritos.

A remuneração inicial é mais de R$ 3 mil, além de benefícios como a participação nos lucros, plano de saúde, plano de previdência complementar, auxílio refeição e alimentação, vale transporte e auxílio creche. Há também ações de capacitação e oportunidades para ascensão e desenvolvimento profissional no banco.

Atualmente, a CAIXA conta com cerca de 3,5 mil empregados PCD, representando um percentual de 4,0% do seu quadro de pessoal, o que reforça seu papel como banco da inclusão. Os 992 aprovados no concurso serão todos admitidos em 2022, o que fará com a CAIXA supere o percentual de 5,0% de empregados PCD exigido por lei. Em 2018, esse percentual era de 1,5%.

Campanha Você no Azul 2021

A Campanha Você no Azul bateu recorde de recebimentos no ano de 2021. Foram recebidos R$ 936,9 milhões à vista em dívidas de clientes com o banco. A ação permitiu a regularização de 459 mil contratos comerciais de 342 mil clientes pessoa física e jurídica. Ao total, foram R$ 3,4 bilhões em dívidas liquidadas. Nos anos de 2019 e 2020 foram recebidos, respectivamente, R$ 750,4 milhões e R$ 463,0 milhões à vista.

Apenas no 4T21, a Campanha Você no Azul promoveu a recuperação de mais de 143 mil contratos comerciais em prejuízo. Foram recebidos R$ 279,9 milhões à vista, relativos à regularização de R$ 992,3 milhões de dívida original de mais de 109 mil clientes.

A CAIXA oferece diversos meios para que o cliente consiga renegociar suas dívidas com toda a facilidade. Parte relevante do público-alvo da ação, que ocorre todos os anos, utiliza os canais digitais do banco para regularizar seus contratos. Os clientes também encontram as condições especiais da campanha nas unidades lotéricas para quitação de valores até R$ 5 mil, informando o CPF e intenção de pagamento da dívida Você no Azul.

Outra possibilidade de quitação oferecida pelo banco é o caminhão Você no Azul. A cada semana, a unidade móvel visita uma cidade do país. O atendimento é exclusivo para a campanha e permite que a regularização da dívida aconteça de maneira imediata. Ao longo de 2021 o caminhão esteve presente em 46 cidades, de 17 estados, totalizando 51 rotas voltadas para a adimplência.

A Campanha Você no Azul traz grandes benefícios tanto para a CAIXA quanto para os clientes, já que, para estes, são proporcionadas condições únicas e personalizadas para regularização dos débitos, e, para a CAIXA, há impacto positivo representativo no balanço.

Lançamento do XCap do Bem

No dia 20 de outubro, a CAIXA Seguridade lançou o título de capitalização XCap do Bem. O anúncio aconteceu durante *live* que contou com a presença do Presidente da CAIXA e de representantes da instituição APAE Brasil.

O cliente que adquirir o produto doará automaticamente metade do valor do título para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE Brasil) e suas mais de 2,2 mil filiadas localizadas em diversas regiões do país.

O XCap do Bem é um título de pagamento único no valor de R$ 20, dos quais R$ 10 serão destinados à instituição filantrópica escolhida e o restante do valor será direcionado às premiações e despesas administrativas.

Aqueles que adquirirem o XCap do Bem concorrerão a 10 sorteios de R$ 150 mil e a 90 sorteios de R$ 3 mil. Os sorteios serão realizados no segundo sábado do mês seguinte à aquisição do título e têm como base a extração da Loteria Federal.

Inicialmente, a APAE Brasil e suas filiadas serão as beneficiárias das doações do XCap do Bem. Por se tratar de um produto na modalidade de filantropia, é necessário realizar cadastramento prévio de dados do cliente pelo endereço http://www.xcapdobem.com.br. O cliente pode escolher se sua doação será destinada à APAE Brasil ou se beneficiará uma APAE de seu estado ou município. Após esta etapa, o cliente leva o código identificador a uma unidade lotérica de sua escolha, efetua o pagamento e recebe seu número da sorte para participar dos sorteios.

CAIXA Mais Solidária

A CAIXA, em parceria com o programa Pátria Voluntária, do Governo Federal, anunciou o programa CAIXA Mais Solidária. O programa visa unir a capilaridade das agências CAIXA para atuar como ponto de coleta de alimentos não perecíveis. O objetivo é a distribuição de alimentos para famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O programa de voluntariado CAIXA Mais Solidária arrecadou 421,0 toneladas de alimentos por meio das agências do banco. Os itens foram destinados a 319 instituições sociais selecionadas pelo programa Pátria Voluntária, do Governo Federal. A arrecadação dos itens teve início em 28 de abril de 2021, engajando empregados e clientes das mais de 4,2 mil agências, além dos prédios administrativos da CAIXA.

O objetivo da CAIXA com a ação de responsabilidade socioambiental é atuar no combate à insegurança alimentar, por meio de uma campanha de voluntariado abrangente que reforça a CAIXA como o banco da inclusão.

Promoção do mês de enfrentamento à violência contra mulher

No dia 17 de agosto de 2021, a CAIXA assinou, juntamente com o Ministério da Mulher, da Família e dos Diretos Humanos (MMFDH), acordo para o Projeto Salve uma Mulher, que promove a prevenção e conscientização da violência doméstica. A ação integrou o Mês de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, realizado no mesmo mês, o qual promoveu eventos online e ações internas de sensibilização para os empregados.

Anualmente, a CAIXA realiza ações para marcar o aniversário da sanção da Lei nº 11.340 de 2006 – a Lei Maria da Penha –, que ocorreu em 7 de agosto. As atividades do Mês de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher integram o Calendário de Inclusão e Equidade.

Dentre as ações também foi realizada a divulgação do Acolhe - Canal de Apoio às Empregadas em Situação de Violência Doméstica, lançado em maio de 2021. O canal tem como objetivo orientar as empregadas sobre a rede de serviços públicos especializados para atendimento psicossocial, registro de denúncia, assistência jurídica, entre outros, além de oferecer medidas administrativas de apoio pela CAIXA que visa reduzir situações de vulnerabilidade.

Patrocínios CAIXA – Foco no Social

O ano de 2021 se caracterizou pela renovação dos tradicionais patrocínios da CAIXA, todos eles vinculados ao esporte Olímpico e Paralímpico. Com recursos próprios e das Loterias Caixa foram contratados mais de R$ 89 milhões em projetos esportivos, culturais e negociais.

Novas modalidades também passaram a compor o rol de projetos patrocinados, como o Mais Lutas, um projeto esportivo de cunho social que beneficia mais de 600 jovens atletas em situação de vulnerabilidade nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Já no último trimestre, passou a figurar entre os patrocínios da Caixa e Loterias Caixa, a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), importante marco da inclusão de Surdos, beneficiando diretamente 5 mil atletas.

A CBDS ganhou repercussão nacional ao realizar entre os dias 04 a 07 de dezembro de 2021 o evento de abertura das Surdolimpíadas Nacional 2021, na cidade de São José dos Campo/SP. O evento contou com a participação de surdoatletas brasileiros de 18 estados filiados às federações estaduais de desportos de surdos. A cerimônia de abertura teve apresentações em libras, o tradicional protocolo de apresentação das delegações, o juramento do atleta e a volta olímpica com a pira dos jogos. Ao todo, participaram cerca de 800 pessoas entre atletas e comissões técnicas, que disputaram 15 modalidades, incluindo Natação, Vôlei, Atletismo, Taekwondo, Judô, Basquete, Badminton e Ciclismo.

Em 2021, foram contratados ao todo 26 projetos, nas categorias esportiva, cultural e negocial, todos eles tendo em comum entregas sociais relevantes, consolidando a CAIXA como o banco de todos os brasileiros. Além dos recursos investidos e dos milhares de beneficiados diretos, destacam-se os mais de 600 mil beneficiados indiretos, entre eles familiares, estudantes e profissionais impactados.

Doação de mobiliário

A CAIXA, por meio do Programa CAIXA Mais Solidária, doou ao longo de 2021 cerca de 80,4 mil bens móveis para doação a instituições assistenciais. A iniciativa, antes oferecida no formato de campanha, passa a ter caráter permanente, e na atual sistemática, as entidades poderão se cadastrar a qualquer tempo para receber as doações.

A ação reforça o compromisso da atual gestão do banco com a administração sustentável, e tem o objetivo de beneficiar entidades cujo objeto social seja compatível com os eixos finalísticos de educação, saúde, esportes, pessoas com deficiência, meio ambiente ou outros objetos alinhados à Política de Responsabilidade Socioambiental da CAIXA.

A campanha, iniciada em janeiro durante as celebrações dos 160 anos da CAIXA, já resultou na entrega de 80,4 mil itens em excelentes condições de uso para 1,7 mil entidades filantrópicas presentes nas mais diversas regiões do país. Somente no 4T21 foram doados 16,4 mil itens, superando a expectativa de doação, que era de 10 mil bens móveis.

Plano de expansão de unidades

A CAIXA anunciou no dia 20 de julho de 2021, a ampliação do plano de expansão do banco. Estão sendo inauguradas 268 novas unidades, sendo 168 voltadas ao atendimento de clientes do varejo e 100 unidades, que já foram inauguradas, especializadas no agronegócio.

Esse plano de expansão, denominado "CAIXA Mais Presente", consiste em reforçar a rede de atendimento e os negócios do banco, além de identificar potenciais para realização de novos negócios. A ação levará atendimento bancário para 258 municípios, dos quais 118 terão uma unidade da CAIXA pela primeira vez, e beneficiará mais de 53,0 milhões de brasileiros.

Por meio dessa ação, a CAIXA estará presente em todos os municípios brasileiros com mais de 40 mil habitantes, mantendo a maior capilaridade entre as instituições financeiras brasileiras, bem como passará a prestar atendimento em microrregiões historicamente desassistidas do país.

Distribuição de R$ 8,1 bilhões do lucro do FGTS 2020

No dia 17 de agosto de 2021, o Conselho Curador do FGTS aprovou a distribuição de 96% do lucro líquido de R$ 8,5 bilhões, auferido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2020. O valor de R$ 8,1 bilhões é 8,3% superior aos R$ 7,5 bilhões distribuídos em 2020. Esse recurso será creditado em 191,2 milhões de contas vinculadas e beneficiarão 88,6 milhões de trabalhadores.

Com a distribuição de resultado, a rentabilidade das contas vinculadas do FGTS no ano-base 2020 alcançará 4,92%, rendimento também superior ao IPCA, que em 2020 alcançou 4,52%.

PIX

Com grande participação nas transações realizadas via PIX, a CAIXA possui 21,3% das chaves cadastradas no mercado, o que totalizou 81,8 milhões de chaves cadastradas no PIX desde o lançamento do novo serviço. Somente no 4T21, foram cadastradas 8,1 milhões de novas chaves.

No 4T21 foram realizadas 801,8 milhões de transações, movimentando o volume financeiro R$ 284,6 bilhões. No acumulado do ano de 2021 foram realizadas 2,1 bilhões de transações onde foram transacionados um total de R$ 798,3 bilhões.

O serviço está disponível a todos os clientes, principalmente àqueles que possuem conta corrente, poupança e poupança social digital, podendo ser cadastrado por meio dos App CAIXA, CAIXA Tem e do *Internet Banking* CAIXA.

VI. EIXOS DE GESTÃO - Integração entre Empregados, Lotéricos e Correspondentes

Loterias CAIXA

As Loterias CAIXA bateram todos os recordes em 2021. O volume de venda de jogos foi o maior da história. A arrecadação chegou a R$ 16,9 bilhões em todas as modalidades, 7,7% superior ao recorde anterior de R$ 15,6 bilhões, em 2020. Isto demonstra a eficiência e seriedade desta gestão, também em Loterias.

Em 2021 foi realizado o maior pagamento de prêmio único das Loterias CAIXA. A modalidade Mega da Virada, realizada em 31 de dezembro, premiou duas apostas com o valor total de R$ 378,1 milhões. Foram realizadas mais de 333 milhões de apostas, totalizando mais de R$ 1,51 bilhão em arrecadação, 28,0% a mais que em 2020, e 70,4% a mais do que o realizado em 2018. Somando-se todas as modalidades das Loterias CAIXA, foram pagos mais de R$ 5,9 bilhões em prêmios durante o ano de 2021.

Todo esse resultado gera também um repasse de R$ 7,5 bilhões em benefícios sociais, como para o INSS, a Segurança Pública, o Esporte e a Cultura, além do pagamento de Imposto de Renda.

Para fomentar ainda mais os resultados que as Loterias CAIXA vêm apresentando, foi inaugurado um novo espaço para a realização dos sorteios. Localizado na Avenida Paulista, o novo ambiente foi idealizado para ampliar ainda mais o acesso aos eventos, trazendo segurança, inovação e eficiência ao negócio. Pensado para que os sorteios possam ser transmitidos tanto pela TV quanto pela internet com a maior qualidade possível, o novo Espaço da Sorte possui uma área de 418 metros quadros, capacidade para até 50 pessoas, e será utilizado para os sorteios de todas as modalidades de jogos.

Programa de capacitação para empregados

A CAIXA está investindo R$ 9,24 milhões em incentivo à educação para os empregados, sendo R$ 3,24 milhões para o Programa de Mestrado e Doutorado e R$ 6,0 milhões em sistemáticas de idiomas, graduação e pós-graduação latu sensu.

A novidade está no modelo inédito de bolsas de incentivos ao mestrado e doutorado para empregados, que teve início em 2021, já teve sua nova edição aberta em 2022 e será realizada todos os anos. Dentre as principais inovações da sistemática está a possibilidade de o empregado tirar uma licença exclusiva para realização do curso, com ajuda de custo arcada pela CAIXA aos selecionados. Na primeira edição, ocorrida em 2021, o programa destinou R$ 3,24 milhões para 31 projetos, sendo 19 para a formação de mestres e 12 para formação de doutores.

Além de garantir o maior orçamento da história do banco para esse tipo de incentivo educacional e contemplar o maior número de projetos, o programa de Mestrado e Doutorado trouxe ainda uma novidade: os empregados que participaram da seleção, puderam escolher instituições de fora do país. A lista é da *QS World University Rankings* 2021, que reúne as melhores instituições do mundo.

A CAIXA vai reembolsar até 100% do valor dos cursos, observando o que foi estabelecido em edital. Os projetos incentivados em 2021 foram avaliados de acordo com a aderência aos objetivos do Plano Estratégico do banco e às Linhas da Pesquisa, que englobam temas relativos a estudos econômicos, habitação, tecnologia, políticas públicas, cultura organizacional e microfinanças.

Após a conclusão e titulação, os empregados vão compartilhar os conhecimentos adquiridos no curso por meio de divulgação de sua tese, dissertação, artigos, vídeos, apresentações, palestras, dentre outras metodologias.

Programa CAIXA Mais Brasil

No 4T21, foram realizadas 9 edições do CAIXA Mais Brasil, em todas as regiões do País, com a participação de executivos da alta administração. Nessas edições foram visitadas 8 agências, 2 hospitais, 1 projeto sociocultural, além de clientes, feiras livres, mercados, colônias de pescadores e comunidades ribeirinhas, além de 1 nascente e 1 base florestal, representando a população brasileira e o público de atuação da CAIXA.

O CMB colocou a gestão do banco em contato com mais de 30 mil empregados, sendo que foram visitadas mais de 350 agências e parceiros; 95 obras e empreendimentos; 103 unidades de apoio a crianças, pessoas com deficiência e Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); mais de 200 clientes; 67 lixões e comunidades de catadores de materiais recicláveis; 57 visitas agro; 61 hospitais e Santas Casas; 19 centros de treinamento do desporto e paradesporto e projetos sociais voltados para o atendimento a crianças e jovens; 31 cooperativas e associações de feirantes, pescadores e artesãos; 127 florestas, nascentes e parques nacionais; e 17 comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Durante os encontros foram adotados protocolos e procedimentos de segurança recomendados inerentes à prevenção de contágio por COVID-19 para as equipes e atendimento aos clientes, evitando aglomerações, adotando medida de redução da equipe que acompanha o programa.

Rede Parceira

Realização da otimização de sistemas e investimentos de forma contínua no parque tecnológico da Rede Parceira para maior eficiência em rede, equipamentos e softwares e implantação de 51 novos serviços e produtos nas Lotéricas CAIXA e Correspondentes CAIXA Aqui (CCA).

No 4T21, na Rede Lotérica foram disponibilizados os serviços de PIX Saque e PIX Troco, aumento do limite para pagamentos e recebimentos para até R$ 5 mil, novos produtos de seguridade e a renovação do consignado INSS *online* diretamente no Terminal Financeiro Lotérico (TFL).

Desde a implementação do consignado no TFL, em novembro de 2020, foram feitos mais de 20,4 mil contratos que somaram mais de R$ 103,6 milhões. Também foi realizado reajuste na remuneração das Lotéricas CAIXA, sendo mais 19,44% na tarifa de transações de não jogos e mais 22,93% em adicionais. Nos últimos três ano a capilaridade passou por evolução, com mais 566 novos pontos em 472 municípios, totalizando 13.422 Lotéricas CAIXA em 5.489 municípios.

Na Rede de CCA foram disponibilizados no 4T21 a portabilidade de crédito Habitacional SBPE, aumento do limite para pagamentos e depósitos até R$ 2 mil e melhorias nos processos de contratação do Crédito Consignado com a disponibilização de margem e averbação online na contratação e renovação de INSS. Também houve evolução da capilaridade nos últimos três anos, com mais 412 novos pontos em 241 municípios, totalizando 9.049 CCA.

A Rede Parceira finaliza 2021 com 22.471 parceiros e está presente em 99,82% dos municípios brasileiros.

ANÁLISE DE DESEMPENHO - RESULTADO

O lucro líquido da CAIXA foi de R$ 17,3 bilhões em 2021, 31,1% maior se comparado ao ano de 2020. No 4T21 o lucro líquido totalizou R$ 3,2 bilhões, um aumento de 0,3% em relação ao trimestre anterior.

Tabela 5 - Resultado

Em R$ milhões	4T21	3T21	∆%	4T20	∆%
Margem Financeira	11.489	12.209	-5,9%	10.585	8,5%
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(2.949)	(2.975)	-0,9%	(2.635)	11,9%
Resultado Intermerdiação Financeira	**8.541**	**9.234**	**-7,5%**	**7.950**	**7,4%**
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.313	6.045	4,4%	6.205	1,7%
Despesas Administrativas	(9.648)	(8.969)	7,6%	(10.046)	-4,0%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.270)	(1.425)	-10,9%	(1.318)	-3,6%
Despesas Tributárias	(956)	(961)	-0,5%	(958)	-0,2%
Resultado de Part. em Coligadas e Controlodas	441	351	25,6%	495	-10,9%
Outros	(1.568)	(970)	61,7%	(871)	80,0%
Resultado Operacional	**1.852**	**3.306**	**-44,0%**	**1.456**	**27,2%**
Resultado Não Operacional	**422**	**(73)**	**-678,6%**	**4.434**	**-90,5%**
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	1.038	59	1661,2%	(219)	-
Lucro Líquido Contábil Consolidado	**3.218**	**3.207**	**0,3%**	**5.671**	**-43,3%**

A margem financeira alcançou R$ 11,5 bilhões no 4T21, aumento de 8,5% se comparado ao 4T20. O crescimento é decorrente dos aumentos de 27,2% no resultado com operações de títulos e valores mobiliários e de 16,2% nas receitas com operações de crédito, principalmente.

No 4T21, as receitas provenientes da carteira de crédito totalizaram R$ 19,8 bilhões, aumento de 15,8% em relação ao 4T20. Destacam-se nas receitas com operações de crédito os crescimentos, em 12 meses, de 187,9% em crédito ao agronegócio, de 43,5% em saneamento e infraestrutura, de 21,8% em crédito para pessoa jurídica e 14,4% em crédito para pessoa física.

As despesas de captação foram impactadas no 4T21 pelos aumentos, em 12 meses, de 395,0% com operações compromissadas, 231,7% relacionados a depósitos judiciais e 128,1% com as operações de poupança. O comportamento dessas despesas reflete a alta dos juros que vem ocorrendo.

Relativo às receitas de prestação de serviços, no 4T21, a CAIXA auferiu R$ 6,3 bilhões, aumento de 4,4% no trimestre, com destaque para o aumento de 10,1% com as receitas de operações de crédito, 4,1% em receitas com produtos de seguridade e 4,0% com cartões de débito e crédito.

No 4T21, as outras despesas administrativas apresentaram redução de 7,4% em 12 meses, enquanto as despesas de pessoal reduziram 2,1% em comparação com o 4T20, refletindo o controle dos custos administrativos e está em linha com as ações de otimização que estão em curso.

ANÁLISE DE DESEMPENHO – ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,5 trilhão, mesmo patamar que o apresentado em dezembro de 2020, influenciado pelo aumento de 10,2% na carteira de crédito ampliada e 12,3% na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Tabela 6 - Ativos e Passivos

Em R$ milhões	Dez21	Set21	∆%	Dez20	∆%
Ativos Totais	1.452.872	1.488.998	-2,4	1.450.767	0,1
Carteira de Crédito Ampla	867.646	842.333	3,0	787.422	10,2
TVM e Derivativos	270.607	292.884	-7,6	245.927	10,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.815)	(37.366)	3,9	(34.571)	12,3
Passivo[1]	1.341.342	1.377.427	-2,6	1.357.946	-1,2
Recursos de Clientes	573.084	590.097	-2,9	619.413	-7,5
Letras	24.573	26.829	-8,4	39.354	-37,6
Patrimônio Líquido	111.530	111.570	0,0	92.821	20,2

[1] Exclui o Patrimônio Líquido.

Carteira de Crédito Ampliada

A carteira de crédito ampliada encerrou 2021 com um saldo de R$ 867,6 bilhões, crescimento de 10,2% em relação a 2020. Somente no 4T21, foram concedidos R$ 114,7 bilhões em crédito para a população brasileira, aumento de 5,2% em relação ao 4T20.

Resultado da alta qualidade da carteira da CAIXA, a inadimplência fechou o 4T21 em 1,95%, redução de 0,21 p.p. em relação ao 3T21. A cobertura da provisão finalizou o trimestre em 229,2%. As operações da CAIXA são concentradas em operações de longo prazo, com garantias reais e com 92,2% das operações classificadas em níveis de riscos entre AA e C.

Crédito Infraestrutura

As operações de infraestrutura alcançaram um saldo de R$ 91,6 bilhões ao final do 4T21, com uma evolução de 1,2% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Pela grande relevância e protagonismo que possuem, e por estarem intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico nacional, essas operações estão inseridas no escopo de atuação estratégica da CAIXA.

Crédito ao Agronegócio

O ano de 2021 foi de recordes no crédito ao agronegócio na CAIXA. O saldo da carteira atingiu o valor de R$ 16,5 bilhões ao final do 4T21, crescimento de 113,6% em 12 meses, com destaque para a modalidade para pessoa física, que totalizou R$ 8,9 bilhões, aumento de 113,2% em relação a 4T20. Com esse saldo, a CAIXA mantém o movimento de aumento de participação no mercado, detendo 4,5% de participação ao final de 2021, aumento de 1,7 p.p em relação ao fim do 4T20.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**

As contratações também foram recorde em 2021. Durante o ano passado foram contratados R$ 15,5 bilhões, valor 102,9% maior que o registrado em 2020, com mais de 9,1 mil contratos assinados ao longo do período. Somente no 4T21 as contratações alcançaram a marca de R$ 5,2 bilhões, 179,9% maior que 4T20 e 23,6% maior que 3T21, destacando-se as contratações em pessoa física que totalizaram R$ 2,9 bilhões. Os recursos foram destinados para diferentes linhas e finalidades, especialmente para financiar as despesas do ciclo de produção das principais culturas do país, como soja, milho, algodão, arroz, feijão, mandioca e café, bem como atividades pecuárias.

O crédito Agro da CAIXA também tem linhas para negócios sustentáveis e de incentivo à produção de energia renovável. Nessas linhas, no 4T21 foram contratados R$ 266,3 milhões, sendo que no acumulado de 2021 os recursos somaram R$ 462,0.

Os números alcançados em 2021 refletem as iniciativas que a CAIXA vem desenvolvendo para fortalecer ainda mais o agronegócio brasileiro. A CAIXA pretende manter contínuo crescimento no crédito rural, expandindo sua carteira de forma robusta e sustentável, posicionando a empresa como referência no mercado de agronegócio.

Captações

A tabela abaixo apresenta a evolução nas principais linhas de *funding* da Empresa em 12 meses:

Tabela 7 – Principais linhas de funding

Captações (R$ milhões)	Dez21	Set21	Δ%	Dez20	Δ%
Depósitos de Poupança	365.091	370.016	-1,3	389.771	-6,3
Depósitos a Prazo	145.963	160.088	-8,8	160.242	-8,9
Letras[1]	24.573	26.829	-8,4	39.354	-37,6
Depósitos à Vista	46.985	47.113	-0,3	57.314	-18,0
Outros Depósitos	15.046	12.913	16,5	12.086	24,5
Emissões Internacionais	2.832	2.829	0,1	2.722	4,0
Captações no Mercado Aberto[2]	142.936	117.890	21,2	124.741	14,6
Empréstimos e Repasses	357.074	353.479	1,0	342.073	4,4
Total	**1.100.500**	**1.091.158**	**0,9**	**1.128.305**	**-2,5**

[1] inclui letras imobiliárias, hipotecárias, financeiras e agrícolas.
[2] compromissadas Carteira Própria.

As captações totais alcançaram saldo de R$ 1,1 trilhão no 4T21, crescimento de 0,9% em relação a setembro de 2021, destacando a poupança com saldo de R$ 365,1 bilhões. Com esse saldo de poupança, a CAIXA manteve-se na liderança do mercado com 35,4% de participação.

Patrimônio Líquido

A CAIXA encerrou o 4T21 com um patrimônio líquido de R$ 111,5 bilhões, aumento de 20,2% em 12 meses.

Circular BACEN nº 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068, de 08 de novembro de 2001, a CAIXA declarou ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III (mantida até o vencimento), os quais totalizaram R$ 17,7 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

BASILEIA

No 4T21, a CAIXA registrou um Índice de Basileia de 19,27%, sendo superior em 8,3 pontos percentuais ao mínimo de 11,00% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.192 e nº 4.193, de 01 de março de 2013, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

O Índice de Basileia, alcançado por meio da geração de lucros recorrentes e da monetização de ativos, reforça a capacidade da CAIXA de oferecer continuidade, de maneira sustentável, ao seu planejamento estratégico.

O índice de imobilização foi de 10,1%, mantendo a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669, de 25 de novembro de 1999, a qual estabelece o limite de 50,0%.

LOTERIAS

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para fomentar o desenvolvimento social do Brasil. No 4T21, 39,9% do total arrecadado com os jogos foi repassado para investimentos em áreas consideradas prioritárias como: Esporte, Educação, Cultura, Segurança, Saúde, entre outros.

Tabela 8 – Arrecadação e destinação Loterias

Em R$ milhões	4T21	3T21	Δ %	4T20	Δ %	2021	2020	Δ %
Prêmio Líquido	1.931	1.511	27,7	1.839	5,0	6.219	5.905	5,3
Destinação Social	2.201	1.817	21,1	2.036	8,1	7.461	6.698	11,4
Seguridade	966	783	23,4	894	8,1	3.141	2.907	8,1
Segurança	574	468	22,4	532	7,9	1.870	1.733	7,9
Esporte	402	341	18,1	377	6,7	1.329	1.244	6,8
Educação	96	92	4,0	81	18,3	587	315	86,4
Cultura	162	131	23,7	149	8,2	525	487	7,9
Saúde	1	2	-51,4	1	-13,0	4	5	-12,3
Outros	0,2	1	-51,5	2	-88,0	5	8	-35,1
Tributos (IR sobre prêmio)	301	388	-22,4	309	-2,6	1.392	1.395	-0,2
Custeio e Manutenção	1.081	889	21,6	1.004	7,7	3.420	3.108	10,0
Total Arrecadado*	**5.513**	**4.605**	**19,7**	**5.188**	**6,3**	**18.493**	**17.106**	**8,1**

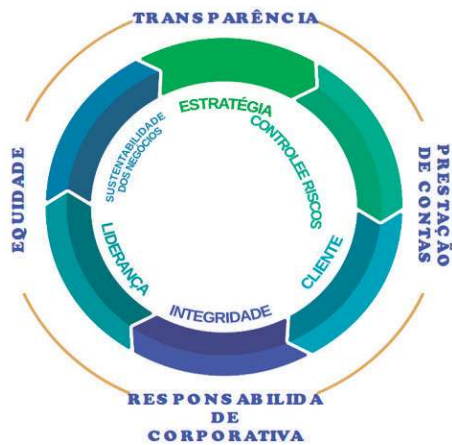
* Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

No 4T21, as Loterias CAIXA arrecadaram R$ 5,5 bilhões, valor 19,7% maior que o apurado no 3T21. Desse valor, R$ 2,2 bilhão foi transferido aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde. No acumulado de 2021, o valor arrecadado foi de R$ 18,5 bilhões, tendo R$ 7,5 bilhões como destinação social e 11,4% superior ao valor de 2020.

OUTRAS DISPOSIÇÕES USUAIS

Governança

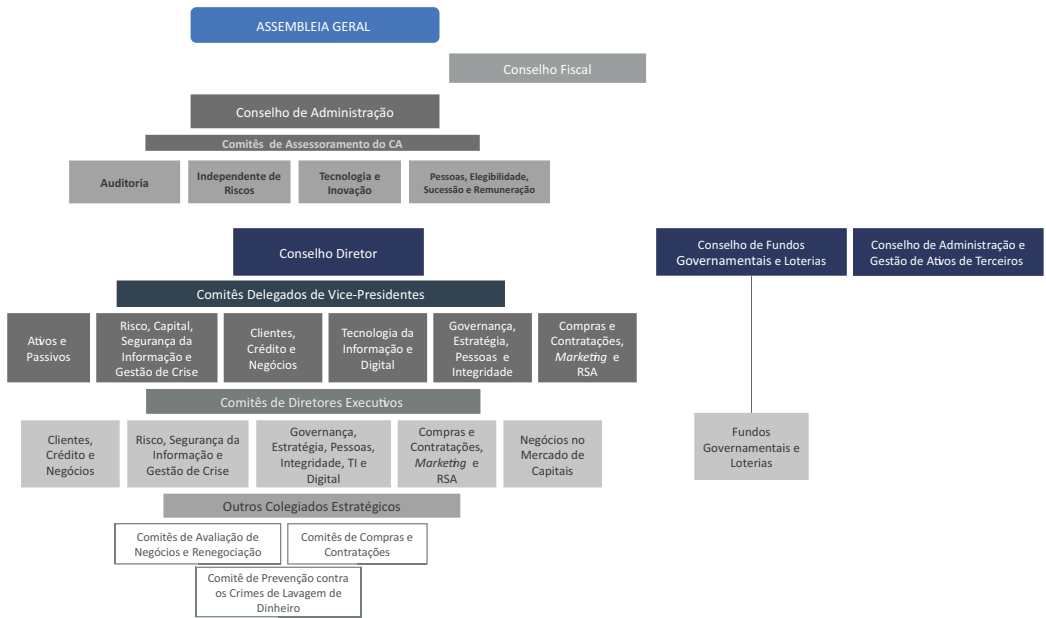
A governança da CAIXA tem como objetivo dirigir, monitorar e incentivar a otimização do desempenho e proteção dos direitos de todas as partes interessadas. Está pautada nos princípios da transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas e alinhada aos objetivos empresariais, com vistas a maximizar os resultados socioeconômicos.

Para alcançar seus objetivos, a CAIXA atua com foco em liderança, estratégia, sustentabilidade negocial, cliente, controle de riscos e integridade, consolidando os mecanismos envolvidos em um ambiente integrado e interdependente.

Os principais instrumentos de governança institucionais são:

- Estatuto Social;
- Políticas CAIXA;
- Regimentos Internos de Colegiado;
- Normativos;
- Código de Ética;
- Código de Conduta;
- Regime de Alçadas;
- Relatório Integrado.

Estrutura de Colegiados

A administração está estruturada de forma a privilegiar a deliberação colegiada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, como forma de propiciar a necessária sinergia entre as áreas, evitar conflitos de interesses e resguardar os interesses da CAIXA e das subsidiárias.

Com o funcionamento e competências regulamentados por Regimentos Internos, a figura a seguir representa a configuração dos Órgãos Colegiados da CAIXA:

Participações Societárias

Em consonância com a Política institucional CAIXA, as decisões de investimento e desinvestimento da CAIXA e das subsidiárias observam aderência, similaridade, complementaridade nos negócios, alinhamento à estratégia do Conglomerado e sua perenidade, além do efetivo retorno dos investimentos.

A CAIXA estabelece práticas de governança por meio de instrumentos societários e negociais, que definem papéis e responsabilidades de cada empresa do Conglomerado. No papel de Controladora, realiza o monitoramento das empresas participadas nas dimensões de Governança, Estratégica, Societária, Jurídica, Negocial, Econômico-Financeira, Riscos e Controles Internos.

Como boa prática de governança, é recomendada às subsidiárias a adesão às sistemáticas estabelecidas pela CAIXA para os projetos de desinvestimentos e de parcerias estratégicas, com as devidas adequações em relação à estrutura organizacional e de governança, que amparam iniciativas de reposicionamento estratégico e de fortalecimento de estrutura patrimonial, visando alinhamento de gestão e a sustentabilidade dos negócios do Conglomerado.

Aprovação do novo Estatuto Social da CAIXA

Em agosto de 2021, foi aprovado o novo Estatuto Social da CAIXA pela Assembleia Geral, e, em novembro de 2021, houve a manifestação favorável do Banco Central, o registro na Junta Comercial e a publicação no Diário Oficial da União, conforme publicado no sítio eletrônico da CAIXA em 24 de novembro de 2021.

O Estatuto Social da CAIXA é o instrumento de governança que visa estabelecer normas da Organização à luz das diretrizes jurídicas e regulamentação pertinentes.

A revisão geral do Estatuto foi realizada com o objetivo de assegurar o alinhamento às diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE relativamente ao quesito governança corporativa de empresas estatais, ao novo modelo de Estatuto da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, bem como às melhores práticas de governança do mercado.

Estratégia do Conglomerado CAIXA

A Estratégia Corporativa do Conglomerado CAIXA para o período de 2022/2026 foi revista e aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2021.

A revisão englobou o Plano Estratégico Institucional, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, o Plano de Negócios e os Programas de Incentivos e Reconhecimento aos Empregados.

Foram realizadas atualizações provenientes da análise da estratégia atual, cenários macroeconômicos, tendências, oportunidades e desafios e a participação de toda a alta administração da Caixa e empresas do Conglomerado, respeitados os parâmetros de governança.

Nessa avaliação integrada foram conectadas as diretrizes e objetivos organizacionais às sistemáticas de avaliação e reconhecimento de desempenho de pessoas para o ciclo 2022, fortalecendo o direcionamento de esforços e a atuação dos empregados ao atendimento à Estratégia Corporativa.

As premissas adotadas para a revisão para o ciclo 2022 a 2026 foram: o fortalecimento do segmento Agro, o reforço do alinhamento estratégico com as subsidiárias, a busca pela rentabilidade dos ativos, o fortalecimento da governança e o reforço da cultura da Cibersegurança.

Neste ciclo, foram ratificadas as principais diretrizes, como Propósito, Visão de Futuro, Valores e Objetivos Estratégicos (representam os pilares da empresa e são as prioridades da CAIXA para os próximos anos):

Propósito:

- Ser o banco de todos os brasileiros.

Visão de Futuro:

- Ser o maior parceiro dos brasileiros, reconhecido pela capacidade de transformação, com eficiência e rentabilidade.

Valores Empresariais:

- Ética;
- Foco no cliente;
- Integridade;
- Meritocracia;
- Responsabilidade socioambiental.

Ouvidoria

O *feedback* dos clientes e dos órgãos reguladores em números:

- 32,9 mil demandas de clientes tratadas de outubro a dezembro, representando uma redução de aproximadamente 19% no volume de reclamações de 2º instância em relação ao 3º trimestre;
- No Ranking de Reclamações BACEN do 4º trimestre de 2021, a CAIXA obteve o índice de 17,66, uma redução de aproximadamente 21% no volume de infrações;
- No 4º trimestre de 2021, a Ouvidoria ocupou a 5º posição no Ranking de Qualidade do BACEN, com índice de 4,02. Isso representa uma melhora de 4% em comparação com o trimestre anterior, quando ficou em 2º lugar. O BACEN ampliou de 10 para 15 o número de instituições concorrentes. Sem a mudança, a CAIXA permaneceria na 2º colocação, continuando à frente entre os grandes bancos;
- Sustentação da 1ª colocação no indicador nacional de Resolutividade PROCON, com o resultado de 79,8% diante às 3.551 demandas julgadas como resolvidas no 4T21;
- 3 diagnósticos voltados para identificar as principais causas de insatisfação dos clientes.

Integridade

De acordo com o Estatuto Social da CAIXA, a gestão do tema integridade está sob responsabilidade da Diretoria Executiva de Controle e Integridade.

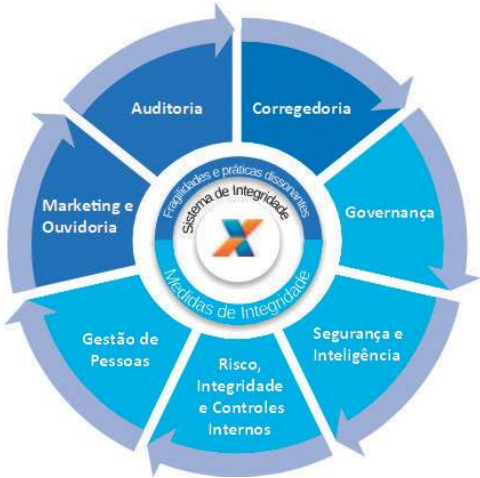
A área diretamente responsável pelo Programa de Integridade é a Gerência Nacional de Controle e Integridade, vinculada à Superintendência Nacional de Integridade e Controle, que por sua vez é vinculada à Diretoria Executiva de Controle e Integridade. O Programa Integridade da CAIXA foi criado em 2016, atendendo às exigências legais de prevenção e combate à corrupção constantes na Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

O Programa está alinhado aos princípios e diretrizes da Política de Controle Interno, *Compliance*, e Integridade da CAIXA, e tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, por conselheiros (Fiscal e de Administração) dirigentes, empregados, colaboradores, fornecedores e terceirizados da CAIXA, garantindo a aplicação efetiva dos códigos de Ética, de Conduta, Políticas e Diretrizes, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de integridade.

O Programa está pautado em cinco pilares: Compromisso da Alta Administração, Análise Contínua de Riscos, Protocolos de Integridade, Comunicação e Treinamento, e Monitoramento e Medidas de Consequência, que funcionam de forma conjunta e sistêmica, se interrelacionando e possibilitando o aperfeiçoamento contínuo do Programa de Integridade CAIXA. Esses pilares perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correição, de acordo com as orientações emanadas da CGU.

O modelo de gestão do Programa se dá através da coordenação, monitoramento, controle e a avaliação de instrumentos e mecanismos que envolvem todo Ecossistema de Integridade e mitigam o risco de corrupção em suas respectivas áreas de atuação.

Cabe à área de Controle e Integridade realizar a gestão do Ecossistema de Integridade, fazendo com que os principais atores, responsáveis pelas atividades, programas e políticas de controles internos, *compliance*, auditoria interna, correição, ouvidoria, transparência e prevenção à corrupção e demais áreas afins, trabalhem juntos e de forma coordenada, a fim de garantir sua efetividade e uma atuação ética e íntegra.

Principais atores do Ecossistema de Integridade Caixa

A articulação centralizada pela Gerência Nacional de Controle e Integridade com os órgãos de supervisão, controle e investigação confere maior transparência e celeridade na atuação da CAIXA para contribuir com os procedimentos adotados pelos atores do Ecossistema, alinhados com as diretrizes do Programa de Integridade.

Assim, esses atores podem atuar de forma a identificar fragilidades e práticas dissonantes para implantação de medidas de integridade. A troca das informações permite o aprimoramento dos mecanismos de controle interno, orientados para a geração de resultados de modo sustentável pautados pela ética nos negócios e nos relacionamentos.

Os destaques em Integridade ao longo do 4º trimestre de 2021 são:

- Implantação de 115 ações pela Rede de Integridade, composta por 297 empregados, distribuídos em todas as diretorias da CAIXA, inclusive nas subsidiárias, que visaram ao fortalecimento dos pilares do Programa de Integridade (3T e 4T/2021);
- Criação e implantação de indicador específico de risco à integridade, para garantir que as unidades de 1ª linha de defesa tenham controles efetivos e mantenham baixo nível de exposição à quebra de integridade;
- Participação no Ciclo Anual de Gerenciamento de Riscos 2020-2021, como 2ª linha especialista em risco à integridade, que propiciou qualificação na identificação do risco à integridade pelas unidades de 1ª linha de defesa, bem como na implantação de controles voltados à mitigação;
- Realização, no 2ª semestre de 2021, de treinamentos mensais para a Rede de Integridade, com a participação de atores do Ecossistema, para o fortalecimento da cultura de integridade na CAIXA;
- Participação e recebimento do Selo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção do TCU, em que a CAIXA apresentou um alto nível de aderência às boas práticas de prevenção à fraude e corrução;
- Realização de estudo, estruturação de modelo, levantamento de ações de gestão e elaboração de Relatório de Gestão de Riscos à Integridade, a ser pautado nas instâncias de governança pertinentes, constituindo um meio formal para reporte anual dessas, sob coordenação da Diretoria de Controles Internos e Integridade, em atendimento à SARB 021/2019;
- Aprimoramento do Ecossistema de Integridade para adequação ao novo cenário mundial, às melhores práticas do mercado, à Resolução CMN 4.557/2017, às necessidades da CAIXA e às diretrizes da CGU;
- Criação de metodologia de avaliação dos principais atores do Ecossistema de Integridade CAIXA, que engloba a avaliação dos protocolos, processos e normas de integridade, objetivando prevenir, detectar, remediar e minimizar a ocorrência de corrupção e demais ilícitos previstos em lei.

Controles Internos

A CAIXA possui uma Política de Controle Interno, *Compliance* e Integridade que tem por objetivo estabelecer diretrizes de prevenção, detecção, correição e mitigação de risco de *compliance* e integridade, de modo a auxiliar a atuação e tomada de decisão dos dirigentes, conselheiros e empregados, bem como promover a efetividade e o fortalecimento do Sistema de Controles Internos – SCI e do Ecossistema de Integridade.

A Política está alinhada às Leis nº 13.303/2016, 12.846/2013, e aos Decretos nº 8.945/2016 e 8.420/2015, quanto às diretrizes de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Está, ainda, alinhada à atuação interna prevista na Resolução CMN nº 4.557/2017, que "Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital".

O referido documento também está respaldado na Resolução CMN 4.968, de 25 de novembro de 2021, que "Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", na Resolução CMN nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, que "Dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil" e na SARB FEBRABAN nº 021/2019.

A Política em questão, vigente desde maio/2021, consigna os seguintes temas: Controles Internos, *Compliance*, Anticorrupção, Prevenção ao Conflito de Interesses e Consequências.

Gestão de Risco e Capital

Na CAIXA o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado são revisadas, no mínimo, anualmente, assim como os limites de concentração e os de capital, visando alinhamento à estratégia, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e à capacidade de assumir risco da Instituição.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando ampla visão do perfil das exposições, seja por tomador único, por segmentação, por modalidade, região geográfica e setor de atividade, dentre outros.

Adicionalmente, desde 2017 está estabelecido o Comitê Independente de Riscos que se reporta ao Conselho de Administração e o assessora nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Relações com Investidores, Relatórios e Documentos Informações Financeiras, Gerenciamento de Riscos, Relatórios, Gerenciamento de Riscos e Capital CAIXA.

Política de Patrocínios e Investimento em Cultura e Esporte

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. Foram investidos R$ 17,2 milhões no 4T21, totalizando R$ 29,0 milhões no acumulado de 2021.

O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões. Apenas em cultura, foram investidos R$ 1,4 milhão no 4T21, contabilizando R$ 4,5 milhões no acumulado de 2021.

Agradecimentos

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho de todos os empregados e colaboradores, aos quais a CAIXA agradece o empenho e comprometimento. A CAIXA agradece também a todos os clientes e parceiros pela confiança e fidelidade que a impulsionam nesta constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao seu desenvolvimento e do Brasil.

Administração.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
DISPONIBILIDADES	4	**12.349.967**	**17.031.708**	**12.370.639**	**17.031.713**
ATIVOS FINANCEIROS		**1.397.758.750**	**1.385.099.805**	**1.399.160.629**	**1.387.177.969**
Depósitos no Banco Central	5	70.135.128	84.171.716	70.135.128	84.171.716
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	130.721.139	213.983.402	130.721.139	213.983.402
Títulos e valores mobiliários	7	269.886.657	242.145.424	268.764.685	244.141.648
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.841.975	1.785.280	1.841.975	1.785.280
Carteira de crédito	9	867.214.599	787.504.513	869.541.823	787.504.513
Outros ativos financeiros	10	60.655.307	58.179.873	60.851.934	58.261.813
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(2.696.055)	(2.670.403)	(2.696.055)	(2.670.403)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9	**(38.814.960)**	**(34.570.638)**	**(38.814.960)**	**(34.570.638)**
ATIVOS FISCAIS		**52.744.683**	**51.181.592**	**52.748.994**	**51.265.334**
Correntes		1.569.749	2.722.785	1.574.060	2.770.534
Diferidos	20	51.174.934	48.458.807	51.174.934	48.494.800
INVESTIMENTOS	11	**10.635.768**	**12.521.625**	**11.263.148**	**11.095.529**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		9.864.862	11.750.639	10.492.276	10.324.577
Outros investimentos		781.254	781.334	781.254	781.334
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(10.348)	(10.348)	(10.382)	(10.382)
IMOBILIZADO DE USO	12	**3.519.919**	**3.692.504**	**3.519.937**	**3.692.531**
Imobilizações de uso		11.144.020	11.847.290	11.144.069	11.847.342
Depreciação acumulada		(7.513.034)	(8.058.091)	(7.513.065)	(8.058.116)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(111.067)	(96.695)	(111.067)	(96.695)
INTANGÍVEL	13	**3.026.320**	**2.463.359**	**3.026.320**	**2.463.359**
Ativos intangíveis		5.285.047	4.457.281	5.285.047	4.457.281
Amortização acumulada		(2.245.308)	(1.924.154)	(2.245.308)	(1.924.154)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(13.419)	(69.768)	(13.419)	(69.768)
OUTROS ATIVOS	14	**10.503.963**	**14.654.629**	**10.950.742**	**14.552.770**
(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)	14	**(1.353.483)**	**(1.856.845)**	**(1.353.483)**	**(1.941.878)**
TOTAL		**1.450.370.927**	**1.450.217.739**	**1.452.871.966**	**1.450.766.689**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
PASSIVOS FINANCEIROS		**1.299.459.924**	**1.310.887.467**	**1.265.906.168**	**1.279.078.990**
Recursos de clientes	15	573.084.858	619.413.729	573.084.420	619.413.381
Recursos de instituições financeiras e outras	16	583.899.712	536.723.113	583.899.712	536.723.113
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	102.694.662	114.831.472	69.141.344	83.023.343
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.680.715	1.796.309	1.680.715	1.796.309
Outros passivos financeiros	18	38.099.977	38.122.844	38.099.977	38.122.844
PROVISÕES	19	**12.285.250**	**10.920.976**	**12.285.250**	**10.936.766**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		10.649.843	9.571.976	10.649.843	9.571.979
Outras provisões		1.635.407	1.349.000	1.635.407	1.364.787
PASSIVOS FISCAIS		**6.438.965**	**4.625.744**	**6.568.855**	**4.706.653**
Correntes		1.075.226	1.239.139	1.205.116	1.276.586
Diferidos	20	5.363.739	3.386.605	5.363.739	3.430.067
PASSIVOS ATUARIAIS	21	**24.365.944**	**28.507.111**	**24.365.944**	**28.507.111**
OUTROS PASSIVOS	22	**31.665.875**	**34.263.436**	**32.216.075**	**34.716.035**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	**76.154.969**	**61.013.005**	**111.529.674**	**92.821.134**
Capital		68.000.000	45.000.000	68.000.000	45.000.000
Instrumento elegível ao capital principal				33.553.318	31.808.129
Reservas de reavaliação		225.521	274.150	225.521	274.150
Reservas de lucros		17.830.582	28.495.635	17.830.582	28.495.635
Outros resultados abrangentes		(9.901.134)	(12.756.780)	(9.901.134)	(12.756.780)
Participação dos não controladores				1.821.387	
TOTAL		**1.450.370.927**	**1.450.217.739**	**1.452.871.966**	**1.450.766.689**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Nota	Individual 2021 2º semestre	Individual 2021 Exercício	Individual 2020 Exercício	Consolidado 2021 2º semestre	Consolidado 2021 Exercício	Consolidado 2020 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**55.489.620**	**97.136.034**	**83.104.988**	**55.524.627**	**97.211.779**	**83.106.104**
Carteira de crédito	9 (e)	37.876.831	71.781.570	65.387.032	37.975.285	71.935.737	65.387.032
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 (b)	5.018.446	7.270.184	6.061.058	5.018.446	7.270.184	6.061.058
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	4.937.863	5.752.776	10.776.385	4.874.416	5.674.354	10.801.697
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	4.733.956	7.460.538	(3.949.722)	4.733.956	7.460.538	(3.949.722)
Resultado das aplicações compulsórias no Banco Central	5 (b)	1.580.479	2.428.251	2.217.867	1.580.479	2.428.251	2.217.867
Resultado de outros ativos financeiros	10 (d)	1.342.045	2.442.715	2.612.368	1.342.045	2.442.715	2.588.172
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(32.629.194)**	**(52.894.119)**	**(44.063.857)**	**(31.825.923)**	**(51.384.856)**	**(43.370.944)**
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (d)	(17.611.218)	(30.040.510)	(24.670.459)	(17.611.218)	(30.030.164)	(24.629.934)
Recursos de clientes	15 (c)	(11.713.263)	(17.885.479)	(14.615.954)	(11.713.263)	(17.885.479)	(14.592.678)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(3.304.713)	(4.968.130)	(4.777.444)	(2.501.442)	(3.469.213)	(4.148.332)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9 (i)	**(5.923.578)**	**(11.055.958)**	**(11.133.029)**	**(5.923.578)**	**(11.056.074)**	**(11.135.344)**
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**16.936.848**	**33.185.957**	**27.908.102**	**17.775.126**	**34.770.849**	**28.599.816**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(10.186.125)**	**(15.465.461)**	**(13.126.555)**	**(10.078.960)**	**(18.344.370)**	**(17.629.942)**
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	11.458.519	22.693.076	23.424.021	12.357.741	23.899.651	23.502.446
Despesas de pessoal	25	(12.378.910)	(23.133.439)	(22.644.542)	(12.416.405)	(23.219.011)	(22.730.282)
Outras despesas administrativas	26	(6.175.606)	(11.813.381)	(12.011.084)	(6.200.599)	(11.853.943)	(12.039.390)
Despesas tributárias	27	(1.815.686)	(3.662.216)	(3.664.460)	(1.917.304)	(3.808.704)	(3.767.930)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	1.406.482	5.755.795	6.975.866	792.639	1.972.432	1.804.224
Outras receitas operacionais	28	3.888.679	7.505.340	8.719.268	3.922.277	7.543.078	9.510.323
Outras despesas operacionais	29	(6.569.603)	(12.810.636)	(13.925.624)	(6.617.309)	(12.877.873)	(13.909.333)
CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES	30	**(2.538.316)**	**(4.462.629)**	**(2.317.579)**	**(2.538.316)**	**(4.485.708)**	**(2.266.070)**
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.281.968)	(3.857.322)	(2.939.280)	(2.281.968)	(3.857.322)	(2.939.282)
Outras		(256.348)	(605.307)	621.701	(256.348)	(628.386)	673.212
RESULTADO OPERACIONAL		**4.212.407**	**13.257.867**	**12.463.968**	**5.157.850**	**11.940.771**	**8.703.804**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	**30.804**	**3.201.779**	**305.839**	**349.197**	**7.228.444**	**4.926.158**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**4.243.211**	**16.459.646**	**12.769.807**	**5.507.047**	**19.169.215**	**13.629.962**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20 (a)	**1.696.982**	**1.252.109**	**1.550.468**	**1.416.221**	**215.092**	**1.227.352**
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO		**(318.715)**	**(1.863.320)**	**(1.686.190)**	**(319.487)**	**(1.865.679)**	**(1.687.950)**
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES					**(179.032)**	**(250.366)**	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**5.621.478**	**15.848.435**	**12.634.085**	**6.424.749**	**17.268.262**	**13.169.364**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual 2021 2º semestre	Individual 2021 Exercício	Individual 2020 Exercício	Consolidado 2021 2º semestre	Consolidado 2021 Exercício	Consolidado 2020 Exercício
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	**5.621.478**	**15.848.435**	**12.634.085**	**6.245.717**	**17.017.896**	**13.169.364**
Participação de acionistas não controladores				179.032	250.366	
LUCRO LÍQUIDO TOTAL	**5.621.478**	**15.848.435**	**12.634.085**	**6.424.749**	**17.268.262**	**13.169.364**
ITENS QUE SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	**(115.982)**	**(672.087)**	**(380.331)**	**(142.299)**	**(712.991)**	**(380.331)**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**203.806**	**(77.438)**	**(334.278)**	**208.903**	**(77.438)**	**(334.278)**
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	388.628	(147.662)	(637.419)	393.725	(147.662)	(637.419)
Efeito fiscal	(184.822)	70.224	303.141	(184.822)	70.224	303.141
Participação no resultado abrangente de investimentos	**(146.084)**	**(340.659)**	**(15.342)**	**(176.537)**	**(369.475)**	**(15.342)**
Outros resultados abrangentes em investimentos	**(173.704)**	**(253.990)**	**(30.711)**	**(174.665)**	**(266.078)**	**(30.711)**
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	**306.734**	**3.527.733**	**1.263.792**	**306.734**	**3.527.733**	**1.263.792**
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	(1.189.705)	4.081.598	990.525	(1.189.705)	4.081.598	990.525
Efeito fiscal	1.496.439	(553.865)	273.267	1.496.439	(553.865)	273.267
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**5.812.230**	**18.704.081**	**13.517.546**	**6.589.184**	**20.083.004**	**14.052.825**
Resultado abrangente atribuível ao controlador	5.812.230	18.704.081	13.517.546	6.441.566	19.862.562	14.052.825
Resultado abrangente atribuível aos não controladores				147.618	220.442	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(EM MILHARES DE REAIS)

INDIVIDUAL

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS LEGAL	RESERVA DE LUCROS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**36.418.525**	**320.343**	**3.515.219**	**23.785.637**	**(13.640.241)**		**50.399.483**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					883.461		883.461
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(349.620)		(349.620)
Avaliação atuarial líquida de impostos					1.263.792		1.263.792
Outros ajustes de avaliação parimonial					(30.711)		(30.711)
AUMENTO DE CAPITAL	8.581.475			(8.581.475)			
OUTROS		(46.193)				46.780	587
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						(111.195)	(111.195)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.634.085	12.634.085
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			658.468			(658.468)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				737.539		(737.539)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.380.247		(8.380.247)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.793.416)	(2.793.416)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**45.000.000**	**274.150**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(12.756.780)**	**-**	**61.013.005**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**45.000.000**	**274.150**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(12.756.780)**		**61.013.005**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					2.855.646		2.855.646
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(418.097)		(418.097)
Avaliação atuarial líquida de impostos					3.527.733		3.527.733
Outros ajustes de avaliação parimonial					(253.990)		(253.990)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000			(23.000.000)			
OUTROS		(48.629)				26.728	(21.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						15.848.435	15.848.435
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			863.158			(863.158)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				851.142		(851.142)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				10.620.647		(10.620.647)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.528.319)	(3.528.319)
Dividendos propostos						(11.897)	(11.897)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**	**-**	**76.154.969**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	**45.000.000**	**267.851**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(10.091.886)**	**10.233.665**	**73.905.265**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					190.752		190.752
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					57.722		57.722
Avaliação atuarial líquida de impostos					306.734		306.734
Outros ajustes de avaliação parimonial					(173.704)		(173.704)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000			(23.000.000)			
OUTROS		(42.330)				20.020	(22.310)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						5.621.478	5.621.478
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			863.158			(863.158)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				851.142		(851.142)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				10.620.647		(10.620.647)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.528.319)	(3.528.319)
Dividendos propostos						(11.897)	(11.897)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**	**-**	**76.154.969**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

CONSOLIDADO										
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**36.418.525**	**30.254.276**	**320.343**	**3.515.219**	**23.785.637**	**(13.640.241)**		**80.653.759**		**80.653.759**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						883.461		883.461		883.461
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(349.620)		(349.620)		(349.620)
Avaliação atuarial líquida de impostos						1.263.792		1.263.792		1.263.792
Outros ajustes de avaliação parimonial						(30.711)		(30.711)		(30.711)
AUMENTO DE CAPITAL	8.581.475				(8.581.475)					
OUTROS			(46.193)				46.779	586		586
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							(111.195)	(111.195)		(111.195)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.553.853						1.553.853		1.553.853
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							13.169.364	13.169.364		13.169.364
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				658.468			(658.468)			
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					737.539		(737.539)			
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.380.247		(8.380.247)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.793.416)	(2.793.416)		(2.793.416)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(535.278)	(535.278)		(535.278)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**45.000.000**	**31.808.129**	**274.150**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(12.756.780)**	**-**	**92.821.134**		**92.821.134**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**45.000.000**	**31.808.129**	**274.150**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(12.756.780)**		**92.821.134**		**92.821.134**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						2.855.646	(5.097)	2.850.549		2.850.549
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(418.097)	(5.097)	(423.194)		(423.194)
Avaliação atuarial líquida de impostos						3.527.733		3.527.733		3.527.733
Outros ajustes de avaliação parimonial						(253.990)		(253.990)		(253.990)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000				(23.000.000)					
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.745.189						1.745.189		1.745.189
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									1.821.387	1.821.387
OUTROS			(48.629)				26.728	(21.901)		(21.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							17.268.262	17.268.262		17.268.262
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				863.158			(863.158)			
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					851.142		(851.142)			
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					10.620.647		(10.620.647)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(3.528.319)	(3.528.319)		(3.528.319)
Dividendos propostos							(11.897)	(11.897)		(11.897)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.414.730)	(1.414.730)		(1.414.730)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**33.553.318**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**	**-**	**109.708.287**	**1.821.387**	**111.529.674**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	**45.000.000**	**31.808.129**	**267.851**	**4.173.687**	**24.321.948**	**(10.096.983)**	**10.238.762**	**105.713.394**	**1.800.356**	**107.513.750**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						195.849	(5.097)	190.752		190.752
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						62.819	(5.097)	57.722		57.722
Avaliação atuarial líquida de impostos						306.734		306.734		306.734
Outros ajustes de avaliação parimonial						(173.704)		(173.704)		(173.704)
AUMENTO DE CAPITAL	23.000.000				(23.000.000)					
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.745.189						1.745.189		1.745.189
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									21.031	21.031
OUTROS			(42.330)				26.728	(22.310)		(22.310)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							17.268.262	6.424.749		6.424.749
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				863.158			(863.158)			
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					851.142		(851.142)			
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					10.620.647		(10.620.647)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(3.528.319)	(3.528.319)		(3.528.319)
Dividendos propostos							(11.897)	(11.897)		(11.897)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.414.730)	(803.271)		(803.271)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**68.000.000**	**33.553.318**	**225.521**	**5.036.845**	**12.793.737**	**(9.901.134)**	**-**	**109.708.287**	**1.821.387**	**111.529.674**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2021		2020	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**13.216.727**	**29.769.440**	**25.350.562**	**11.464.467**	**25.396.983**	**25.084.885**
Lucro Líquido	5.621.478	15.848.435	12.634.085	6.424.749	17.268.262	13.169.364
Ajustes ao Lucro Líquido:	7.595.249	13.921.005	12.716.477	5.039.718	8.128.721	11.915.521
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	2.393.595	5.152.310	(2.157.344)	2.397.252	5.132.046	(2.182.656)
(Ganho)/Perda em Investimentos	4.574.419	2.667.792	3.130.999	791.818	(6.862.618)	(2.293.197)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(31)	(821)	(246.141)	(31)	(821)	(246.141)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	208.492	388.629	548.951	208.492	388.629	548.951
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	5.923.578	11.055.958	11.133.029	5.923.578	11.056.074	11.135.344
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	787.848	1.715.631	2.007.595	787.848	1.715.631	2.007.595
Depreciações e Amortizações	857.020	1.815.058	1.590.923	857.026	1.815.068	1.590.934
Impostos Diferidos	(1.116.801)	(1.242.348)	(1.550.468)	(1.118.695)	(1.267.447)	(1.540.608)
Despesas com provisões para causas judiciais	2.281.969	3.857.322	2.939.280	2.281.969	3.857.322	2.939.282
Resultado de Participação em Coligadas	(1.406.482)	(5.755.795)	(6.975.866)	(792.640)	(1.972.432)	(1.804.224)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	(6.908.358)	(5.732.731)	2.295.519	(6.296.899)	(5.732.731)	1.760.241
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(66.689.620)**	**(97.963.129)**	**22.595.368**	**(64.672.400)**	**(101.047.119)**	**24.323.268**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.550.140)	2.200.155	(5.933.445)	(3.550.140)	2.200.155	(5.933.445)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	3.749.911	(11.204.082)	(12.097.110)	7.332.666	(10.032.874)	(13.329.075)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	3.077.585	14.036.588	9.689.377	3.077.585	14.036.588	9.689.377
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(54.261.849)	(86.521.722)	(105.374.939)	(53.835.570)	(88.849.062)	(105.377.254)
(Aumento) Redução em Outros Ativos financeiros	(2.591.462)	(2.483.211)	(2.530.310)	(2.698.279)	(2.597.898)	(2.547.551)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	(2.412.567)	(320.743)	696.617	(2.334.795)	(216.213)	685.189
(Aumento) Redução em Outros Ativos	2.332.137	899.363	1.026.355	1.911.912	265.692	3.001.093
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	26.901.786	47.176.599	60.843.871	26.901.786	47.176.599	60.843.871
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	(40.369.619)	(46.328.871)	83.652.333	(40.369.910)	(46.328.961)	84.594.204
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	4.189.587	(5.856.184)	(11.423.983)	2.774.857	(7.270.914)	(11.423.983)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(308.327)	(115.594)	722.513	(308.327)	(115.594)	722.513
(Redução) Aumento em Outras Passivos Financeiros	810.447	(22.867)	8.969.661	810.447	(22.867)	8.969.660
(Redução) Aumento em Provisões	(1.372.327)	(2.493.048)	(4.207.832)	(1.488.790)	(2.508.838)	(4.206.915)
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	1.477.313	815.624	(150.079)	1.553.718	864.605	(113.441)
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	556.995	(2.329.065)	(2.126.818)	556.995	(2.329.065)	(2.126.818)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(4.919.146)	(6.413.668)	614.050	(5.006.611)	(6.316.069)	650.736
Imposto de renda e contribuição social pagos	56	997.597	225.107	56	997.597	225.107
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(53.472.893)**	**(68.193.689)**	**47.945.930**	**(53.207.933)**	**(75.650.136)**	**49.408.153**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	8.313.581	(21.678.592)	(14.330.558)	8.069.007	(19.695.405)	(14.330.558)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(303.433)	(452.232)	(239.732)	(303.433)	(452.232)	(239.732)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	607.253	2.359.312	1.462.242	607.253	2.359.312	
Alienação de Investimentos		4.973.860			8.667.431	
Alienação de Imobilizado de Uso	93.442	111.855	562.084	93.442	111.855	562.084
Aquisição de Imobilizado de Uso	(230.587)	(876.737)	(1.764.200)	(230.587)	(876.737)	(1.764.200)
Baixa de Intangível	(194)	386.203	9.084	(194)	386.203	9.084
Aquisição de Intangível	(1.077.283)	(1.825.934)	(914.477)	(1.077.283)	(1.825.934)	(914.477)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**7.402.779**	**(17.002.265)**	**(15.215.557)**	**7.158.205**	**(11.325.507)**	**(16.677.799)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Remuneração de IHCD pagos		(547.895)	(1.141.427)		(547.895)	(1.141.427)
Variação da participação dos acionistas não controladores					1.800.356	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(547.895)**	**(1.141.427)**		**1.252.461**	**(1.141.427)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(46.070.114)**	**(85.743.849)**	**31.588.946**	**(46.049.728)**	**(85.723.182)**	**31.588.927**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do período	181.898.209	221.571.944	189.982.998	181.898.495	221.571.949	189.983.022
Caixa e Equivalentes no fim do período	135.828.095	135.828.095	221.571.944	135.848.767	135.848.767	221.571.949
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(46.070.114)**	**(85.743.849)**	**31.588.946**	**(46.049.728)**	**(85.723.182)**	**31.588.927**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	Individual						Consolidado					
	2021				2020		2021				2020	
	2º semestre		Exercício		Exercício		2º semestre		Exercício		Exercício	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**65.156.550**		**120.048.020**		**106.108.862**		**66.442.770**		**125.472.224**		**111.660.117**	
Intermediação financeira	55.489.620		97.136.034		83.104.988		55.524.627		97.211.779		83.106.104	
Prestação de serviços com tarifas	11.458.519		22.693.076		23.424.021		12.357.741		23.899.651		23.502.446	
Provisão para devedores duvidosos	(5.923.578)		(11.055.958)		(11.133.029)		(5.923.578)		(11.056.074)		(11.135.344)	
Outras	4.131.989		11.274.868		10.712.882		4.483.980		15.416.868		16.186.911	
2. DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**32.629.194**		**52.894.119**		**44.063.857**		**31.825.923**		**51.384.856**		**43.370.944**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**13.823.849**		**26.239.789**		**26.860.985**		**13.895.100**		**26.446.810**		**26.883.281**	
Materiais, energia e outros	1.529.378		3.045.633		3.535.120		1.550.882		3.077.192		3.551.936	
Processamento de dados e comunicações	1.392.358		2.422.862		2.460.796		1.392.748		2.423.524		2.461.324	
Propaganda, publicidade e promoções	235.422		310.617		278.501		235.422		310.617		278.501	
Serviços de terceiros e especializados	852.791		1.672.811		1.619.762		854.426		1.679.646		1.629.726	
Serviços de vigilância e segurança	493.475		946.851		1.035.828		493.491		946.904		1.035.961	
Outras	9.320.425		17.841.015		17.930.978		9.368.131		18.008.927		17.925.833	
Serviços delegados pelo Governo Federal	617.501		1.086.927		1.416.579		617.501		1.086.927		1.416.579	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	2.182.693		4.199.963		3.896.804		2.182.693		4.199.963		3.896.804	
Descontos de operações de crédito	318.045		448.034		383.611		318.045		448.034		383.611	
Despesas com cartão de crédito/débito	448.809		996.209		1.155.697		448.809		997.151		1.159.235	
Benefício pós-emprego	787.848		1.715.631		2.007.595		787.848		1.715.631		2.007.595	
Provisões operacionais diversas	2.805.188		5.205.317		4.188.115		2.805.188		5.305.992		4.199.261	
Demais	2.160.341		4.188.934		4.882.577		2.208.047		4.255.229		4.862.748	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**18.703.507**		**40.914.112**		**35.184.020**		**20.721.747**		**47.640.558**		**41.405.892**	
5. RETENÇÕES	**857.019**		**1.815.058**		**1.590.923**		**857.024**		**1.815.068**		**1.590.933**	
Depreciação, amortização e exaustão	857.019		1.815.058		1.590.923		857.024		1.815.068		1.590.933	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**17.846.488**		**39.099.054**		**33.593.097**		**19.864.723**		**45.825.490**		**39.814.959**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**1.406.482**		**5.755.795**		**6.975.866**		**792.639**		**1.972.432**		**1.804.224**	
Resultado de equivalência patrimonial	1.406.482		5.755.795		6.975.866		792.639		1.972.432		1.804.224	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**19.252.970**		**44.854.849**		**40.568.963**		**20.657.362**		**47.797.922**		**41.619.183**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**19.252.970**	**100,00**	**44.854.849**	**100,00**	**40.568.963**	**100,00**	**20.657.362**	**100,00**	**47.797.922**	**100,00**	**41.619.183**	**100,00**
Pessoal	**10.945.288**	**56,85**	**21.687.370**	**48,35**	**21.149.984**	**52,13**	**10.983.102**	**53,17**	**21.770.480**	**45,55**	**21.225.345**	**51,00**
Remuneração direta	7.848.335		15.935.635		15.843.670		7.851.361		15.960.626		15.900.094	
Benefícios	2.507.851		4.646.647		4.274.413		2.542.479		4.703.122		4.289.267	
FGTS	589.102		1.105.088		1.031.901		589.262		1.106.732		1.035.984	
Impostos, taxas e contribuições	**1.871.041**	**9,72**	**5.719.496**	**12,75**	**5.294.740**	**13,05**	**2.253.873**	**10,91**	**6.907.822**	**14,45**	**5.733.465**	**13,78**
Federais	1.480.827		4.882.411		4.415.072		1.858.495		6.064.397		4.849.875	
Estaduais	192		772		859		192		772		859	
Municipais	390.022		836.313		878.809		395.186		842.653		882.731	
Remuneração de capitais de terceiros	**815.163**	**4,23**	**1.599.549**	**3,57**	**1.490.154**	**3,67**	**816.606**	**3,95**	**1.600.992**	**3,35**	**1.491.009**	**3,58**
Aluguéis	815.163		1.599.549		1.490.154		816.606		1.600.992		1.491.009	
Remuneração de capitais próprios	**5.621.478**	**29,20**	**15.848.434**	**35,33**	**12.634.085**	**31,15**	**6.603.781**	**31,97**	**17.518.628**	**36,65**	**13.169.364**	**31,64**
Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.874.604		3.528.319		2.793.416		1.874.604		3.528.319		2.793.416	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(803.271)		(1.414.730)		535.279	
Lucros retidos	3.746.874		12.320.115		9.840.669		5.711.480		15.655.405		9.840.669	
Participação dos não controladores nos lucros retidos							(179.032)		(250.366)			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
(Em milhares de Reais)

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira com 161 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Economia. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes CAIXA Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão e agência-barco. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e rural; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias CAIXA Cartões e CAIXA DTVM. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio de sua subsidiária CAIXA Seguridade S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Casa Verde e Amarela. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito rural.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Auxílio Brasil, instituído em dezembro de 2021 pela Lei nº 14.284/21 em substituição ao Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões-INSS.

Com a Pandemia causada pelo Coronavírus (Covid - 19), a CAIXA adotou diversas medidas para mitigar os seus impactos na vida dos brasileiros. A Instituição iniciou o maior pagamento de programas sociais e de transferência de renda, além de promover a maior inclusão bancária da história do país. Como parceira estratégica do Governo Federal, a Instituição, dentre outros projetos, realizou em caráter exclusivo o pagamento do Auxílio Emergencial – programa de transferência de renda instituído pela Lei nº 13.982/20, em apoio à crise econômica causada aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados; além de operacionalizar o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Empregado e Renda (BEm) – benefício concedido para proteção dos trabalhadores formais que sofreram redução de jornada e de salário ou suspensão do contrato de trabalho em função da pandemia, com base na Lei nº 14.020/20.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.

Principais Fundos e Programas Sociais

Descrição	31/12/2021 (1)	31/12/2020
FGTS	605.637.000	550.146.046
FAR	26.863.895	31.434.361
FCVS	17.766.688	16.989.650
FDPVAT	3.796.291	-
FDS	3.717.652	3.456.742
FGHAB	2.882.021	2.803.076
FGS	1.421.500	1.421.500
FGCN	56.855	53.949
FAS	24.728	24.288
Total	**662.166.630**	**606.329.612**

(1) O saldo do FGS refere-se à posição dos ativos em 30/06/2020 e para os demais fundos a posição é de 30/11/2021, de acordo com o Balanço dos Fundos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/12/2021 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 14/02/2022 e pelo Conselho de Administração em 21/02/2022.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/2007 e n° 11.941/2009, e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis da CAIXA. As principais alterações implementadas incluem as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, os saldos do Balanço Patrimonial apresentados comparativamente com os do final do exercício anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para os quais foram apresentadas, a inclusão do resultado recorrente e não recorrente e da Demonstração do Resultado Abrangente. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, houve a reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio, anteriormente retificadoras de passivo, para o ativo, por comporem a carteira de crédito do banco. Esse procedimento foi adotado com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(a) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA, suas subsidiárias CAIXA Loterias, CAIXA Cartões, CAIXA Seguridade, CAIXA DTVM e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stone III e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos intercompanhia das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXA Loterias, da CAIXA Cartões, da CAIXA Seguridade, da CAIXA DTVM, do FIDC Stone III e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes, quando há diferença são feitos ajustes de modo a convergir às práticas contábeis da CAIXA. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As empresas que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(b) Normas a serem aplicadas a partir de janeiro de 2022

A Resolução CMN nº 4.817/2020 dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os investimentos em entidades não coligadas, controladas ou controladas em conjunto e mensurados ao custo, bem como as participações em fundos de investimento serão reclassificados e mensurados de acordo com a regulamentação específica aplicável a instrumentos financeiros.

A Resolução CMN nº 4.924/2021 dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não são esperados reflexos relevantes para as Demonstrações Contábeis da entidade.

A Resolução CMN nº 4.967/2021 que dispõe sobre os critérios a serem observados no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado não é aplicável à CAIXA por esta entidade não possuir operações tratadas na presente norma.

A Resolução BCB nº 33/2020 dispõe sobre os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações sobre a aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto, sobre as participações já registradas e sobre as operações de fusão, incorporação e cisão.

Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez. Possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

- **Venda com compromisso de recompra**: Os títulos de renda fixa de terceiros utilizados para lastrear as operações compromissadas são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Tais captações são registradas como posição financiada.
- **Compra com compromisso de revenda:** Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 6.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação**: são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda**: são instrumentos mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento**: adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN n° 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, o Pronunciamento CPC 46 estabelece uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação.

A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis:

- **Nível 1** - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- **Nível 3** - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo à medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo variam de acordo com a natureza dos ativos.

Os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial como disponibilidades, depósitos em bancos centrais, aplicações no mercado aberto e outros ativos financeiros se aproximam de seus respectivos valores justos.

Os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros são estimados, efetuando-se o desconto dos fluxos de caixa estimados com a adoção das taxas de juros do mercado.

Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos do tipo *swaps* são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, do "AA" ao "H", sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 9.

(i) Tributos

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. A partir de 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos foram consolidados por meio da Resolução CMN nº 4842/2020. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A Lei nº 14.183/21 eleva durante o segundo semestre de 2021, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre as instituições financeiras e equiparadas de 20% para 25%. Reestabelecendo a alíquota anterior em 01/01/2022.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

(j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

(k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN n° 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos logiciais – softwares referem-se a aquisições de software e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

A partir de 01/01/2021 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.747/2019 e a Carta-Circular BCB nº 3.994/2019, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Os ativos não financeiros devem ser classificados como próprios ou recebidos caso tenham sido recebidos pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

(o) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 3.566/2008).

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base pro rata die.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- **Passivos contingentes**: conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.
- **Provisões passivas**: são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias**: envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- **Provisão para garantias financeiras prestadas:** a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 21.

(s) Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 10, 14, 18 e 22.

(t) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB n° 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Total de disponibilidades (caixa)	**12.349.967**	**17.031.708**
Disponibilidade em moeda nacional (1)	12.078.580	16.753.275
Disponibilidade em moeda estrangeira	271.387	278.433
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	**123.478.128**	**204.540.236**
Total	**135.828.095**	**221.571.944**

(1) Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2021 apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 12.099.252 (31/12/2020 - 16.753.280)

(2) Inclui os depósitos interfinanceiros que em sua origem possuem prazo de vencimento de até 90 dias.

Nota 5 – Depósitos no Banco Central

(a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA e por depósito em conta de pagamentos instantâneos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.573.060	13.657.677
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice da poupança	51.015.414	54.897.453
Compulsório sobre depósitos à prazo	Taxa SELIC	10.167.758	11.295.119
Conta de pagamentos instantâneos	Não remunerado	4.378.896	4.321.467
Total		**70.135.128**	**84.171.716**
Ativo circulante		70.135.128	84.171.716
Ativo não circulante		-	-

(b) Resultado das aplicações compulsórias no Banco Central

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	1.281.727	1.996.120	1.760.929
Exigibilidade sobre recursos a prazo	298.752	432.131	456.938
Total	**1.580.479**	**2.428.251**	**2.217.867**

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**39.544.787**	**-**	**-**	**-**	**39.544.787**	**132.161.105**
Letras financeiras do tesouro	56.295	-	-	-	56.295	28.832.122
Letras do tesouro nacional	1.000.000	-	-	-	1.000.000	37.400.944
Notas do tesouro nacional	38.488.492	-	-	-	38.488.492	65.928.039
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	**83.702.805**	**-**	**-**	**-**	**83.702.805**	**69.740.927**
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	69.740.927
Notas do tesouro nacional	83.702.805	-	-	-	83.702.805	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**3.534.291**	**651.915**	**2.838.868**	**448.473**	**7.473.547**	**12.081.370**
Depósitos interfinanceiros	361.013	20.017	-	-	381.030	8.608.717
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	3.175.563	631.985	2.838.872	450.252	7.096.672	3.474.573
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(2.285)	(87)	(4)	(1.779)	(4.155)	(1.920)
Total	**126.781.883**	**651.915**	**2.838.868**	**448.473**	**130.721.139**	**213.983.402**
Ativo circulante					130.272.666	213.805.119
Ativo não circulante					448.473	178.283

(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional , depósitos interfinanceiros e em letras financeiras incluem acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e o Banco BMG, Banco DAYCOVAL, Banco BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch, Sicoob e Cresol conforme Resolução CMN n° 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro	**1.689.471**	**-**
BTG Pactual S.A	1.056.016	-
Sicoob S.A	633.455	-
Letras do tesouro nacional	**293.213**	**1.202.669**
Bank of America Merrill Lynch S.A	267.763	235.495
BTG Pactual S.A	-	967.174
Coop. Central Cred. Rural Interação Solid. BASER	25.450	-
Depósitos interfinanceiros	**23.672**	**27.210**
BMG S.A	23.594	23.426
DAYCOVAL	78	3.784
Letras financeiras	**11.506**	**-**
Cresol	11.506	-
Total	**2.017.862**	**1.229.879**

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	**4.964.473**	**7.131.344**	**5.760.105**
Posição bancada	1.506.939	2.438.476	2.658.783
Posição financiada	3.457.534	4.692.868	3.101.322
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**53.973**	**138.840**	**300.953**
Total	**5.018.446**	**7.270.184**	**6.061.058**

Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

(a) Composição

INDIVIDUAL								
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Valor Contábil	Perdas por redução ao valor recuperável	31/12/2021	31/12/2020
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central				
Títulos públicos	**93.917.158**	**139.945.474**	**13.480.872**	**6.963.872**	**254.307.376**	**-**	**254.307.376**	**230.933.887**
Letras financeiras do tesouro	83.723.547	49.263.030	9.804.979	6.963.872	149.755.428	-	149.755.428	110.268.742
Letras do tesouro nacional	3.486.121	86.464.635	3.671.269	-	93.622.025	-	93.622.025	112.656.541
Notas do tesouro nacional	6.482.132	4.217.809	4.624	-	10.704.565	-	10.704.565	7.721.386
Tesouro nacional/securitização	225.358	-	-	-	225.358	-	225.358	287.218
Títulos – empresas	**11.468.962**	**4.110.319**	**-**	**-**	**15.579.281**	**(2.233.410)**	**13.345.871**	**9.011.556**
Debêntures	3.602.231	956.574	-	-	4.558.805	(2.044.341)	2.514.464	2.612.132
Cotas de fundos	1.967.252	-	-	-	1.967.252	-	1.967.252	2.623.907
Certificado de recebíveis imobiliários	288.112	3.153.745	-	-	3.441.857	-	3.441.857	3.705.262
Ações	260.090	-	-	-	260.090	(189.069)	71.021	70.255
Letras financeiras	5.351.277	-	-	-	5.351.277	-	5.351.277	-
Total	**105.386.120**	**144.055.793**	**13.480.872**	**6.963.872**	**269.886.657**	**(2.233.410)**	**267.653.247**	**239.945.443**
Ativo circulante							141.276.853	126.397.695
Ativo não circulante							126.376.394	113.547.748

CONSOLIDADO								
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Valor Contábil	Perdas por redução ao valor recuperável	31/12/2021	31/12/2020
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central				
Títulos públicos	**93.918.433**	**139.945.474**	**13.480.872**	**6.963.873**	**254.308.652**	**-**	**254.308.652**	**230.933.887**
Letras financeiras do tesouro	83.724.822	49.263.030	9.804.979	6.963.873	149.756.704	-	149.756.704	110.268.742
Letras do tesouro nacional	3.486.121	86.464.635	3.671.269	-	93.622.025	-	93.622.025	112.656.541
Notas do tesouro nacional	6.482.132	4.217.809	4.624	-	10.704.565	-	10.704.565	7.721.386
Tesouro nacional/securitização	225.358	-	-	-	225.358	-	225.358	287.218
Títulos – empresas	**10.345.714**	**4.110.319**	**-**	**-**	**14.456.033**	**(2.233.410)**	**12.222.623**	**11.007.780**
Debêntures	3.602.231	956.574	-	-	4.558.805	(2.044.341)	2.514.464	2.612.132
Cotas de fundos	844.004	-	-	-	844.004	-	844.004	4.620.131
Certificado de recebíveis imobiliários	288.112	3.153.745	-	-	3.441.857	-	3.441.857	3.705.262
Ações	260.090	-	-	-	260.090	(189.069)	71.021	70.255
Letras financeiras	5.351.277	-	-	-	5.351.277	-	5.351.277	-
Total	**104.264.147**	**144.055.793**	**13.480.872**	**6.963.873**	**268.764.685**	**(2.233.410)**	**266.531.275**	**241.941.667**
Ativo circulante							140.154.881	128.393.919
Ativo não circulante							126.376.394	113.547.748

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**260.096.333**	**(5.113.421)**	**(675.536)**	**254.307.376**	**254.336.386**	**-**	**20.210.030**	**316.801**	**7.976.467**	**225.804.078**
Letras financeiras do tesouro	150.021.480	9.194	(275.246)	149.755.428	149.754.987	-	20.210.030	-	5.124.622	124.420.776
Letras do tesouro nacional	99.047.834	(5.102.816)	(322.993)	93.622.025	93.622.025	-	-	316.801	2.851.845	90.453.379
Notas do tesouro nacional	10.790.401	(19.799)	(66.037)	10.704.565	10.734.016	-	-	-	-	10.704.565
Tesouro nacional/ securitização	236.618	-	(11.260)	225.358	225.358	-	-	-	-	225.358
Títulos – empresas	**13.143.417**	**(62.155)**	**264.609**	**13.345.871**	**12.870.790**	**2.038.273**	**-**	**-**	**-**	**11.307.598**
Debêntures	2.514.004	-	460	2.514.464	1.760.903	-	-	-	-	2.514.464
Cotas de fundos	1.903.521	-	63.731	1.967.252	1.967.252	1.967.252	-		-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.387.227	-	54.630	3.441.857	3.720.337	-	-	-	-	3.441.857
Ações	178.701	(62.155)	(45.525)	71.021	71.021	71.021	-	-	-	-
Letras financeiras	5.159.964	-	191.313	5.351.277	5.351.277	-	-	-	-	5.351.277
Total – TVM	**273.239.750**	**(5.175.576)**	**(410.927)**	**267.653.247**	**267.207.176**	**2.038.273**	**20.210.030**	**316.801**	**7.976.467**	**237.111.676**
Para negociação	130.008.150	(5.175.576)	-	124.832.574	124.832.574	38.293	11.169.506	24.061	2.865.432	110.735.282
Disponíveis para venda	125.579.992	-	(410.927)	125.169.065	125.169.065	1.999.980	1.290.276	292.740	5.111.035	116.475.034
Mantidos até o vencimento	17.651.608	-	-	17.651.608	17.205.537	-	7.750.248	-	-	9.901.360
Total	**273.239.750**	**(5.175.576)**	**(410.927)**	**267.653.247**	**267.207.176**	**2.038.273**	**20.210.030**	**316.801**	**7.976.467**	**237.111.676**

CONSOLIDADO										
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**260.097.558**	**(5.113.370)**	**(675.536)**	**254.308.652**	**254.337.662**	**-**	**20.210.030**	**316.801**	**7.976.467**	**225.805.354**
Letras financeiras do tesouro	150.022.705	9.245	(275.246)	149.756.704	149.756.263	-	20.210.030	-	5.124.622	124.422.052
Letras do tesouro nacional	99.047.834	(5.102.816)	(322.993)	93.622.025	93.622.025	-	-	316.801	2.851.845	90.453.379
Notas do tesouro nacional	10.790.401	(19.799)	(66.037)	10.704.565	10.734.016	-	-	-	-	10.704.565
Tesouro nacional/ securitização	236.618	-	(11.260)	225.358	225.358	-	-	-	-	225.358
Títulos – empresas	**11.999.956**	**(41.942)**	**264.609**	**12.222.623**	**11.747.542**	**915.025**	**-**	**-**	**-**	**11.307.598**
Debêntures	2.514.004	-	460	2.514.464	1.760.903	-	-	-	-	2.514.464
Cotas de fundos	760.060	20.213	63.731	844.004	844.004	844.004	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.387.227	-	54.630	3.441.857	3.720.337	-	-	-	-	3.441.857
Ações	178.701	(62.155)	(45.525)	71.021	71.021	71.021	-	-	-	-
Letras financeiras	5.159.964	-	191.313	5.351.277	5.351.277	-	-	-	-	5.351.277
Total – TVM	**272.097.514**	**(5.155.312)**	**(410.927)**	**266.531.275**	**266.085.204**	**915.025**	**20.210.030**	**316.801**	**7.976.467**	**237.112.952**
Para negociação	130.833.166	(5.155.312)	-	125.677.854	125.677.854	882.297	11.169.506	24.061	2.865.432	110.736.558
Disponíveis para venda	123.612.740	-	(410.927)	123.201.813	123.201.813	32.728	1.290.276	292.740	5.111.035	116.475.034
Mantidos até o vencimento	17.651.608	-	-	17.651.608	17.205.537	-	7.750.248	-	-	9.901.360
Total – TVM	**272.097.514**	**(5.155.312)**	**(410.927)**	**266.531.275**	**266.085.204**	**915.025**	**20.210.030**	**316.801**	**7.976.467**	**237.112.952**

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, onde está classificada a maior parte dos títulos do governo brasileiro, as ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Os ativos com baixa ou nenhuma liquidez são classificados como nível 3 da hierarquia de valor justo visto que o cálculo do preço de mercado é feito com base na metodologia de fluxo de caixa descontado por uma taxa livre de risco observada no mercado.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os papéis que compõem a carteira de TVM – Títulos para negociação não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (Impairment), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado corresponde ao custo de aquisição do título nas respectivas datas.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

Os títulos da categoria "I – Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2021								31/12/2020		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**11.169.506**	**24.061**	**2.865.432**	**110.735.282**	**129.907.702**	**(5.113.421)**	**124.794.281**	**116.783.571**	**1.458.852**	**118.242.423**
Letras financeiras do tesouro	-	11.169.506	-	13.587	20.782.236	31.956.135	9.194	31.965.329	13.273.420	(35.129)	13.238.291
Letras do tesouro nacional	-	-	24.061	2.851.845	87.281.039	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945	102.615.750	1.488.663	104.104.413
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	2.672.007	2.691.806	(19.799)	2.672.007	894.401	5.318	899.719
Títulos - empresas	**38.293**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100.448**	**(62.155)**	**38.293**	**623.409**	**(61.764)**	**561.645**
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	130.519	808	131.327
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	392.442	-	392.442
Ações	38.293	-	-	-	-	100.448	(62.155)	38.293	100.448	(62.572)	37.876
Total	**38.293**	**11.169.506**	**24.061**	**2.865.432**	**110.735.282**	**130.008.150**	**(5.175.576)**	**124.832.574**	**117.406.980**	**1.397.088**	**118.804.068**

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2021								31/12/2020		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**11.169.506**	**24.061**	**2.865.432**	**110.736.558**	**129.908.927**	**(5.113.370)**	**124.795.557**	**116.783.571**	**1.458.852**	**118.242.423**
Letras financeiras do tesouro	-	11.169.506	-	13.587	20.783.512	31.957.360	9.245	31.966.605	13.273.420	(35.129)	13.238.291
Letras do tesouro nacional	-	-	24.061	2.851.845	87.281.039	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945	102.615.750	1.488.663	104.104.413
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	2.672.007	2.691.806	(19.799)	2.672.007	894.401	5.318	899.719
Títulos - empresas	**882.297**	**-**	**-**	**-**	**-**	**924.239**	**(41.942)**	**882.297**	**2.594.321**	**(36.452)**	**2.557.869**
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	130.519	808	131.327
Cotas de fundos	844.004	-	-	-	-	823.791	20.213	844.004	2.363.354	25.312	2.388.666
Ações	38.293	-	-	-	-	100.448	(62.155)	38.293	100.448	(62.572)	37.876
Total	**882.297**	**11.169.506**	**24.061**	**2.865.432**	**110.736.558**	**130.833.166**	**(5.155.312)**	**125.677.854**	**119.377.892**	**1.422.400**	**120.800.292**

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável das ações e debêntures na categoria II apresentados em 31/12/2021 incluem uma perda acumulada no valor recuperável de R$ 798.517 (31/12/2020 – R$ 788.540).

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (Impairment), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado corresponde ao custo de aquisição do título nas respectivas datas.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2021								31/12/2020		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**1.290.276**	**292.740**	**5.111.035**	**108.289.764**	**115.659.351**	**(675.536)**	**114.983.815**	**99.076.185**	**(494.362)**	**98.581.823**
Letras financeiras do tesouro	-	1.290.276	-	5.111.035	103.638.540	110.315.097	(275.246)	110.039.851	90.130.219	(521.506)	89.608.713
Letras do tesouro nacional	-	-	292.740	-	3.172.340	3.788.073	(322.993)	3.465.080	8.534.723	17.405	8.552.128
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.253.526	1.319.563	(66.037)	1.253.526	127.839	5.925	133.764
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	225.358	236.618	(11.260)	225.358	283.404	3.814	287.218
Títulos – empresas	**1.999.980**	**-**	**-**	**-**	**8.185.270**	**9.920.641**	**264.609**	**10.185.250**	**5.119.102**	**241.074**	**5.360.176**
Debêntures	-	-	-	-	1.504.007	1.503.547	460	1.504.007	1.525.296	(20.769)	1.504.527
Cotas de fundos	1.967.252	-	-	-	-	1.903.521	63.731	1.967.252	2.235.542	(4.077)	2.231.465
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.329.986	1.275.356	54.630	1.329.986	1.280.011	311.794	1.591.805
Ações	32.728	-	-	-	-	78.253	(45.525)	32.728	78.253	(45.874)	32.379
Letras financeiras	-	-	-	-	5.351.277	5.159.964	191.313	5.351.277	-	-	-
Total	**1.999.980**	**1.290.276**	**292.740**	**5.111.035**	**116.475.034**	**125.579.992**	**(410.927)**	**125.169.065**	**104.195.287**	**(253.288)**	**103.941.999**

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Descrição	CONSOLIDADO 31/12/2021 Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	31/12/2020 Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	**-**	**1.290.276**	**292.740**	**5.111.035**	**108.289.764**	**115.659.351**	**(675.536)**	**114.983.815**	**99.076.185**	**(494.362)**	**98.581.823**
Letras financeiras do tesouro	-	1.290.276	-	5.111.035	103.638.540	110.315.097	(275.246)	110.039.851	90.130.219	(521.506)	89.608.713
Letras do tesouro nacional	-	-	292.740	-	3.172.340	3.788.073	(322.993)	3.465.080	8.534.723	17.405	8.552.128
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.253.526	1.319.563	(66.037)	1.253.526	127.839	5.925	133.764
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	225.358	236.618	(11.260)	225.358	283.404	3.814	287.218
Títulos – empresas	**32.728**	**-**	**-**	**-**	**8.185.270**	**7.953.389**	**264.609**	**8.217.998**	**5.119.102**	**241.074**	**5.360.176**
Debêntures	-	-	-	-	1.504.007	1.503.547	460	1.504.007	1.525.296	(20.769)	1.504.527
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	(63.731)	63.731	-	2.235.542	(4.077)	2.231.465
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.329.986	1.275.356	54.630	1.329.986	1.280.011	311.794	1.591.805
Ações	32.728	-	-	-	-	78.253	(45.525)	32.728	78.253	(45.874)	32.379
Letras Financeiras	-	-	-	-	5.351.277	5.159.964	191.313	5.351.277	-	-	-
Total	**32.728**	**1.290.276**	**292.740**	**5.111.035**	**116.475.034**	**123.612.740**	**(410.927)**	**123.201.813**	**104.195.287**	**(253.288)**	**103.941.999**

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável de debêntures apresentado em 31/12/2021 inclui uma perda acumulada no valor recuperável destes títulos de R$ 1.434.893 (31/12/2020 – R$ 1.411.441).

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (Impairment), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2021 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor contábil atualizado.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	31/12/2020 Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	**7.750.248**	**6.779.032**	**14.529.280**	**14.558.290**	**14.109.641**	**15.096.090**
Letras financeiras do tesouro	7.750.248	-	7.750.248	7.749.807	7.421.738	7.414.979
Notas do tesouro nacional	-	6.779.032	6.779.032	6.808.483	6.687.903	7.681.111
Títulos – empresas	**-**	**3.122.328**	**3.122.328**	**2.647.247**	**3.089.735**	**2.823.431**
Debêntures	-	1.010.457	1.010.457	256.896	976.278	56.794
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.111.871	2.111.871	2.390.351	2.113.457	2.766.637
Total	**7.750.248**	**9.901.360**	**17.651.608**	**17.205.537**	**17.199.376**	**17.919.521**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL 2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício	CONSOLIDADO 2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	178.939	(1.272.561)	6.933.421	194.980	(1.232.599)	6.958.733
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.014.579	5.691.162	2.720.822	3.935.091	5.572.778	2.720.822
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	744.959	1.335.392	1.123.308	744.959	1.335.392	1.123.308
Outros	(614)	(1.217)	(1.166)	(614)	(1.217)	(1.166)
Total	**4.937.863**	**5.752.776**	**10.776.385**	**4.874.416**	**5.674.354**	**10.801.697**

Nota 8 - Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. *Hedge* de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado a variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a duration e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge* account de fluxo de caixa.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei n° 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS n° 578/2008, 591/2009, 637/2010, 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998, 570/2008, 649/2010 e 798/2016.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de remuneração mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presenta obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer nas demonstrações financeiras da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(a) *Hedge* Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de *hedge* de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O *hedge* contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do *hedge*.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do *hedge*, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro *Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso das emissões externas e das letras financeiras, e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap* e futuros DI.

(a.1) Estrutura temporal do *Hedge* Contábil

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO – *HEDGE* CONTÁBIL

Estratégia	31/12/2021 Instrumentos de *Hedge* Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Objeto de *Hedge* Valor Contábil	31/12/2020 Instrumentos de *Hedge* Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Objeto de *Hedge* Valor Contábil
Risco cambial								
Hedge emissões externas	1.974.403	847.919	1.314.710	2.791.072	1.914.521	726.822	1.227.621	2.597.947
Risco de taxa de juros								
Hedge de letras financeiras	772.650	1.267.041	527.265	2.042.984	797.650	984.733	557.659	1.786.899
Total	**2.747.053**	**2.114.960**	**1.841.975**	**4.834.056**	**2.712.171**	**1.711.555**	**1.785.280**	**4.384.846**

Vencimento	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021 *Hedge* de Emissões Externas	*Hedge* de Letras Financeiras	31/12/2020 *Hedge* de Emissões Externas	*Hedge* de Letras Financeiras
2021	-	-	75.908	25.000
2022	1.974.403	-	1.838.613	-
2023	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450
2025	-	7.200	-	7.200
Total	**1.974.403**	**772.650**	**1.914.521**	**797.650**

(a.2) Macro *Hedge* da carteira bancária

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021 Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*		31/12/2020 Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*	
Risco de taxa de juros	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado
Hedge de operações de crédito	12.464.940	449.129	11.575.436	(431.458)	13.337.990	(123.264)	13.078.240	82.714

A estrutura temporal do *hedge* das operações de crédito apresenta vencimentos com os valores de R$7.942 milhões, R$3.245 milhões, R$1.153 milhões e 125 milhões para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, respectivamente.”.

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO – Valor Referencial

Descrição	31/12/2021 01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	31/12/2021 Valor de Mercado
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	**10.117.967**	**6.138.538**	**939.169**	**-**	**17.195.674**	**14.818.745**
Mercado interfinanceiro	10.117.967	6.138.538	939.169	-	17.195.674	14.818.745
Compromissos de venda	**3.345.646**	**2.247.448**	**5.313.907**	**92.982.804**	**103.889.805**	**97.503.152**
Mercado interfinanceiro	2.382.344	2.247.448	5.313.907	92.982.804	102.926.503	96.620.013
Moeda estrangeira	963.302	-	-	-	963.302	883.139
Contratos de Swaps						
Swaps	**-**	**14.473**	**705.324**	**772.650**	**1.492.447**	**1.547.164**
Índices	-	-	-	772.650	772.650	797.650
Moeda estrangeira	-	14.473	705.324	-	719.797	749.514
Outros derivativos						
Derivativo FGTS	**-**	**-**	**-**	**3.910.210**	**3.910.210**	**4.021.291**

(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021 Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	31/12/2020 Valor Patrimonial
Posição Ativa							
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	**1.795.832**	**46.143**	**25.940**	**1.288.770**	**527.265**	**1.841.975**	**1.785.280**
Índices/B3	506.965	20.300	-	-	527.265	527.265	557.659
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	1.288.867	25.843	25.940	1.288.770	-	1.314.710	1.227.621
Ativo circulante						1.314.710	54.496
Ativo não circulante						527.265	1.730.784
Posição Passiva							
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	**1.796.309**	**(115.594)**	-	-	**1.680.715**	**1.680.715**	**1.796.309**
Derivativo FGTS	1.796.309	(115.594)	-	-	1.680.715	1.680.715	1.796.309
Passivo circulante						-	-
Passivo não circulante						1.680.715	1.796.309

(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 2021 2° semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Swap	234.872	115.548	880.388
Futuro	4.190.757	7.229.396	(4.107.597)
FGTS	308.327	115.594	(722.513)
Total realizado	**4.733.956**	**7.460.538**	**(3.949.722)**

Nota 9 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R$ 2.327.224 em 31/12/2021 decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados *rating* AA do Fundo FIDC STONE III.

INDIVIDUAL

Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	**434.419.572**	**147.968.084**	**123.419.072**	**84.313.476**	**26.911.133**	**8.419.778**	**8.014.500**	**9.662.282**	**13.619.094**	**856.746.991**	**777.484.088**
Empréstimos e títulos descontados	41.428.463	41.502.396	51.960.385	27.308.247	6.339.468	3.012.812	1.967.294	1.121.512	6.535.420	181.175.997	158.013.015
Financiamentos	640.369	1.300.786	1.357.345	810.559	146.840	66.368	31.692	13.786	105.852	4.473.597	3.851.976
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.503.600	7.129.371	5.046.478	1.599.054	87.799	63.651	13.740	7.994	39.863	16.491.550	7.719.336
Financiamentos imobiliários	360.932.885	49.828.126	60.049.606	51.055.901	17.186.719	4.827.835	2.754.446	4.785.333	5.804.537	557.225.388	510.118.639
Financiamentos de infraestrutura	23.777.945	48.137.904	4.861.020	3.405.440	3.071.366	390.354	3.211.361	3.710.967	1.034.118	91.600.475	90.510.249
Cessão de créditos	5.136.310	69.501	144.238	134.275	78.941	58.758	35.967	22.690	99.304	5.779.984	7.270.873
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**1.613.779**	**5.749.939**	**1.187.770**	**1.309.981**	**304.998**	**288.917**	**109.752**	**32.892**	**301.038**	**10.899.066**	**9.937.711**
Cartão de crédito	1.004.825	5.338.679	621.283	902.285	293.886	268.837	106.391	31.171	184.980	8.752.337	8.135.808
Adiantamento de contratos de câmbio	570.877	302.638	551.956	150.350	6.018	16.078	-	-	3.818	1.601.735	1.338.414
Créditos adquiridos (1)	-	102.647	-	226.299	-	-	-	-	-	328.946	319.448
Diversos	38.077	5.975	14.531	31.047	5.094	4.002	3.361	1.721	112.240	216.048	144.041
Subtotal	**436.033.351**	**153.718.023**	**124.606.842**	**85.623.457**	**27.216.131**	**8.708.695**	**8.124.252**	**9.695.174**	**13.920.132**	**867.646.057**	**787.421.799**
Hedge da carteira de crédito										**(431.458)**	**82.714**
Total	**436.033.351**	**153.718.023**	**124.606.842**	**85.623.457**	**27.216.131**	**8.708.695**	**8.124.252**	**9.695.174**	**13.920.132**	**867.214.599**	**787.504.513**
Provisão p/ perdas associadas ao risco de crédito	(690.568)	(924.016)	(2.191.407)	(4.156.030)	(3.207.728)	(2.802.757)	(4.128.605)	(6.793.717)	(13.920.132)	(38.814.960)	(34.570.638)
Total líq. de provisões	**435.342.783**	**152.794.007**	**122.415.435**	**81.467.427**	**24.008.403**	**5.905.938**	**3.995.647**	**2.901.457**	**-**	**828.399.639**	**752.933.875**
Ativo circulante										156.820.249	147.327.109
Ativo não circulante										710.394.350	640.177.404

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG e Daycoval.

A CAIXA disponibilizou linhas de crédito de empréstimos às empresas de pequeno e médio porte com taxas e condições especiais com o intuito de manter o enfrentamento aos impactos econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19. A CAIXA foi a primeira instituição a operar a linha de crédito PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em 31/12/2021 o montante total contratado foi de R$ 19.957.136. Na linha de crédito FAMPE - Fundo de aval para Micro e Pequenas Empresas, que conta com o Crédito Assistido do SEBRAE, em 31/12/2021 o montante total contratado foi de R$ 6.845.313. A CAIXA ainda passou a disponibilizar a partir de agosto 2020, para as empresas de pequeno e médio porte a nova linha de crédito para capital de giro com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), com o montante total de R$ 9.711.729 em 31/12/2021.

(b) Composição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Provisão regulamentar	-	**(768.591)**	**(1.246.068)**	**(2.568.703)**	**(2.721.614)**	**(2.612.607)**	**(4.062.124)**	**(6.786.625)**	**(13.920.132)**	**(34.686.464)**	**(30.817.823)**
Operações de crédito	-	**(739.842)**	**(1.234.190)**	**(2.529.404)**	**(2.691.114)**	**(2.525.932)**	**(4.007.249)**	**(6.763.600)**	**(13.619.092)**	**(34.110.423)**	**(30.094.464)**
Empréstimos e títulos descontados	-	(207.512)	(519.604)	(819.247)	(633.947)	(903.844)	(983.647)	(785.061)	(6.535.418)	(11.388.280)	(11.684.841)
Financiamentos	-	(6.504)	(13.573)	(24.317)	(14.684)	(19.910)	(15.846)	(9.650)	(105.852)	(210.336)	(363.039)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(35.647)	(50.465)	(47.972)	(8.780)	(19.095)	(6.870)	(5.596)	(39.863)	(214.288)	(225.697)
Financiamentos imobiliários	-	(249.141)	(600.496)	(1.531.677)	(1.718.672)	(1.448.350)	(1.377.223)	(3.349.733)	(5.804.537)	(16.079.829)	(11.669.238)
Financiamentos de infraestrutura	-	(240.690)	(48.610)	(102.163)	(307.137)	(117.106)	(1.605.680)	(2.597.677)	(1.034.118)	(6.053.181)	(5.999.022)
Cessão de créditos	-	(348)	(1.442)	(4.028)	(7.894)	(17.627)	(17.983)	(15.883)	(99.304)	(164.509)	(152.627)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	**(28.749)**	**(11.878)**	**(39.299)**	**(30.500)**	**(86.675)**	**(54.875)**	**(23.025)**	**(301.040)**	**(576.041)**	**(723.359)**
Cartão de crédito	-	(26.693)	(6.213)	(27.069)	(29.389)	(80.651)	(53.195)	(21.820)	(184.980)	(430.010)	(386.757)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(1.513)	(5.520)	(4.510)	(602)	(4.823)	-	-	(3.819)	(20.787)	(293.349)
Créditos adquiridos	-	(513)	-	(6.789)	-	-	-	-	-	(7.302)	(1.597)
Diversos	-	(30)	(145)	(931)	(509)	(1.201)	(1.680)	(1.205)	(112.241)	(117.942)	(41.656)
Provisão complementar (1)	**(690.568)**	**(155.425)**	**(945.339)**	**(1.587.327)**	**(486.114)**	**(190.150)**	**(66.481)**	**(7.092)**	-	**(4.128.496)**	**(3.752.815)**
Operações de crédito	**(686.387)**	**(153.822)**	**(936.255)**	**(1.556.388)**	**(467.367)**	**(164.490)**	**(58.389)**	**(5.405)**	-	**(4.028.503)**	**(3.672.121)**
Empréstimos e títulos descontados	(119.883)	(56.693)	(522.202)	(710.305)	(305.102)	(148.753)	(54.774)	(5.148)	-	(1.922.860)	(1.769.874)
Financiamentos	(1.628)	(1.126)	(8.790)	(18.702)	(18.303)	(13.284)	(2.716)	-	-	(64.549)	(82.901)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(3.407)	(3.066)	(10.763)	(4.759)	(1.035)	(1.020)	(315)	(52)	-	(24.417)	(17.675)
Financiamentos imobiliários	(547.178)	(91.242)	(381.552)	(782.017)	(124.923)	(1.433)	(584)	(205)	-	(1.929.134)	(1.712.937)
Financiamentos de infraestrutura	(10.574)	(1.615)	(12.720)	(40.576)	(18.004)	-	-	-	-	(83.489)	(85.470)
Cessão de créditos	(3.717)	(80)	(228)	(29)	-	-	-	-	-	(4.054)	(3.264)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**(4.181)**	**(1.603)**	**(9.084)**	**(30.939)**	**(18.747)**	**(25.660)**	**(8.092)**	**(1.687)**	-	**(99.993)**	**(80.694)**
Cartão de crédito	(47)	(146)	(1.148)	(7.581)	(5.129)	(2.226)	(562)	(33)	-	(16.872)	(13.049)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.462)	(511)	(3.931)	(1.814)	(134)	(1.276)	-	-	-	(9.128)	(5.387)
Créditos adquiridos	-	(255)	-	-	-	-	-	-	-	(255)	(769)
Diversos	(2.672)	(691)	(4.005)	(21.544)	(13.484)	(22.158)	(7.530)	(1.654)	-	(73.738)	(61.489)
Total Provisão	**(690.568)**	**(924.016)**	**(2.191.407)**	**(4.156.030)**	**(3.207.728)**	**(2.802.757)**	**(4.128.605)**	**(6.793.717)**	**(13.920.132)**	**(38.814.960)**	**(34.570.638)**
Atvivo circulante										(12.839.956)	(15.132.916)
Ativo não circulante										(25.975.004)	(19.437.722)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Carteira de crédito em curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas vincendas	**435.869.049**	**153.548.835**	**113.523.404**	**67.679.165**	**18.907.092**	**5.013.778**	**5.412.270**	**7.795.658**	**6.451.753**	**814.201.004**	**739.539.319**
01 a 30 dias	5.653.995	5.762.848	2.389.566	1.602.211	487.859	292.555	324.345	1.693.723	344.622	18.551.724	16.857.815
31 a 60 dias	5.859.238	3.366.136	1.867.825	1.250.629	329.082	166.481	265.337	53.865	177.753	13.336.346	12.117.176
61 a 90 dias	4.532.920	3.267.131	1.886.211	1.121.596	298.027	134.497	250.178	132.785	145.967	11.769.312	10.779.816
91 a 180 dias	14.958.298	8.818.635	5.898.551	3.496.440	830.267	355.686	722.700	384.034	424.853	35.889.464	32.767.726
181 a 360 dias	29.190.360	13.146.507	10.639.693	6.235.663	1.441.163	476.628	1.296.075	701.536	497.928	63.625.553	58.502.172
Acima de 360 dias	375.674.238	119.187.578	90.841.558	53.972.626	15.520.694	3.587.931	2.553.635	4.829.715	4.860.630	671.028.605	608.514.614
Parcelas vencidas	**34.154**	**133.192**	**91.749**	**73.189**	**28.582**	**17.993**	**7.999**	**4.687**	**37.112**	**428.657**	**354.782**
01 a 14 dias	34.154	133.192	91.749	73.189	28.582	17.993	7.999	4.687	37.112	428.657	354.782
Total	**435.903.203**	**153.682.027**	**113.615.153**	**67.752.354**	**18.935.674**	**5.031.771**	**5.420.269**	**7.800.345**	**6.488.865**	**814.629.661**	**739.894.101**

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

(c.2) Carteira de crédito em curso anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas vincendas	-	-	**10.642.374**	**17.147.701**	**7.747.624**	**3.151.809**	**2.201.090**	**1.350.682**	**4.034.680**	**46.275.960**	**38.135.313**
01 a 30 dias	-	-	126.628	187.067	95.656	55.290	42.040	23.540	119.385	649.606	598.796
31 a 60 dias	-	-	123.945	181.551	88.758	49.235	36.202	20.189	82.409	582.289	605.151
61 a 90 dias	-	-	108.195	167.493	84.455	43.473	32.113	18.480	75.594	529.803	569.933
91 a 180 dias	-	-	336.457	495.123	254.906	136.686	100.246	56.387	230.102	1.609.907	1.674.064
181 a 360 dias	-	-	664.513	969.083	497.023	259.513	192.106	106.899	417.918	3.107.055	3.107.290
Acima de 360 dias	-	-	9.282.636	15.147.384	6.726.826	2.607.612	1.798.383	1.125.187	3.109.272	39.797.300	31.580.079
Parcelas vencidas	-	-	**515.459**	**723.402**	**532.833**	**525.115**	**502.893**	**544.147**	**3.396.587**	**6.740.436**	**9.392.385**
01 a 30 dias	-	-	410.074	288.907	135.092	83.433	57.972	32.581	616.009	1.624.068	1.245.129
31 a 60 dias	-	-	95.670	343.168	116.472	85.034	57.629	27.926	141.155	867.054	842.225
61 a 90 dias	-	-	9.709	68.847	205.855	81.534	59.706	27.263	139.020	591.934	1.038.111
91 a 180 dias	-	-	4	22.338	75.118	243.702	276.939	232.764	347.108	1.197.973	2.111.016
181 a 360 dias	-	-	2	142	296	31.412	50.647	223.613	1.431.708	1.737.820	3.304.655
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	721.587	721.587	851.249
Total	-	-	**11.157.833**	**17.871.103**	**8.280.457**	**3.676.924**	**2.703.983**	**1.894.829**	**7.431.267**	**53.016.396**	**47.527.698**

(c.3) Operações de Financiamentos PESE - Programa Emergencial Suporte Emprego

A Caixa participa do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, conforme estabelecido na Resolução CMN n.º 4.846/2020. As instituições financeiras participantes do programa podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Nível de risco	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor das operações	Provisão	Valor das operações	Provisão
AA	21.939	13	39.680	24
A	61.393	57	92.766	91
B	37.435	118	65.799	206
C	45.365	401	85.957	725
D	13.998	367	24.833	660
E	3.927	223	4.409	268
F	1.313	104	1.918	157
G	1.123	118	371	39
H	3.667	550	624	94
Total	**190.160**	**1.951**	**316.357**	**2.264**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2021	%	31/12/2020	%
SETOR PÚBLICO	**63.527.043**	**7,3**	**62.119.118**	**7,9**
Administração direta	53.418.642	6,1	51.487.147	6,5
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.396.640	0,6	5.091.462	0,6
Administração indireta – outros	4.711.761	0,5	5.540.509	0,7
SETOR PRIVADO	**803.687.556**	**92,7**	**725.385.395**	**92,1**
PESSOA JURÍDICA	**127.880.411**	**14,8**	**114.811.842**	**14,6**
Comércio varejista	24.229.690	2,8	21.213.321	2,7
Construção civil	18.142.787	2,1	14.864.360	1,9
Energia elétrica	15.310.387	1,8	15.597.248	2,0
Comércio atacadista	11.266.436	1,3	8.552.495	1,1
Transporte	9.724.638	1,1	9.648.248	1,2
Saneamento e infraestrutura	7.423.593	0,9	7.550.368	1,0
Saúde	5.889.621	0,7	4.858.372	0,6
Outras indústrias	5.045.841	0,6	4.797.798	0,6
Siderurgia e metalurgia	5.013.093	0,6	6.190.191	0,8
Alimentação	3.354.588	0,5	2.554.890	0,3
Agronegócio e extrativismo	3.328.778	0,4	1.858.407	0,2
Têxtil	2.043.049	0,2	2.044.004	0,3
Petroquímico	1.589.167	0,2	1.177.854	0,1
Comunicação	1.343.396	0,2	1.217.854	0,2
Serviços financeiros	743.947	0,2	656.151	0,1
Serviços pessoais	377.158	-	355.195	-
Outros serviços	13.054.242	1,5	11.675.086	1,5
PESSOA FÍSICA	**675.807.145**	**77,9**	**610.573.553**	**77,5**
Total	**867.214.599**	**100,0**	**787.504.513**	**100,0**

(e) Receita da Carteira de crédito

A receita da Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R$ 154.167 no Exercício de 2021.

INDIVIDUAL			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	14.369.335	26.819.521	25.445.220
Financiamentos rurais e agroindustriais	431.047	692.238	361.089
Financiamentos imobiliários	19.433.733	37.787.480	34.270.776
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.887.977	6.994.233	5.884.858
Créditos por avais e fiança	3.729	7.459	7.743
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	(248.990)	(519.361)	(582.654)
Total	**37.876.831**	**71.781.570**	**65.387.032**

(f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito com coobrigação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteiras adquiridas com coobrigação			
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	(101)
BMG	5.917	17.267	13.370
Daycoval	150	686	3.026
Mercantil	230	230	-
Total	**6.297**	**18.183**	**16.295**
Carteiras adquiridas sem coobrigação			
Banco PAN	1.041.460	1.996.446	2.210.639
Total	**1.041.460**	**1.996.446**	**2.226.934**

(f.2) Resultado vinculado a cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas vinculadas à cessão	**251.935**	**533.583**	**644.335**
Carteiras cedidas com coobrigação	251.935	533.583	644.335
Despesas vinculadas à cessão	**(255.287)**	**(537.544)**	**(598.949)**
Carteiras cedidas com coobrigação	(255.287)	(537.544)	(598.934)
Carteiras cedidas sem coobrigação	-	-	(15)
Total	**(3.352)**	**(3.961)**	**45.386**

(g) Créditos recuperados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações comerciais	1.041.654	1.984.952	1.886.297
Operações habitacionais	170.537	324.357	382.274
Total	**1.212.191**	**2.309.309**	**2.268.571**

(h) Créditos renegociados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações habitacionais (1)	45.660.877	189.665.680	304.699.115
Operações comerciais	122.119	481.634	800.999
Total	**45.782.996**	**190.147.314**	**305.500.114**

(1) Variação decorrente do volume das renegociações em condições especiais, devido à pandemia de Covid–19, que em 2020 incluíam também as pausas de até 6 meses nas prestações em contratos habitacionais.

(i) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R$ 116 no Exercício de 2021 (R$ 2.315 no Exercício de 2020).

INDIVIDUAL			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	**(36.014.552)**	**(34.570.638)**	**(35.032.243)**
Constituição de provisão no período	(8.367.975)	(16.457.666)	(17.500.241)
Reversão de provisão no período	2.444.397	5.401.708	6.367.212
Transferência para prejuízo	3.123.170	6.811.636	11.594.634
Saldo final	**(38.814.960)**	**(38.814.960)**	**(34.570.638)**

(j) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Principal devedor	9.060.619	1,04	9.090.717	1,20
10 maiores devedores	37.358.900	4,31	38.460.328	5,08
20 maiores devedores	52.964.099	6,10	53.397.538	7,06
50 maiores devedores	71.042.072	8,19	71.952.531	9,50
100 maiores devedores	84.108.804	9,69	84.646.343	11,19

Nota 10 – Outros ativos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos vinculados ao SFH (b)	33.226.479	31.534.613	33.226.479	31.534.613
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19 (g))	18.915.114	18.052.690	18.915.114	18.052.690
Prêmio em aquisição de carteiras	2.225.023	2.536.046	2.225.023	2.536.046
Carteira de câmbio (c)	2.000.009	1.523.745	2.000.009	1.523.745
Rendas a receber do setor público	1.865.364	1.534.783	1.865.364	1.534.783
Cartão de crédito	1.130.342	1.401.613	1.130.342	1.401.613
Direitos sobre royalties	794.612	716.989	794.612	716.989
Rendas a receber do setor privado	222.667	613.162	414.931	695.102
Demais	275.697	266.232	280.060	266.232
Total	**60.655.307**	**58.179.873**	**60.851.934**	**58.261.813**
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (1)	(462.645)	(470.422)	(462.645)	(470.422)
Total líquido de provisão	**60.192.662**	**57.709.451**	**60.389.289**	**57.791.391**
Ativo circulante	4.953.600	4.788.792	5.150.227	4.870.732
Ativo não circulante	55.239.062	52.920.659	55.239.062	52.920.659

(1) Aplicabilidade contratual, ainda em tratativa entre as partes, referente a tarifas de prestação de serviços do FIES e INSS.

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

Inclui os valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com aquele fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FCVS a receber - líquido de provisão	**33.191.874**	**31.490.246**
FCVS a receber - não homologados	13.815.140	13.451.315
FCVS a receber - habilitados e homologados	24.753.795	23.104.572
Provisão FCVS a receber	(5.377.061)	(5.065.641)
FGTS a ressarcir	**34.605**	**44.367**
Total (líquido de provisão)	**33.226.479**	**31.534.613**

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

No saldo do item FCVS a receber – não homologados estão inclusos os contratos em processo de habilitação na CAIXA, ainda não submetidos à avaliação pelo FCVS, no montante de R$ 1.289.363 e por contratos já habilitados pela CAIXA e em fase de análise por parte do FCVS para homologação, no montante R$ 805.701.

A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, de acordo com as melhores práticas, visa captar o risco vinculado ao recebimento dos ativos. A metodologia, além de ter incorporado a possibilidade de sinistro para os contratos com negativa de cobertura, inseriu mais uma funcionalidade para o cálculo de provisão para os demais contratos com cobertura do FCVS, ou seja, o cálculo da provisão dos contratos classificados como: Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Novado Não Baixado. A incorporação da nova funcionalidade permitiu a definição dos níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da situação do crédito. Para dezembro de 2021 não houve alteração na metodologia aplicada.

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo – outros ativos financeiros		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	1.970.491	1.492.298
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))	45.668	50.494
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	30.783	33.646
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(743)	(2.199)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	(522)	-
Ativo circulante	**2.045.677**	**1.574.239**
Passivo – outros passivos financeiros		
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	1.839.017	1.410.932
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	30.778	33.653
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))	(1.556.067)	(1.287.920)
Passivo circulante	**313.728**	**156.665**
Carteira líquida de câmbio	**1.731.949**	**1.417.574**

(d) Resultado de outros ativos financeiros

INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Creditos vinculados - SFH	1.113.301	2.255.913	2.023.237
Resultado de câmbio	228.744	186.802	589.131
Total	**1.342.045**	**2.442.715**	**2.612.368**

Nota 11 – Investimentos

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas controladas, coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXA, CAIXA Cartões, CAIXA Loterias, CAIXA DTVM e a CAIXA Seguridade exercem controle, influência significativa ou possuam controle compartilhado.

As participações na qual a CAIXA Seguridade detenha o controle são consolidadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

Reestruturação societária na CAIXA

Foi aprovada pela Governança da CAIXA em Assembleia Geral Extraordinária a conclusão do processo de extinção da CAIXAPAR com a incorporação pelo valor contábil conforme balanço patrimonial, apurado em 30 de junho de 2021, tendo como Patrimônio Líquido o valor de R$ 3,8 bilhões, devidamente auditado e ratificado pelo Laudo de Avaliação Contábil por empresa especializada, de acordo com fato relevante divulgado em 29 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Investimento	Natureza do Relacionamento	Atividade	Método de avaliação
CAIXA (a.1)	**Líder do Conglomerado**	**Caixa Econômica Federal**	**-**
TecBan	Controle conjunto	Tecnologia bancária	MEP
Quod	Controle conjunto	Birô de crédito	MEP
Caixa Imóveis	Controle conjunto	Outras atividades	MEP
Galgo Sistemas de Informações	Controle conjunto	Outras atividades	MEP
CAIXA Seguridade (a.2)	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Consolidação**
Caixa Holding	Controlada	Holding	Consolidação
CAIXA Corretora	Controlada	Corretora de seguros	Consolidação
Too Seguros	Controle conjunto	Seguradora	MEP
PAN Corretora	Controle conjunto	Corretora	MEP
XS3 Seguros	Controle conjunto	Seguros	MEP
XS4 Capitalização	Controle conjunto	Capitalização	MEP
XS5 Consórcios	Controle conjunto	Consórcios	MEP
XS6 Assistência	Controle conjunto	Serviços assistenciais	MEP
CNP Brasil	Coligada	Holding	MEP
Holding XS1	Coligada	Holding	MEP
CAIXA Cartões (a.3)	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Consolidação**
Elo Serviços	Controle conjunto	Instituição de pagamento	MEP
CAIXA Loterias	**Subsidiária integral**	**Holding**	**Consolidação**
CAIXA DTVM (a.4)	**Subsidiária integral**	**Distrib. de títulos e valores mobiliários**	**Consolidação**

(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil individual

INDIVIDUAL					
Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial		
			2021		2020
	31/12/2021	31/12/2020	2º semestre	Exercício	Exercício
CAIXA Seguridade (1)	8.733.680	9.085.407	855.135	3.114.510	5.968.735
CAIXA Cartões (1)	806.277	534.425	382.898	484.022	181.188
CAIXAPAR (1)	-	2.129.643	59.905	2.048.660	826.208
CAIXA Loterias	-	-	(84)	(178)	(327)
CAIXA DTVM	132.439	-	107.992	108.107	-
TecBan	170.752	-	1.763	1.763	-
Quod	20.197	-	(1.305)	(1.305)	-
Galgo Sistemas de Informações	1.381	1.164	178	216	62
CAIXA Imóveis	87	-	-	-	-
Negócios Digitais	49	-	-	-	-
Fundo Garantia de Operações – FGO (2)	495.848	495.848	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular – FGHAB (2)	265.210	265.210	-	-	-
Outros Investimentos (2) (3)	9.848	9.928	-	-	-
Total	**10.635.768**	**12.521.625**	**1.406.482**	**5.755.795**	**6.975.866**

(1) No Exercício de 2021, a CAIXA recebeu dividendos e JCP de suas subsidiárias totalizando o montante de R$ 2.359.312, sendo R$ 607.563 referentes a CAIXAPAR (extinta em 29/12/2021), R$ 1.708.494 da CAIXA Seguridade e R$ 43.255 da CAIXA Cartões.

(2) Investimentos apresentados pelo seu valor de custo.

(3) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/12/2021 no valor de (R$ 10.348) (31/12/2020 – (R$ 10.348)).

(a.1) Controladas em conjunto diretas da CAIXA

Carteira de participações societárias da CAIXA	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido 2021-01.01 a 31.12	Quantidade de ações		Participação %	
				O.N.	P.N.	Cap. Votante	Cap. Social
Tecban	718.136	865.103	178.605	436.134.248	120.974.875	11,61%	13,01%
Quod	394.028	69.523	(71.539)	3.559.600	3.241.461	20,00%	19,11%
Galgo Sistema de Informações	26.283	20.715	3.235	26.283.000	-	6,67%	6,67%
Caixa Imóveis	37.770	173	(1.908)	1.887.839.025	-	49,98%	49,98%
Negócios Digitais (1)	100	100	-	49.000	-	49,00%	49,00%

(1) A empresa se encontra em fase pré-operacional.

(a.2) Participações societárias da CAIXA Seguridade

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido 2021-01.01 a 31.12	Quantidade de ações		Participação %	
				O.N.	P.N.	Cap. Votante	Cap. Social
Holding XS1	9.090.000	9.731.712	1.395.123	1.277.384	1.097.601	49,00	60,00
CNP Brasil (1)	2.675.000	3.830.041	963.735	2.280.713	-	48,25	48,25
CAIXA Holding	363.740	1.758.913	28.519	100.000	-	100,00	100,00
Too Seguros	110.000	554.888	81.842	83.105	25	49,00	49,00
XS3 Seguros	156.670	1.615.466	(44.544)	3.383	6.767	49,99	75,00
XS4 Capitalização	74.670	254.891	4.180	3.333	6.667	49,99	75,00
XS5 Consórcios (2)	126.867	363.356	(12.505)	749.798	1.499.764	49,99	75,00
XS6 Assistência	35.000	32.366	(2.636)	33.333	66.667	49,99	75,00
CAIXA Corretora	30.000	264.862	497.860	100.000	-	100,00	100,00
PAN Corretora	1.065	49.168	47.890	149.940	-	49,00	49,00

(1) As Demonstrações Financeiras da CNP Seguros Holding Brasil S.A. de 31/12/2021 foram auditadas por auditores independentes que emitiram parecer com data de 15/02/2022, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre a operação "Canal Seguro" conforme mencionado na Nota Explicativa 35 (e).

(a.3) Participações societárias da CAIXA Cartões

Carteira de participações societárias da CAIXA Cartões (1)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido 2021-01.01 a 31.12	Quantidade de ações		Participação %	
				O.N.	P.N.	Cap. Votante	Cap. Social
Elo Serviços	342.627	733.203	506.955	62.779	1.039.931.027	0,01%	41,42%
CAIXA Cartões Pré-Pagos	420.200	420.200	-	94.549.999	189.100.000	50%-1	75%
CAIXA Cartões Adquirência	200	200	-	200	-	100%	100%
CAIXA Cartões PAT	200	20	-	200	-	100%	100%
CAIXA Cartões Fidelidade	200	-	-	200	-	100%	100%
CAIXA Cartões Contas de Pagamento	200	20	-	200	-	100%	100%

(1) Com exceção da Elo Serviços, as demais empresas se encontram em fase pré-operacional em 31/12/2021.

(a.3.1) Reestruturações societárias na CAIXA Cartões

Aumento de participação acionária Elo Serviços S.A.

A Caixa Cartões concluiu a autorização ao Banco Central para aumento de participação acionária no capital da Elo Serviços S.A (Elo) por meio da compra de ações, conforme fato relevante divulgado em 31/08/2021. A participação acionária da Caixa Cartões na Elo passou de 36,889% para 41,415%. Esse aumento de participação se deu mediante o pagamento do montante de R$ 60.971 mil.

CAIXA Cartões Pré-Pagos

A CAIXA Cartões Holding S.A ("CAIXA Cartões") concluiu a operação e a implementação do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR – ticker NYSE: FLT – ("VR-FLEETCOR") para formação de nova parceria societária do tipo Joint Venture, que terá o direito de explorar o balcão CAIXA por 20 anos, no segmento específico de negócios relacionados à meios de pagamento Pré-Pagos, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 11 de maio de 2021. A VR-FLEETCOR subscreveu um aumento de capital na CAIXA Pré-Pagos no valor total de R$ 420 milhões, dos quais R$ 400 milhões foram pagos à CAIXA, em razão da ativação da outorga concedida à CAIXA Cartões e R$ 20 milhões comporão o investimento inicial da operação.

(a.4) Finalização dos procedimentos de autorização da CAIXA DTVM

Em 29 de setembro de 2021 a CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CAIXA DTVM), finalizou os procedimentos de autorização junto ao Banco Central do Brasil, atuando com exclusividade na prestação de serviços de gestão de recursos em veículos de investimento, conforme acordo comercial firmado nas instâncias de governaça da CAIXA.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

(b) Composição dos investimentos e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil consolidada

Descrição	CONSOLIDADO – Investimento 31/12/2021	Investimento 31/12/2020	Resultado de Equivalência Patrimonial 2021 – 2º semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Holding XS1	5.839.027	5.804.602	425.735	837.074	34
CNP Brasil	1.847.994	2.304.713	209.627	465.002	1.183.056
XS3 Seguros	1.211.539	50.010	8.626	(33.406)	200
XS4 Capitalização	191.158	56.011	3.808	3.135	226
XS5 Consórcios	272.507	1.400	(8.267)	(9.378)	-
XS6 Assistência	24.274	35.002	(1.587)	(1.977)	37
Elo Serviços	304.362	511.006	91.550	195.075	309.240
Too Seguros	269.413	273.042	7.752	27.054	29.813
Tecban	170.752	148.956	1.763	10.793	19.121
PAN Corretora (1)	24.092	20.731	9.933	23.465	20.105
Quod	20.197	26.821	(1.305)	(8.121)	(20.911)
Galgo Sistemas de Informações	1.381	1.165	178	216	62
Caixa Imóveis	87	87	-	-	(954)
Banco PAN (2)	-	1.090.848	-	418.631	290.890
Fundo Garantia de Operações – FGO	495.848	495.848	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular – FGHAB	265.210	265.210	-	-	-
Outros investimentos (3) (4)	325.307	10.077	44.826	44.869	(26.695)
Total	**11.263.148**	**11.095.529**	**792.639**	**1.972.432**	**1.804.224**

(1) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável no valor de (R$ 34) (31/12/2020 – (R$ 34))

(2) No 2° trimestre de 2021, houve a alienação total das ações do Banco PAN.

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, CAIXA Cartões Adquirência, CAIXA Cartões Pre Pagos, CAIXA Cartões PAT, CAIXA Cartões Fidelidade, CAIXA Cartões Contas de Pagamento, e outros investimentos avaliados pelo custo.

(4) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/12/2021 no valor de (R$ 10.348) (31/12/2020 – (R$ 10.348)).

Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi de 10,12% em 31/12/2021 (31/12/2020 – 12,06%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens "Sistemas de comunicação" que apresentou custo de R$ 112.018 e depreciação de R$ 34.104,"processamento de dados" que apresentou custo de R$ 5.727.885 e depreciação de R$ 4.062.514 e "Móveis em estoque e outros equipamentos" que apresentou custo de R$ 1.006.690 e depreciação de R$ 792.240.

Descrição	Vida útil (em anos)	INDIVIDUAL 31/12/2021 – Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	31/12/2020 – Líquido
Imóveis de uso	**-**	**1.683.889**	**(765.200)**	**(110.924)**	**807.765**	**902.437**
Edificações	25	1.473.713	(765.200)	(84.302)	624.211	683.795
Terrenos	-	210.176	-	(26.622)	183.554	218.642
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	**2.016.764**	**(1.529.902)**	**(143)**	**486.719**	**512.644**
Imobilizações em curso	-	**169.973**	**-**	**-**	**169.973**	**128.741**
Móveis e equipamentos de uso	-	**6.266.705**	**(4.425.692)**	**-**	**1.841.013**	**1.880.760**
Sistema de comunicação	10	111.998	(34.091)	-	77.907	19.714
Sistema de processamento de dados	5	5.727.856	(4.062.495)	-	1.665.361	1.757.788
Sistema de segurança	5	426.851	(329.106)	-	97.745	103.258
Móveis em estoque e outros equipamentos	**-**	**1.006.689**	**(792.240)**	**-**	**214.449**	**267.922**
Total	**-**	**11.144.020**	**(7.513.034)**	**(111.067)**	**3.519.919**	**3.692.504**

(b) Movimentação

Os itens da movimentação do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens: "Sistema de comunicação", que apresentou valor líquido de R$ 77.915 (31/12/2020 - R$ 19.726) e "Sistema de processamento de dados", com valor líquido de R$1.665.372 (31/12/2020 - R$1.757.805).

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2020 – Líquido	Movimentação – Exercício/2021 – Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	31/12/2021 – Líquido
Imóveis de uso	**902.437**	**(25.980)**	**-**	**(14.192)**	**(49.027)**	**(5.473)**	**807.765**
Edificações	683.795	(6.008)	-	(95)	(49.027)	(4.454)	624.211
Terrenos	218.642	(19.972)	-	(14.097)	-	(1.019)	183.554
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**512.644**	**124.154**	**-**	**(2.858)**	**(147.221)**	**-**	**486.719**
Imobilizações em curso	**128.741**	**(159.782)**	**201.014**	**-**	**-**	**-**	**169.973**
Móveis e equipamentos de uso	**1.880.760**	**685**	**635.596**	**(60)**	**(675.968)**	**-**	**1.841.013**
Sistema de comunicação	19.714	-	67.968	-	(9.775)	-	77.907
Sistema de processamento de dados	1.757.788	-	522.349	(58)	(614.718)	-	1.665.361
Sistema de segurança	103.258	685	45.279	(2)	(51.475)	-	97.745
Móveis em estoque e outros equipamentos	**267.922**	**(27.569)**	**40.127**	**(5.432)**	**(60.599)**	**-**	**214.449**
Total	**3.692.504**	**(88.492)**	**876.737**	**(22.542)**	**(932.815)**	**(5.473)**	**3.519.919**

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021 – Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	31/12/2020 – Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.254.996	(1.045.025)	(550)	1.209.421	997.034
Projetos logiciais – software	2.283.142	(1.058.882)	(12.869)	1.211.391	1.172.833
Outros intangíveis	746.909	(141.401)	-	605.508	293.492
Total	**5.285.047**	**(2.245.308)**	**(13.419)**	**3.026.320**	**2.463.359**

A CAIXA possui um contrato de aquisição de folha de pagamento relevante no valor de R$ 503.576 e prazo remanescente de 28 meses.

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2020 – Líquido	Movimentação – Exercício/2021 – Transf.	Adições	Baixas	Amortizações	Redução ao valor recuperável	31/12/2021 – Líquido
Aquisição de folha de pagamento	997.034	-	614.088	(5.092)	(396.609)	-	1.209.421
Projetos logiciais – software	1.172.833	104.304	397.181	(95.017)	(318.423)	(49.487)	1.211.391
Outros intangíveis	293.492	(205.836)	814.665	(184.562)	(112.251)	-	605.508
Total	**2.463.359**	**(101.532)**	**1.825.934**	**(284.671)**	**(827.283)**	**(49.487)**	**3.026.320**

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2021	INDIVIDUAL 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
Ativos não financ. mantidos p. venda e mat. de estoque (b)	4.113.181	6.299.788	4.113.181	6.299.788
Créditos específicos (1)	1.195.819	1.150.179	1.195.819	1.150.179
Valores a apropriar (2)	1.190.745	1.793.244	1.190.745	1.793.244
Relações interfinanceiras e interdependências	1.155.172	1.544.743	1.155.172	1.544.743
Antecipações salariais e outros adiantamentos	874.563	835.303	874.563	835.303
Valores a receber – FND (1)	640.834	581.671	640.834	581.671
Despesas antecipadas	132.624	334.615	133.907	334.653
Valores a ressarcir - FGTS (3)	64.991	168.236	64.991	168.236
Dividendos e JCP a receber	31.194	633.821	441.722	426.376
Devedores diversos (1)	1.104.840	1.313.029	1.139.808	1.418.577
Total	**10.503.963**	**14.654.629**	**10.950.742**	**14.552.770**
Provisões para perdas ao valor recuperável de ativos	(1.353.483)	(1.856.845)	(1.353.483)	(1.941.878)
Total líquido de provisão	**9.150.480**	**12.797.784**	**9.597.259**	**12.610.892**
Ativo circulante	9.017.758	12.631.052	9.464.537	12.444.160
Ativo não circulante	132.722	166.732	132.722	166.732

(1) Inclui créditos da CAIXA junto à União (Nota 14 (d)) no valor de R$ 1.904.252 em 31/12/2021 (31/12/2020 - R$ 1.789.195).
(2) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.
(3) Valores a serem ressarcidos decorrente do pagamento do FGTS.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN, em 31/12/2021, no valor de R$ 52.787 (31/12/2020 – R$ 192.470).

(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos	3.953.452	6.145.431
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios	77.155	73.156
Material de consumo	82.574	81.201
Total	**4.113.181**	**6.299.788**
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(1.309.166)	(1.731.815)
Total líquido de provisão	**2.804.015**	**4.567.973**

(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 2021 – 2º semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Saldo inicial	**(1.705.680)**	**(1.811.842)**	**(2.570.238)**
Constituição	(355.951)	(1.584.275)	(815.803)
Baixas	752.465	2.086.951	1.574.199
Saldo final	**(1.309.166)**	**(1.309.166)**	**(1.811.842)**

(d) Créditos da CAIXA junto à União

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/1995)	940.259	900.673
Fundo Nacional de Desenvolvimento – Cotas e Dividendos	640.833	581.671
BNH – incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/1984)	313.633	295.650
PRODUBAN – transferência de depósitos	6.311	6.311
Outros haveres	3.216	4.890
Total (1)	**1.904.252**	**1.789.195**

(1) Saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos (Nota 32).

Nota 15 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL – Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
Depósitos à vista	**46.984.652**	**-**	**-**	**-**	**46.984.652**	**57.314.400**	**46.984.214**	**57.314.052**
Pessoas jurídicas	21.981.277	-	-	-	21.981.277	28.007.030	21.980.839	28.006.682
Pessoas físicas	20.039.313	-	-	-	20.039.313	24.618.371	20.039.313	24.618.371
Vinculados	2.060.629	-	-	-	2.060.629	2.071.939	2.060.629	2.071.939
Governo	1.930.190	-	-	-	1.930.190	1.555.129	1.930.190	1.555.129
Entidades públicas	405.035	-	-	-	405.035	716.669	405.035	716.669
Contas encerradas	242.961	-	-	-	242.961	47.835	242.961	47.835
Instituições do sist. financeiro	21.189	-	-	-	21.189	14.161	21.189	14.161
Moedas estrangeiras	1.549	-	-	-	1.549	1.563	1.549	1.563
Outros	302.509	-	-	-	302.509	281.703	302.509	281.703
Depósitos de poupança	**365.091.413**	**-**	**-**	**-**	**365.091.413**	**389.770.834**	**365.091.413**	**389.770.834**
Pessoas físicas	358.933.046	-	-	-	358.933.046	384.928.138	358.933.046	384.928.138
Pessoas jurídicas	1.466.320	-	-	-	1.466.320	1.745.529	1.466.320	1.745.529
Contas encerradas	4.689.762	-	-	-	4.689.762	3.094.983	4.689.762	3.094.983
Outros	2.285	-	-	-	2.285	2.184	2.285	2.184
Depósitos a prazo	**102.235.419**	**2.556.420**	**8.597.118**	**32.573.686**	**145.962.643**	**160.242.446**	**145.962.643**	**160.242.446**
Depósitos judiciais	102.234.084	-	-	-	102.234.084	97.121.551	102.234.084	97.121.551
CDB	1.335	2.556.420	8.597.118	32.573.686	43.728.559	63.120.895	43.728.559	63.120.895
Depósitos especiais e de fundos e programas (b)	**15.046.150**	**-**	**-**	**-**	**15.046.150**	**12.086.049**	**15.046.150**	**12.086.049**
Total	**529.357.634**	**2.556.420**	**8.597.118**	**32.573.686**	**573.084.858**	**619.413.729**	**573.084.420**	**619.413.381**
Passivo circulante					540.511.172	580.523.843	540.510.734	580.523.495
Passivo não circulante					32.573.686	38.889.886	32.573.686	38.889.886

Depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	5.718.781	3.531.938
Depósitos – Especiais com remuneração	3.384.670	3.549.872
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	1.100.477	820.544
Fundo Garantia Safra – FGS	1.090.743	1.268.093
Depósitos – PREVHAB	1.022.853	985.546
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	733.172	673.656
Saúde CAIXA	672.945	428.535
Fundo DPVAT	150.017	-
Depósitos – PRODEC	76.961	72.850
Fundo Garantidor do FIES	9.459	1.502
Outros	1.086.072	753.513
Total	**15.046.150**	**12.086.049**

(a) Despesas com recursos de clientes

Descrição	INDIVIDUAL 2021 – 2º semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Depósitos de poupança	(7.347.255)	(11.335.783)	(9.325.735)
Depósitos judiciais	(2.032.893)	(2.942.204)	(2.141.852)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.579.841)	(2.340.586)	(2.107.064)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(452.769)	(655.069)	(413.307)
Despesa de contribuições ao FGC	(300.505)	(611.837)	(627.996)
Total	**(11.713.263)**	**(17.885.479)**	**(14.615.954)**

Descrição	CONSOLIDADO 2021 – 2º semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Depósitos de poupança	(7.347.255)	(11.335.783)	(9.325.735)
Depósitos judiciais	(2.032.893)	(2.942.204)	(2.141.852)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.579.841)	(2.340.586)	(2.083.788)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(452.769)	(655.069)	(413.307)
Despesa de contribuições ao FGC	(300.505)	(611.837)	(627.996)
Total	**(11.713.263)**	**(17.885.479)**	**(14.592.678)**

(b) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2021 – 2º semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(166.797)	(199.468)	(197.702)
Depósitos – FUNGETUR	Selic	(38.112)	(54.428)	(2.243)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(36.400)	(49.922)	(24.044)
Depósitos – Fundo DPVAT	Selic	(627)	(45.136)	-
Depósitos – PREVHAB	Selic	(30.861)	(43.431)	(26.554)
Depósitos – FAR	Selic	(17.687)	(29.042)	(31.250)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(22.497)	(28.831)	(16.978)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(17.874)	(25.131)	(15.246)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(30.005)	(22.365)	(23.212)
Depósitos – Caução	TR	(5.024)	(6.970)	(4.110)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(2.210)	(4.361)	(4.170)
Depósitos – PIS	Extra mercado	-	-	(5.163)
Outros depósitos especiais – juros		(25.326)	(48.010)	(23.813)
Outros		(59.349)	(97.974)	(38.822)
Total		**(452.769)**	**(655.069)**	**(413.307)**

Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por empréstimos e repasses (b)	357.073.680	342.073.151
Captações no mercado aberto (c)	226.638.755	194.482.127
Depósitos interfinanceiros	187.277	167.835
Total	**583.899.712**	**536.723.113**
Passivo circulante	218.662.953	181.211.617
Passivo não circulante	365.236.759	355.511.496

(b) Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021	31/12/2020
Repasses no país	**355.675.961**	**341.039.107**
FGTS	329.402.238	313.387.927
BNDES	22.714.203	24.642.970
Fundo Marinha Mercante	2.411.075	2.453.547
Tesouro Nacional	14.719	14.787
Outras instituições	1.133.726	539.876
Repasses no exterior	**396.591**	**415.425**
Empréstimos no exterior	**1.001.128**	**618.619**
Total	**357.073.680**	**342.073.151**
Passivo circulante	654.641	954.943
Passivo não circulante	356.419.039	341.118.208

Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,06% a.a. (habitação 5,00% a.a., saneamento 5,49% a.a., infraestrutura 5,81% a.a.) e prazo médio de retorno de 255 meses (habitação – 266 meses, saneamento – 141 meses, infraestrutura – 174 meses).

Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 1,32% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos em até 2022.

(c) Captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria	**142.935.950**	**124.741.200**
Letras do tesouro nacional	85.553.867	90.977.269
Letras financeiras do tesouro	49.107.575	28.232.440
Notas do tesouro nacional	4.189.192	1.165.426
Certificados de recebíveis imobiliários	3.134.904	3.093.445
Debêntures	950.412	1.272.620
Carteira de terceiros	**83.702.805**	**69.740.927**
Notas do tesouro nacional	83.702.805	-
Letras do tesouro nacional	-	69.740.927
Total	**226.638.755**	**194.482.127**
Passivo circulante	212.902.100	180.114.338
Passivo não circulante	13.736.655	14.367.789

(f) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2021 – 2º semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Repasses no país	**(10.217.648)**	**(20.044.418)**	**(19.457.138)**
FGTS	(9.264.688)	(18.351.860)	(17.552.727)
BNDES	(806.485)	(1.508.092)	(1.589.181)
Fundo Marinha Mercante	(115.651)	(132.427)	(262.716)
Tesouro Nacional - PIS	-	-	(11.084)
Outras instituições	(30.824)	(52.039)	(41.430)
Repasses no exterior	**(48.926)**	**(48.926)**	**(128.393)**
Empréstimos no exterior	**(75.515)**	**(75.909)**	**(360.311)**
Captações no mercado aberto	**(7.265.628)**	**(9.865.690)**	**(4.720.462)**
Carteira própria	(3.863.773)	(5.359.474)	(1.859.374)
Carteira de terceiros	(3.401.855)	(4.506.216)	(2.861.088)
Depósitos interfinanceiros	**(3.501)**	**(5.567)**	**(4.155)**
Total	**(17.611.218)**	**(30.040.510)**	**(24.670.459)**

Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2021	INDIVIDUAL 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	27.405.635	42.076.461	27.405.635	42.076.461
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.002.978	36.335.470	36.002.978	36.335.470
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	33.553.318	31.808.129	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	5.732.731	4.611.412	5.732.731	4.611.412
Total	**102.694.662**	**114.831.472**	**69.141.344**	**83.023.343**
Passivo circulante	14.945.365	20.322.871	14.945.365	20.322.871
Passivo não circulante	87.749.297	94.508.601	54.195.979	62.700.472

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN CMN nº 4.192/2013.

A CAIXA possui 14 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 6 Letras Financeiras Subordinadas – LFS , conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R$ 1.718.700, desse total R$ 1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 6 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R$ 206.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Valor emitido	Rem. a.a. / Indexador	Vencimento – 01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Letras								
Letra de crédito imobiliário	-	CDI	3.345.448	2.666.870	5.099.839	11.310.964	22.423.121	36.426.029
Letra de crédito imobiliário	-	TR	-	-	-	31.533	31.533	37.823
Letra hipotecária	-	IGP-M	-	-	-	-	-	1.041.740
Letra hipotecária	-	INPC	-	-	-	-	-	18.574
Letra financeira	-	IPCA	-	-	-	1.524.039	1.524.039	1.341.187
Letra financeira	-	CDI	-	78.992	20.920	-	99.912	304.215
Letra de crédito do agronegócio	-	CDI	124.100	131.918	93.971	144.580	494.569	184.452
Títulos e valores mobiliários no exterior								
Tranche sênior (2° série) (1)	US$ 500.000	3,50%	-	17.234	-	2.815.227	2.832.461	2.722.441
Total							**27.405.635**	**42.076.461**

(1) Captação em nov/12 com vencimento em nov/22.

(c) Instrumentos Financeiros Subordinados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto *Hedge* Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2021	Saldo devedor 31/12/2020
Nível I – Complementar (1)								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	11.038	-	-	1.124.038	1.115.487
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	5.238	-	-	606.738	602.627
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	37	-	-	4.237	4.208
Nível II (2)								
Instrumento de dívida subordinada – FGTS								
fev-38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.845.345	-	-	5.845.345	5.571.400
mai-44	4,75%	set/16	4.000.000	1.197.867	-	-	5.197.867	4.956.428
ago-44	4,86%	mai/17	4.000.000	1.017.140	-	-	5.017.140	4.779.019
abr-26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.036.303	(1.879.011)	-	3.157.292	3.884.080
jul-32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.739.060	(587.537)	-	4.151.523	4.541.651
dez-33	5,15%	out/14	3.000.000	1.187.436	(487.548)	-	3.699.888	4.006.320
dez-40	4,75%	set/15	3.000.000	1.166.636	-	-	4.166.636	3.973.213
mai-44	5,23%	set/17	2.000.000	492.997	-	-	2.492.997	2.366.922
Letras financeiras elegíveis								
jun-24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	313.850	-	11.174	525.024	517.336
fev-25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	3.118	-	182	5.700	5.665
fev-25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	1.577	-	115	2.892	2.874
fev-25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	1.554	-	106	2.860	2.841
mar-25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	1.515	-	86	2.801	2.783
dez-21	110%CDI	dez/14	-	-	-	-	-	2.616
Total			**27.924.700**	**11.020.711**	**(2.954.096)**	**11.663**	**36.002.978**	**36.335.470**

(1) Os valores elegíveis ao Nível I – Capital Complementar atendem aos requisitos da Resolução CMN nº 4192/2013 – art. 17.

(2) Os valores elegíveis ao Nível II atendem aos requisitos da Resolução CMN nº 4192/2013 – art. 20, 27 e 29-A.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R$ 5.732.731 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 4.611.412).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R$ 16.313 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 3.623).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
Contrato 348/2007	12.442.720	10.697.531
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
Total	**33.553.318**	**31.808.129**

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	**(760.972)**	**(1.248.763)**	**(1.609.163)**
Letras de crédito imobiliário	(655.057)	(999.616)	(1.068.351)
Letras hipotecárias	-	(104.410)	(286.172)
Letras financeiras	(98.139)	(136.320)	(249.051)
Com subordinação	(68.756)	(93.774)	(106.928)
Sem subordinação	(29.383)	(42.546)	(142.123)
Letras de crédito do agronegócio	(7.776)	(8.417)	(5.589)
Títulos e valores mobiliários no exterior	**(304.965)**	**(304.965)**	**(872.762)**
Instrumentos híbridos de capital e dívida	**(2.238.776)**	**(3.414.402)**	**(2.295.519)**
Total	**(3.304.713)**	**(4.968.130)**	**(4.777.444)**

CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	**(760.972)**	**(1.248.763)**	**(1.609.163)**
Letras de crédito imobiliário	(655.057)	(999.616)	(1.068.351)
Letras hipotecárias	-	(104.410)	(286.172)
Letras financeiras	(98.139)	(136.320)	(249.051)
Com subordinação	(68.756)	(93.774)	(106.928)
Sem subordinação	(29.383)	(42.546)	(142.123)
Letras de crédito do agronegócio	(7.776)	(8.417)	(5.589)
Títulos e valores mobiliários no exterior	**(304.965)**	**(220.778)**	**(778.928)**
Instrumentos híbridos de capital e dívida	**(1.435.505)**	**(1.999.672)**	**(1.760.241)**
Total	**(2.501.442)**	**(3.469.213)**	**(4.148.332)**

Nota 18 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos para destinacão especifica (b)	18.565.960	19.955.885
Receitas antecipadas	9.983.708	7.925.000
Obrigações por operações vinculadas a cessão	5.461.492	7.042.934
Carteira de câmbio	1.869.795	1.444.585
Recursos vinculados a operações de crédito	1.063.565	668.609
Recursos do FGTS para amortização	1.030.138	833.298
Negociação e intermediação de valores	125.307	111.928
Obrigações por transações de pagamento	12	140.605
Total	**38.099.977**	**38.122.844**
Passivo circulante	16.922.096	20.939.757
Passivo não circulante	21.177.881	17.183.087

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundos e programas sociais	**15.663.329**	**16.999.229**
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	9.757.149	7.987.581
Programas de transferência de renda (1)	2.100.852	2.857.560
Remuneração do AG Financeiro - OGU	1.944.024	2.401.759
Aporte - Casa Verde Amarela	731.485	1.139.780
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	342.552	332.149
Recursos do FGTS	199.205	2.114.644
Outros fundos e programas	588.062	165.756
Fundos financeiros e de desenvolvimento	**655.814**	**1.008.964**
FAT	651.336	796.923
Abono salarial	2.996	210.559
FINSOCIAL	1.482	1.482
Operações com loterias	**2.246.817**	**1.947.692**
Total	**18.565.960**	**19.955.885**

(1) Inclui o saldo, em 31/12/2021, referente aos recursos destinados ao pagamento do Auxílio Emergencial no montante de R$ 720.713 (31/12/2020 – R$ 1.502.047), para o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda – BEm, no montante de R$ 479.644 (31/12/2020 – R$ 473.009), para pagmento do Auxílio Gás dos Brasileiros no montante de R$ 286.702 (programa instituído em 2021) e do Auxílio Brasil no montante de R$ 82.848 (programa instituído em 2021).

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem a transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas subsidiárias pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 31/12/2021 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, no montante de R$ 825.000 referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA. O saldo é apropriado mensalmente em resultado, de forma linear, por 120 meses.
- CNP (Holding XS1) no montante de R$ 6.720.000 em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.
- Tokio Marine (XS3) no montante de R$ 1.444.000, CNP (XS5) no montante de R$ 240.625, Icatu (XS4) no montante de R$ 173.250 e Tempo (XS6) no montante de R$ 28.500, em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade.
- FISERV, no montante de R$ 154.000, buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR (“VR-FLEETCOR”), no montante de R$ 398.333, para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

Nota 19 - Provisões

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Trabalhistas (b.1)	6.991.311	6.233.115	6.233.118
Cíveis (b.1)	3.279.719	2.929.586	2.929.586
Fiscais (b.1)	378.813	409.275	409.275
Pré-pagamento FGTS (c)	1.259.083	1.006.982	1.006.982
Bolsa família (d)	288.479	276.797	276.797
Garantias financeiras prestadas (e)	49.418	26.395	26.395
Demais	38.427	38.826	54.613
Total (1)	**12.285.250**	**10.920.976**	**10.936.766**
Passivo circulante	5.068.749	4.399.878	4.415.668
Passivo não circulante	7.216.501	6.521.098	6.521.098

(1) Os montantes das provisões na demonstração individual e consolidada são coincidentes em 31/12/2021.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor provável de desembolso:

a) individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) massificada, em que o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

No 4° trimestre de 2021, foi implementada a metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição. A aplicação do novo modelo está em transição com previsão de conclusão em 2022.

Abaixo, apresentamos as ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL							
Descrição	31/12/2020	Movimentação em 2021					31/12/2021
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (b.2) (1) (2)	**6.233.115**	**562.018**	**267.487**	**1.759.263**	**(850.531)**	**(980.041)**	**6.991.311**
Cíveis (b.3)	**2.929.586**	**346.911**	**133.233**	**489.212**	**(164.281)**	**(454.942)**	**3.279.719**
Feitos Diversos	954.584	243.139	64.091	169.477	(33.945)	(126.963)	1.270.383
Poupança - Planos Econômicos	1.069.853	17.956	18.587	225.988	(121.342)	(258.269)	952.773
Contingenciamento do FGTS	539.324	-	38.209	73.319	-	(9.740)	641.112
Habitacional	365.825	85.816	12.346	20.428	(8.994)	(59.970)	415.451
Fiscais (b.4)	**409.275**	**39.714**	**6.388**	**22.340**	**(92.296)**	**(6.608)**	**378.813**
ISSQN	255.941	33.417	5.056	11.209	(17.587)	(3.827)	284.209
INSS	56.930	710	644	4.864	(15.027)	(6)	48.115
IPTU	23.259	1.663	214	906	(6.585)	(2.367)	17.090
Outros	73.145	3.924	474	5.361	(53.097)	(408)	29.399
Total	**9.571.976**	**948.643**	**407.108**	**2.270.815**	**(1.107.108)**	**(1.441.591)**	**10.649.843**

(1) A movimentação das provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Trabalhistas” que em 31/12/2020 apresentava na demonstração consolidada o montante de R$ 6.233.118.

(2) A alteração na metodologia para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas rotineiras e a individualização da provisão das ações trabalhistas em fase de execução, realizados no 4º trimestre de 2021, ensejaram na constituição líquida de provisão, no mesmo período, no montante de R$ 891,62 milhões.

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2021, constavam 56.754 processos trabalhistas provisionados, sendo 45.811 “rotineiros” e 10.943 “relevantes”, cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA-E.

Visando a reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2021, constavam 413.504 processos cíveis provisionados, sendo 411.303 “rotineiros” e 2.201 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2021, foi provisionado R$ 952.773 para estes processos (31/12/2020 – R$ 1.069.853).

Considerando-se o posicionamento jurisprudencial atual, o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo de novas ações judiciais. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/ e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF a prorrogação por 30 meses, podendo chegar a 60 meses, condicionado à análise dos resultados obtidos.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2021, para estes processos é de R$ 641.112 (31/12/2020 – R$ 539.324).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2021, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2021, realizou 65.545 acordos processuais (76% referente a ações indenizatórias e 24% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2021, correspondem ao total de R$ 2.233.577 (31/12/2020 – R$ 2.341.635), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 48.115 (31/12/2020 – R$ 56.930).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2021, corresponde ao montante de R$ 1.127.117 (31/12/2020 – R$ 1.028.824).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2021, o valor da provisão constituída é de R$ 284.209 (31/12/2020 – R$ 255.941).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2021, totalizam R$ 17.843 (31/12/2020 – R$ 65.143), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Provisão para devolução de recursos do Programa Bolsa Família

No âmbito da prestação de serviços regida por instrumento contratual, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania (MC) apresentou à CAIXA solicitação de restituição de valores referentes ao Programa Bolsa Família. Importante destacar que em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.284 que institui o Auxílio Brasil, programa de assistência financeira a famílias de baixa renda que substituiu o Bolsa Família.

(e) Garantias financeiras prestadas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Exposição de Garantias Prestadas				
	31/12/2021		31/12/2020	
Carteira	Exposição	Provisão	Exposição	Provisão
Repasses - Entidades	30.979.459	15.490	1.988.382	597
Cessão de Crédito	9.369.737	-	12.183.318	-
FIES	259.253	33.928	300.588	25.798
PAR (Recursos FAR) (1)	15.173	8.009	20.784	10.586
Total	**40.623.622**	**57.427**	**14.493.072**	**36.981**

(1) Valor referente ao Programa de Arrendamento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

A metodologia de provisão para garantias prestadas no Repasse de recursos do FGTS às outras Entidades foi revista no 2º semestre de 2021, com valores ajustados à nova metodologia no último trimestre do ano.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

O subgrupo Cessão de Crédito é composto por contratos SBPE, cedidos com cláusula de Ajuste no Valor de Cessão, cujo pagamento mensal, sempre que necessário, é efetuado pela CAIXA, na qualidade de cedente. Para esse grupo a exposição é caracterizada pela obrigação assumida pela CAIXA de cobrir eventual falta de recursos para pagamento do fluxo.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo *rating*, tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

(f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Demandas fiscais (f.1)	8.966.993	8.713.865
Demandas cíveis (f.2)	1.985.291	1.792.905
Total	**10.952.284**	**10.506.770**

(f.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 8.966.993 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 8.713.865), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R$ 7.788.008 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 7.636.407). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estando os autos com remessa ordenada para regular apreciação e julgamento;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 233.332 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 230.992), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R$ 187.303 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 184.523), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 281.626 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 278.208), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(f.2) Demandas cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R$ 1.985.291 em 31/12/2021 (31/12/2020 – R$ 1.792.905) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(g) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Demandas fiscais	12.996.498	12.635.122
Demandas trabalhistas	5.090.395	4.493.704
Demandas cíveis	828.221	923.864
Total	**18.915.114**	**18.052.690**

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	**580.181**	**9.761**	**-**
Tributos Diferidos	**1.116.801**	**1.242.348**	**1.550.468**
Passivo Fiscal Diferido	**(1.357.185)**	**(1.770.466)**	**(5.956)**
Títulos para Negociação/Objeto de *Hedge*	(1.284.280)	(1.682.609)	54.341
Depósito em Garantia	(72.905)	(87.857)	(60.297)
Ativo Fiscal Diferido	**2.473.986**	**3.012.814**	**1.556.424**
Diferenças Temporárias - constituição / realização	880.847	1.674.910	(1.239.074)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.593.139	1.337.904	2.795.498
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.696.982**	**1.252.109**	**1.550.468**

CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	**297.526**	**(1.052.355)**	**(313.258)**
Tributos Diferidos	**1.118.695**	**1.267.447**	**1.540.610**
Passivo Fiscal Diferido	**(1.355.291)**	**(1.753.141)**	**(5.399)**
Títulos para Negociação/Objeto de *Hedge*	(1.284.280)	(1.682.609)	54.341
Depósito em Garantia	(72.905)	(87.857)	(60.297)
Outros	1.894	17.325	557
Ativo Fiscal Diferido	**2.473.986**	**3.020.588**	**1.546.009**
Diferenças Temporárias - constituição / realização	880.847	1.682.804	(1.249.489)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.593.139	1.337.784	2.795.498
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.416.221**	**215.092**	**1.227.352**

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	**4.243.211**	**16.459.646**	**12.769.807**
Encargo IRPJ e CSLL	(1.909.445)	(7.406.840)	(5.746.389)
Efeitos tributários adições e exclusões	827.843	3.505.564	3.457.198
Juros sobre o capital próprio	843.572	1.587.743	1.257.037
Participação em coligadas e controladas	632.916	2.590.109	3.057.605
Realização/Apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(1.593.137)	(1.337.903)	(2.795.498)
Participação dos empregados nos lucros	1.580.022	838.495	758.786
Outros	198.410	232.593	11.261
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**580.181**	**9.761**	**-**

CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	**5.507.047**	**19.169.215**	**13.629.962**
Encargo IRPJ e CSLL	(2.478.171)	(8.626.147)	(6.133.459)
Efeitos tributários adições e exclusões	2.075.822	4.823.209	3.555.427
Juros sobre o capital próprio	843.572	1.587.743	1.257.037
Participação em coligadas e controladas	291.756	671.073	613.303
Realização/Apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(1.593.137)	(1.337.903)	(2.795.498)
Participação dos empregados nos lucros	1.580.022	838.495	758.786
Outros	(422.338)	991.175	2.431.146
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**297.526**	**(1.052.355)**	**(313.258)**

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	2.589.243	703.753	2.589.243	703.753
Atualização Monetária de depósito em garantia	2.699.976	2.612.119	2.699.976	2.612.119
Outras	-	-	-	26.837
Total Passivo Fiscal Diferido no Resultado	**5.289.219**	**3.315.872**	**5.289.219**	**3.342.709**
Outros	74.520	70.733	74.520	87.358
Total Passivo Fiscal Diferido no PL	**74.520**	**70.733**	**74.520**	**87.358**
Total Passivo Fiscal Diferido	**5.363.739**	**3.386.605**	**5.363.739**	**3.430.067**

(d) Ativo fiscal diferido

INDIVIDUAL				
Descrição	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Diferenças temporárias	**38.498.679**	**21.427.674**	**(19.565.812)**	**40.360.541**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.391.913	10.938.982	(11.322.835)	23.008.060
Passivos atuariais	3.730.956	91.512	258.604	4.081.072
Provisões trabalhistas	2.804.902	383.098	(41.910)	3.146.090
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Derivativos	754.529	2.792.406	(880.371)	2.666.564
Provisão para Perdas - FCVS a receber	2.279.539	259.683	(119.544)	2.419.678
Provisões cíveis	1.274.547	310.490	(109.164)	1.475.873
Provisão para desvalorização - bens não de uso	815.245	589.154	(815.274)	589.125
Provisões fiscais	151.846	30.884	(25.494)	157.236
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.511.919	(1.511.919)	-
Outros	3.295.202	4.519.546	(4.997.905)	2.816.843
Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL	**3.291.150**	**1.337.906**	**-**	**4.629.056**
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	3.291.150	1.337.906	-	4.629.056
Total dos créditos com impacto no resultado	**41.789.829**	**22.765.580**	**(19.565.812)**	**44.989.597**
Passivos atuariais	6.548.520	-	(553.865)	5.994.655
Ajuste a valor de mercado de tít. Disponíveis p/ venda	120.458	70.224	-	190.682
Total dos créditos com impacto no PL	**6.668.978**	**70.224**	**(553.865)**	**6.185.337**
Total dos créditos tributários	**48.458.807**	**22.835.804**	**(20.119.677)**	**51.174.934**
Total dos créditos não constituídos	**2.743.431**	**-**	**(2.743.431)**	**-**

(1) O montante de crédito tributário na demonstração individual e consolidada são coincidentes em 31/12/2021. Em 31/12/2020 o total de crédito tributário na demonstração consolidada era de R$ 48.494.800.

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2021 estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	Valor Nominal	Valor Presente
2022	11.171.554	10.560.966
2023	5.506.922	4.976.996
2024	4.725.012	4.725.012
2025	3.692.523	3.055.970
2026	4.257.811	3.372.064
2027	2.460.563	2.460.563
2028 a 2030	19.360.549	13.721.651
Total	**51.174.934**	**42.873.222**

Nota 21 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	**4.372.451**	**4.271.897**
Natureza salarial	3.213.458	3.244.221
Participação dos empregados no lucro	1.158.993	1.027.676
Benefícios pós-emprego	**24.365.944**	**28.507.111**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	**10.364.135**	**12.066.053**
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	**1.811.869**	**2.003.798**
Planos de benefícios – Previdência Complementar	**12.189.940**	**14.437.260**
REG/REPLAN	11.387.291	14.436.207
REB	57.006	-
Novo Plano	745.643	1.053
Total	**28.738.395**	**32.779.008**
Passivo circulante	9.828.765	9.759.330
Passivo não circulante	18.909.630	23.019.678

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, compromissando parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Deliberação CVM nº 695/12.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês Asset Liability Management (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2021 foram concedidos 130 novos benefícios (Em 2020 foram 277).

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R$ 922,24 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R$ 726,71 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 59 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (Risk Sharing) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2014	208 meses	1.175.409	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.670.986	237 meses	457.877
Exercício 2016	221 meses	5.265.671	241 meses	296.976
		10.112.066		**754.853**

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2021 o montante de R$ 12.754.208 (31/12/2020 – R$ 14.436.207), sendo R$ 11.387.291 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R$ 1.366.917 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, de 01/01/2021 a 31/12/2021, montam R$ 1.002.906 (31/12/2020 – R$ 944.299).

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: (www.funcef.com.br).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2021 (1)			31/12/2020 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	77.568	74.348	151.916	80.014	75.770	155.784
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.615	15.615	-	17.759	17.759
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	59	59	-	60	60
REG/REPLAN saldado	9.054	46.108	55.162	10.767	45.561	56.328
REG/REPLAN não saldado	1.021	4.721	5.742	1.199	4.880	6.079
REB	5.745	1.143	6.888	5.892	1.067	6.959
Novo Plano	77.235	9.670	86.905	75.173	8.715	83.888

(1) Conforme posições de 30/09/2021.
(2) Conforme posições de 30/09/2020.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2021, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 31/12/2021 é de 2,98%.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,45%	6,77%	8,35%	6,41%	8,30%	6,38%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,29%	3,41%	5,19%	3,06%	5,15%	3,03%
Taxa de crescimento real dos salários (a.a.)	Não aplicável	Nulo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento real dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Nulo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Nulo
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,25%	3,00%	3,25%	3,00%	3,25%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2021	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2020	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA 2020	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,43%	6,72%	8,44%	6,79%	8,47%	6,94%	8,54%	7,09%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,27%	3,36%	5,28%	3,43%	5,31%	3,57%	5,38%	3,72%
Taxa de crescimento real dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	2,84%	3,05%	3,25%	2,52%
Taxa de crescimento real dos benefícios projetada (a.a.)	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,72%	Não aplicável	Não aplicável	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,72%	Rubricas judiciais com ACT: 0,39% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,57%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,72%
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,25%	3,00%	3,25%	3,00%	3,25%	3,00%	3,25%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Nulo	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2020	Experiência FUNCEF Novo Plano 2020
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA 2020	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA 2020

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	5,28%	5,27%	5,31%	5,38%	4,5% para todos os planos
Avaliação de ativos					
Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva/mercado
Participações acionárias (1)	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Média ponderada
Regime de capitalização	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Método agregado

(1) Avaliação do Fundo Carteira Ativa II - Litel: CAIXA adota a precificação do Fundo com o valor da ação da Vale no dia da avaliação; FUNCEF adota a média ponderada das cotações dos três últimos meses.

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
VPO no início do período	**(10.736.764)**	**(12.066.053)**	**(12.404.759)**	**(1.884.759)**	**(2.003.798)**	**(1.844.692)**	**(67.275)**	**(76.353)**	**(66.279)**
Custo do serviço corrente	**(64.733)**	**(155.347)**	**(204.073)**	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	**(381.729)**	**(779.070)**	**(848.918)**	**(65.372)**	**(127.248)**	**(127.314)**	**(2.323)**	**(4.662)**	**(4.515)**
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	**428.204**	**1.889.570**	**766.332**	**57.582**	**161.445**	**(180.799)**	**(2.516)**	**5.783**	**(11.752)**
Ajuste de experiência	484.647	867.989	(142.528)	(35.643)	(124.781)	(161.154)	(8.045)	(6.280)	(10.765)
Alterações premissas demográficas	(959.093)	(959.093)	699.054	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	902.650	1.980.674	209.806	93.225	286.226	(19.645)	5.529	12.063	(987)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	**3.375**	**6.493**	**6.193**
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**390.888**	**746.766**	**625.365**	**80.680**	**157.732**	**149.007**	-	-	-
VPO no final do período	**(10.364.134)**	**(10.364.134)**	**(12.066.053)**	**(1.811.869)**	**(1.811.869)**	**(2.003.798)**	**(68.739)**	**(68.739)**	**(76.353)**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
VPO no início do período	**(72.438.377)**	**(77.202.029)**	**(74.645.101)**	**(7.159.771)**	**(8.115.723)**	**(9.898.084)**	**(783.952)**	**(814.926)**	**(655.972)**	**(4.487.857)**	**(4.457.994)**	**(3.249.638)**
Custo do serviço corrente	-	-	-	**420**	**(21.654)**	**(55.115)**	**(1.628)**	**(9.037)**	**(10.503)**	**(61.580)**	**(133.465)**	**(116.305)**
Custo de juros sobre VPO	**(2.565.263)**	**(5.083.729)**	**(5.019.442)**	**(255.992)**	**(525.001)**	**(607.917)**	**(28.190)**	**(55.786)**	**(47.395)**	**(163.887)**	**(319.300)**	**(249.644)**
Contribuições pagas de participantes	**(12.838)**	**(12.838)**	-	**(20.332)**	**(20.332)**	-	**(4.547)**	**(4.547)**	-	**(714)**	**(1.068)**	**(1.628)**
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	**4.775.828**	**10.015.503**	**(1.185.268)**	**(180.621)**	**890.580**	**281.611**	**47.457**	**90.928**	**(138.769)**	**122.521**	**223.925**	**(979.918)**
Ajuste de experiência	598.143	(1.387.678)	(1.696.437)	(281.371)	72.089	511.809	27.875	(24.262)	(56.812)	(13.282)	(479.806)	(341.925)
Alterações premissas demográficas	-	-	(8.494)	-	-	(276.558)	(338)	(338)	(104.034)	(28.729)	(28.729)	(821.428)
Alterações premissas financeiras	4.177.685	11.403.181	519.663	100.750	818.491	46.360	19.920	115.528	22.077	164.532	732.460	183.435
Benefícios pagos diretamente pelo plano	**1.979.958**	**4.022.401**	**3.647.782**	**194.630**	**370.464**	**345.509**	**21.155**	**43.663**	**37.713**	**86.706**	**183.091**	**139.139**
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	-	-	**1.818.273**	-	-	-	-	-	-
VPO no final do período	**(68.260.692)**	**(68.260.692)**	**(77.202.029)**	**(7.421.666)**	**(7.421.666)**	**(8.115.723)**	**(749.705)**	**(749.705)**	**(814.926)**	**(4.504.811)**	**(4.504.811)**	**(4.457.994)**

(1) Alteração no regulamento do plano, realizada em atendimento à Resolução nº 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
VJA no início do período	67.275	76.353	66.279	53.592.528	50.105.753	47.157.101	6.666.391	6.339.584	6.104.733
Receitas de juros	2.323	4.662	4.515	1.911.115	3.549.524	3.150.797	241.132	453.067	413.836
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	2.516	(5.783)	11.752	(7.614.910)	(4.684.698)	1.666.091	(784.241)	(580.552)	(28.061)
Contribuições do empregador	-	-	-	489.661	973.167	891.881	40.453	73.238	71.731
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	479.891	956.982	887.665	60.345	114.576	122.854
Benefícios pagos pelo plano	(3.375)	(6.493)	(6.193)	(1.979.958)	(4.022.401)	(3.647.782)	(194.630)	(370.463)	(345.509)
VJA no final do período	**68.739**	**68.739**	**76.353**	**46.878.327**	**46.878.327**	**50.105.753**	**6.029.450**	**6.029.450**	**6.339.584**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
VJA no início do período	749.722	815.010	780.235	4.119.311	4.455.889	4.096.505
Receitas de juros	27.232	55.057	52.984	152.359	309.683	283.323
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(129.099)	(206.974)	8.503	(1.232.992)	(1.685.164)	121.724
Contribuições do empregador	4.445	8.009	5.440	60.839	115.139	91.848
Contribuições de participantes do plano	4.548	8.254	5.561	714	1.068	1.628
Benefícios pagos pelo plano	(21.155)	(43.663)	(37.713)	(86.706)	(183.090)	(139.139)
VJA no final do período	**635.693**	**635.693**	**815.010**	**3.013.525**	**3.013.525**	**4.455.889**

(i.7) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
VPO no final do período	(10.364.134)	(10.364.134)	(12.066.053)	(1.811.869)	(1.811.869)	(2.003.798)	(68.739)	(68.739)	(76.353)
VJA no final do período	-	-	-	-	-	-	68.739	68.739	76.353
Superávit/ (déficit) do plano	**(10.364.134)**	**(10.364.134)**	**(12.066.053)**	**(1.811.869)**	**(1.811.869)**	**(2.003.798)**	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	**(10.364.134)**	**(10.364.134)**	**(12.066.053)**	**(1.811.869)**	**(1.811.869)**	**(2.003.798)**	-	-	-

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
VPO no final do período	(68.260.692)	(68.260.692)	(77.202.029)	(7.421.666)	(7.421.666)	(8.115.723)	(749.705)	(749.705)	(814.926)	(4.504.811)	(4.504.811)	(4.457.994)
VJA no final do período	46.878.327	46.878.327	50.105.753	6.029.450	6.029.450	6.339.584	635.693	635.693	815.010	3.013.525	3.013.525	4.455.889
Superávit/ (déficit) do plano	**(21.382.365)**	**(21.382.365)**	**(27.096.276)**	**(1.392.216)**	**(1.392.216)**	**(1.776.139)**	**(114.012)**	**(114.012)**	**84**	**(1.491.286)**	**(1.491.286)**	**(2.105)**
Efeito do limite de ativo	-	-	-	-	-	-	-	-	(84)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (Risk Sharing)	10.691.182	10.691.182	13.548.138	696.108	696.108	888.070	57.006	57.006	-	745.643	745.643	1.053
Ativo/ (passivo) líquido	**(10.691.183)**	**(10.691.183)**	**(13.548.138)**	**(696.108)**	**(696.108)**	**(888.069)**	**(57.006)**	**(57.006)**	-	**(745.643)**	**(745.643)**	**(1.052)**

(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022	689.737	165.292	3.373	3.965.425	373.941	44.125	217.794
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023	664.450	153.097	3.121	3.805.993	366.772	42.116	206.514
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2024	640.374	141.612	2.879	3.647.518	361.226	39.924	195.862
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2025	618.087	130.806	2.647	3.489.508	352.133	37.886	185.703
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2026 ou posterior	7.751.486	1.221.062	56.719	53.352.248	5.967.594	585.654	3.698.938
Total	**10.364.134**	**1.811.869**	**68.739**	**68.260.692**	**7.421.666**	**749.705**	**4.504.811**
Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2021	10,78 anos	8,21 anos	7,26 anos	10,29 anos	10,65 anos	11,67 anos	14,39 anos

(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/ Cesta-alimentação			REG/REPLAN Saldado		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Custo do serviço corrente	(64.733)	(155.347)	(204.073)	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(381.729)	(779.070)	(848.918)	(65.372)	(127.248)	127.314	(1.282.632)	(2.541.865)	(2.509.721)
Receita de juros sobre o ativo	-	-		-	-	-	955.557	1.774.761	1.575.399
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**(446.462)**	**(934.417)**	**(1.052.991)**	**(65.372)**	**(127.248)**	**127.314**	**(327.075)**	**(767.104)**	**934.322**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Custo do serviço corrente	420	(4.708)	(19.003)	(1.628)	(5.331)	(4.942)	(61.580)	(133.465)	(116.304)
Custo dos juros sobre VPO	(127.996)	(262.500)	(303.959)	(14.095)	(27.893)	(23.697)	(81.943)	(159.650)	(140.176)
Custo do serviço passado (1)	-	-	909.137	-	-	-	-	-	-
Receita de juros sobre o ativo	120.566	226.533	206.918	13.616	27.414	23.697	76.180	153.887	140.176
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	**(7.010)**	**(40.675)**	**793.093**	**(2.107)**	**(5.810)**	**(4.942)**	**(67.343)**	**(139.228)**	**(116.304)**

(1) Reversão de provisão atuarial para plano de benefício REG/REPLAN não saldado (custo do serviço passado), tendo em vista a alteração no regulamento do plano, realizada em atendimento à Resolução nº 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	Saúde CAIXA 31/12/2021	Saúde CAIXA 31/12/2020	Auxílio/ Cesta-alimentação 31/12/2021	Auxílio/ Cesta-alimentação 31/12/2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Saldo inicial	**(4.292.696)**	**(5.059.028)**	**(1.035.320)**	**(909.803)**
Ajustes de avaliação patrimonial	1.889.570	766.332	161.446	(180.798)
Efeitos fiscais	235.030	-	171.360	55.281
Saldo final	**(2.168.096)**	**(4.292.696)**	**(702.514)**	**(1.035.320)**

Descrição	REG/REPLAN Consolidado 31/12/2021	REG/REPLAN Consolidado 31/12/2020	REB 31/12/2021	REB 31/12/2020	Novo Plano 31/12/2021	Novo Plano 31/12/2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Saldo inicial	**(7.605.276)**	**(7.605.276)**	**25.880**	**26.378**	**77.439**	**54.035**
Ajustes de avaliação patrimonial	2.810.288	3.888.686	(59.205)	(498)	(720.501)	23.404
Efeitos fiscais	(1.264.630)	(2.125.798)	14.996	-	289.378	-
Saldo final	**(6.059.618)**	**(5.842.388)**	**(18.329)**	**25.880**	**(353.684)**	**77.439**

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	REG/REPLAN Saldado 31/12/2021	REG/REPLAN Saldado 31/12/2020	REG/REPLAN Não saldado 31/12/2021	REG/REPLAN Não saldado 31/12/2020	REB 31/12/2021	REB 31/12/2020	Novo Plano 31/12/2021	Novo Plano 31/12/2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Renda fixa	**27.558.409**	**29.104.566**	**3.584.605**	**3.649.372**	**412.205**	**503.346**	**2.156.768**	**3.010.244**
Renda variável (1)	**13.095.236**	**14.331.073**	**1.777.420**	**1.997.826**	**177.586**	**253.628**	**667.375**	**1.180.687**
Imóveis	**4.410.024**	**4.803.068**	**501.462**	**536.345**	**15.777**	**19.884**	**21.923**	**16.868**
Outros	**1.814.658**	**1.867.046**	**165.963**	**156.042**	**30.125**	**38.152**	**167.458**	**248.091**
Investimentos estruturados	672.395	626.415	96.341	82.459	8.382	8.720	30.703	34.944
Operações com participantes	1.142.263	1.240.631	69.622	73.583	21.743	29.432	136.755	213.147
Total	**46.878.327**	**50.105.753**	**6.029.450**	**6.339.585**	**635.693**	**815.010**	**3.013.524**	**4.455.890**
(1) Participações diretas - ativos não cotados em mercado ativo	2.158.440	1.306.007	249.365	172.969	13.701	15.728	32.423	47.496

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	REG/REPLAN Saldado 31/12/2021	REG/REPLAN Saldado 31/12/2020	REG/REPLAN Não saldado 31/12/2021	REG/REPLAN Não saldado 31/12/2020	REB 31/12/2021	REB 31/12/2020	Novo Plano 31/12/2021	Novo Plano 31/12/2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Imóveis - Locados à CAIXA	454.232	483.669	51.550	53.903	1.523	1.899	1.574	1.223
Total	**454.232**	**483.669**	**51.550**	**53.903**	**1.523**	**1.899**	**1.574**	**1.223**

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 143).

(i.13) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o semestre

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO
(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA 30/06/2022	Auxílio/ Cesta-alimentação 30/06/2022	REG/ REPLAN Saldado 30/06/2022	REG/ REPLAN Não saldado 30/06/2022	REB 30/06/2022	Novo Plano 30/06/2022
Custo do serviço corrente	(107.503)	-	-	-	(1.680)	(59.876)
Custo de juros sobre o VPOA	(423.249)	(72.158)	(2.876.540)	(309.191)	(31.281)	(194.712)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	1.996.476	252.608	26.839	127.708
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o efeito do Risk Sharing	-	-	440.032	28.292	2.221	33.502
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	**(530.752)**	**(72.158)**	**(440.032)**	**(28.291)**	**(3.901)**	**(93.378)**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO
Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA 30/06/2022	Auxílio/Cesta-alimentação 30/06/2022	REG/ REPLAN Saldado 30/06/2022	REG/ REPLAN Não saldado 30/06/2022	REB 30/06/2022	Novo Plano 30/06/2022
Benefícios	344.868	82.646	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	6.920	4.449	61.146
Contribuições extraordinárias	-	-	496.952	34.135	62	599
Total dos pagamentos esperados para o plano	**344.868**	**82.646**	**496.952**	**41.055**	**4.511**	**61.745**

(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO
Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica + 1 ano na idade	Tábua Biométrica - 1 anos na idade	Taxa de Desconto + 0,25%	Taxa de Desconto - 0,25%	*Aging Factor* + 1%	*Aging Factor* - 1%	Exercício 2021
Saúde CAIXA							
Custo de juros	(424.004)	(430.252)	(430.989)	(427.301)	(524.025)	(354.978)	(381.729)
Valor presente da obrigação	(10.343.116)	(10.552.628)	(10.265.681)	(10.780.037)	(12.862.484)	(8.684.214)	(10.364.134)
Auxílio/Cesta-alimentação							
Custo de juros	(70.167)	(74.137)	(72.886)	(71.396)	Não aplicável	Não aplicável	(65.372)
Valor presente da obrigação	(1.764.151)	(1.859.304)	(1.778.512)	(1.846.446)	Não aplicável	Não aplicável	(1.811.869)
PREVHAB							
Custo de juros	(2.719)	(2.850)	(2.735)	(2.835)	Não aplicável	Não aplicável	(2.323)
Valor presente da obrigação	(67.172)	(70.330)	(67.546)	(69.973)	Não aplicável	Não aplicável	(68.739)
REG/REPLAN saldado							
Custo de juros	(1.506.716)	(1.366.053)	(1.472.950)	(1.402.647)	Não aplicável	Não aplicável	(2.565.263)
Valor presente da obrigação	(65.012.233)	(71.688.105)	(66.614.741)	(69.951.371)	Não aplicável	Não aplicável	(68.260.692)
REG/REPLAN não saldado							
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	Não aplicável	Não aplicável	420
Custo de juros	(293.782)	(325.476)	(301.380)	(317.220)	Não aplicável	Não aplicável	(255.992)
Valor presente da obrigação	(7.056.462)	(7.807.645)	(7.236.544)	(7.611.980)	Não aplicável	Não aplicável	(7.421.666)
REB							
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	Não aplicável	Não aplicável	(1.628)
Custo de juros	(30.969)	(31.806)	(30.563)	(32.028)	Não aplicável	Não aplicável	(28.190)
Valor presente da obrigação	(742.359)	(762.115)	(732.770)	(767.371)	Não aplicável	Não aplicável	(749.705)
Novo Plano							
Custo do serviço corrente	-	(3.866)	-	(1.692)	Não aplicável	Não aplicável	(61.580)
Custo de juros	(117.393)	(203.689)	(183.612)	(196.751)	Não aplicável	Não aplicável	(163.887)
Valor presente da obrigação	(4.208.182)	(4.823.912)	(4.353.796)	(4.661.442)	Não aplicável	Não aplicável	(4.504.811)

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

Descrição	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
REB	24.379	50.833	49.034
Novo Plano	545.007	1.102.948	1.006.863
Total	**569.386**	**1.153.781**	**1.055.897**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

Descrição	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Causas judiciais	15.718	24.149	22.435
Total	**15.718**	**24.149**	**22.435**

Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2021	INDIVIDUAL 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
Relações Interfinanceiras e Interdependências	10.188.625	10.466.871	10.188.625	10.466.871
Credores diversos - país	6.201.149	6.970.640	6.219.057	7.067.535
Credores por recursos a liberar	5.181.557	6.328.688	5.181.557	6.328.688
Sociais e estatutárias	4.699.209	3.688.738	4.701.616	4.010.510
Provisão para pagamentos a efetuar	3.295.459	3.429.721	3.324.115	3.444.541
Valores a pagar a sociedades ligadas	948.866	2.011.534	952.453	2.030.646
Prestação de serviços de pagamentos	439.309	456.733	439.308	456.733
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	396.232	309.635	396.232	309.635
Participacão de entidades não integrantes do conglomerado (1)	-	-	497.643	-
Outras obrigações diversas	315.469	600.876	315.469	600.876
Total	**31.665.875**	**34.263.436**	**32.216.075**	**34.716.035**
Passivo circulante	31.665.875	34.263.436	31.718.432	34.716.035
Passivo não circulante	-	-	497.643	-

(1) Inclui a participação de não controladores no patrimônio de fundos de investimentos consolidados.

Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido - INDIVIDUAL	**76.154.969**	**61.013.005**
IHCD – Elegíveis a Capital	33.553.318	31.808.129
Participação dos não controladores	1.821.387	-
Patrimônio Líquido - CONSOLIDADO	**111.529.674**	**92.821.134**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2021 índice de 19,27% (31/12/2020 – 17,62%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

No 2º semestre de 2021, foram realizadas em resultado, reservas no montante de R$ 48.629 (31/12/2020 – R$ 46.193) decorrentes de baixa e depreciação em imobilizado de uso (Nota 12) e ativos não financeiros mantidos para venda (Nota 14), líquido de impostos. O saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização de acordo com a Resolução CMN n.º 3.565/2008. O valor residual da Reserva de Reavaliação em 31/12/2021 totalizou o montante de R$ 225.521 (31/12/2020 – R$ 274.150).

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Reservas de reavaliação	**225.521**	**274.150**
Reservas de lucros	**17.830.582**	**28.495.635**
Reserva legal	5.036.845	4.173.687
Reserva estatutária – loterias (1)	851.142	1.483.980
Reservas estatutária - margem operacional	11.942.595	22.837.968

(1) Inclui em 31/12/2020, o montante de R$ 746.441 da distribuição da reserva de margem operacional para a reserva de loterias.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,50% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto Social da CAIXA.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais, as condições da Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e o Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio e dividendos em 31/12/2021 perfaz um montante de R$ 3.540.216 (31/12/2020 – R$ 2.793.416).

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Além dos serviços típicos de instituição financeira, por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Auxílio Brasil, Seguro Desemprego, Abono Salarial, Auxílio Emergencial – Covid-19 e BEm – Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda.

Descrição	2021 2° semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
INDIVIDUAL			
Serviços de Governo	4.189.038	8.109.765	7.961.329
Administração e fomento de entidades e programas	3.325.432	6.404.046	6.163.062
FGTS	1.321.500	2.643.000	2.649.187
Loterias	1.100.798	1.978.977	1.855.817
FIES	236.636	466.141	457.748
Programa Casa Verde e Amarela	197.277	400.731	413.013
Programa Saneamento para Todos	147.472	350.204	271.752
Outras entidades e programas	321.749	564.993	515.545
Transferência de Benefícios	659.937	1.292.493	1.410.740
Garantias prestadas - Agente operador	203.669	413.226	387.527
Conta corrente e tarifas bancárias	2.170.461	4.414.573	5.497.891
Convênio e cobrança	1.278.141	2.622.978	3.128.276
Cartões de débito e crédito	1.304.566	2.525.761	2.717.203
Operações de crédito	1.244.834	2.409.901	1.586.806
Fundos de investimento	975.520	2.064.612	2.128.356
Seguros	241.803	400.010	224.693
Outros	54.156	145.476	179.467
Total	**11.458.519**	**22.693.076**	**23.424.021**

Descrição	2021 2° semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
CONSOLIDADO			
Serviços de Governo	4.189.038	8.109.765	7.961.329
Administração e fomento de entidades e programas	3.325.432	6.404.046	6.163.062
FGTS	1.321.500	2.643.000	2.649.187
Loterias	1.100.798	1.978.977	1.855.817
FIES	236.636	466.141	457.748
Programa Casa Verde e Amarela	197.277	400.731	413.013
Programa Saneamento para Todos	147.472	350.204	271.752
Outras entidades e programas	321.749	564.993	515.545
Transferência de Benefícios	659.937	1.292.493	1.410.740
Garantias prestadas - Agente operador	203.669	413.226	387.527
Conta corrente e tarifas bancárias	2.170.459	4.414.568	5.497.891
Convênio e cobrança	1.278.141	2.622.978	3.128.276
Cartões de débito e crédito	1.313.312	2.558.033	2.795.628
Operações de crédito	1.244.834	2.409.901	1.586.806
Fundos de investimento	1.203.066	2.292.159	2.128.356
Seguros	900.957	1.342.993	224.693
Outros	57.934	149.254	179.467
Total	**12.357.741**	**23.899.651**	**23.502.446**

Nota 25 – Despesas de pessoal

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
INDIVIDUAL			
Salários e vantagens	(7.442.277)	(13.913.305)	(13.872.919)
Benefícios	(1.790.712)	(3.272.147)	(2.940.476)
Indenizações trabalhistas (1)	(87.343)	(159.010)	(284.561)
Outros	(37.632)	(69.927)	(81.290)
Encargos sociais:	(3.020.946)	(5.719.050)	(5.465.296)
Previdência social	(1.752.337)	(3.309.389)	(3.180.748)
FGTS	(589.102)	(1.105.088)	(1.031.901)
Previdência complementar	(521.132)	(1.002.204)	(965.616)
Outros encargos	(158.375)	(302.369)	(287.031)
Total	**(12.378.910)**	**(23.133.439)**	**(22.644.542)**

(1) Inclui a reclassificação da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022, anteriormente classificada como provisão operacional.

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
CONSOLIDADO			
Salários e vantagens	(7.444.531)	(13.935.937)	(13.927.583)
Benefícios	(1.824.763)	(3.326.090)	(2.949.230)
Indenizações trabalhistas (1)	(87.343)	(159.010)	(284.561)
Outros	(38.037)	(70.495)	(82.126)
Encargos sociais:	(3.021.731)	(5.727.479)	(5.486.782)
Previdência social	(1.752.790)	(3.314.210)	(3.192.887)
FGTS	(589.262)	(1.106.732)	(1.035.984)
Previdência complementar	(521.304)	(1.003.779)	(969.787)
Outros encargos	(158.375)	(302.758)	(288.124)
Total	**(12.416.405)**	**(23.219.011)**	**(22.730.282)**

(1) Inclui a reclassificação da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022, anteriormente classificada como provisão operacional.

Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
INDIVIDUAL			
Processamento de dados	(1.070.478)	(1.847.120)	(1.880.093)
Aluguéis e arrendamento de bens	(815.163)	(1.599.549)	(1.490.154)
Serviços de terceiros	(521.178)	(1.005.850)	(991.235)
Serviços de vigilância e segurança	(493.475)	(946.851)	(1.035.828)
Depreciação/ Impairment (Nota 12 (b))	(472.996)	(938.288)	(736.759)
Manutenção e conservação de bens	(467.801)	(891.493)	(1.038.693)
Amortização/ Impairment (Nota 13 (b))	(384.023)	(876.770)	(854.164)
Serviços de transporte	(374.718)	(783.438)	(1.102.451)
Serviços especializados	(331.613)	(666.961)	(628.527)
Comunicações	(321.880)	(575.742)	(580.703)
Água e energia	(253.779)	(497.836)	(447.564)
Serviços do sistema financeiro	(197.002)	(399.320)	(549.247)
Propaganda e publicidade	(230.338)	(303.028)	(178.818)
Material	(53.243)	(130.187)	(118.291)
Promoções e relações públicas	(5.084)	(7.589)	(99.683)
Outras administrativas	(182.835)	(343.359)	(278.874)
Total	**(6.175.606)**	**(11.813.381)**	**(12.011.084)**

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
CONSOLIDADO			
Processamento de dados	(1.070.868)	(1.847.782)	(1.880.621)
Aluguéis e arrendamento de bens	(816.606)	(1.600.992)	(1.491.009)
Serviços de terceiros	(521.381)	(1.006.151)	(991.402)
Serviços de vigilância e segurança	(493.491)	(946.904)	(1.035.961)
Depreciação/Impairment (Nota 12 (b))	(473.001)	(938.298)	(736.769)
Manutenção e conservação de bens	(468.269)	(892.056)	(1.039.467)
Amortização/Impairment (Nota 13 (b))	(384.023)	(876.770)	(854.164)
Serviços de transporte	(374.718)	(783.438)	(1.102.451)
Serviços especializados	(333.045)	(673.495)	(638.324)
Comunicações	(321.880)	(575.742)	(580.703)
Água e energia	(253.860)	(497.916)	(447.564)
Serviços do sistema financeiro	(197.527)	(400.339)	(563.117)
Propaganda e publicidade	(230.338)	(303.028)	(178.818)
Material	(53.243)	(130.187)	(118.291)
Promoções e relações públicas	(5.084)	(7.589)	(99.683)
Outras administrativas	(203.265)	(373.256)	(281.046)
Total	**(6.200.599)**	**(11.853.943)**	**(12.039.390)**

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
INDIVIDUAL			
COFINS	(1.169.808)	(2.417.524)	(2.333.637)
ISS	(375.377)	(738.476)	(775.492)
PIS/PASEP	(199.030)	(392.661)	(387.509)
IPTU	(8.969)	(81.015)	(87.056)
Outras	(62.502)	(32.540)	(80.766)
Total	**(1.815.686)**	**(3.662.216)**	**(3.664.460)**

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
CONSOLIDADO			
COFINS	(1.236.971)	(2.515.190)	(2.415.444)
ISS	(395.676)	(766.535)	(779.413)
PIS/PASEP	(213.149)	(413.349)	(405.152)
IPTU	(8.969)	(81.015)	(87.056)
Outras	(62.539)	(32.615)	(80.865)
Total	**(1.917.304)**	**(3.808.704)**	**(3.767.930)**

Nota 28 – Outras receitas operacionais

Descrição	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
INDIVIDUAL			
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	907.106	1.922.440	2.775.201
Recuperação de despesas	998.674	1.906.802	1.771.597
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	886.640	1.703.262	1.405.865
Atualização monetária sobre operações diversas (2)	332.687	540.535	277.986
Direito de uso - Rede CAIXA	186.498	364.348	-
Recuperação de perdas operacionais (3)	124.812	262.713	318.288
Comissões e taxas sobre operações	36.967	80.924	65.953
Receita de deságio na aquisição de royalties	38.811	77.623	77.955
Rendas de créditos específicos	37.285	57.569	41.208
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	5.846	15.098	189.178
Reversão provisoes atuariais - custo de servicos passados (4)	-	-	909.137
Outras receitas operacionais	333.352	574.026	886.900
Total	**3.888.679**	**7.505.340**	**8.719.268**

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2021 os custos foram de R$ 8.357,66 (R$ 5.226,36 indiretos e R$ 3.131,30 diretos). Foram realizadas 230.023 contratações no exercício de 2021 (323.810 contratações no exercício de 2020).
(2) Inclui a atualização monetária de depósitos em garantia.
(3) Recuperação de despesas relacionadas às perdas operacionais de produtos e serviços.
(4) Reversão de provisão atuarial para plano de benefício REG/REPLAN não saldado (custo do serviço passado), tendo em vista a alteração no regulamento do plano, realizada em atendimento à Resolução nº 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

CONSOLIDADO

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	907.106	1.922.440	2.775.201
Recuperação de despesas	948.417	1.831.241	1.765.605
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	886.640	1.703.262	1.405.865
Atualização monetária sobre operações diversas (2)	332.688	540.536	277.986
Direito de uso - Rede CAIXA	186.498	364.348	-
Recuperação de perdas operacionais (3)	124.812	262.713	318.288
Comissões e taxas sobre operações	92.470	261.802	960.643
Receita de deságio na aquisição de royalties	38.812	77.623	77.955
Rendas de créditos específicos	37.285	57.569	41.208
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	5.846	15.098	189.178
Reversão provisões atuariais - custo de servicos passados (4)	-	-	909.137
Outras receitas operacionais	361.703	506.446	789.257
Total	**3.922.277**	**7.543.078**	**9.510.323**

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2021 os custos foram de R$ R$ 8.357,66 (R$ 5.226,36 indiretos e R$ 3.131,30 diretos). Foram realizadas 230.023 contratações no exercício de 2021 (323.810 contratações no exercício de 2020).
(2) Inclui a atualização monetária de depósitos em garantia.
(3) Recuperação de despesas relacionadas às perdas operacionais de produtos e serviços.
(4) Reversão de provisão atuarial para plano de benefício REG/REPLAN não saldado (custo do serviço passado), tendo em vista a alteração no regulamento do plano, realizada em atendimento à Resolução nº 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Nota 29 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(2.010.900)	(3.897.929)	(3.619.951)
Benefício pós-emprego	(787.848)	(1.715.631)	(2.007.595)
Perdas de Risco Operacional	(756.361)	(1.658.989)	(1.268.002)
Despesas com cartão	(448.809)	(996.209)	(1.155.697)
Serviços automatizados	(302.784)	(635.321)	(661.633)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(276.456)	(567.213)	(591.630)
Alavancagem de negócios	(277.655)	(477.567)	(390.597)
Descontos de operações de crédito	(318.045)	(448.034)	(383.611)
Obrigações com fundos e programas	(246.972)	(440.499)	(625.897)
Operações de financiamentos imobiliários	(252.273)	(407.822)	(473.503)
Despesas com loterias	(171.793)	(302.034)	(276.853)
FGTS - arrecadação/pagamento	(118.256)	(238.606)	(317.179)
Benefícios sociais	(142.020)	(200.443)	(257.002)
FCVS a receber – perdas	(54.366)	(174.938)	(169.449)
Operações de crédito comerciais	(31.093)	(38.721)	(729.269)
Condenações judiciais	(14.977)	(14.977)	(13.312)
Outras	(358.995)	(595.703)	(984.444)
Total	**(6.569.603)**	**(12.810.636)**	**(13.925.624)**

CONSOLIDADO

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(2.010.900)	(3.897.929)	(3.619.951)
Benefício pós-emprego	(787.848)	(1.715.631)	(2.007.595)
Perdas de Risco Operacional	(756.361)	(1.659.165)	(1.268.002)
Despesas com cartão	(448.809)	(997.151)	(1.159.235)
Serviços automatizados	(302.784)	(635.321)	(661.633)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(276.456)	(567.213)	(591.630)
Alavancagem de negócios	(277.655)	(477.567)	(390.597)
Descontos de operações de crédito	(318.045)	(448.034)	(383.611)
Obrigações com fundos e programas	(246.972)	(440.499)	(625.897)
Operações de financiamentos imobiliários	(252.273)	(407.822)	(473.503)
Despesas com loterias	(171.793)	(302.034)	(276.853)
FGTS - arrecadação/pagamento	(118.256)	(238.606)	(317.179)
Benefícios sociais	(142.020)	(200.443)	(257.002)
FCVS a receber – perdas	(54.366)	(174.938)	(169.449)
Operações de crédito comerciais	(31.093)	(38.721)	(729.269)
Condenações judiciais	(14.977)	(14.977)	(13.312)
Outras	(406.701)	(661.822)	(964.615)
Total	**(6.617.309)**	**(12.877.873)**	**(13.909.333)**

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

INDIVIDUAL

Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(2.281.968)	(3.857.322)	(2.939.280)
Trabalhistas (1)	(1.773.132)	(2.733.702)	(2.048.228)
Cíveis	(474.444)	(1.132.358)	(819.472)
Fiscais	(34.392)	8.738	(71.580)
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(148.164)	(382.970)	(643.292)
Fundo de compensação de variações salariais - FCVS	(99.306)	(311.419)	(226.935)
Pré-pagamento – FGTS (2)	(98.116)	(249.962)	1.081.078
Garantia financeira prestada	(52.242)	(25.686)	(13.711)
Outras operacionais (3)	141.480	364.730	424.561
Total	**(2.538.316)**	**(4.462.629)**	**(2.317.579)**

(1) Acréscimo de provisão decorrente de implantação de nova metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas.
(2) Reversão da provisão decorrente da revisão do cálculo para o risco de devolução de receitas ao FGTS no 2º trimestre de 2020. Nota 19 (c).
(3) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar, custos relativos a manutenção de imóveis e a reversão da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022.

CONSOLIDADO

Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(2.281.968)	(3.857.322)	(2.939.282)
Trabalhistas (1)	(1.773.132)	(2.733.702)	(2.048.230)
Cíveis	(474.444)	(1.132.358)	(819.472)
Fiscais	(34.392)	8.738	(71.580)
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(148.164)	(382.970)	(643.292)
Fundo de compensação de variações salariais - FCVS	(99.306)	(311.419)	(226.935)
Pré-pagamento – FGTS (2)	(98.116)	(249.962)	1.081.078
Garantia financeira prestada	(52.242)	(25.686)	(13.711)
Outras operacionais (3)	141.480	341.651	476.072
Total	**(2.538.316)**	**(4.485.708)**	**(2.266.070)**

(1) Acréscimo de provisão decorrente de implantação de nova metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas.
(2) Reversão da provisão decorrente da revisão do cálculo para o risco de devolução de receitas ao FGTS no 2º trimestre de 2020. Nota 19 (c).
(3) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar, custos relativos a manutenção de imóveis e a reversão da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022.

Nota 31 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL

Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda (1)	(286.263)	2.811.897	(261.988)
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	396.515	496.221	721.875
Outros	(79.448)	(106.339)	(154.048)
Total	**30.804**	**3.201.779**	**305.839**

(1) Variação decorrente do lucro na venda das ações da CAIXA Seguridade no 2º trimestre de 2021.

CONSOLIDADO

Descrição	2021		2020
	2° semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda (1)	(286.263)	5.047.751	159.009
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	396.515	496.221	721.875
Ganhos de capital - remensurações ao valor justo (2)	318.393	1.790.811	4.199.322
Outros	(79.448)	(106.339)	(154.048)
Total	**349.197**	**7.228.444**	**4.926.158**

(1) Variação decorrente do lucro na venda das ações da CAIXA Seguridade e do Banco PAN ocorridos no 2º trimestre de 2021.
(2) Ganho de capital auferido por alteração no percentual de participação relativa dos investimentos da Caixa Seguridade, Caixa Cartões e CAIXAPAR.

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes a estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 7. Já as informações sobre dividendos e JCP a serem pagos ao Tesouro Nacional são apresentados na Nota 23 (d). Por outro lado, os tributos com a União são apresentados na Nota 20.

No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controlador e Fundos de Governo) em operações de crédito e prestação de serviços que, em 31/12/2021, totalizavam R$ 2.476.938 (31/12/2020 – R$ 2.333.813). Do montante apresentado em 31/12/2021, R$ 1.904.252 (31/12/2020 – R$ 1.789.195)) está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos – Nota 14 (d).

(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, a CAIXA realiza negócios por meio de suas subsidiárias CAIXA Seguridade, CAIXA Loterias, CAIXA Cartões e CAIXA DTVM.

A CAIXA detém o controle de forma indireta da Caixa Holding Securitária S.A. e da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A., por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A.

Por meio da Caixa Cartões são controladas as entidades (fase pré-operacional): CAIXA Cartões Adquirência S.A., CAIXA Cartões PAT S.A., CAIXA Cartões Fidelidade S.A. e CAIXA Cartões Contas de Pagamento S.A.

A CAIXA possui controle no fundo de investimento em direitos creditórios Stone III (FIDC Stone III) com 79,81% de participação.

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas subsidiárias CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A. são controladas em conjunto: PAN Corretora de Seguros Ltda, Too Seguros S.A., XS3 Seguros S.A., XS4 Capitalização S.A., XS5 Administradora de Consórcios S.A. e XS6 Assistência S.A.

São controlada em conjunto, através da Caixa Cartões a Elo e Caixa Cartões Pré-Pagos. A Elo Serviços S.A., que tem por objetivo prestar serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos, inclusive através de meios eletrônicos. A CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A. tem por objeto explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas ao mercado de meios de pagamento pré-pagos.

São controladas em conjunto, direto na Caixa: Tecban, Caixa Imóveis e Quod, Galgo Sistemas de Informações e Negócios Digitais.

A CAIXA mantém com a Tecban contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2021, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R$ 2.434.426 (31/12/2020 – R$ 2.577.234).

(d) Coligadas

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. (antiga Caixa Seguros Holding S.A.) é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CNP Seguros e apresenta a seguinte composição: Caixa Seguradora S.A., CNP Capitalização S.A. (antiga Caixa Capitalização, em processo de registro da alteração da razão social), Caixa Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A., Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda, Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A., Youse Seguradora S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros LTDA (antiga Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda), e Companhia de Seguros e Previdência do Sul (Previsul).

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A. é coligada a entidade Holding XS1 S.A., que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. em sua composição.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade Participações S.A., incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

(e) Pessoal Chave da Administração

Enquadram-se como pessoal chave da Administração as pessoas que detêm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente. Consideram-se também os membros familiares de até 2º grau e entidades jurídicas aos quais esperam-se que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade.

Na CAIXA se enquadram como pessoal chave aqueles com responsabilidade direta e/ou indireta em suas atividades, tais como: membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras entidades

As entidades que são controladas ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item "Outras entidades". Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FAT, FAR, FMM, FCVS e FIES.

As transações com o FGTS estão demonstradas de acordo com a característica da operação, classificadas nas Notas explicativas: Nota 8 – Intrumentos financeiros derivativos, 10 (a) – Outros ativos financeiros,14 (a) – Outros ativos; 15 (b) – Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas, 16 (b) – Obrigações por empréstimos e repasses, 18 – Outros passivos financeiros, 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, 28 – Outras receitas operacionais e 29 – Outras despesas operacionais.

Os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota explicativa 10 – Outros ativos financeiros, e, as garantias financeiras prestadas são demonstradas na Nota Explicativa 19 (e) – Garantias financeiras prestadas.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós emprego dos empregados da CAIXA, mantêm com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais e de resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2021						31/12/2020					
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal-chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	**2.422.081**	**2.016.748**	**29.197**	**5.735**	**26.155**	**36.829.517**	**2.261.727**	**665.981**	**10.542.373**	**26.407**	**1.835.305**	**7.544.906**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	-	325.556	-	-	7.813.856	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (4)	-	1.967.252	-	-	-	70.993	-	-	-	-	-	70.221
Rendas a receber (5)	562.973	31.194	29.197	5.735	-	544.490	508.763	633.821	-	22.474	-	108.707
Operações de crédito (6)	12.628	-	-	-	25.009	34.929.593	20.791	-	1	-	2.568.463	6.432.284
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(389)	(17.384)	-	-	-	-	(733.158)	(2.769)
Outros créditos	1.846.480	18.302	-	-	1.457	196.905	1.732.173	32.160	2.536.046	3.933	-	409.699
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	78	-	-	-	-	-	-	(251.944)
Outros investimentos, valores e bens (7)	-	-	-	-	-	779.364	-	-	192.470	-	-	778.708
PASSIVO:	**2.445.998**	**851**	**154.946**	**1.629.682**	**12.832**	**177.234.781**	**7.294.591**	**463**	**2.319.011**	**1.162.810**	**27.162**	**153.075.127**
Depósitos à vista e poupança	598.790	851	1.403	209.227	8.572	3.488.087	798.801	463	2707	192.562	5.223	139.406
Depósitos à prazo e letras	256.346	-	79.406	-	4.260	615.706	641.544	-	194.050	-	21.939	756.123
Depósitos especiais de fundos e programas	216.262	-	-	-	-	3.856.187	209.114	-	-	-	-	3.232.171
Captações no mercado aberto (8)	-	-	-	1.420.455	-	132.119.136	-	-	3.798	970.248	-	120.159.242
Repasses do país - instituições oficiais (9)	14.727	-	-	-	-	25.126.414	14.795	-	-	-	-	27.097.811
Recursos para destinacão específica (10)	993.909	-	-	-	-	11.949.751	5.282.965	-	-	-	-	1.582.061
Obrigações diversas (11)	365.964	-	74.137	-	-	79.500	347.372	-	2.118.456	-	-	108.313
Garantias recebidas (12)	**83.290**	**-**	**-**	**-**	**41.909**	**6.254.021**	**97.126**	**-**	**-**	**-**	**7.107.192**	**10.296.469**

(1) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban. As variações relevantes são derivadas da exclusão do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11).
(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.
(3) Composto principalmente por transações com BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 14.
(4) O montante em controladas refere-se a cotas do FIDC Stone III e em outras entidades corresponde em maior parte a ações da Paranapanema. Os saldos com a União são apresentados na Nota 7.
(5) O montante em controladora refere-se a rendas de tarifas recebidos na operacionalização de programas da União. A variação em controlada decorre de valores a receber provenientes de dividendos e bonificações.
(6) Do montante em outras entidades, R$ 30.979.459 correspondem à operações com o FIFGTS-Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e R$ 3.015.984 correspondem à operações com a Eletrobrás.
(7) Em outras entidades, R$ 769.720 referem-se a ações e cotas adquiridas de interesse estratégico.
(8) O saldo em coligada refere-se a operações com a CAIXA Consórcios. O montante em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento.
(9) Em outras entidades, R$ 22.714.203 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).
(10) Em outras entidades, há destaque para a remuneração do agente financeiro com operações FGTS. O saldo em outras entidades refere-se principalmente a obrigações com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
(11) Em controladora, R$ 288.479 referem-se a provisão para devolução de recursos do programa Bolsa Família (Nota 19 (e)).
(12) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2021					31/12/2020				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal-chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	**2.422.081**	**29.197**	**140.794**	**26.155**	**36.829.517**	**2.261.727**	**10.686.124**	**102.090**	**1.835.305**	**7.544.906**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	325.556	-	7.813.856	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	70.993	-	-	-	-	70.221
Rendas a receber (5)	562.973	29.197	140.794	-	544.490	508.763	66.059	98.157	-	108.707
Operações de crédito (6)	12.628	-	-	25.009	34.929.593	20.791	1	-	2.568.463	6.432.284
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(389)	(17.384)	-	-	-	(733.158)	(2.769)
Outros créditos	1.846.480	-	-	1.457	196.905	1.732.173	2.613.738	3.933	-	409.699
Provisões para outros créditos	-	-	-	78	-	-	-	-	-	(251.944)
Outros investimentos, valores e bens (7)	-	-	-	-	779.364	-	192.470	-	-	778.708
PASSIVO:	**2.445.998**	**154.946**	**1.629.682**	**12.832**	**177.234.781**	**7.294.591**	**2.418.768**	**1.162.810**	**27.162**	**153.075.127**
Depósitos à vista e poupança	598.790	1.403	209.227	8.572	3.488.087	798.801	2.707	192.562	5.223	139.406
Depósitos à prazo e letras	256.346	79.406	-	4.260	615.706	641.544	194.050	-	21.939	756.123
Depósitos especiais de fundos e programas	216.262	-	-	-	3.856.187	209.114	-	-	-	3.232.171
Captações no mercado aberto (8)	-	-	1.420.455	-	132.119.136	-	3.798	970.248	-	120.159.242
Repasses do país - instituições oficiais (9)	14.727	-	-	-	25.126.414	14.795	-	-	-	27.097.811
Recursos para destinacão específica (10)	993.909	-	-	-	11.949.751	5.282.965	-	-	-	1.582.061
Obrigações diversas (11)	365.964	74.137	-	-	79.500	347.372	2.218.213	-	-	108.313
Garantias recebidas (12)	**83.290**	**-**	**-**	**41.909**	**6.254.021**	**97.126**	**-**	**-**	**7.107.192**	**10.296.469**

(1) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban. As variações relevantes são derivadas da exclusão do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11).
(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.
(3) Composto principalmente por transações com BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 14.
(4) O montante em outras entidades corresponde em maior parte a ações da Paranapanema. Os saldos com a União são apresentados na Nota 7.
(5) O montante em controladora refere-se a rendas de tarifas recebidos na operacionalização de programas da União. A variação em controlada decorre de valores a receber provenientes de dividendos e bonificações.
(6) Do montante em outras entidades, R$ 30.979.459 correspondem à operações com o FIFGTS-Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e R$ 3.015.984 correspondem à operações com a Eletrobrás.
(7) Em outras entidades, R$ 769.720 referem-se a ações e cotas adquiridas de interesse estratégico.
(8) O saldo em coligada refere-se a operações com a CAIXA Consórcios. O montante em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento.
(9) Em outras entidades, R$ 22.714.203 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).
(10) Em outras entidades, há destaque para a remuneração do agente financeiro com operações FGTS. O saldo em outras entidades refere-se principalmente a obrigações com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
(11) Em controladora, R$ 288.479 referem-se a provisão para devolução de recursos do programa Bolsa Família (Nota 19 (e)).
(12) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INDIVIDUAL					
	2º semestre - 2021				
Descrição	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**577.770**	**86.548**	**463.606**	**243.362**	**2.423.413**
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	30.353	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (5)	373.381	3	372.472	243.362	349.703
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	883.282
Outras receitas operacionais (6)	204.389	56.192	91.134	-	1.190.341
DESPESAS	**(47.799)**	**-**	**(188.931)**	**(1.283)**	**(1.612.099)**
Captação no mercado	(19.523)	-	(1.331)	-	(84.710)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(521.132)
Administrativas (8)	-	-	-	-	23.599
Outras despesas operacionais (9)	(28.276)	-	(187.600)	(1.283)	(1.029.856)

INDIVIDUAL										
	Exercício - 2021					Exercício - 2020				
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**1.198.692**	**154.791**	**953.468**	**403.233**	**5.005.636**	**1.705.359**	**36.306**	**1.392.885**	**231.340**	**4.884.346**
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	69.250	-	-	87	-	-	234.918	-	18.759
Rendas com prestação de serviços (5)	822.196	5	762.313	403.233	759.060	1.385.386	1	991.236	231.340	836.421
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	1.877.346	-	-	-	-	1.930.067
Outras receitas operacionais (6)	376.496	85.536	191.155	-	2.369.143	319.973	36.305	166.731	-	2.099.099
DESPESAS	**(85.860)**	**-**	**(394.155)**	**(2.274)**	**(3.023.309)**	**(44.985)**	**(23.276)**	**(2.386.870)**	**(6.184)**	**(3.235.595)**
Captação no mercado	(27.723)	-	(2.603)	-	(102.389)	(17.878)	(23.276)	(3.155)	-	(84.121)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(1.002.204)	-	-	-	-	(965.616)
Administrativas (8)	-	-	-	-	51.490	-	-	-	-	(57.077)
Outras despesas operacionais (9)	(58.137)	-	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)	(27.107)	-	(2.383.715)	(6.184)	(2.128.781)

(1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.
(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.
(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.
(4) O saldo em controladas refere-se a renda de títulos de renda fixa do FIDC Stone III.
(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU.
(6) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. O montante em Controladas refere-se a ressarcimento de subsidiárias de despesas de compartilhamento de infraestrutura e de pessoal.
(7) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).
(8) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.
(9) A variação em controlada em conjunto decorre da saída do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11). Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES.

CONSOLIDADO				
	2º semestre - 2021			
Descrição	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**577.770**	**463.606**	**298.710**	**2.423.413**
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (4)	373.381	372.472	298.710	349.703
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	883.282
Outras receitas operacionais (5)	204.389	91.134	-	1.190.341
DESPESAS	**(47.799)**	**(188.931)**	**(1.283)**	**(1.612.271)**
Captação no mercado	(19.523)	(1.331)	-	(84.710)
Pessoal (6)	-	-	-	(521.304)
Administrativas (7)	-	-	-	23.599
Outras despesas operacionais	(28.276)	(187.600)	(1.283)	(1.029.856)

CONSOLIDADO								
	Exercício - 2021				Exercício - 2020			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	**1.198.692**	**953.468**	**579.388**	**5.005.636**	**1.705.359**	**1.392.885**	**1.124.075**	**4.884.346**
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	87	-	234.918	-	18.759
Rendas com prestação de serviços (4)	822.196	762.313	579.388	759.060	1.385.386	991.236	1.124.075	836.421
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	1.877.346	-	-	-	1.930.067
Outras receitas operacionais (5)	376.496	191.155	-	2.369.143	319.973	166.731	-	2.099.099
DESPESAS	**(85.860)**	**(394.155)**	**(2.274)**	**(3.024.884)**	**(44.985)**	**(2.386.870)**	**(6.184)**	**(3.239.766)**
Captação no mercado	(27.723)	(2.603)	-	(102.389)	(17.878)	(3.155)	-	(84.121)
Pessoal (6)	-	-	-	(1.003.779)	-	-	-	(969.787)
Administrativas (7)	-	-	-	51.490	-	-	-	(57.077)
Outras despesas operacionais	(58.137)	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)	(27.107)	(2.383.715)	(6.184)	(2.128.781)

(1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.
(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.
(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.
(4) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. O saldo de controlada em conjunto decorre de receitas por serviços de intercâmbio de transações da Elo.
(5) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais.
(6) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).
(7) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.

(g) Média salarial (valores em R$)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	63.911	56.197	58.833
Salário médio	44.889	12.143	45.148	10.961
Menor salário	41.868	3.330	41.868	3.000
Benefícios	8.630	3.515	7.509	3.191

(h) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Benefícios de curto prazo	**16.664**	**41.186**	**36.125**
Proventos	**12.510**	**22.959**	**18.804**
Diretoria	10.898	19.753	15.795
Conselho de Administração	191	348	333
Conselho Fiscal	166	347	250
Comitê de Auditoria	853	1.705	1.608
Comitê Independente de Risco	402	806	818
Remuneração variável	**-**	**8.090**	**8.427**
Diretoria	-	8.090	8.427
Benefícios	**406**	**806**	**727**
Diretoria	406	806	727
Treinamento	43	**83**	**61**
Encargos sociais	**3.705**	**9.248**	**8.106**
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**-**	**94**	**-**
Benefícios pós emprego	**983**	**1.828**	**1.286**
Previdência complementar	983	1.828	1.286

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial, Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Relações com Investidores, Relatórios e Documentos, Informações Financeiras, Gerenciamento de Riscos, Relatórios, Gerenciamento de Riscos e Capital Caixa.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência – PR	**120.529.287**	**101.855.830**
Nível I	**94.438.894**	**72.474.900**
Capital Principal – CP	**92.725.653**	**70.761.659**
Patrimônio líquido prudencial (1)	110.018.509	92.719.210
Ajustes prudenciais	(17.292.856)	(21.957.551)
Capital Complementar – CC	**1.713.241**	**1.713.241**
Nível II	**26.090.393**	**29.380.930**
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**625.604.870**	**578.084.749**
Risco de crédito – RWACPAD	540.773.799	482.125.149
Risco de mercado – RWAMPAD	7.429.099	18.689.672
Risco operacional – RWAOPAD	77.401.972	77.269.928
Adicional de Capital Principal - ACP	**18.768.146**	**13.006.907**
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	**68.816.536**	**59.253.687**
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	**1.910.680**	**1.265.379**
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	**49.802.071**	**41.336.764**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**14,82%**	**12,24%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**15,10%**	**12,54%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**19,27%**	**17,62%**
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	**8,00%**	**8,00%**

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2021 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(2.019)	(53.265)	(113.275)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(6.117)	(145.266)	(276.232)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(8.882)	(198.580)	(356.549)

Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB n° 2/2020 destacamos a seguir o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

INDIVIDUAL			
Evento	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	**5.621.478**	**15.848.435**	**12.634.085**
Eventos Não Recorrentes (b)	**450.150**	**7.152.939**	**4.466.780**
Ganhos/perdas de ativos financeiros e Não Financeiros (1)	314.500	6.919.885	5.358.643
Outras Receitas/Despesas Não Recorrentes (2)	135.650	233.054	(891.863)
Despesas Impactadas pelos Eventos (3) (c)	**(220.265)**	**(2.503.757)**	**(483.344)**
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	**229.885**	**4.649.182**	**3.983.436**
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	**5.391.593**	**11.199.253**	**8.650.649**

CONSOLIDADO			
Evento	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	**6.424.749**	**17.268.262**	**13.169.364**
Eventos Não Recorrentes (b)	**450.150**	**7.152.939**	**4.466.780**
Ganhos/perdas de ativos financeiros e Não Financeiros (1)	314.500	6.919.885	5.358.643
Outras Receitas/ Despesas Não Recorrentes (2)	135.650	233.054	(891.863)
Despesas Impactadas pelos Eventos (3) (c)	**(218.611)**	**(2.343.295)**	**(483.344)**
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	**231.539**	**4.809.644**	**3.983.436**
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	**6.193.210**	**12.458.618**	**9.185.928**

- **Exercício de 2021**

(1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros incluem:

(i) Ganho decorrente da alteração participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade, em função da conclusão de operação de parcerias societárias no montante de R$ 1.472.418;

(ii) Ganho com a venda das ações da CAIXA Seguridade no valor de R$ 3.270.168;

(iii) Ganho decorrente da venda das ações do Banco PAN totalizando R$ 1.862.799;

(iv) Ganho em virtude da formação de nova parceria societária da CAIXA Cartões Holding S.A. (“CAIXA Cartões”), nos termos do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR no montante de R$ 314.500.

(2) Outras despesas não recorrentes incluem:

(i) Reversão de despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados no montante de R$ 97.404;

(ii) Lucro na venda de imóveis com a integralização de cotas do Fundo de Investimento Imobiliário CAIXA Agências por meio de subscrição ao Fundo no valor de R$ 135.650.

(3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

(i) Efeitos tributários, de despesas de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes.

- **Exercício de 2020**

(1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros incluem:

(i) Perda de ativos ao valor recuperável no montante de (R$ 154.154);

(ii) Baixas de tarifas relacionadas a Programas e Serviços de Governo no total de (R$ 138.264);

(iii) Receita de alteração na participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade em função da conclusão de operação de parcerias societárias no montante de R$ 4.199.322 (Nota explicativa 11 individual e 31 consolidada);

(iv) Lucro na alienação de investimento de coligadas/controladas no valor de R$ 542.601;

(v) Reversão de provisão referente a passivo atuarial, conforme CGPAR 25 no montante de R$ 909.137.

(2) Outras despesas não recorrentes incluem:

(i) Despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados no valor de (R$ 602.807);

(ii) Aporte excepcional no fundo de reserva do Saúde CAIXA, definido em Acordo Coletivo de Trabalho - ACT no montante de (R$ 122.944);

(iii) Despesa decorrente de abono único, conforme firmado Acordo Coletivo de Trabalho - ACT totalizando (R$ 166.112).

(3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

(i) Efeitos tributários, de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 35 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimento financeiro	352.961.172	338.891.000
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	291.895.979	241.412.000
Fundos de ações	32.526.871	34.547.834
Total	**677.384.022**	**614.850.834**

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.
(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Pandemia Covid–19

Desde o início do ano de 2020 o mundo vem enfrentando uma pandemia com forte impacto negativo na economia. O surto causado pelo coronavírus (Covid – 19) trouxe muitos desafios a serem administrados pelos países e populações.

Clientes e sociedade

A CAIXA vem adotando diversas medidas com o objetivo de minimizar o impacto na vida das pessoas e das empresas, especialmente os micro e pequenos empresários. Dentre as várias ações em andamento, destacamos algumas medidas mencionadas no relatório de administração:

- O Auxílio Emergencial 2021, trata-se de novo benefício emergencial que faz parte de algumas das principais medidas adotadas pelo Governo Federal, com papel decisivo para a população mais humilde, tendo como objetivo fornecer proteção emergencial enquanto perdurar o período de enfrentamento à pandemia. No exercício de 2021, foram totalizados 281,1 milhões benefícios pagos e um montante de R$ 60,3 bilhões injetados na economia.
- Em continuidade ao programa anterior, foi instituído o Novo BEm – Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, nos termos da Medida Provisória n° 1.045/2021, aos trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho em função da pandemia. No exercício de 2021 foram totalizadas 5,2 milhões de parcelas pagas, com um montante de 4,4 bilhões injetados na economia.
- Atuando de modo estratégico com estados e municípios no âmbito dos Programas Regionais Emergenciais, no exercício de 2021, a CAIXA atingiu um total de 3,6 milhões de parcelas pagas e o montante de 1,2 bilhões pagos aos beneficiários, evidenciando a importância da CAIXA como agente de transformação social através da implantação de programas sociais.
- Permanência das reduções de juros dos seus principais produtos. A medida visa proporcionar alívio financeiro às pessoas e auxiliar as empresas a recompor seu fluxo de caixa.

Impactos Contábeis e de Capital relacionados à Covid-19

Em relação às demonstrações contábeis, a CAIXA tem pautado seu julgamento com cautela e ponderação dada a atipicidade do cenário que estamos enfrentando. A CAIXA continuará acompanhando os desdobramentos da pandemia Covid -19 e seus reflexos na economia, sobretudo em relação aos seguintes destaques:

- **Valor justo dos instrumentos financeiros**

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis. Mesmo considerando a pandemia Covid -19, elementos de volatilidade no mercado e demais alterações no ambiente de negócios, a CAIXA apresenta capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

As Políticas Internas, calçadas nas diretrizes da Circular 3.068/2001 e aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição, impõem procedimentos de governança para qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias. No período do ano de 2021 não foi manifestada qualquer intenção de reclassificação dos títulos mantidos até o vencimento, mantendo-se o valor dos ativos em critérios compatíveis com a manutenção deles.

- **Provisão de Risco de Crédito**

A CAIXA observa as diretrizes contidas nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 4.855/20, no que tange a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, das operações que compõem a carteira de crédito, incluindo as operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

Quanto a carteira de crédito total, destaca-se as características das operações CAIXA, concentradas em operações de longo prazo, com garantias reais e com mais de 90% das operações classificadas em níveis de riscos de AA a C. Entre os segmentos, cabe destaque para a expansão das carteiras de Crédito Rural e Comercial PJ Varejo, com os produtos da carteira COVID e ainda o segmento comercial PF, com os produtos da carteira Microfinanças.

Ressaltamos que a CAIXA realiza monitoramento contínuo dos indicadores de risco de carteira, por meio de relatórios, periódicos, de Risco de Carteira de Crédito, que, dentre outros acompanhamentos, contemplam a cobertura de provisão, com destaque para a carteira constituída pelas operações criadas em decorrência da crise estabelecida pela pandemia da Covid-19.

Funcionários e colaboradores

Com objetivo de resguardar seus funcionários e colaboradores a CAIXA continua adotando diversas medidas na mitigação dos impactos da Covid-19 durante 2021, sobretudo destacamos as seguintes:

- Com objetivo de fortalecimento da rede de atendimento da CAIXA, durante o ano de 2021 foram contratados 7.766 empregados e terceirizados.
- Em iniciativa pioneira, no âmbito de concursos nacionais, a CAIXA lançou concurso exclusivo para Pessoas com Deficiência - PcD.
- Manutenção da obrigatoriedade do uso de máscara em todos os ambientes da CAIXA.
- Nova oferta de testagem global de Covid-19 para todos os empregados 100% custeada pela CAIXA.
- Reforço nos protocolos de higienização e limpeza de unidades.
- Manutenção do modelo de trabalho remoto e a criação do grupo de prevenção ampliada CAIXA com indicação para o trabalho remoto para Pessoas com Deficiência - PcD, gestantes e lactantes.
- As ações de cuidado emocional oferecidas pela CAIXA, têm proporcionado apoio a gestores e empregados neste momento desafiador da pandemia.
- Reforço da divulgação dos canais internos de comunicação e disseminação de conhecimento sobre a prevenção e protocolos relacionados à Covid-19.

(c) Acordo Elo

A Caixa Econômica Federal comunicou em 13 de dezembro de 2021 à sociedade brasileira, aos seus clientes, seus empregados, e ao mercado em geral que assinou o Acordo de Participação no Programa de Incentivos da Elo pelo período de 10 anos, a partir de 01 de janeiro de 2022. O Acordo estabelece as condições para concessão de incentivos da Elo para a CAIXA, visando incrementar as vendas de cartões da bandeira Elo (instrumentos de pagamentos), emitidos pela CAIXA e, consequentemente aumentar o volume de transações nos referidos instrumentos de pagamentos (“Objeto”). A CAIXA e a Elo acordaram metas para a realização do Objeto, as quais estão relacionadas ao volume de transações dos instrumentos de pagamento (cartões bandeira Elo). O valor dos incentivos que serão concedidos à CAIXA em troca da realização do Objeto será diretamente proporcional ao volume transacionado nos produtos débito, pré-pagos e crédito, conforme a performance da CAIXA nos Arranjos de Pagamento da Elo.

(d) Normas a serem aplicadas a partir de janeiro de 2025

Na Resolução CMN nº 4.966/2021 o BACEN dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A norma busca a convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise da CAIXA.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise na CAIXA.

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

(e) Investigações em curso na CNP Seguros Holding Brasil S.A.

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("CNP Brasil") é uma parceria firmada entre a CAIXA Seguridade e o grupo francês CNP Assurances, que detém 51,75% do capital e a CAIXA indiretamente por meio da CAIXA Seguridade detém 48,25% do capital da referida empresa. Conforme divulgado em notas explicativas pela CAIXA Seguridade, em função das notícias divulgadas pela imprensa, a partir de 30 de novembro de 2020, sobre a 13º fase da chamada Operação Descarte – Canal Seguro, a Administração da CNP Brasil determinou a adoção de uma série de medidas acautelatórias de seus interesses e de seus acionistas.

Nesse sentido, dentre outras medidas, o Conselho de Administração da CNP Brasil determinou a instalação de investigação independente para examinar as transações da companhia e, na extensão legalmente permitida, de suas empresas controladas, cujos resultados são apresentados aos seus órgãos de administração e controle para a tomada das devidas providencias que forem requeridas nas circunstâncias, bem como para o aprimoramento dos seus controles internos e dos seus órgãos de governança.

A investigação independente encontra-se em andamento e, até o momento, os fatos reportados não são capazes de gerar impacto material nas demonstrações contábeis da investida.

Dessa forma, a CAIXA Seguridade permanece acompanhando e apoiando o referido processo de investigação e todos os trabalhos vinculados, bem como continua avaliando e monitorando, sistematicamente, quaisquer novas informações ou evidências que indiquem a existência de atos ou fatos em desconformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, não tendo identificado nenhuma informação que impactasse a preparação destas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021.

Nota 36 - Eventos subsequentes

Não houveram eventos subsequentes às Demonstrações Contábeis de 31/12/2021.

Pedro Duarte Guimarães
Presidente

Antônio Carlos Ferreira de Sousa
Vice-presidente

Claudio Salituro
Vice-presidente

Maria Letícia de Paula Macedo
Vice-presidente em exercício

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Tatiana Thome de Oliveira
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Diretor de Controladoria

Juliana Grigol Fonsechi
Superintendente Nacional
Contadora CRC 020734/O-3-DF

Celso Leonardo Derziê de Jesus Barbosa
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente

Messias dos Santos Esteves
Vice-presidente

Rafael de Oliveira Morais
Vice-presidente

Thays Cintra Vieira
Vice-presidente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira CAIXA (CAIXA) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único: CAIXA Loterias S.A., CAIXA *Asset* e CAIXA Cartões Holding (CCH), cujo compartilhamento encerrou-se em 2021. O Comitê de Auditoria da CAIXA, durante o exercício 2021, também exerceu suas funções na CAIXA Participações S.A. (CAIXAPAR), cujas atividades foram encerradas em 29/12/2021. O COAUD tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento sem poder decisório ou funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA, e por seu Regimento Interno, disponível no *site* http://www.caixa.gov.br.

2. Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de CAIXA, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de acordo com as atribuições da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, controles internos e conformidade, além das próprias análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3. Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente. Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2021, aprovado pelo CA, o Comitê reuniu-se em 57 ocasiões entre 1° de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. Nas diversas reuniões realizadas nestas oportunidades abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, e tecnologia da informação (TI). O Presidente do Comitê participou de reuniões do Comitê Independente de Riscos (CORIS), buscando alinhamento e evitando duplicidade de trabalho entre os colegiados. O Presidente, como membro do Conselho e Administração, participou também de todas as reuniões do CA da CAIXA, conforme previsto no Art. 69, §1º do Estatuto da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

I - Órgãos reguladores e de controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Riscos e Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos.

O Comitê participou de reuniões semestrais com representantes dos Departamentos de Supervisão Bancária (DESUP) e de Supervisão de Conduta (DECON) do BACEN.

II - Auditoria Interna

Em reuniões com a equipe de Auditoria Interna, o COAUD acompanhou o cumprimento do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT), e tomou conhecimento das conclusões e recomendações resultantes dos trabalhos executados.

III - Auditoria Independente

O Comitê também avalia anualmente a objetividade e independência dos auditores independentes, a qualidade e efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê.

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) foram relacionados a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, crédito tributário, provisões para passivos contingentes, plano de benefício pós-emprego, e ambiente de tecnologia da informação; e a ênfase relacionada a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar: os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes, e os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com a Ouvidoria da instituição para acompanhamento da efetividade dos canais de atendimento e do Relatório Semestral da Ouvidoria, elaborado em consonância com o Artigo 12 da Resolução CMN nº 4.860/2020.

VI - Corregedoria

Com o gestor da Corregedoria, em diversas reuniões, acompanhou as apurações relacionadas às denúncias disciplinares de dirigentes da alta administração da Instituição que são encaminhadas ao CA, assim como acompanhou as atividades do Canal de Denúncias.

VII - Demonstrações Contábeis

CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalva. Durante o exercício e até a data de emissão deste relatório, reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

VIII - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, O Comitê de Auditoria manteve o monitoramento dos desdobramentos da pandemia da COVID-19, e acompanhando os potenciais impactos nas Demonstrações Contábeis de 2021. O Comitê também esteve envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos seguintes assuntos durante o exercício 2021: (i) os processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura dos planos de saúde da CAIXA; (ii) as provisões para os passivos contingentes trabalhistas, tributários e cíveis; (iii) a estratégia para sanar a dependência tecnológica da CAIXA em relação empresa UNISYS, referente ao sistema que administra praticamente a totalidade dos produtos de Crédito Imobiliário; (iv) a carteira de crédito, quanto à inadimplência e à Provisão para Devedores Duvidos (PDD), assunto acompanhado em conjunto com o CORIS; (vi) acompanhamento do atendimento às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e (vii) aplicação das medidas de consequências.

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades em temas relacionados às suas responsabilidades/atuações, conforme preconiza a Lei nº 13.303/2016.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e considerando o escopo de sua atuação, concluiu que todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, PwC, emitido sem ressalva, e do Relatório Semestral da Administração, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA

JOÃO PAULO CATÃO MENDES CARNEIRO

LEONARDO BORDEAUX REGO MACHADO

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 10(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2021, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 33.192 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 13.815 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA possui metodologia para cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS para estimar o risco vinculado ao recebimento de tais ativos, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 5.377 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 24.754 milhões, em 31 de dezembro de 2021, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA | **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h) e 9)

Porque é um PAA

A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Adicionalmente, a Administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa, levando em consideração as características das operações de sua carteira.

Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações renegociadas; atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *rating*s atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para considerar os impactos da Covid-19 na mensuração da perda esperada de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das premissas e dados utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)

Porque é um PAA

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributáveis elaborados pela Administração.
Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributáveis e comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.
Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.
Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Porque é um PAA | **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 19)

Porque é um PAA

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.

Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas às demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(r) e 21)

Porque é um PAA

A CAIXA tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram as análises relacionadas às base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários, procedemos a reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado nos pareceres atuariais.

Realizamos determinados testes sobre os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ambiente de Tecnologia da informação

Porque é um PAA

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

ELEIÇÕES

Leite anuncia renúncia

Governador tucano se despede do Palácio Piratini no próximo dia 2 de abril, mas afirmou que segue no PSDB

» TAINÁ ANDRADE
» TAÍSA MEDEIROS

Felipe Dalla Valle/Palácio Piratini

Embora vencido por João Doria nas prévias do PSDB, o governador gaúcho não desistiu de concorrer ao Planalto

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou ontem que renunciará ao cargo no estado para "se apresentar" [para ser útil nesse momento histórico da política]. Leite tem a convicção de que deve participar "ativamente" desse momento. O comunicado foi feito em coletiva de imprensa com ares de lançamento de pré-campanha. Leite deixará o governo no próximo dia 2 de abril, data limite dada pela Justiça Eleitoral para desincompatibilização. Em seu lugar ficará o vice-governador, Ranolfo Vieira Junior (PSDB).

"Aos gaúchos entendo que vão entender meu gesto. Não estou saindo, estou me apresentando", declarou, dirigindo-se aos sul-riograndenses. O chefe do Executivo gaúcho também afirmou, na coletiva, que ficará no PSDB. Nas últimas semanas foi ventilada a saída de Leite da legenda para concorrer à Presidência pelo PSD, partido comandado por Gilberto Kassab, o que não se confirmou.

O governador do Rio Grande do Sul disse, ainda, que está em contato com o candidato eleito democraticamente pelas prévias do PSDB, João Doria (SP). Segundo ele, o governador paulista está alinhado com os "mesmos sentimentos" em relação a uma viabilidade de alternativa para o Brasil. Isso significa que ele aceitará a melhor escolha para o país em prol de um projeto maior.

A atitude de permanecer na legenda sugere que Leite ainda acredita numa "virada de jogo" no tucanato para assumir a candidatura presidencial do partido no lugar de Doria. Além disso, ser tachado como "traidor" por seus colegas da sigla não o ajudaria com uma campanha mais robusta, em busca de uma possível candidatura ao Planalto.

Prévias do partido

Para Leite, as prévias deram um "candidato ao partido e não um partido para um candidato". Nessas eleições, segundo ele, o importante é se manter em harmonia e isso envolve estar acima das prévias e, até mesmo, dos partidos.

"Não adianta querer se apresentar nessa eleição sendo nem um, nem outro. Não vamos conseguir virar esse jogo se ficarmos enfrentando um ao outro. Temos um que representa o passado, outro que representa o presente, falta alguém que fale de futuro. Uma democracia não é apenas a oportunidade do voto, é, depois do voto, ter a capacidade do diálogo, de novas percepções, de decisões. Há um grupo representativo de pessoas que entende que o melhor nome sou eu. Se houver uma maioria que apoie, serei eu", explicou.

O governador declarou que respeita o processo, mas que agora há novos atores nesse jogo eleitoral — se referindo às conversas que estão acontecendo entre União Brasil, MDB e a federação entre PSDB e Cidadania.

"Estaremos diante de uma discussão que envolve outros partidos políticos, de forças que vão se alinhando, buscando um caminho comum para que se entenda qual o caminho que iremos seguir juntos. Não para dividir, dispersar as forças", assegurou.

Na tarde de ontem, após o anúncio de Leite, o pré-candidato tucano, João Doria, afirmou a jornalistas, quando deixava um evento público em São Bernardo do Campo (SP), que Eduardo Leite "tomou a decisão certa" de permanecer no PSDB.

Nos bastidores do partido, há unanimidade no desejo de que Leite continue no ninho tucano. No entanto, aliados a Doria confirmam que não há hipótese de o governador de São Paulo retirar a candidatura do PSDB para ser substituído pelo gaúcho.

Por outro lado, há a confirmação de que Doria tem mantido conversas com os líderes dos partidos da coligação — a pré-candidata Simone Tebet, o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, e o presidente do União Brasil, Luciano Bivar.

Ainda paira a dúvida das motivações de Eduardo Leite ter renunciado ao governo. A ala tucana pró-Leite, encabeçada por Aécio Neves, seguido dos senadores José Aníbal e Tasso Jereissati, há semanas tenta articular a permanência do gaúcho em alinhamento com a disputa presidencial. O convencimento começou a acontecer por conta do baixo desempenho de Doria nas pesquisas.

> **Eu sou jovem e não abro mão de sonhar. Vão dizer que é mais um sonho impossível, mas é com os jovens que o impossível se torna possível"**
>
> ***Eduardo Leite,*** *governador do Rio Grande do Sul*

Segundo fontes do PSDB, espaços importantes estão sendo abertos para Leite, inclusive a presidência nacional da frente que está se formando com os outros partidos. Enquanto isso, aliados a Doria se questionam sobre o real motivo, pois garantem que ele não sairá. Acreditam que "não tem sentido". Procurada pelo **Correio**, a assessoria afirmou que ele está focado em entregar os projetos do seu governo e não irá comentar sobre o assunto.

Tom de campanha

Um vídeo exibido no início da coletiva, que ocorreu no Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS), dá pistas sobre o teor do que poderia ser o direcionamento da campanha eleitoral que Leite fará em 2022. Trazendo a sua idade como um trunfo — já que conquistou espaço na política com uma média de idade menor que a maioria dos nomes conhecidos —, Leite direcionou a sua fala à juventude.

"Eu sou jovem e não abro mão de sonhar. Vão dizer que é mais um sonho impossível, mas é com os jovens que o impossível se torna possível", frisou em um trecho do vídeo. "Por isso, nas próximas semanas, eu vou viajar pelo Brasil convocando os jovens a se engajarem na política pelo voto, para transformarem a política e o futuro, para transformarem o Brasil. Mais do que nunca a gente precisa dos jovens para construir uma alternativa, algo de diferente para o Brasil", completou.

Na conclusão do vídeo e durante toda a coletiva, Leite afirmou que para mudar o cenário de polarização estabelecido no país não se pode "desperdiçar votos". Ao citar as falas de Bolsonaro, de que a "luta não é da direita contra a esquerda, mas do bem contra o mal", em evento do Partido Liberal (PL), no domingo passado (27), Leite disse que o Brasil não precisa de um candidato que declare guerra interna no país.

Mudanças na Esplanada

A proximidade da data limite para a desincompatibilização de cargos públicos para os aspirantes a candidatos nas eleições de outubro próximo, marcada para 2 de abril, já movimenta a Esplanada dos Ministérios. Ontem, a ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou que deixará a pasta até sexta-feira (1º/4). A data é a limite da janela partidária para troca de partido.

Questionada por jornalistas, durante a chegada no Congresso Nacional, onde participou de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, sobre até quando será ministra, Damares respondeu: "Até o dia 31, 23 horas e 59 minutos. No dia 1º (de abril), a ministra já não é mais ministra", informou.

Apesar de confirmar a filiação ao partido Republicanos, Damares não indicou se disputará as eleições de 2022. "Mas não sei se serei candidata e não sei aonde serei candidata. Já tenho um partido e este é o primeiro grande passo", disse.

No entanto, a ministra já havia sinalizado a intenção de se candidatar a uma cadeira no Senado. Porém, o estado pelo qual disputaria a vaga ainda é uma incerteza. Inicialmente, seria o Amapá, pelo qual teria preferência.

Dentre as unidades federativas citadas por Damares estavam, também, Roraima, Sergipe e São Paulo. Contudo, após conversas com a cúpula do partido no Distrito Federal, também cogitou-se uma candidatura pelo DF.

Defesa

Outra saída esperada para os próximos dias é a do ministro da Defesa, Braga Netto, que deixará a pasta para ser vice na chapa de Jair Bolsonaro (PL) à reeleição, conforme o próprio chefe do Executivo tem acenado. Durante reunião no Palácio do Planalto ontem, o presidente se encontrou com os comandantes das Forças, o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (Exército Brasileiro), o almirante de esquadra Almir Garnier Santos (Marinha do Brasil), o tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior (Aeronáutica) e o auxiliar Pedro Cesar Sousa, subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência.

Na mesa, foram discutidos os detalhes para que o atual comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, assuma o comando do Ministério da Defesa na quinta-feira (31), no lugar de Walter Braga Netto. Já o posto do comando do Exército ficará a cargo do general Marco Antônio Freire Gomes, em solenidade também prevista para o próximo dia 31.

SAÚDE

Alopecia atinge 2% dos brasileiros

Doença autoimune que afeta a mulher do ator Will Smith deixa a pessoa sem pelos nas áreas arredondadas e ovais do corpo humano. Mas tem tratamento, inclusive pela rede pública federal

» GABRIELA CHABALGOITY*

Uma doença autoimune foi a causa de uma polêmica na cerimônia do Oscar 2022, no último domingo. O ganhador da estatueta de melhor ator, Will Smith, se revoltou com uma piada que o apresentador da premiação, o humorista Chris Rock, fez com sua mulher, a também atriz Jada Pinkett Smith — que sofre da doença, cuja principal característica é ficar com a cabeça totalmente sem pelos. A imagem da surpreendente agressão foi um dos assuntos mais comentados ontem.

A alopecia areata, porém, não chega a ser uma doença difícil de ser vista. Acomete aproximadamente 2% dos brasileiros, de acordo com o Ministério da Saúde — que, aliás, oferece tratamento na rede pública. É uma condição caracterizada pela perda de pelos em áreas arredondadas e ovais do couro cabeludo ou em outras partes do corpo — como nos cílios, sobrancelhas e barba. A enfermidade afeta ambos os sexos, todas as etnias e pode surgir em qualquer idade, embora em 60% dos casos os portadores da enfermidade tenham menos de 20 anos.

A tricologista Valine de Oliveira explicou que a alopecia se desenvolve quando as defesas do corpo humano interpretam o cabelo como um "invasor" e começa a atacá-lo. "A queda pode acontecer do dia para a noite", disse. Ela salienta que também existe um outro tipo da doença, a androgenética — que deriva de um quadro hormonal.

"O cabelo começa a ser miniaturizado, ou seja, diminui de tamanho e espessura, de forma gradativa. Vai caindo e afinando ao longo do tempo", observou.

De acordo com a especialista, a alopecia areata pode ser causada por disfunções no organismo — como, por exemplo, síndrome do intestino permeável —, mas também pode ser intensificada por fatores emocionais. "É uma doença que afeta muito as emoções e a autoestima. E não é uma alopecia feminina como estão falando. Homens e crianças também podem sofrer com esse tipo", esclareceu.

Atendimento

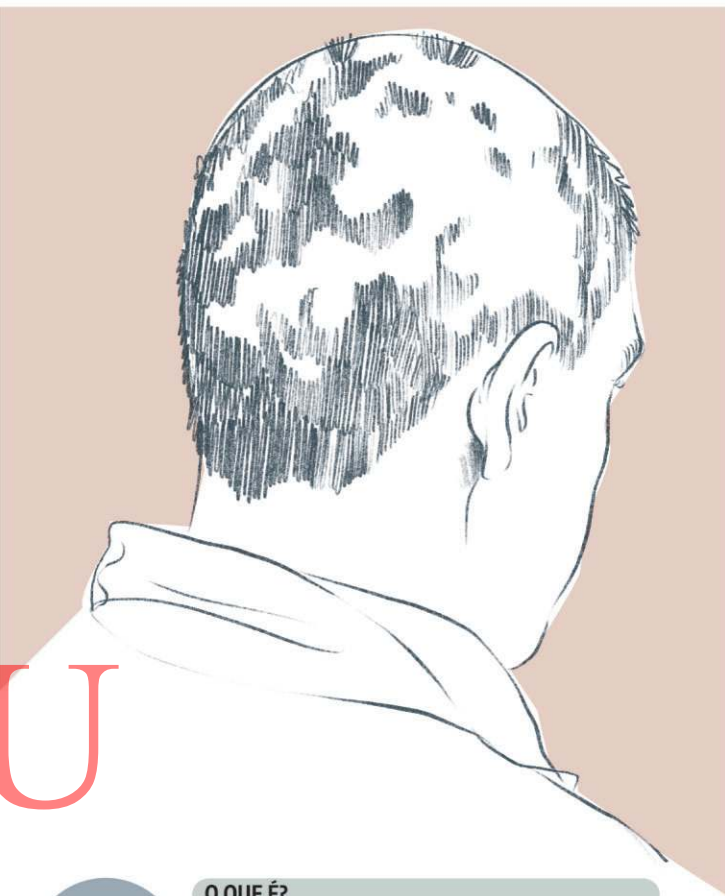
O Ministério da Saúde explicou que outras possíveis causas relacionadas à perda de pelos podem ser infecções provocadas por fungos ou bactérias; traumas na região capilar; hábitos compulsivos de arrancar os próprios fios de uma determinada área; excesso de oleosidade, que provoca a dermatite seborreica; aplicação exagerada de produtos químicos; má alimentação e carência de vitaminas; medicamentos ou estresse.

"Independentemente da causa, se é transitória ou definitiva, seja em homens ou mulheres, casos leves, moderados ou graves, o Sistema Único de Saúde (SUS) conta com estrutura e profissionais especializados para atender, de forma integral e gratuita, a alopecia. O tratamento pode ser iniciado na atenção primária, por meio de uma das unidades básicas de saúde, mas o paciente pode ser encaminhado para a atenção especializada, com atendimento por parte de um dermatologista, se houver necessidade", salienta a pasta.

A dermatologista Adriana Isaac ressaltou que a doença é hereditária — ou seja, se já existem casos na família, as probabilidades de uma pessoa ser acometida pela enfermidade é maior. Além disso, ela ressaltou que a alopecia areata é uma doença crônica, não tem cura. Entre os tratamentos disponíveis para o controle estão o uso de corticoides tópicos e orais para regredir a inflamação e o uso de produtos que estimulem a circulação local, como o minoxidil.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Saiba mais sobre a doença

Jada Pinkett Smith foi diagnosticada com **alopecia areata**.
Foi por causa de uma piada de mau gosto que o marido da atriz, o ator Will Smith, agrediu o comediante Chris Rock, na cerimônia do Oscar

O QUE É?

Trata-se de uma doença autoimune caracterizada por perda de cabelo ou de pelos, em áreas arredondadas e ovais do couro cabeludo ou em outras partes do corpo — como cílios, sobrancelhas e barba, por exemplo.

CAUSAS

- Fatores genéticos (quando há outras pessoas na família com a mesma doença);
- Fatores imunológicos (fatores genéticos interagem com ambientais, como o estresse ou a presença de micro-organismos, para disparar uma resposta imunológica que lesa o folículo piloso);
- Em alguns casos, a alopecia pode estar associada a enfermidades de natureza imunológica, como tireoidites, diabetes, lúpus, vitiligo, rinites e outras condições alérgicas.

TRATAMENTOS

- Uso de corticóides tópicos e orais para fazer regredir a inflamação;
- Utilização de produtos que estimulem a circulação local, como o minoxidil.

CICLO DE VIDA DO CABELO

- O ciclo de vida de cada fio de cabelo é marcado por três fases: crescimento, repouso e queda;
- Cerca de 90% dos cabelos estão na fase de crescimento;
- Depois de um curto período de repouso, quando para de crescer, o fio cai e, no seu lugar, um novo fio entra na fase de crescimento. Por isso, uma pessoa pode perder de 50 a 100 fios de cabelo todos os dias, sem risco de desenvolver calvície, devido ao processo de renovação contínua. A duração média de um fio de cabelo, do nascimento à queda, é de um ano e meio a dois anos.

Fonte: Ministério da Saúde e dermatologista Adriana Isaac

Medicação contra a covid

Mais de dois anos após o início da pandemia, medicamentos com eficácia comprovada contra a covid-19 não estão incorporados pelo Sistema Único Saúde (SUS). Em hospitais privados, alguns remédios aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para tratar a doença já são colocados à disposição dos pacientes. No caso das pílulas antivirais, como Molnupiravir e Paxlovid, ainda não houve aval para uso no Brasil.

Um dos principais entraves está no preço dos tratamentos. Não há perspectiva de data para que esses remédios estejam disponíveis no SUS.

Remédios como Sotrovimabe e Evusheld não possuem estoque para comercialização no país e não têm cobertura para o uso ambulatorial ou domiciliar pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que regula os planos de saúde. A autarquia informou que os medicamentos desse tipo só têm cobertura obrigatória caso sejam prescritos pelo médico para administração durante a internação. Posteriormente, pode ser feita a solicitação de reembolso.

Esse não seria o cenário ideal, uma vez que tratamentos com remédios como o Remdesivir podem custar até R$ 20 mil, aponta a farmacologista da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Soraya Smaili. "Quem mais sofreu óbitos com o pico da ômicron foram pessoas acima de 80 anos. A vacina protege, mas a proteção pode ser reduzida em idosos e pessoas com comorbidades", observou.

Dois tipos

Os remédios para a covid se dividem em duas frentes: a das pílulas antivirais de via oral, e a dos anticorpos monoclonais. Até o momento, apesar de o primeiro tipo já ter sido aprovado em países da Europa e nos Estados Unidos, somente o segundo tipo recebeu aval no Brasil.

Chefe do departamento de Infectologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Alexandre Naime Barbosa explica que, para pacientes com covid leve da rede privada, o Regdanvimabe seria o único com estoque disponível no Brasil. Poderia reduzir o risco de progressão da covid em 70%, segundo estudos clínicos de fase 3.

O preço, no entanto, é um entrave para a rede pública — vai de R$ 9,8 mil a R$ 12 mil, a depender do peso do paciente. Além disso, há uma hesitação em relação à eficácia dos anticorpos monoclonais no combate à ômicron, mais transmissível, o que faz mesmo hospitais privados repensarem as estratégias para tratar o coronavírus.

No caso de pacientes com covid-19 hospitalar, Naime reforça que a rede pública consegue oferecer opções como o corticosteróide Dexametasona, primeira droga que se mostrou eficaz nesses casos. Outras alternativas, como ventilação e intubação, também foram incorporadas pelo SUS.

A Conitec analisa o Baracitinibe, inibidor seletivo usado para artrite reumatoide e que se mostrou eficaz contra a covid. Na rede privada, tratamentos envolvendo o remédio custam entre R$ 2 mil e R$ 3 mil, o que o tornaria mais acessível.

No Brasil, a Anvisa recebeu pedido de uso emergencial do Molnupiravir, da Merck Sharp & Dohme (MSD), em novembro. Conforme painel da agência, 53% da documentação teve a análise concluída, 41% está em análise e 5% ainda está pendente de complementação. Em nota, a MSD informou que teve novas informações solicitadas pela agência há cerca de duas semanas e está compilando os dados para reenviar à agência.

No caso do Paxlovid, da Pfizer, o pedido foi feito em fevereiro. A Anvisa aponta que 50% da documentação teve a análise concluída e a 41% ainda está em análise. A farmacêutica informou, em nota, aguardar a revisão da agência.

Dirk Waem/AFP

No Brasil, alto custo das medicações é um dos entraves

Quem mais sofreu óbitos com o pico da ômicron foram pessoas acima de 80 anos. A vacina protege, mas a proteção pode ser reduzida em idosos e pessoas com comorbidades"

Soraya Smaili, farmacologista da Unifesp

>> DEU NO
www.correiobraziliense.com.br

Burocracia atrasa tratamento

Dez meses se passaram desde que o Ministério da Saúde determinou a incorporação do remédio nusinersena ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME) do tipo 2, doença genética degenerativa que afeta crianças. Porém, o medicamento ainda não está disponível. Segundo médicos e familiares de crianças que dependem do fármaco, a falta deve-se, exclusivamente, à burocracia. O Ministério ainda não criou o código para que os centros de referência façam a encomenda do remédio. Como se trata de uma doença degenerativa, o tempo é um fator crucial para o tratamento.

Rafael Gardini/Eduardo Saraiva/A2img

Eletrobras propõe game de energia limpa

A Eletrobras abriu ontem as inscrições para o Desafio FazGame Eletrobras60. O concurso se destina a professores e estudantes dos 1º e 2º anos do ensino médio de escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Organizados em duplas, os participantes devem criar um jogo sobre geração e transmissão de energia limpa e renovável. O jogo se baseia na contação de histórias e é criado na plataforma on-line da FazGame, empresa de educação e tecnologia responsável pela produção do desafio. Os estudantes recebem suporte de seus professores que, por sua vez, contam com orientação e acompanhamento durante o processo.

Anvisa suspende exigência de testes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu a exigência do teste negativo para as pessoas que entrarem no Brasil completamente vacinadas a partir de 1º de maio deste ano por vias aéreas. As novas recomendações foram publicadas ontem. A Anvisa também recomenda a suspensão da quarentena para viajantes não vacinados ao ingressarem no país devido à ampliação da cobertura vacinal e a tendência de melhora nos números de novos casos e de óbitos por covid-19 no Brasil. Outra mudança proposta é a reabertura da fronteira internacional aquaviária para passageiros, desde que vacinados ou com teste negativo para covid-19.

Bolsas
Na segunda-feira

0,29% São Paulo
0,71% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

119.081 — 118.737,78
23/3 24/3 25/3 28/03

Salário mínimo
R$ 1.212

Dólar
Na segunda-feira
R$ 4,773 (+1,53%)

Últimas cotações (em R$)	
22/março	4,915
23/março	4,844
24/março	4,832
28/março	4,,747

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 5,44

Capital de giro
Na segunda-feira
6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
11,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Mês	%
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95
Dezembro/2021	0,73
Janeiro/2022	0,54
Fevereiro/2022	1,01

COMBUSTÍVEIS

Na Petrobras, general sai e economista entra

Após ser "fritado" devido ao reajuste dos derivados de petróleo, Joaquim Silva e Luna será trocado por especialista do setor

» INGRID SOARES
» MICHELLE PORTELA
» CRISTIANE NOBERTO

Preocupado com os prejuízos que a alta dos combustíveis pode causar no projeto da reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) decidiu, ontem, tirar o general Joaquim Silva e Luna do comando da empresa. Depois de um lento processo de fritura, o militar cederá o cargo ao economista Adriano Pires, atual diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, ex-assessor na Agência Nacional de Petróleo (ANP).

No Palácio do Planalto, não se escondia mais o incômodo causado pela gestão de Luna e o impacto que o último aumento dos combustíveis causaria na inflação, ao acelerá-la — mais um fator de irritação do eleitor, já incomodado com o preço cobrado na bomba. O temor com a duração da invasão russa da Ucrânia deixa esse cenário ainda mais nebuloso.

Luna deixa o comando a poucos dias de completar um ano à frente na Petrobras, para onde foi levado para substituir Roberto Castello Branco — também pressionado pelo Palácio do Planalto, em 2021, a intervir no preço do diesel devido à possibilidade de os caminhoneiros, categoria fiel a Bolsonaro, cruzarem os braços. A ideia do presidente era colocar mais um militar em um posto-chave. Ele acreditava que Luna conseguiria trazer a Petras na rédea curta, descolando-a da política de preços do mercado internacional.

O general conseguiu, em parte, cumprir o que pretendia Bolsonaro. Passou a represar os reajustes, porém, o mais recente — que entrou em vigor em 11 de março — colocou Luna na alça de mira do presidente, do Centrão e da ala política do governo. De nada adiantou o vice-presidente Hamilton Mourão afirmar que o colega de força "como bom nordestino aguenta a pressão". Como não saía, foi "saído" por Bolsonaro.

Irritação

A pressão do presidente sobre Luna vem há vários dias. Num dos momentos de maior irritação, acusou a estatal de cometer um "crime" contra a população ao não ter esperado um dia para realizar o reajuste dos combustíveis — que classificou de "impagável". Bolsonaro disse, ainda, que a "Petrobras não colabora com nada".

"Por um dia, (a empresa) cometeu esse crime contra a população desse aumento absurdo. Isso não é interferir na Petrobras, na ação governamental. É apenas bom senso. Poderiam esperar", cobrou.

A ofensiva continuou intensa. Para o presidente, a Petrobras "poderia ser privatizada hoje" para "ficar livre do problema". Embora dissesse para seus apoiadores em comícios e na saída do Palácio da Alvorada que não tinha ingerência sobre a gestão da estatal, classificou a companhia de "Petrobras Futebol Clube" — numa alusão de que pensa apenas nela, sem preocupação com o social.

Ajuda de Lira

Bolsonaro não estava sozinho na pressão sobre Luna e a Petrobras. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), juntou-se no esforço de desestabilizar o general ao endossar as críticas contra a escalada do preço dos combustíveis. A saída de Luna, porém, só deverá ser confirmada depois da Assembleia Geral Ordinária da empresa, em 13 de abril.

Ontem, numa reunião de Bolsonaro com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e os comandantes das três Forças Armadas, no Palácio do Planalto, o destino de Luna parecia selado. Eles retiraram o apoio ao general devido aos aumentos nos combustíveis e à forma com que o presidente da estatal respondeu publicamente ao presidente à época do anúncio da alta nos preços — que considerara imprópria.

Às 16h44, logo após o anúncio da saída de Luna, as ações da Petrobras chegaram à mínima do dia, com 33,81 pontos. Até o fechamento, às 17h15, se recuperou e terminou o dia com 34,08 pontos — ainda assim o desempenho da empresa foi destaque negativo.

Marcos Correa/PR

Pires é considerado um nome do mercado e há dúvidas se mudará algo na política de preços da petroleira, como quer Bolsonaro

Marcos Correa/PR

Luna sai a poucos dias de fazer um ano à frente da empresa e pelas mesmas razões do antecessor

Por um dia, a Petrobras cometeu esse crime contra a população desse aumento absurdo. Isso não é interferir na Petrobras, na ação governamental. É apenas bom senso. Poderiam esperar"

Presidente Jair Bolsonaro, *no auge da irritação com o aumento nos combustíveis, atacando a estatal e Joaquim Silva e Luna*

Mudança na estatal é vista com ceticismo

Indicado para assumir a presidência da Petrobras, Adriano Pires é doutor em Economia Industrial pela Universidade Paris XIII (1987), mestre em Planejamento Energético pela COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983) e economista formado pela UFRJ (1980).

O atual diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura atua há mais de 30 anos na área de energia. Sua última experiência no governo foi na Agência Nacional de Petróleo (ANP), onde atuou como assessor do diretor-geral, superintendente de Importação e Exportação de petróleo, seus derivados e gás natural e superintendente de Abastecimento.

Para a presidência do conselho de administração da estatal, o governo Bolsonaro indicou Rodolfo Landim, presidente do Flamengo. Ele ocupará o lugar do almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que pediu para sair alegando razões pessoais. Landim é ex-funcionário da Petrobras, onde trabalhou por 26 anos antes de se juntar ao antigo grupo empresarial de Eike Batista.

Entre os parlamentares que reagiram à troca de comando da Petrobras, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), disse que o presidente demorou para substituir tanto Silva e Luna quanto Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação.

"Tanto na Educação quanto na Petrobras, o governo reage de forma lenta, tardia, reativa e nunca de forma estratégica, com algum plano exposto à sociedade", disse, ressaltando que o presidente aposta suas cartas na mudança de política de preços dos combustíveis para tentar reverter sua popularidade.

Equação difícil

André César, cientista político, sócio da Hold Assessoria, observou que a estratégia de Bolsonaro é similar à do começo de 2021, quando trocou Roberto Castello Branco, também demitido pela insatisfação do presidente com a política de preços da estatal.

"A pressão sobre Luna era grande desde a eclosão na Ucrânia com o preço do brent. Mas é um movimento muito parecido com o que ele fez no começo de 2021, com Castello Branco. Há um impacto imediato no mercado, uma turbulência", analisou.

"Nessa política populista, de olho nas eleições, Bolsonaro vai pressionar o novo presidente seja quem for, a adequar os preços para jogar o jogo dele. Aí sim, se ele fizer isso, a empresa perde valor no mercado. Esse é um problema", alertou. Antes do fechamento pós-mercado, a Petrobras perdeu mais de 2,63% nas ações mais negociadas e, com isso, era a principal responsável pela baixa do Ibovespa após oito pregões no azul.

Sobre Adriano Pires, o analista ressaltou que o indicado é um dos maiores conhecedores de petróleo no país. "Conhece como ninguém o mercado, tem experiência mas acredito que ele também peça autonomia para trabalhar como tem que ser feito. É uma proposta interessante. Seria ótimo para a empresa, desde que ele tenha autonomia. Vai ser uma equação difícil de fechar", ponderou.

O diretor geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, também reconheceu a qualificação de Pires, mas apontou que Bolsonaro procura alguém que o obedeça. "O presidente desejava que a Petrobras baixasse os preços dos combustíveis imediatamente após a queda do valor do barril do petróleo no mercado internacional, o que não ocorreu. Adriano tem um ótimo currículo e competência para presidir a Petrobras. Mas isso pouco importa. Se ele não fizer o que o presidente quer, será o próximo demitido. Estamos no vale tudo eleitoral. Quem não seguir a cartilha de Bolsonaro e do Centrão será defenestrado. Simples assim", concluiu. (**IS** , **MP** e **CN**)

BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94

Exercício encerrado em 31.12.2021

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

AVISO

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) www.correiobraziliense.com.br/publicidade-legal;

b) www.bbseguridaderi.com.br;

c) www.gov.br/cvm;

d) www.b3.com.br.

O Relatório da Administração, onde abordamos as ações realizadas e resultados alcançados no ano não está apresentado nestas demonstrações contábeis resumidas.

A Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, com exceção das referências às respectivas Notas Explicativas, estão apresentadas de forma completa.

Considerando que apenas os trechos relevantes das Notas Explicativas estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas, em comparação com as demonstrações contábeis completas algumas notas foram apresentadas de forma resumida, algumas foram apresentadas de forma completa e outras não foram apresentadas, conforme comparação a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS	
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Completa	1 – CONTEXTO OPERACIONAL
2 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada	–
3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Completa	2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Completa	3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Resumida	4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS
6 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	Não apresentada	–
7 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Resumida	5 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
8 – RECEITAS DE COMISSÕES	Completa	6 – RECEITAS DE COMISSÕES
9 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Completa	7 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS
10 – DESPESAS COM PESSOAL	Não apresentada	–
11 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS	Completa	8 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS
12 – TRIBUTOS	Completa	9 - TRIBUTOS
13 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Não apresentada	–
14 – RESULTADO FINANCEIRO	Não apresentada	–
15 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Completa	10 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Não apresentada	–
17 – DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	Completa	11 – DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER
18 – COMISSÕES A RECEBER	Completa	12 – COMISSÕES A RECEBER
19 – ATIVO INTANGÍVEL	Não apresentada	–
20 – OUTROS ATIVOS	Não apresentada	–
21 – OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS E ESTATUTÁRIAS	Completa	13 – OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS E ESTATUTÁRIAS
22 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	Não apresentada	–
23 – COMISSÕES A APROPRIAR	Completa	14 – COMISSÕES A APROPRIAR
24 – OUTROS PASSIVOS	Não apresentada	–
25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Resumida	15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
26 – PARTES RELACIONADAS	Completa	16 – PARTES RELACIONADAS
27 – OUTRAS INFORMAÇÕES	Não apresentada	–

O Relatório do Auditor Independente, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal e as declarações dos membros da Diretoria Executiva sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes estão apresentados de forma completa.

Apresentamos abaixo as demonstrações financeiras consolidadas resumidas da BB Seguridade Participações S.A. relativas ao ano de 2021, que foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), com a Lei das Sociedades por Ações e com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$ mil (exceto lucro por ação)

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	**Exercício 2020**	**Exercício 2021**	**Exercício 2020**
Receitas Operacionais	**3.923.593**	**3.833.384**	**5.325.941**	**5.131.769**
Resultado de investimentos em participações societárias	3.923.593	3.833.384	1.830.355	1.880.490
Receitas de comissões, líquidas	--	--	3.495.586	3.251.279
Custos dos Serviços Prestados	**--**	**--**	**(193.830)**	**(176.868)**
Resultado Bruto	**3.923.593**	**3.833.384**	**5.132.111**	**4.954.901**
Outras Receitas e Despesas	**(8.572)**	**(10.882)**	**(199.911)**	**(173.411)**
Despesas com pessoal	(12.167)	(11.602)	(63.114)	(63.893)
Despesas administrativas e com vendas	(3.152)	(3.096)	(38.266)	(69.424)
Despesas tributárias	(2.083)	(3.645)	(22.651)	(12.559)
Outras	8.830	7.461	(75.880)	(27.535)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	**3.915.021**	**3.822.502**	**4.932.200**	**4.781.490**
Resultado Financeiro	**22.901**	**37.295**	**147.224**	**111.150**
Receitas financeiras	26.992	62.764	151.739	138.657
Despesas financeiras	(4.091)	(25.469)	(4.515)	(27.507)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.937.922**	**3.859.797**	**5.079.424**	**4.892.640**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(4.705)**	**(9.026)**	**(1.146.207)**	**(1.041.869)**
Lucro Líquido do Exercício	**3.933.217**	**3.850.771**	**3.933.217**	**3.850.771**
Número de ações	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	1.996.672.230	1.996.626.255	1.996.672.230	1.996.626.255
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	1,97	1,93	1,97	1,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	**Exercício 2020**	**Exercício 2021**	**Exercício 2020**
Lucro Líquido do Exercício	**3.933.217**	**3.850.771**	**3.933.217**	**3.850.771**
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em participações societárias	**(171.346)**	**(15.569)**	**(171.346)**	**(15.569)**
Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros	(285.578)	(25.950)	(285.578)	(25.950)
Efeito fiscal	114.232	10.381	114.232	10.381
Resultado Abrangente do Exercício	**3.761.871**	**3.835.202**	**3.761.871**	**3.835.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2020**
Ativo Circulante	**1.956.417**	**1.279.341**	**5.125.631**	**3.618.881**
Caixa e equivalentes de caixa	369.342	208.893	4.090.561	2.195.445
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	--	--	--	245.101
Dividendos/JCP a receber	1.572.428	1.060.278	1.648	--
Ativos por Impostos Correntes	1.928	--	1.928	--
Comissões a receber	--	--	1.026.158	1.173.988
Outros ativos	12.719	10.170	5.336	4.347
Ativo Não Circulante	**7.168.001**	**6.067.671**	**8.188.590**	**7.281.415**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	14.011	3.948	14.011	4.986
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	--	--	--	204.449
Ativos por impostos correntes	68.332	85.155	84.337	114.776
Ativos por impostos diferidos	10	1.305	35.420	17.634
Comissões a receber	--	--	698.435	643.090
Investimentos em participações societárias	7.080.649	5.971.729	7.137.241	6.084.345
Intangível	4.959	5.481	4.959	5.481
Outros ativos	40	53	214.187	206.654
Total do Ativo	**9.124.418**	**7.347.012**	**13.314.221**	**10.900.296**

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2020**
Passivo Circulante	**1.842.974**	**957.301**	**3.999.277**	**2.853.303**
Obrigações Societárias e Estatutárias	1.831.691	948.493	1.831.691	948.493
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	--	124	4.996	6.411
Passivos por impostos correntes	444	81	762.519	682.950
Comissões a apropriar	--	--	1.172.483	1.127.358
Outros passivos	10.839	8.603	227.588	88.091
Passivo Não Circulante	**28**	**106**	**2.033.528**	**1.657.388**
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	28	106	10.419	11.573
Passivos por impostos diferidos	--	--	228.565	228.565
Comissões a apropriar	--	--	1.794.544	1.417.250
Total do Passivo	**1.843.002**	**957.407**	**6.032.805**	**4.510.691**
Patrimônio Líquido	**7.281.416**	**6.389.605**	**7.281.416**	**6.389.605**
Capital social	3.396.767	3.396.767	3.396.767	3.396.767
Reservas de capital	1.508	1.588	1.508	1.588
Reservas de lucros	4.122.925	3.060.956	4.122.925	3.060.956
Ações em tesouraria	(81.320)	(82.588)	(81.320)	(82.588)
Outros resultados abrangentes acumulados	(158.464)	12.882	(158.464)	12.882
Total do Patrimônio Líquido	**7.281.416**	**6.389.605**	**7.281.416**	**6.389.605**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.124.418**	**7.347.012**	**13.314.221**	**10.900.296**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	**Exercício 2020**	**Exercício 2021**	**Exercício 2020**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Exercício	**3.933.217**	**3.850.771**	**3.933.217**	**3.850.771**
Ajustes ao Lucro:				
Resultado de investimentos em participações societárias	(3.923.593)	(3.833.384)	(1.830.355)	(1.880.490)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio, líquida	(311)	10.882	2.623	24.871
Atualização monetária dos ativos financeiros ao custo amortizado	--	--	(6.309)	(18.377)
Outros ajustes	1.796	2.094	(572)	2.158
Lucro Ajustado	**11.109**	**30.363**	**2.098.604**	**1.978.933**
Variações Patrimoniais:				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(10.063)	(535)	(9.025)	455.161
Ativos por impostos correntes e diferidos	16.190	(26.954)	10.725	(42.467)
Comissões a receber	--	--	92.485	(476.763)
Outros ativos	(2.536)	(1.314)	(8.522)	(5.028)
Comissões a apropriar	--	--	422.419	324.596
Passivos por impostos correntes e diferidos	362	(899)	79.569	26.814
Outros passivos	2.236	365	139.500	23.447
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades Operacionais	**17.298**	**1.026**	**2.825.755**	**2.284.693**
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Investimento				
Aplicações em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	--	--	--	(200.000)
Resgates de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	--	--	455.859	293.433
Dividendos recebidos	2.093.213	4.239.591	963.364	1.573.182
Juros sobre capital próprio recebidos	--	--	157.732	51.302
Redução de capital recebidos - BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A. (BB Corretora)	40.899	--	--	--
Aporte de capital social - Ciclic Corretora de Seguros S.A.	--	--	--	(25.599)
Aporte de capital social - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	--	--	(449.969)	(899.939)
Aporte de capital social - Brasilcap Capitalização S.A.	--	--	(66.664)	--
Outras	(286)	(357)	(286)	(357)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Investimento	**2.133.826**	**4.239.234**	**1.060.036**	**792.022**
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento				
Dividendos pagos	(1.990.675)	(5.562.658)	(1.990.675)	(5.562.658)
Pagamento da redução de capital	--	(2.699.904)	--	(2.699.904)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Financiamento	**(1.990.675)**	**(8.262.562)**	**(1.990.675)**	**(8.262.562)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**160.449**	**(4.022.302)**	**1.895.116**	**(5.185.847)**
Início do exercício	208.893	4.231.195	2.195.445	7.381.292
Fim do exercício	369.342	208.893	4.090.561	2.195.445
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**160.449**	**(4.022.302)**	**1.895.116**	**(5.185.847)**
Informações Complementares das Operações				
Imposto de Renda pago no exercício	(1.254)	(1.175)	(698.971)	(666.364)
Contribuição Social paga no exercício	(845)	(2.725)	(285.155)	(271.344)
Total dos Tributos Pagos	**(2.099)**	**(3.900)**	**(984.126)**	**(937.708)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	**Exercício 2020**	**Exercício 2021**	**Exercício 2020**
Receitas	**9.024**	**7.763**	**3.985.096**	**3.690.845**
Receitas de comissões	--	--	3.953.457	3.676.972
Outras receitas	9.024	7.763	31.639	13.873
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(3.196)**	**(3.224)**	**(338.548)**	**(286.689)**
Despesas administrativas e com vendas	(3.152)	(3.096)	(38.266)	(69.424)
Custos dos serviços prestados	--	--	(193.830)	(176.868)
Outras	(44)	(128)	(106.452)	(40.397)
Valor Adicionado Bruto	**5.828**	**4.539**	**3.646.548**	**3.404.156**
Depreciação e amortização	(150)	(174)	(1.067)	(1.011)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**5.678**	**4.365**	**3.645.481**	**3.403.145**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**3.950.585**	**3.896.148**	**1.982.094**	**2.019.147**
Resultado de investimentos em participações societárias	3.923.593	3.833.384	1.830.355	1.880.490
Receitas financeiras	26.992	62.764	151.739	138.657
Valor Adicionado Total a Distribuir	**3.956.263**	**3.900.513**	**5.627.575**	**5.422.292**
Distribuição do Valor Adicionado	**3.956.263**	**3.900.513**	**5.627.575**	**5.422.292**
Pessoal	12.167	11.602	63.114	63.893
Impostos, taxas e contribuições	6.788	12.671	1.626.729	1.480.121
Despesas financeiras	4.091	25.469	4.515	27.507
Remuneração de capital próprio	2.871.248	2.695.540	2.871.248	2.695.540
Lucros retidos no exercício	1.061.969	1.155.231	1.061.969	1.155.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94

Exercício encerrado em 31.12.2021

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ mil

EVENTO	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2019	**3.396.767**	**1.117**	**679.354**	**1.226.371**	**(83.306)**	**28.451**	**--**	**5.248.754**
Transações com pagamento baseado em ações	--	471	--	--	718	--	--	1.189
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	---	(15.569)	--	(15.569)
Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	42	42
Lucro Líquido do Exercício	--	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**3.850.771**	**3.850.771**
Destinações - Reservas de Lucros	--	**--**	**--**	1.155.231	**--**	--	(1.155.231)	--
- Dividendos intermediários pagos	--	**--**	**--**	**--**	**--**	--	(1.747.565)	(1.747.565)
- Dividendos propostos a pagar	--	**--**	**--**	**--**	**--**	--	(948.017)	(948.017)
Saldos em 31.12.2020	**3.396.767**	**1.588**	**679.354**	**2.381.602**	**(82.588)**	**12.882**	**--**	**6.389.605**
Mutações do Exercício	**--**	**471**	**--**	**1.155.231**	**718**	**(15.569)**	**--**	**1.140.851**
Saldos em 31.12.2020	**3.396.767**	**1.588**	**679.354**	**2.381.602**	**(82.588)**	**12.882**	**--**	**6.389.605**
Transações com pagamento baseado em ações	--	(80)	--	--	1.268	--	--	1.188
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(171.346)	--	(171.346)
Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	45	45
Lucro Líquido do Exercício	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**3.933.217**	**3.933.217**
Destinações - Reservas de Lucros	--	--	--	1.061.969	--	--	(1.061.969)	--
- Dividendos intermediários pagos	--	--	--	--	--	--	(1.040.024)	(1.040.024)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	--	--	(1.831.269)	(1.831.269)
Saldos em 31.12.2021	**3.396.767**	**1.508**	**679.354**	**3.443.571**	**(81.320)**	**(158.464)**	**--**	**7.281.416**
Mutações do Exercício	**--**	**(80)**	**--**	**1.061.969**	**1.268**	**(171.346)**	**--**	**891.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade" ou "Companhia") é uma empresa de participações (*holding*) controlada pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 20 de dezembro de 2012, e que atua em negócios de seguridade. É uma sociedade anônima de capital aberto e tem suas ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "BBSE3", e suas ADRs (*American Depositary Receipts*) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (*Over-the-Counter*) sob o código "BBSEY".

Está inscrita no CNPJ sob o nº 17.344.597/0001-94 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social participar em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e planos privados de assistência à saúde, bem como em outras sociedades cujo objeto social seja a corretagem e a viabilização de negócios envolvendo empresas de seguros dos ramos elementares, de vida, saúde, capitalização, previdência e administração de bens.

A BB Seguridade possui, dentre suas participações societárias, duas subsidiárias integrais, BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros") e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), estrutura societária que forma o Grupo BB Seguridade ("Grupo").

Tais participações estão, atualmente, organizadas em dois segmentos: negócios de risco e acumulação, que operam produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e planos de assistência odontológica por meio da BB Seguros com parceiros privados; e negócios de distribuição, que comercializa seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica, por meio da BB Corretora, além de investida que atua na distribuição de produtos de seguridade por meio de canais digitais.

Contando com a rede de distribuição do Banco do Brasil como o principal canal de comercialização de uma carteira completa de produtos com a intermediação de uma corretora própria, a BB Seguridade ocupa hoje posição de destaque no mercado em todos os segmentos em que está presente.

Desde o início da atual conjuntura, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, foram executadas mais de 30 iniciativas com envolvimento de praticamente toda a Companhia, mediante plano específico de enfrentamento à Covid-19, sustentado sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva.

A atual estrutura organizacional da Companhia continua sendo aprimorada para garantir maior ênfase às iniciativas digitais, visando capturar oportunidades decorrentes da aceleração da migração dos consumidores para ambientes *online*.

Tomar as medidas que sustentem nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para o novo normal, completam a atuação da Companhia no enfrentamento dos efeitos decorrentes da pandemia. Priorizamos a geração de receitas com negócios mais aderentes e menos impactados pela situação, garantindo que entregas estratégicas de tecnologia não percam o ritmo, além de acelerarmos projetos com alto potencial para capturar oportunidades de mercado.

Dessa forma, a Companhia continua monitorando e avaliando os cenários que possam vir a afetar suas operações, com avaliação diária da situação, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos e coordenação da execução de planos de ação no Grupo Coordenador de Continuidade.

Além disso, a BB Seguridade continua adotando medidas para mitigar os impactos decorrentes da pandemia, com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores, colaborar com a sociedade e com as autoridades na contenção do vírus e dar continuidade às suas operações, tais como a manutenção dos treinamentos e eventos corporativos não presenciais e da realização de reuniões internas e externas por meio de teleconferência e videoconferência. A Companhia adotou também, desde o segundo trimestre de 2020, o trabalho remoto na modalidade *home office*, com a execução regular de todos os processos da base corporativa.

A Companhia elaborou Plano de Retorno ao Escritório no decorrer do 2º trimestre de 2020, que foi continuamente aprimorado e acompanhado ao longo do 4º trimestre de 2021, com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e tranquilo para os funcionários no retorno às atividades nos escritórios da BB Seguridade, assegurando, dessa forma, a continuidade dos negócios.

Continuam sendo acompanhados pela Diretoria Executiva da Companhia os indicadores de média móvel de casos, ocupação dos leitos de UTI, taxa de transmissibilidade e evolução do Programa Nacional de Imunização.

Considerando a evolução deste último indicador e a redução dos demais até o final do 4º trimestre de 2021, a BB Seguridade concluiu o retorno gradual ao trabalho presencial dos colaboradores em dezembro de 2021. Os escritórios de Brasília e São Paulo foram adequados para reocupação e sinalizados com as orientações acerca das regras de distanciamento social, higiene e demais determinações das autoridades competentes.

Mesmo com a retomada das atividades presenciais nos escritórios, as ações corporativas de apoio à saúde mental e atividade física, ofertadas na modalidade remota, continuam sendo disponibilizadas e reforçadas, continuamente, pela Companhia.

Continuamos entendendo que a BB Seguridade detém a força de trabalho adequada e a liquidez necessária para ultrapassar o desafio da melhor maneira possível. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística e os colaboradores e clientes estão abordados na Nota Explicativa 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Não há divergências de práticas contábeis adotadas para estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo em vista a conformidade das práticas contábeis adotadas no Brasil e aquelas emitidas pelo IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 04.02.2022.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Seguridade continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de Mensuração dos Ativos e dos Passivos

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis da BB Seguridade, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R$).

e) Base de Consolidação

As demonstrações contábeis da BB Seguridade incluem a consolidação dos ativos e passivos da BB Seguridade e das suas controladas, conforme descrito no quadro a seguir:

Empresa	Atividade	País de Constituição	% Participação Total	
			31.12.2021	31.12.2020
BB Seguros	Holding	Brasil	100%	100%
BB Corretora	Corretora	Brasil	100%	100%

Os saldos e transações intragrupo, assim como eventuais receitas ou despesas não realizadas nas transações entre as companhias do consolidado, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

f) Sazonalidade das Operações

A BB Seguridade e suas empresas controladas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas.

g) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguridade e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável (imparidade) de ativos financeiros e não financeiros, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Seguridade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Seguridade aplicou as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis equivalem àqueles aplicadas às demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Seguridade e suas investidas, a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias – As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguridade nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receita de comissões – As receitas de comissões são reconhecidas *pro rata* dia quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 [IFRS15] - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita, a BB Seguridade utiliza o conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares, planos de previdência, capitalização e de saúde. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo (produtos com vigência definida), em que a obrigação de desempenho é diluída de forma linear ao longo da vigência do produto/seguro, ou em momento específico (produtos mensais), em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, conforme as características dos produtos.

Em casos de devolução de prêmios aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice.

Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

Para o acompanhamento e controle das comissões de corretagem, a BB Seguridade utiliza o sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), que possui módulo específico para as corretagens, denominado Motor de Cálculo. Tal módulo tem como objetivo receber de forma padronizada todas as informações necessárias das empresas investidas e do Banco do Brasil, permitindo automatizar as análises quantitativas e qualitativas dos processos de operações de vendas e operações de contas a receber dos produtos de seguridade, possibilitando maior controle e conciliação dos valores de corretagem, além de permitir a contabilização de forma automática. Os produtos da Brasilseg, Brasilcap, Brasilprev, Brasildental e Mapfre Seguros Gerais já estão implementados nessa ferramenta.

a.3) Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam atualização monetária e/ou juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

No caso dos instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado (conforme alínea c.3 a seguir), a determinação do valor justo é efetuada conforme descrito na alínea c.4.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; e (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da BB Seguridade e suas controladas são títulos e valores mobiliários custodiados, principalmente, no Banco do Brasil (fundos de investimentos e operações compromissadas). No exercício de reporte, o uso de instrumentos derivativos pela BB Seguridade é realizado de forma indireta, tendo em vista que os fundos de investimentos, dentro de suas respectivas políticas de investimentos, podem fazer uso desses instrumentos derivativos.

A BB Seguridade, por meio da BB Seguros, possui participações em empresas seguradoras, para as quais não é aplicado o CPC 48 [IFRS 9]. Quando há divergência na prática contábil das empresas investidas, faz-se necessário ajustar as práticas contábeis para uniformização. Porém, a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 12/2017, do CPC, permitiu, em função de isenção para as seguradoras, que a Companhia aplique o referido pronunciamento técnico sem necessidade de uniformização em relação a estas investidas (até 1º de janeiro de 2023).

c.1) Custo Amortizado – Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

As letras financeiras são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As atualizações e juros desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício em receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido.

c.2) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para o exercício a BB Seguridade não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

c.3) Valor Justo por meio do Resultado (VJR) – São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os fundos de investimentos e as operações compromissadas são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c.4) Determinação do Valor Justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valoração incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.5) Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazo que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

d) Baixa de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros

d.1) Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, continua-se a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros – Imparidade

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

Para a redução ao valor recuperável das comissões a receber foi utilizado a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 [IFRS 9] para recebíveis comerciais em que o reconhecimento das perdas de crédito esperadas segue o modelo para a vida inteira do instrumento.

Anualmente, ou sempre que houver indicação de que o ativo financeiro possa estar desvalorizado, é avaliado, na BB Seguridade, se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos ativos financeiros da BB Seguridade.

f) Ágio e Outros Ativos Intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados sejam transferidos para a BB Seguridade. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período na linha "Outras" da Demonstração do Resultado.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Imparidade

Anualmente, ou sempre que houver indicação de que o ativo possa estar desvalorizado, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas/receitas operacionais.

Avalia-se ainda, anualmente, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores para um ativo, exceto os ativos de vida útil indefinida, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de outras despesas/receitas operacionais.

No exercício não houve perdas por desvalorização de ativos não financeiros da BB Seguridade.

h) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e, posteriormente, ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas situações em que as investidas utilizam práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetua-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 [IAS 37] – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões relativas aos processos judiciais e administrativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, com base na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (1)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%	9%
Contribuição ao PIS/Pasep	1,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%	7,60%
Contribuição ao PIS/Pasep (2)	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (2)	4%	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (3)	Até 5%	Até 5%

(1) Inclui alíquota básica (15%) e adicional (10%)
(2) Alíquota incidente sobre aplicações financeiras.
(3) Aplicada apenas à BB Corretora.

BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94

Exercício encerrado em 31.12.2021

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 [IAS 12] – Tributos sobre o Lucro, e estão suportadas por estudo de capacidade de realização.

k) Divulgação por Segmentos

O CPC 22 [IFRS 8] – Informações por Segmento requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade baseadas nas divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar a sua performance financeira e econômica.

l) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido.

De acordo com a política de dividendos, a BB Seguridade distribui aos acionistas como dividendo obrigatório parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei 6.404/76, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do período.

No exercício não houve reconhecimento e pagamento de juros sobre capital próprio.

m) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 [IAS 33] – Resultado por Ação. O lucro por ação da BB Seguridade foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria. A BB Seguridade não tem instrumentos de opções, bônus de subscrição ou seus equivalentes que deem ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são equivalentes.

n) Arrendamentos

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos arrendamentos são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos. A BB Seguridade e suas controladas não possuem operações de arrendamentos significativas.

As operações de arrendamentos estão presentes nas empresas seguradoras e operadoras de saúde nas quais a BB Seguridade detém participações. Para as seguradoras, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) aprovou, por meio da Circular n° 615, de setembro de 2020, a adoção do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos, com início de vigência a partir de 1° de janeiro de 2021. Para as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ainda não aprovou a adoção da referida norma.

Quando há divergência na prática contábil adotada pela investidora em relação às empresas participadas, fazem-se necessários procedimentos de ajustes para fins de uniformização. Considerando as atuais operações de arrendamento das participadas, foram realizados os devidos ajustes nos investimentos para uniformização das práticas.

A partir de 1° de janeiro de 2021, as companhias Brasilseg, Aliança do Brasil Seguros, Brasilprev e Brasilcap passaram a adotar o CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos, não havendo, a partir de então, qualquer divergência de prática contábil relacionada ao tratamento dos arrendamentos, restando apenas o saldo de diferença de prática de períodos anteriores à adoção ao CPC, evidenciados na Nota 5 – Investimentos em Participações Societárias.

o) Melhorias às IFRS e Pronunciamentos Recentemente Emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que entrarão em vigor após este período:

IFRS 17 – Contratos de Seguros – O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 – Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Em março de 2020, por meio da Emenda à IFRS 17, o IASB decidiu a prorrogação da data efetiva da norma para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Decidiu também estender a isenção atualmente em vigor para algumas seguradoras em relação à aplicação da IFRS 9 para permitir implementar a IFRS 9 e a IFRS 17 ao mesmo tempo.

Em maio de 2021, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, norma equivalente ao IFRS 17. A vigência deste pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em julho de 2021, a CVM recepcionou o CPC 50 por meio da Resolução CVM 42/2021, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023. Com relação a Susep e a ANS, a norma ainda não foi recepcionada.

As empresas seguradoras investidas da BB Seguridade estão em fase de adaptação à aplicação da nova norma para atendimento das normas internacionais de contabilidade.

Revisões n° 15/2020 (Fase 1) e n° 17/2020 (Fase 2) de Pronunciamentos Técnicos CPC – Estabelecem alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos; CPC 11 [IFRS 4] – Contratos de Seguro; CPC 40 (R1) [IFRS 7] Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, em função da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência".

O termo refere-se à reforma de todo o mercado de referência de taxa de juros, incluindo a substituição da taxa de referência por taxa alternativa, tal como resultante das recomendações estabelecidas no relatório do *Financial Stability Board* (FSB), órgão que visa à coordenação de diversos reguladores a fim de implantar políticas de regulação e supervisão relacionadas à área financeira (com seu Secretariado sediado na Suíça, tem como participantes do Brasil a CVM, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda).

As revisões orientam que as taxas de referência livres de riscos poderiam ser mais adequadas do que as taxas de referência que contenham um componente de risco de crédito a termo.

Não identificamos necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas e, portanto, não tivemos efeitos práticos em função das revisões.

Revisão n° 16/2020 e n° 18/2021 de Pronunciamentos Técnicos do CPC – Estabelecem alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) [IFRS 16] - Arrendamento em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19, concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

A Revisão busca proporcionar um alívio prático aos locatários de arrendamentos na contabilização das concessões de aluguel decorrentes da pandemia.

Não houve impactos significativos para a BB Seguridade, inclusive no âmbito de suas controladas e demais investidas.

Revisão n° 19/2021 de Pronunciamentos Técnicos do CPC – Estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1) [IFRS 1], CPC 48 [IFRS 9], CPC 29 [IAS 41], CPC 27 [IAS 16], CPC 25 [IAS 37] e CPC 15 (R1) [IFRS 3], em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, relacionados à ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido, contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato e referências à Estrutura Conceitual.

A Revisão tem como objetivo melhorar a qualidade das respectivas normas para esclarecer orientações e ajustes redacionais, que possam gerar divergências de interpretações.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Não são esperados impactos significativos para a BB Seguridade, inclusive no âmbito de suas controladas e demais investidas.

4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos na BB Seguridade segue as diretrizes estabelecidas em sua Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado por meio do website de Relações com Investidores (RI) (www.bbseguridaderi.com.br).

A Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade contempla duas dimensões: gestão de riscos (riscos provenientes da operação da BB Seguridade e suas controladas) e governança de riscos (riscos advindos da participação nas sociedades investidas). Por meio de sua Declaração de Apetite a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, o Grupo define os níveis máximos de riscos que aceita incorrer para o cumprimento de seus objetivos.

No final de 2021, a Superintendência de Riscos e Controles foi segregada em duas: Superintendência de Gestão de Riscos e de Capital e Superintendência de Gestão de Controles Internos e Integridade. Ambas são segregadas das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

a) Gestão de Riscos na BB Seguridade e suas sociedades controladas

A gestão de riscos da BB Seguridade, conforme definido em sua Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, segue um modelo estruturado em três linhas, quais sejam: na primeira linha, os gestores dos processos, na segunda linha, a Superintendência de Gestão de Riscos e de Capital e a Superintendência de Gestão de Controles Internos e Integridade, e na terceira linha, a Auditoria Interna atua com independência em relação às demais áreas.

Informações relacionadas à gestão de riscos são reportadas periodicamente à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração (discutidas no Comitê de Auditoria) e também levadas ao conhecimento do Conselho Fiscal; adicionalmente, são implementados diversos mecanismos e instrumentos para o gerenciamento de riscos.

a.1) Riscos associados aos investimentos em ativos financeiros

O Grupo possui Política de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todas as companhias do Grupo, na qual estão estabelecidos os critérios referentes à natureza, ao prazo e aos riscos aceitáveis para alocação em ativos financeiros. A política vigente permite a aplicação de recursos apenas em títulos públicos federais e fundos de investimentos extramercado.

a.2) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de impactos negativos decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2021, não existiam instrumentos derivativos na carteira do Grupo, composta em sua totalidade por instrumentos financeiros com taxa de remuneração pós-fixada atrelada à taxa Selic. De acordo com o último inventário de Riscos Relevantes e considerando a Política de Investimentos Financeiros e atual carteira, o risco não é considerado relevante.

a.3) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido pelo Grupo como a possibilidade de impactos negativos associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. O risco de crédito foi reduzido em 2021 devido a alteração da Política de Investimentos Financeiros. De acordo com o último inventário de Riscos Relevantes e considerando a Política de Investimentos Financeiros e atual carteira, o risco não é considerado relevante.

a.4) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é definido pelo Grupo como a possibilidade de impactos negativos devido à falta de recursos para honrar suas obrigações em função do descasamento entre ativos e passivos.

Os principais passivos da BB Seguridade e suas controladas são referentes a despesas administrativas, aos pagamentos de tributos e aos pagamentos de dividendos.A BB Seguridade e suas controladas mantém ativos com alto grau de conversibilidade em espécie compatível com a necessidade de cobertura de passivos e outras destinações previstas para o curto prazo.

b) Governança de riscos aplicada às sociedades investidas

As sociedades investidas da BB Seguridade possuem estruturas próprias de gerenciamento de riscos compatíveis com a natureza e complexidade de seus negócios. A partir dos resultados dos trabalhos executados pelas investidas, a BB Seguridade monitora e avalia, continuamente, os níveis de exposição a riscos atuando, via governança, para garantir a adoção das melhores práticas de gestão de riscos em suas investidas.

b.1) Liquidez, solvência e gestão do capital

Na gestão de capital das sociedades investidas supervisionadas pela Susep, o principal indicador utilizado é o Capital Mínimo Requerido (CMR), que representa o capital total que uma companhia deve manter, a qualquer tempo, para operar, e visa garantir os riscos inerentes às suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando os dados fornecidos por cada investida, todas as empresas nas quais a BB Seguridade detém participação e que estão sujeitas a exigência de capital regulatório, apresentavam suficiência de capital, solvência e liquidez, em conformidade com a legislação vigente aplicável.

c) Impacto da Covid-19 na Companhia e suas investidas

c.1) Impactos na continuidade de negócios

No final de 2021, foi criado o Comitê de Gestão de Continuidade e Crises (CGCC), que visa o assessoramento à Diretoria em assuntos relacionados ao risco de descontinuidade e crises. Além disso, a BB Seguridade continua contando com o Grupo Coordenador de Continuidade (GCC), que se reúne periodicamente buscando alternativas aos mais diversos cenários e impactos advindos desses, assegurando a continuidade dos processos, em especial no que se refere à disponibilidade de sistemas, ferramentas e conectividade, reportando potenciais situações de crise ao CGCC.

Em relação aos serviços contratados pela BB Seguridade, conforme monitoramento, não foi detectada nenhuma descontinuidade associada a contratos vigentes que possa impactar os negócios da Companhia.

c.2) Impactos nas demonstrações contábeis

Considerando a experiência bem-sucedida da divulgação dos resultados desde o primeiro trimestre de 2020, não há indícios, até o momento, de que ocorrerão problemas com as demonstrações contábeis até o final da crise gerada pela pandemia.

c.3) Impactos em capital regulatório

Para a BB Seguridade, BB Seguros e BB Corretora não há impacto atual nem indícios de impacto potencial em seus investimentos financeiros, que se resumem a operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais com liquidez diária. Não há exigência mínima de capital definida por órgãos reguladores específicos para estas empresas, bem como as mesmas não possuem dívidas, operando apenas com capital próprio. Ademais, o cenário vivenciado não apresentou comprometimento da capacidade destas empresas honrarem suas obrigações atuais e futuras.

Para as investidas, em que é exigido capital mínimo, há a busca por manutenção de capital adicional ao regulatório, com a finalidade de minimizar as chances de descumprimento dos montantes exigidos e em consonância com apetite a riscos definido por seus Conselhos de Administração.

Considerando as incertezas que persistem num contexto de pandemia, as sociedades investidas estão constantemente revisando seus modelos de projeção de capital e testes de estresse, para realizar a melhor gestão em busca da manutenção de níveis adequados de cobertura da exigência de capital regulatório.

c.4) Expectativa de impactos futuros

Ainda que com todas as incertezas, a característica da formação de resultado da BB Seguridade, baseada principalmente em receitas diferidas e rentabilidade sobre as reservas, contribui para a redução na volatilidade do lucro líquido da Companhia. Conforme verificado durante do exercício de 2021, apesar de não ser imune aos efeitos da crise, as receitas de linhas importantes, como: Vida, Rural e Previdência cresceram em relação a 2020.

Em relação ao 4T21, verifica-se uma redução relevante dos efeitos adversos da pandemia comparados aos nove primeiros meses do ano, como menores níveis de sinistralidade relacionados às coberturas de vida e inflação medida pelo IGP-M. Não foram identificados indícios de novos fatores relacionados à pandemia e seus efeitos adversos que comprometam a estrutura de capital, nem a necessidade de interrupção do pagamento de dividendos por parte da BB Seguridade.

A BB Seguridade e as demais companhias investidas mantêm o compromisso de eficiência na gestão do seu capital, o que significa que, na ausência de investimentos estratégicos ou financeiros com retorno acima do custo de capital, a retenção de resultados se dará apenas na proporção necessária para manter níveis adequados de liquidez que suportem suas operações e garantam patamares de solvência adequados sob o aspecto regulatório e de apetite a risco de cada companhia. Não há necessidade de revisão da política de dividendos, bem como não há expectativa de alteração relevante nas práticas de distribuição de resultados adotadas atualmente.

5 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Descrição dos Investimentos em Participações Societárias, por segmento de negócio / ramo de atuação

Segmento	Ramo de atuação	Empresa	Descrição	Prática Contábil Original	% de participação 31.12.2021 e 31.12.2020	
					ON	Total
Seguridade		BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros)	Holding de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e sociedades que operam planos de assistência à saúde.	BRGAAP	100,00	100,00
	Seguros – Vida, habitacional, rural e patrimonial	BB Mapfre Participações S.A. (BB Mapfre)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	BRGAAP	49,99	74,99
		Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg)	Atuação no segmento de riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
		Aliança do Brasil Seguros S.A. (Aliança do Brasil)	Atuação no segmento de seguros de danos.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
	Capitalização	Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	SUSEPGAAP	49,99	66,66
	Previdência Privada	Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
	Saúde	Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	Comercializa de planos odontológicos.	ANSGAAP	49,99	74,99
Corretagem		BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A. (BB Corretora)	Corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e a administração de bens.	BRGAAP	100,00	100,00
		Ciclic Corretora de Seguros S.A. (Ciclic)	Corretagem de produtos de previdência privada, seguros viagem e assistência residencial no canal digital.	BRGAAP	49,99	74,99

b) Participações Societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

R$ mil

	Controlador		
	BB Seguros	BB Corretora	Total
Saldo em 31.12.2021			
Capital Social	4.210.872	1.000	--
Patrimônio Líquido	7.074.640	6.009	--
Saldo em 31.12.2020			
Capital Social	4.210.872	36.211	--
Patrimônio Líquido	5.924.821	46.908	--
Movimentação dos Investimentos de 01.01 a 31.12.2021			
Saldo Contábil 31.12.2020	**5.924.821**	**46.908**	**5.971.729**
Dividendos/ JCP	(440.389)	(2.162.039)	**(2.602.428)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(171.346)	--	**(171.346)**
Outros Eventos	--	(40.899)	**(40.899)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.761.554	2.162.039	**3.923.593**
Saldo Contábil 31.12.2021	**7.074.640**	**6.009**	**7.080.649**
Resultado de Equivalência Patrimonial			
Exercício 2021	**1.761.554**	**2.162.039**	**3.923.593**
Exercício 2020	**1.864.279**	**1.969.105**	**3.833.384**

R$ mil

	Consolidado					
	BB Mapfre	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	Ciclic	Total
Saldo em 31.12.2021						
Capital Social	1.469.848	2.929.258	254.393	9.500	61.133	--
Patrimônio Líquido	2.436.424	5.833.438	474.965	21.451	2.466	--
Saldo em 31.12.2020						
Capital Social	1.469.848	1.418.669	231.264	9.500	61.133	--
Patrimônio Líquido	2.294.376	4.328.467	539.537	20.775	19.311	--
Movimentação dos Investimentos de 01.01 a 31.12.2021						
Saldo Contábil 31.12.2020	**2.245.714**	**3.338.239**	**470.327**	**15.582**	**14.483**	**6.084.345**
Dividendos/JCP	(897.034)	(189.137)	(19.998)	(16.577)	--	**(1.122.746)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(78.614)	(1.238)	(91.494)	--	--	**(171.346)**
Outros Eventos	--	449.969	66.664	--	--	**516.633**
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.067.020	756.544	2.341	17.083	(12.633)	**1.830.355**
Saldo Contábil 31.12.2021	**2.337.086**	**4.354.377**	**427.840**	**16.088**	**1.850**	**7.137.241**
Resultado de Equivalência Patrimonial						
Exercício 2021	**1.067.020**	**756.544**	**2.341**	**17.083**	**(12.633)**	**1.830.355**
Exercício 2020	**1.086.543**	**686.379**	**105.780**	**17.702**	**(15.914)**	**1.880.490**

c) Informações financeiras resumidas dos Investimentos em Participações Societárias

Os valores apresentados a seguir referem-se às demonstrações contábeis das investidas, já considerando as harmonizações de práticas contábeis para o exercício atual, quando é o caso, e de acordo com as respectivas práticas contábeis, conforme descrito no item "a" acima, com os ajustes das harmonizações destacadas.

c.1) BB Mapfre Participações

Informações de Resultado

R$ mil

Segmento	**Seguridade**					
Ramo de atuação	**Seguros – Vida, habitacional, rural e patrimonial**					
	Exercício 2021			**Exercício 2020**		
	Aliança do Brasil	**Brasilseg**	**BB Mapfre**	**Aliança do Brasil**	**Brasilseg**	**BB Mapfre**
Receitas líquidas das operações/prêmios	**142.666**	**2.334.700**	**--**	**130.761**	**2.361.065**	**--**
Seguros	781.468	9.778.619	--	615.153	8.325.642	--
Resseguros	55.799	(40.375)	--	44.552	7.976	--
Custos/despesas	(694.601)	(7.403.544)	--	(528.944)	(5.972.553)	--
Resultado financeiro	**41.891**	**221.222**	**3.318**	**10.715**	**248.659**	**2.274**
Receitas de juros	5.863	21.719	--	9.604	152.463	--
Outras receitas financeiras	23.088	308.321	3.318	17.159	190.487	2.288
Despesas de juros	14.708	(42.161)	--	(4.349)	(17.052)	--
Outras despesas financeiras	(1.768)	(66.657)	--	(11.699)	(77.239)	(14)
Resultado patrimonial	**(4.933)**	**(35.160)**	**1.441.444**	**--**	**2.040**	**1.468.583**
Depreciação e amortização	(4.933)	(36.826)	--	--	--	--
Outras receitas/despesas patrimoniais	--	1.666	1.441.444	--	2.040	1.468.583
Outras receitas e despesas	**(66.074)**	**(676.094)**	**(335)**	**(63.448)**	**(684.071)**	**(4.045)**
Outras despesas	(66.074)	(676.094)	(335)	(63.448)	(684.071)	(4.045)
Resultado operacional	**113.550**	**1.844.668**	**1.444.427**	**78.028**	**1.927.693**	**1.466.812**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(13)	189	--	(242)	14	--
Resultado antes dos impostos	**113.537**	**1.844.857**	**1.444.427**	**77.786**	**1.927.707**	**1.466.812**
Impostos	(43.281)	(455.915)	(789)	(29.891)	(485.653)	425
Participações nos lucros	(783)	(16.969)	(554)	(1.094)	(20.274)	--
Lucro líquido do exercício	**69.473**	**1.371.973**	**1.443.084**	**46.801**	**1.421.780**	**1.467.237**
Outros resultados abrangentes	116	(104.948)	(104.832)	--	--	--
Resultado abrangente total	**69.589**	**1.267.025**	**1.338.252**	**46.801**	**1.421.780**	**1.467.237**
Atribuível à BB Seguridade	**52.098**	**1.028.843**	**1.082.169**	**35.096**	**1.066.193**	**1.100.281**
Outros ajustes [1]	--	--	(15.149)	--	--	(13.738)
Resultado de equivalência	**52.098**	**1.028.843**	**1.067.020**	**35.096**	**1.066.193**	**1.086.543**

(1) Amortização do intangível oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

Informações Patrimoniais

R$ mil

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	**Seguros – Vida, habitacional, rural e patrimonial**					
	31.12.2021			**31.12.2020**		
	Aliança do Brasil	**Brasilseg**	**BB Mapfre**	**Aliança do Brasil**	**Brasilseg**	**BB Mapfre**
Ativo circulante	**833.966**	**10.835.734**	**190.475**	**696.068**	**7.014.657**	**91.167**
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	1.975	--	3.500	6.040	--
Aplicações	352.736	5.740.818	3.267	344.980	2.960.674	89.872
Outros ativos circulantes	480.230	5.092.941	187.208	347.588	4.047.943	1.295
Ativo não circulante	**236.956**	**7.315.139**	**2.247.035**	**155.666**	**8.906.115**	**2.203.448**
Aplicações	101.847	1.838.943	--	70.370	3.784.285	--
Outros ativos não circulantes	135.109	5.476.196	2.247.035	85.296	5.121.830	2.203.448
Passivo circulante	**680.086**	**10.003.179**	**1.086**	**523.812**	**8.549.722**	**239**
Passivos financeiros	33.055	293.541	1.086	24.407	250.282	239
Provisões técnicas	489.932	6.999.381	--	402.270	5.464.185	--
Dividendos a pagar	17.383	167.544	--	--	--	--
Outros passivos circulantes	139.716	2.542.713	--	97.135	2.835.255	--
Passivo não circulante	**182.644**	**6.474.298**	**--**	**149.379**	**5.642.957**	**--**
Passivos financeiros	55	--	--	--	522	--
Provisões técnicas	143.747	5.519.572	--	133.739	4.983.788	--
Outros passivos não circulantes	38.842	954.726	--	15.640	658.647	--
Patrimônio líquido	**208.192**	**1.673.396**	**2.436.424**	**178.543**	**1.728.093**	**2.294.376**
Atribuível à BB Seguridade	**156.123**	**1.254.880**	**1.827.074**	**133.889**	**1.295.897**	**1.720.553**
Intangível [1]	--	--	510.012	--	--	525.161
Saldo do investimento	**156.123**	**1.254.880**	**2.337.086**	**133.889**	**1.295.897**	**2.245.714**

(1) Inclui no valor contábil do investimento da BB Mapfre, intangível de vida útil definida, no montante líquido de amortizações de R$ 171.008 mil em 31.12.2021 (R$ 186.157 mil em 31.12.2020) e intangível de vida útil indefinida no montante de R$ 339.004 mil oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94

Exercício encerrado em 31.12.2021

c.**2) Brasilprev, Brasilcap, Brasildental, BB Corretora e Ciclic**

Informações de Resultado

R$ mil

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
Exercício 2021	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Receitas líquidas das operações/prêmios	**2.592.744**	**8.521**	**71.224**	**3.301.756**	**6.578**
Previdência	48.987.349	--	--	--	--
Capitalização	--	582.268	--	--	--
Assistência à saúde	--	--	119.517	--	--
Corretagem	--	--	--	3.495.586	9.037
Custos/despesas	(46.394.605)	(573.747)	(48.293)	(193.830)	(2.459)
Resultado financeiro	**(333.910)**	**(37.828)**	**(8)**	**113.452**	**(320)**
Receitas de juros	5.381.791	620.178	--	116.801	0
Outras receitas financeiras	542.196	461.001	1.498	--	270
Despesas de juros	(2.231.100)	(408.323)	--	(2.935)	(5)
Outras despesas financeiras	(4.026.797)	(710.684)	(1.506)	(414)	(585)
Resultado patrimonial	**(45.453)**	**(576)**	**(60)**	**(586)**	**(23.154)**
Depreciação e amortização	(45.453)	(576)	(60)	(586)	(758)
Outras receitas/despesas patrimoniais	--	--	--	--	(22.396)
Outras receitas e despesas	**(612.636)**	**44.442**	**(35.695)**	**(150.451)**	**40**
Outras receitas	17.073	46.280	167	--	40
Outras despesas	(629.709)	(1.838)	(35.862)	(150.451)	--
Resultado operacional	**1.600.745**	**14.559**	**35.461**	**3.264.171**	**(16.856)**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(191)	(2)	--	--	10
Resultado antes dos impostos	**1.600.554**	**14.557**	**35.461**	**3.264.171**	**(16.846)**
Impostos	(578.677)	(5.124)	(12.142)	(1.102.132)	--
Participações nos lucros	(13.084)	(5.921)	(541)	--	--
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**1.008.793**	**3.512**	**22.778**	**2.162.039**	**(16.846)**
Outros resultados abrangentes	(447)	(90.927)	--	--	--
Resultado abrangente total	**1.008.346**	**(87.415)**	**22.778**	**2.162.039**	**(16.846)**
Atribuível à BB Seguridade	**756.544**	**2.341**	**17.083**	**2.162.039**	**(12.633)**
Resultado de equivalência	**756.544**	**2.341**	**17.083**	**2.162.039**	**(12.633)**

R$ mil

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
Exercício 2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Receitas líquidas das operações/prêmios	**2.357.279**	**(897)**	**70.813**	**3.074.411**	**4.382**
Previdência	2.357.279	--	--	--	--
Capitalização	--	690.264	--	--	--
Assistência à saúde	--	--	116.099	--	--
Corretagem	--	--	--	3.251.279	5.166
Custos/despesas	--	(691.161)	(45.286)	(176.868)	(784)
Resultado financeiro	**(278.561)**	**239.061**	**(536)**	**49.252**	**(345)**
Receitas de juros	4.517.529	630.578	--	58.024	--
Outras receitas financeiras	4.973.066	124.894	765	--	216
Despesas de juros	(1.695.581)	(423.051)	--	(8.456)	(9)
Outras despesas financeiras	(8.073.575)	(93.360)	(1.301)	(316)	(552)
Resultado patrimonial	**(42.495)**	**(862)**	**(39)**	**(646)**	**(480)**
Depreciação e amortização	(42.495)	(862)	(39)	(646)	(480)
Outras receitas e despesas	**(577.432)**	**28.226**	**(33.944)**	**(131.012)**	**(24.766)**
Outras receitas	16.367	29.079	23	--	--
Outras despesas	(593.799)	(853)	(33.967)	(131.012)	(24.766)
Resultado operacional	**1.458.791**	**265.528**	**36.294**	**2.992.005**	**(21.209)**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(1.501)	12	--	--	--
Resultado antes dos impostos	**1.457.290**	**265.539**	**36.294**	**2.992.005**	**(21.209)**
Impostos	(537.168)	(101.144)	(12.326)	(1.022.900)	--
Participações nos lucros	(8.118)	(5.595)	(366)	--	--
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**912.004**	**158.801**	**23.602**	**1.969.105**	**(21.209)**
Outros resultados abrangentes	(566)	46.327	--	--	--
Resultado abrangente total	**911.438**	**205.128**	**23.602**	**1.969.105**	**(21.209)**
Atribuível à BB Seguridade	**683.958**	**105.855**	**17.702**	**1.969.105**	**(15.905)**
Diferença de prática contábil (1)	2.421	(75)	--	--	--
Outros ajustes (2)	--	--	--	--	(9)
Resultado de equivalência	**686.379**	**105.780**	**17.702**	**1.969.105**	**(15.914)**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos.
(2) Resultado de exercícios anteriores.

Informações Patrimoniais

R$ mil

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
31.12.2021	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Ativo circulante	**302.399.384**	**6.130.957**	**44.433**	**4.096.447**	**13.182**
Caixa e equivalentes de caixa	601.280	37	2.262	3.070.107	929
Aplicações	300.462.391	6.092.191	36.402	--	1.832
Comissões a receber	--	--	--	1.026.158	6.169
Outros ativos circulantes	1.335.713	38.729	5.769	182	4.252
Ativo não circulante	**18.186.069**	**3.540.508**	**2.401**	**962.467**	**3.671**
Aplicações	17.094.808	2.182.944	--	--	--
Comissões a receber	--	--	--	698.435	--
Outros ativos não circulantes	1.091.261	1.357.564	2.401	264.032	3.671
Passivo circulante	**35.631.094**	**8.107.689**	**21.302**	**3.248.559**	**14.387**
Passivos financeiros	397.864	205.599	--	--	1.110
Provisões técnicas	34.700.950	7.872.886	12.662	--	2.945
Dividendos a pagar	2.198	2.681	--	1.132.039	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.172.483	--
Outros passivos circulantes	530.082	26.523	8.640	944.037	10.332
Passivo não circulante	**279.120.921**	**1.088.809**	**4.080**	**1.804.346**	**--**
Provisões técnicas	581.677	10.780	--	--	--
Passivo financeiro	278.516.180	--	--	--	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.794.544	--
Outros passivos não circulantes	23.064	1.078.029	4.080	9.802	--
Patrimônio líquido	**5.833.438**	**474.965**	**21.452**	**6.009**	**2.466**
Atribuível à BB Seguridade	4.374.787	316.610	16.088	6.009	1.850
Diferença de prática contábil (1)	2.421	(75)	--	--	--
Ajustes (2)	(22.831)	111.305	--	--	--
Saldo do investimento	**4.354.377**	**427.840**	**16.088**	**6.009**	**1.850**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos de períodos anteriores. Brasilprev e Brasilcap passaram a adotar o CPC 06 (R2) [IFRS 16] a partir de 1° de janeiro de 2021.
(2) Inclui na Brasilprev de resultado não realizado da venda da participação acionária da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (MNCVP) em julho de 2012. Na Brasilcap inclui o ágio de R$ 110.749 mil, na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22.07.2011 e R$ 556 mil de dividendos a receber não reconhecidos pela BB Seguros, devido a aprovação no âmbito da Brasilcap ter ocorrido pela Diretoria em 25.01.2022.

R$ mil

Segmento	Seguridade			Corretagem	
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde	Corretagem	Corretagem
31.12.2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	BB Corretora	Ciclic
Ativo circulante	**299.893.358**	**5.952.543**	**45.380**	**3.307.742**	**26.125**
Caixa e equivalentes de caixa	14.201	413	2.108	1.887.215	158
Aplicações	298.891.327	5.929.382	37.126	245.101	17.602
Comissões a receber	--	--	--	1.173.988	2.919
Outros ativos circulantes	987.830	22.748	6.146	1.438	5.446
Ativo não circulante	**13.261.289**	**3.958.004**	**1.775**	**1.098.937**	**1.676**
Aplicações	12.246.283	2.800.346	--	205.487	--
Comissões a receber	--	--	--	643.090	--
Outros ativos não circulantes	1.015.006	**1.157.658**	1.775	250.360	1.676
Passivo circulante	**35.083.159**	**8.351.929**	**23.083**	**2.931.761**	**8.489**
Passivos financeiros	266.586	526	--	--	964
Provisões técnicas	34.486.024	8.261.132	14.295	--	3.839
Dividendos a pagar	--	1.814	--	1.060.278	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.127.358	
Outros passivos circulantes	330.549	88.457	8.788	744.125	3.686
Passivo não circulante	**273.743.021**	**1.019.084**	**3.296**	**1.428.010**	**--**
Provisões técnicas	273.724.242	--	--	--	--
Comissões a apropriar	--	--	--	1.417.250	--
Outros passivos não circulantes	18.779	1.019.084	3.296	10.760	--
Patrimônio líquido	**4.328.467**	**539.536**	**20.776**	**46.908**	**19.311**
Atribuível à BB Seguridade	3.246.134	359.653	15.582	46.908	14.483
Diferença de prática contábil (1)	2.421	(75)	--	--	--
Ajustes (2)	89.684	110.749	--	--	--
Saldo do investimento	**3.338.239**	**470.327**	**15.582**	**46.908**	**14.483**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos.
(2) Inclui na Brasilprev o valor de R$ 112.515 mil referente ao reforço de capital para manutenção da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado frente ao capital mínimo requerido (requisito regulatório). Trata-se de valor proporcional à participação da BB Seguros no capital social integralizado pela Principal Financial Group em janeiro de 2021 e redução de R$ 22.831 mil de resultado não realizado da venda da participação acionária da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (MNCVP) em julho de 2012. Na Brasilcap, inclui o ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

6 – RECEITAS DE COMISSÕES

R$ mil

	Consolidado	
	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas de comissões bruta	**3.953.457**	**3.676.972**
BB Mapfre	2.909.260	2.659.958
Brasilprev	558.296	489.694
Brasilcap	340.749	374.304
Mapfre Seguros Gerais (1)	136.430	144.349
Outras empresas	8.722	8.667
Deduções das Receitas de comissões	**(457.871)**	**(425.693)**
Cofins	(300.281)	(279.280)
ISS	(92.397)	(85.780)
PIS	(65.193)	(60.633)
Receitas de comissões líquida	**3.495.586**	**3.251.279**

(1) Apesar da venda da participação, os produtos da Mapfre Seguros Gerais continuam sendo comercializados pela BB Corretora no âmbito do acordo operacional de Auto e Grandes Riscos.

Não há saldo de receitas de comissões no controlador.

No modelo de parceria celebrado entre a BB Seguros e o Grupo Mapfre, está previsto o pagamento de remuneração adicional pela Brasilseg Companhia de Seguros S.A. à BB Corretora vinculada à superação da meta de crescimento de vendas em alguns produtos específicos, obedecendo ao disposto no 2º Aditamento ao Acordo Operacional para Atuação no Segmento de Seguros e seus anexos ("Acordo Operacional" ou "Acordo") do qual Brasilseg e BB Corretora são signatárias desde 30.11.2018.

7 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R$ mil

	Consolidado	
	Exercício 2021	Exercício 2020
Custo administrativo de produtos	(117.985)	(88.852)
Custo suporte operacional	(60.556)	(68.764)
Custo processamento de dados	(15.289)	(19.252)
Total	**(193.830)**	**(176.868)**

Não há custos de serviços prestados no Controlador.

8 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2020
Doação e Patrocínio (1)	--	--	(18.756)	(40.400)
Processamento de dados	(1.006)	(1.061)	(7.115)	(6.700)
Aluguéis e taxa condominial	(932)	(925)	(4.288)	(4.459)
Serviços técnicos especializados	(413)	(311)	(2.921)	(2.665)
Promoções e relações públicas	(41)	(29)	(733)	(148)
Gastos com comunicação	(325)	(127)	(727)	(778)
Publicações	(150)	(51)	(645)	(415)
Viagens a serviço	(83)	(273)	(410)	(1.521)
Promoções de vendas	--	--	(236)	(9.324)
Serviços contratados de terceiros	(23)	(25)	(152)	(164)
Outras	(179)	(294)	(2.283)	(2.850)
Total	**(3.152)**	**(3.096)**	**(38.266)**	**(69.424)**

(1) No exercício de 2021 (Consolidado) refere-se às doações e patrocínios incentivados. No exercício de 2020 (Consolidado) inclui o montante de R$ 40.000 mil referente às doações efetuadas via Fundação Banco do Brasil, com objetivo de conter os efeitos da pandemia de coronavírus.

9 – TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2020
Valores Correntes	**(4.636)**	**(9.071)**	**(1.165.219)**	**(1.044.162)**
IR e CS	(4.636)	(9.071)	(1.165.219)	(1.044.162)
Valores Diferidos	**(69)**	**45**	**19.012**	**2.293**
Ativo Fiscal Diferido	**(69)**	**45**	**19.012**	**2.293**
Diferenças intertemporais	(69)	45	19.012	2.293
Total	**(4.705)**	**(9.026)**	**(1.146.207)**	**(1.041.869)**

b) Conciliação dos Encargos de IR e CS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.937.922**	**3.859.797**	**5.079.424**	**4.892.640**
a) Encargo total do IR (25%) e da CS (9%)	(1.338.893)	(1.312.331)	(1.727.004)	(1.663.498)
Efeito no Cálculo dos Tributos:				
b) Receitas não tributáveis – resultado de investimentos em participações societárias (34%)	1.334.022	1.303.351	622.321	639.367
c) Despesas não dedutíveis/demais receitas não tributáveis (34%)	166	(46)	(41.524)	(17.738)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a+b+c)	**(4.705)**	**(9.026)**	**(1.146.207)**	**(1.041.869)**

c) Despesas Tributárias

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2020
Sobre Receitas Financeiras e Outras				
Cofins	(1.681)	(3.039)	(18.728)	(10.467)
PIS/Pasep	(306)	(523)	(3.728)	(1.939)
IOF	(24)	(24)	(57)	(24)
Outras	(72)	(59)	(138)	(129)
Total	**(2.083)**	**(3.645)**	**(22.651)**	**(12.559)**

d) Ativos por Impostos Correntes

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	**1.928**	**--**	**1.928**	**--**
IRRF a deduzir	1.953	--	42.586	--
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(25)	--	(40.658)	--
Ativo Não Circulante	**68.332**	**85.155**	**84.337**	**114.776**
Impostos a compensar	68.479	85.173	98.354	141.133
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(147)	(18)	(14.017)	(26.357)
Total (1)	**70.260**	**85.155**	**86.265**	**114.776**

(1) Os saldos em 31.12.2021 e 31.12.2020 (controlador e consolidado) referem-se principalmente à IRRF de anos anteriores não compensados/deduzidos.

e) Ativos por Impostos Diferidos (Créditos Tributários)

R$ mil

	Controlador			
	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2021
Diferenças Temporárias				
Prejuízo fiscal/Base negativa	1.227	--	(1.227)	--
Provisões passivas	78	20	(88)	10
Total dos Créditos Tributários Ativados	**1.305**	**20**	**(1.315)**	**10**
Imposto de renda	961	15	(969)	7
Contribuição social	344	5	(346)	3

R$ mil

	Consolidado			
	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2021
Diferenças Temporárias				
Prejuízo fiscal/Base negativa	1.227	--	(1.227)	--
Provisões passivas	13.354	36.016	(17.003)	32.367
Amortização de ágio	3.053	--	--	3.053
Total dos Créditos Tributários Ativados	**17.634**	**36.016**	**(18.230)**	**35.420**
Imposto de renda	13.775	26.482	(13.406)	26.851
Contribuição social	3.859	9.534	(4.824)	8.569

f) Expectativa de Realização

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2022	10	8	10	8
Em 2023	--	--	32.058	24.741
Em 2024	--	--	--	--
Em 2025	--	--	--	--
Em 2026	--	--	--	--
Após 2026	--	--	3.352	1.541
Total	**10**	**8**	**35.420**	**26.290**

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado para a data base de 31.12.2021, sendo o valor presente descontado da Taxa Média Selic (TMS) projetada para cada período de apuração.

Durante o exercício de 2021, observou-se a realização de parte dos créditos tributários no montante de R$ 1.315 mil no controlador e de R$ 18.230 mil no consolidado.

g) Passivos por Impostos Correntes

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda	346	--	554.013	491.329
Contribuição social	104	--	198.361	170.504
Cofins	126	16	41.428	25.225
ISS	--	--	14.436	16.671
Pasep	21	2	8.928	5.463
Outros	19	81	28	115
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(172)	(18)	(54.675)	(26.357)
Total	**444**	**81**	**762.519**	**682.950**

h) Passivos por Impostos Diferidos

R$ mil

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Decorrentes da parceria com a Mapfre (1)	223.387	223.387
Decorrentes de amortização de ágio da Brasilcap	4.647	4.647
Outras diferenças temporárias	531	531
Total da Obrigações Fiscais Diferidas	**228.565**	**228.565**

(1) Refere-se a provisão de tributos diferidos decorrentes de intangíveis no investimento na BB Mapfre.

Não há saldo de passivos por impostos diferidos no Controlador.

10 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	453	424	3.609	3.475
Fundo de curto prazo	--	--	--	10
Operações compromissadas (1)	368.889	208.469	4.086.952	2.191.960
Total	**369.342**	**208.893**	**4.090.561**	**2.195.445**

(1) Referem-se aos investimentos em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil S.A. lastreadas em títulos públicos federais com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações financeiras em fundos de curto prazo e operações compromissadas estão categorizadas como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

11 – DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020 (1)	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a receber	1.572.428	1.060.278	1.648	--

(1) Em 31.12.2020, refere-se aos dividendos a receber da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A pagos em 25.02.2021.

12 – COMISSÕES A RECEBER

R$ mil

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	**1.026.158**	**1.173.988**
BB Mapfre (1)	962.465	1.120.275
Mapfre Seguros Gerais	53.396	43.169
Brasilprev	9.737	9.388
Brasilcap	481	1.094
Outras	79	62
Ativo Não Circulante	**698.435**	**643.090**
BB Mapfre	698.435	643.090
Total	**1.724.593**	**1.817.078**

(1) Em 31.12.2021, R$ 291 milhões refere-se à comissão adicional conforme acordo de reestruturação entre a BB Seguros e o Grupo Mapfre. A provisão da comissão adicional é efetuada mensalmente e seu recebimento está previsto para até 60 dias após o fechamento do exercício. Em 31.12.2020, R$ 464 milhões refere-se à comissão adicional, recebida em 25/02/2021.

Não há saldo de comissões a receber no Controlador.

As Comissões a Receber estão categorizadas como ativos financeiros avaliados ao custo amortizado.

13 – OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS E ESTATUTÁRIAS

R$ mil

	Controlador		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a pagar (1)	1.831.596	948.398	1.831.596	948.398
Redução de capital a pagar (2)	95	95	95	95
Total	**1.831.691**	**948.493**	**1.831.691**	**948.493**

(1) Os dividendos distribuídos em 31.12.2020 foram pagos aos acionistas em 25.02.2021.
(2) Redução de capital aprovada pelo Conselho de Administração, cujo efetivo pagamento ocorreu em 30.04.2020.

14 – COMISSÕES A APROPRIAR

R$ mil

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	**1.172.483**	**1.127.358**
BB Mapfre	1.120.148	1.049.015
Mapfre Seguros Gerais (1)	51.939	78.037
Outras	396	306
Passivo Não Circulante	**1.794.544**	**1.417.250**
BB Mapfre	1.735.439	1.389.918
Mapfre Seguros Gerais (1)	59.103	27.331
Outras	2	1
Total	**2.967.027**	**2.544.608**

(1) Apesar da venda da participação, os produtos da Mapfre Seguros Gerais continuam sendo comercializados pela BB Corretora.

Não há saldo de comissões a apropriar no controlador.

BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94

Exercício encerrado em 31.12.2021

15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 3.396.767 mil em 31.12.2021 e 31.12.2020, está dividido em 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R$ 7.281.416 mil em 31.12.2021 (R$ 6.389.605 mil em 31.12.2020), corresponde a um valor patrimonial da ação de R$ 3,64 em 31.12.2021 (R$ 3,19 em 31.12.2020).

b) Reservas de Capital e Lucros

R$ mil

	Controlador e Consolidado	
	31.12.2021	**31.12.2020**
Reservas de Capital	**1.508**	**1.588**
Reservas de Lucros [(1)]	**4.122.925**	**3.060.956**
Reserva Legal	679.354	679.354
Reservas Estatutárias	3.443.571	2.381.602

(1) O saldo das Reservas de Lucros, em 31.12.2021, ultrapassou o capital social, sendo assim, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, conforme artigo 199 da Lei 6.404/76.

A Reserva de Capital é composta dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações, bem como o ganho ou perda na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização da Remuneração de Capital tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, limitada a 80% do valor do capital social, sendo formada com recursos: equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício e decorrentes de antecipações de dividendos.

A Reserva Estatutária para Reforço de Capital tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, inclusive para aumento do capital nas sociedades das quais participa como acionista e a aquisição de sociedades enquadradas no Art. 3º do Estatuto, limitada a 80% do valor do capital social e sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício.

c) Lucro por ação

	Controlador e Consolidado	
	Exercício 2021	**Exercício/2020**
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R$ mil)	3.933.217	3.850.771
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	1.996.672.230	1.996.626.255
Lucro por ação (básico e diluído) (R$)	1,97	1,93

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (não consideradas ações em tesouraria) em cada um dos períodos apresentados.

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (não consideradas ações em tesouraria), incluindo o efeito de todas as ações ordinárias potenciais dilutivos.

A BB Seguridade não tem opções, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro líquido por ação básico e diluído são iguais e foi calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

d) Dividendos

R$ mil

	Exercício 2021	**Exercício 2020**
(1) - Lucro líquido	3.933.217	3.850.771
(2) - Reserva legal constituída [(1)]	--	--
(=) Base de cálculo (1 - 2)	**3.933.217**	**3.850.771**
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	983.304	962.693
(4) - Dividendos adicionais	1.887.944	1.732.847
(5) - Reserva Estatutária	1.061.969	1.155.231
(=) **Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)**	**--**	**--**
(6) - Dividendos propostos (3+4)	2.871.248	2.695.540
(7) - Dividendos prescritos	45	42
(8) - Dividendos pagos	1.040.024	1.747.565
(=) Dividendos a pagar (6+7-8)	**1.831.269**	**948.017**

(1) A reserva legal não foi constituída em função do montante desta ter atingido o limite de 20% do capital, conforme prevê o artigo 193 da Lei 6.404/76 e o Estatuto Social da BB Seguridade.

A BB Seguridade segue a Política de Dividendos disponível no site de Relações com Investidores.

A Política é revisada a cada três anos ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração do Grupo para aprovação.

Os dividendos relativos ao lucro do 2º semestre de 2020, no valor de R$ 947.975 mil, acrescidos do saldo de dividendos prescritos de R$ 42 mil relativos a exercícios passados, foram pagos em fevereiro de 2021, com a atualização monetária de R$ 2.623 mil pela taxa Selic, somando um montante distribuído de R$ 950.640 mil.

A BB Seguridade pagou em agosto de 2021 o valor de R$ 1.040.024 mil de dividendos intermediários aprovados pelo Conselho de Administração da BB Seguridade em 18.06.2021, sendo R$ 1.040.000 mil referente ao lucro do 1º semestre/2021 e R$ 24 mil de dividendos prescritos no período.

d.1) Dividendos por ação

	2° Sem/2021		1° Sem/2021		2° Sem/2020		1° Sem/2020	
	Valor (R$ mil)	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**
Dividendos	1.831.269	0,9172	1.040.024	0,5209	948.017	0,4748	1.747.565	0,8753

16 – PARTES RELACIONADAS

A BB Seguridade e suas controladas possuem convênio com o Banco do Brasil S.A., assinado em 09/01/2013, pelo prazo de 20 anos, para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários para a manutenção das atividades das Companhias e, em especial, a comercialização de produtos no canal bancário.

O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio com base em metodologias de apuração previstas no referido convênio, observando a efetiva utilização dos recursos. Os valores do rateio são apurados e pagos mensalmente.

O quadro a seguir apresenta os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da BB Seguridade, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e os custos atribuídos ao Conselho Fiscal:

R$ mil

	Exercício 2021	**Exercício 2020**
Benefícios de curto prazo	**6.350**	**6.406**
Honorários e encargos sociais	**5.019**	**4.777**
Diretoria Executiva	3.594	3.388
Comitê de Auditoria	725	719
Conselho de Administração	300	306
Conselho Fiscal	255	256
Comitê de Partes Relacionadas	145	108
Remuneração Variável [(1)]	**811**	**1.168**
Outros [(2)]	**520**	**461**
Remuneração Baseada em Ações [(3)]	**741**	**934**
Total	**7.091**	**7.340**

(1) Refere-se ao valor em espécie de quitação do Programa de Remuneração Variável dos Administradores de 2020.

(2) Benefícios considerados: assistência médica, avaliação de saúde (ações de promoção e prevenção em saúde ocupacional), seguro de vida, vantagem de remoção (custeio parcial de despesas em caso de remoção para outras localidades) e previdência complementar dos administradores.

(3) Refere-se ao custo das ações relativas às parcelas dos programas de pagamentos baseados em ações de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

De acordo com a política de remuneração variável da BB Seguridade Participações, estabelecida em conformidade com a Lei 6.404/76, artigo 152 e o CPC 10 (R1) [IFRS 2] – Pagamento Baseado em Ações, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações.

A BB Seguridade não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração e nem aos seus funcionários.

Os custos correntes com pessoal são ressarcidos ao controlador Banco do Brasil S.A., no âmbito do convênio de cessão de funcionários, no período em que estiverem alocados às atividades da Companhia.

O Grupo BB Seguridade realiza transações bancárias com o seu controlador, Banco do Brasil S.A., como depósitos em conta corrente, cartões empresariais, aplicações financeiras, prestação de serviços e de garantias.

O Grupo BB Seguridade não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros dos Conselhos Fiscais e de Administração e do Comitê de Auditoria.

A BB Seguros possui contratos de comercialização para os produtos de seguridade no canal bancário com todas as suas investidas, sendo os principais elencados a seguir:

- Brasilseg Companhia de Seguros S.A. e Aliança do Brasil Seguros S.A., controladas da BB Mapfre Participações S.A., para comercialização de seguros, assinados em 30/06/2011, com vigência até 30/06/2031, podendo ser renovado por períodos subsequentes de 5 anos.
- Brasilprev Seguros e Previdência S.A., para comercialização de planos de previdência privada, assinado em 06/10/1999, pelo prazo de 5 anos, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos.
- Brasilcap Capitalização S.A., para comercialização de títulos de capitalização, assinado em 14/07/1999, pelo prazo de 5 anos, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos.

Apresentamos a seguir as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do Grupo BB Seguridade:

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

BB Seguridade – Controlador

R$ mil

	31.12.2021		31.12.2020	
	Controlador [(1)]	**Controladas** [(2)]	**Controlador** [(1)]	**Controladas** [(2)]
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	369.342	--	208.893	--
Dividendos	--	1.572.427	--	1.060.278
Valores a receber de sociedades ligadas	--	7.571	--	7.261
Passivos				
Obrigações sociais e estatutárias	1.213.496	--	628.377	--
Valores a pagar a sociedades ligadas	6.709	--	5.145	--

R$ mil

	Exercício 2021		Exercício 2020	
	Controlador [(1)]	**Controladas** [(2)]	**Controlador** [(1)]	**Controladas** [(2)]
Resultado				
Receita de juros de instrumentos financeiros	13.527	--	47.118	--
Despesas com pessoal	(12.167)	--	(11.602)	--
Despesas administrativas [(3)]	(1.273)	--	(1.223)	--
Variações monetárias ativas	--	(2.934)	--	13.989
Variações monetárias passivas	(1.738)	--	(16.477)	--

(1) Banco do Brasil S.A.
(2) BB Seguros e BB Corretora.
(3) Refere-se às despesas conforme convênio de compartilhamento de dados de clientes, utilização de quadro de pessoal, da rede de distribuição e dos recursos materiais tecnológicos e administrativos, celebrado entre o Banco do Brasil, BB Seguridade, BB Corretora e BB Seguros.

BB Seguridade – Consolidado

R$ mil

	31.12.2021			31.12.2020		
	Controlador [(1)]	**Empresas Investidas** [(2)]	**Outras Partes Relacionadas**	**Controlador** [(1)]	**Empresas Investidas** [(2)]	**Outras Partes Relacionadas**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4.090.561	--	--	2.195.445	--	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	--	--	--	1.038	--	--
Ativos financeiros ao custo amortizado	--	--	--	--	--	204.449
Dividendos a receber	--	1.648	--	--	--	--
Comissões a receber	--	1.724.593	--	--	1.817.078	--
Passivos						
Obrigações sociais e estatutárias	1.213.496	--	--	628.377	--	--
Valores a pagar a sociedades ligadas	22.355	200.524	--	20.746	63.769	--
Comissões a apropriar	--	2.967.027	--	--	2.544.608	--

R$ mil

	31.12.2021			31.12.2020		
	Controlador [(1)]	**Empresas Investidas** [(2)]	**Outras Partes Relacionadas**	**Controlador** [(1)]	**Empresas Investidas** [(2)]	**Outras Partes Relacionadas**
Resultado						
Receita de juros de instrumentos financeiros	125.090	--	--	115.558	--	4.449
Receita de comissões	--	3.813.331	--	--	3.532.176	--
Despesas com pessoal	(63.114)	--	--	(63.893)	--	--
Despesas administrativas diversas/ Custos dos serviços prestados [(3)]	(203.959)	--	--	(186.105)	--	--
Variações monetárias passivas	(1.738)	--	--	(16.477)	--	--

(1) Banco do Brasil S.A.
(2) Empresas relacionadas BB MAPFRE Participações S.A. e suas controladas, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A. e a Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.
(3) Refere-se às despesas conforme convênio de compartilhamento de dados de clientes, utilização de quadro de pessoal, da rede de distribuição e dos recursos materiais tecnológicos e administrativos, celebrado entre o Banco do Brasil, BB Seguridade, BB Corretora e BB Seguros.

b) Convênio de Cessão de Funcionários

Em 15.04.2021 e 27.05.2021 foram assinadas novas versões dos convênios de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A. para o exercício de funções não estatutárias e estatutárias, respectivamente. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Seguridade de todos os custos correntes.

c) Remuneração paga a Empregados e Administradores

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração da BB Seguridade S.A.

Em Reais

	31.12.2021	**31.12.2020**
Menor salário	7.149,77	7.378,28
Maior salário	42.722,42	38.499,07
Salário médio	17.104,87	15.252,91
Dirigentes		
Diretor Presidente	61.564,83	61.564,83
Diretores	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho de Administração	5.906,80	5.906,80
Conselho Fiscal	5.906,80	5.906,80
Comitê de Auditoria - Titular	9.870,26	9.868,90

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

BB Seguridade Participações S.A.

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BB Seguridade Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de comissões

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a BB Corretora, controlada direta da Companhia, contabiliza as receitas oriundas de comissões de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente (equivalente à IFRS 15), considerando as seguintes etapas: i) identificação do contrato; ii) identificação das obrigações de desempenho; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação; e v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a BB Corretora satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente.

Devido, principalmente, à relevância das receitas de comissões para as demonstrações contábeis consolidadas e a quantidade de produtos comercializados consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Avaliamos o desenho, a implementação e a operacionalização das principais atividades de controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas de comissões e, adicionalmente, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de transações selecionada aleatoriamente: (i) verificação da ocorrência das transações por meio da realização de consultas aos sistemas legados do Banco do Brasil e da verificação da sua liquidação financeira; (ii) leitura dos acordos operacionais pactuados entre a BB Corretora, o Banco do Brasil e as empresas operacionais, investidas indiretas da Companhia, para avaliar se as taxas de corretagem praticadas para as transações selecionadas foram as taxas pactuadas entre as partes; (iii) verificação do cálculo da apropriação da receita de comissões em conformidade com os conceitos do pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15); (iv) circularização das principais empresas operacionais, investidas indiretas da Companhia, para a confirmação das receitas de comissões referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e (v) verificação da adequação das divulgações efetuadas.

Como resultado da execução desses procedimentos de auditoria, identificamos deficiências não significativas de controle interno relacionadas ao processo de reconhecimento das receitas de comissões e ajustes não registrados pela Companhia, por serem considerados imateriais.

Com base nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita de comissões da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 4 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

Deloitte.

CARESTIA

Na direção contrária à do BC

Segundo o Relatório Focus, mercado projeta nova subida da inflação oficial para o fechamento de 2022. É a 11ª seguida

» FERNANDA STRICKLAND

O mercado projetou, pela 11ª vez seguida, uma piora na inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano — subiu de 6,58% para 6,86%. Os dados são do Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, o que deixa claro o descolamento entre o mercado — que é consultado para a a elaboração do levantamento — e o que projeta a autoridade monetária. Tal resultado coloca em xeque, também, a proposta do presidente do BC, Roberto Campos Netto, de promover um último aumento na taxa básica de juros na próxima reunião do Copom — agendada para os dias 3 e 4 de maio.

De acordo com a economista Heloise Sanchez, da Equipe de Análise da Terra Investimentos, o levantamento do Focus mostra que, novamente em 2022, o Brasil tem tudo para ficar com a inflação fora da meta. Para ela, o cenário se mostra muito incerto.

"Principalmente com a alta recente dos combustíveis, que deve mostrar impactos na inflação, assim como toda a questão da guerra entre Rússia e Ucrânia, que também pode impactar esses dados internos", observou.

A mediana das projeções de inflação para 2023 subiu de 3,75% para 3,8%, apesar da meta de inflação em 3,25%. Bruno Komura, analista da Ouro Preto Investimentos, não acredita que a carestia dará alívio no curto prazo. "Talvez ela desacelere um pouco esse ritmo de subida. Mas, mesmo assim, deve continuar em patamares altos", analisa.

Conforme avalia, "para conseguir conter todos esses fatores que não são persistentes ou estruturais, terá que ter uma inflação com um nível mais alto, por um tempo mais curto".

A alta de 0,95% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) — prévia da inflação oficial — nos 30 dias encerrados na primeira metade de março, mostrou que as pressões inflacionárias estão mais fortes do que o esperado pelo mercado. Isso fez com que os analistas revissem suas apostas para o índice de preços do mês para além de 1,2%. "Na teoria, a surpresa de curto prazo não deveria contaminar a inflação de 2023 e, muito menos, a de 2024", afirmou Komura.

Na semana passada, Roberto Campos Neto foi questionado sobre as razões pelas quais o mercado apostava em uma inflação corrente para março maior do que a variação de 1,02% estimada pela autoridade monetária. Afirmou que a pressão de curto prazo se devia a um repasse mais acelerado dos reajustes de combustíveis anunciados pela Petrobras.

Para o presidente do BC, a forte alta no curto prazo tenderia a ser compensada com inflação menor mais adiante. Porém, os dados do Focus mostraram que o mercado não fez essa projeção.

Ivan Luís - ASCOM/MCTI

Para Campos, a inflação subiria muito agora e, adiante, seria compensada por seguidas quedas

6,58%

é quanto o mercado projeta para o fechamento do IPCA este ano, conforme o Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem

Servidores cruzam os braços 6ª feira

Os servidores do Banco Central (BC) aprovaram, em assembleia realizada ontem, entrar em greve por tempo indeterminado a partir da próxima sexta-feira. A categoria cobra do governo reajuste salarial de 26,3% e a reestruturação das carreiras. Dos quase 1,6 mil servidores que participaram da deliberação, 82% votaram pela paralisação total das atividades. Um analista do BC recebe, em média, R$ 26,2 mil por mês.

Como consequência da greve dos servidores da instituição, o lançamento de novos serviços do Pix será suspenso. O projeto de criação do real digital também será afetado.

Uma carta dos servidores dos departamentos de Tecnologia da Informação e do Pix será enviada para a diretoria com as informações. Os serviços de transferência e pagamento do Pix, porém, continuarão funcionando.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, havia desistido de participar de um evento, ontem, em Campo Mourão (PR), para acompanhar de perto a mobilização dos servidores da autarquia. Ele chegou a se reunir com representantes dos servidores na noite de sábado. Os trabalhadores cobraram dele um posicionamento do governo sobre a possibilidade de reajuste salarial, mas Campos Neto nada ofereceu.

A paralisação no BC foi deflagrada depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar, no fim do ano passado, que daria reajustes este ano somente para policiais rodoviários e federais.

O movimento dos servidores tem atrasado até mesmo a divulgação do Relatório Focus — pela segunda vez consecutiva foi divulgado depois da hora costumeira. Mas não é somente o boletim que coleta dados do mercado que vem sofrendo atrasos para ser repassado à imprensa. Até mesmo notas técnicas estão sendo adiadas — como a das estatísticas relativas a fevereiro. Inicialmente previstas para virem a público nesta semana, uma nota do BC salientou, ontem, que as novas datas de publicação serão informadas "oportunamente". **(Com FS)**

BB SEGUROS

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

AVISO

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) www.correiobraziliense.com.br/publicidade-legal;

b) www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros#/.

O Relatório da Administração, onde abordamos as ações realizadas e resultados alcançados, no ano não está apresentado nestas demonstrações contábeis resumidas.

A Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, com exceção das referências às respectivas Notas Explicativas, estão apresentadas de forma completa.

Considerando que apenas os trechos relevantes das Notas Explicativas estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas, em comparação com as demonstrações contábeis completas algumas notas foram apresentadas de forma resumida, algumas foram apresentadas de forma completa e outras não foram apresentadas, conforme comparação a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS	
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Completa	1 – CONTEXTO OPERACIONAL
2 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada	--
3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Completa	2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Completa	3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Completa	4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS
6 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Resumida	5 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
7 – DESPESAS COM PESSOAL	Não apresentada	--
8 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	Completa	6 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS
9 – TRIBUTOS	Não apresentada	--
10 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Não apresentada	--
11 – RESULTADO FINANCEIRO	Não apresentada	--
12 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Não apresentada	--
13 – DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	Não apresentada	--
14 – OUTROS ATIVOS	Não apresentada	--
15 – DIVIDENDOS A PAGAR	Completa	7 – DIVIDENDOS A PAGAR
16 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	Não apresentada	--
17 – OUTROS PASSIVOS	Completa	8 – OUTROS PASSIVOS
18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Resumida	9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
19 – PARTES RELACIONADAS	Completa	10 – PARTES RELACIONADAS
20 – OUTRAS INFORMAÇÕES	Não apresentada	--

O Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho Fiscal estão apresentados de forma completa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$ mil

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas Operacionais		**1.842.988**	**1.896.404**
Resultado de investimentos em participações societárias	[5.b]	1.842.988	1.896.404
Resultado Bruto		**1.842.988**	**1.896.404**
Outras Receitas e Despesas		**(52.935)**	**(46.785)**
Despesas com pessoal		(7.901)	(9.717)
Despesas administrativas diversas	[6]	(2.264)	(3.345)
Despesas tributárias		(15.073)	(6.152)
Outras		(27.697)	(27.571)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**1.790.053**	**1.849.619**
Resultado Financeiro		**10.871**	**24.603**
Receitas financeiras		10.881	31.858
Despesas financeiras		(10)	(7.255)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**1.800.924**	**1.874.222**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(39.370)**	**(9.943)**
Lucro Líquido do Exercício		**1.761.554**	**1.864.279**
Número de ações		278.862.835	278.862.835
Lucro por ação (R$)		6,32	6,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ mil

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Lucro Líquido do Exercício		**1.761.554**	**1.864.279**
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em participações societárias	**[5.b]**	**(171.346)**	**(15.569)**
Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros		(285.578)	(25.950)
Efeito fiscal		114.232	10.381
Resultado Abrangente do Exercício		**1.590.208**	**1.848.710**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$ mil

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		**1.761.554**	**1.864.279**
Ajustes ao Lucro:			
Resultado de investimentos em participações societárias	[5.b]	(1.842.988)	(1.896.404)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio, líquida		--	7.219
Outros ajustes		(88)	(171)
Lucro Ajustado		**(81.522)**	**(25.077)**
Variações Patrimoniais:			
Ativos por impostos correntes e diferidos		13.293	(13.205)
Outros ativos		(2)	82
Passivos por impostos correntes e diferidos		14.024	(6.313)
Outros passivos		1.519	14.977
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades Operacionais		**(52.688)**	**(29.536)**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Dividendos recebidos		963.364	1.573.182
Juros sobre capital próprio recebidos		157.732	51.302
Aporte de capital social - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.		(449.969)	(899.939)
Aporte de capital social - Brasilcap Capitalização S.A.		(66.664)	--
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Investimento		**604.463**	**724.545**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		--	(2.292.200)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Financiamento		**--**	**(2.292.200)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**551.775**	**(1.597.191)**
Início do exercício		99.337	1.696.528
Fim do exercício		651.112	99.337
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**551.775**	**(1.597.191)**
Informações Complementares das Operações			
Imposto de Renda pago no exercício		--	(2.485)
Contribuição Social paga no exercício		(875)	(3.937)
Total dos Tributos Pagos		**(875)**	**(6.422)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	**652.765**	**99.337**
Caixa e equivalentes de caixa	651.112	99.337
Dividendos/JCP a Receber	1.648	--
Outros ativos	5	--
Ativo Não Circulante	**7.138.771**	**6.086.536**
Ativos por impostos correntes	14	13.276
Ativos por impostos diferidos	3.352	3.382
Investimentos em participações societárias	7.135.391	6.069.862
Outros ativos	14	16
Total do Ativo	**7.791.536**	**6.185.873**

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	**487.742**	**31.780**
Dividendos a pagar	440.389	--
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	291	261
Passivos por impostos correntes	14.965	941
Outros passivos	32.097	30.578
Passivo Não Circulante	**229.154**	**229.272**
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	589	707
Passivos por impostos diferidos	228.565	228.565
Total do Passivo	**716.896**	**261.052**
Patrimônio Líquido	**7.074.640**	**5.924.821**
Capital social	4.210.872	4.210.872
Reservas de lucros	3.022.066	1.700.901
Outros resultados abrangentes acumulados	(158.298)	13.048
Total do Patrimônio Líquido	**7.074.640**	**5.924.821**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**7.791.536**	**6.185.873**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ mil

Evento	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31.12.2019		**4.210.872**	**704.385**	**487.521**	**28.617**	**--**	**5.431.395**
Outros resultados abrangentes		--	--	--	(15.569)	--	(15.569)
Dividendos intermediários pagos		--	--	(487.521)	--	--	(487.521)
Lucro líquido do Exercício		**--**	**--**	**--**	**--**	**1.864.279**	**1.864.279**
Destinações:- Reservas de Lucros		--	93.214	903.302	--	(996.516)	--
- Dividendos intermediários pagos		--	--	--	--	(867.763)	(867.763)
Saldos em 31.12.2020		**4.210.872**	**797.599**	**903.302**	**13.048**	**--**	**5.924.821**
Mutações do Exercício		**--**	**93.214**	**415.781**	**(15.569)**	**--**	**493.426**
Saldos em 31.12.2020		**4.210.872**	**797.599**	**903.302**	**13.048**	**--**	**5.924.821**
Outros resultados abrangentes	[5.b]	--	--	--	(171.346)	--	(171.346)
Lucro líquido do Exercício		**--**	**--**	**--**	**--**	**1.761.554**	**1.761.554**
Destinações:- Reservas de Lucros		--	44.576	1.276.589	--	(1.321.165)	--
- Dividendos propostos a pagar		--	--	--	--	(440.389)	(440.389)
Saldos em 31.12.2021		**4.210.872**	**842.175**	**2.179.891**	**(158.298)**	**--**	**7.074.640**
Mutações do Exercício		**--**	**44.576**	**1.276.589**	**(171.346)**	**--**	**1.149.819**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R$ mil

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas		**135**	**357**
Outras Receitas		135	357
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(29.983)**	**(31.083)**
Despesas administrativas diversas	[6]	(2.264)	(3.345)
Outras		(27.719)	(27.738)
Valor Adicionado Bruto		**(29.848)**	**(30.726)**
Depreciação e Amortização		**(113)**	**(192)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**(29.961)**	**(30.918)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**1.853.869**	**1.928.262**
Resultado de investimentos em participações societárias	[5.b]	1.842.988	1.896.404
Receitas financeiras		10.881	31.858
Valor Adicionado Total a Distribuir		**1.823.908**	**1.897.344**
Distribuição do Valor Adicionado		**1.823.908**	**1.897.344**
Pessoal		7.901	9.717
Impostos, taxas e contribuições		54.443	16.093
Despesas financeiras		10	7.255
Remuneração de capital próprio		440.389	867.763
Lucros retidos no Exercício		1.321.165	996.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros" ou "Companhia") é uma empresa de participações (*holding*) controlada pela BB Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 30 de setembro de 2009, a partir da cisão parcial do patrimônio do BB-Banco de Investimento S.A.

Está inscrita sob o CNPJ nº 11.159.426/0001-09 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social participar em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e planos privados de assistência à saúde.

Tais participações estão, atualmente, organizadas no segmento de negócios de risco e acumulação, que operam produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e planos de assistência odontológica por meio da BB Seguros com parceiros privados.

Desde o início da atual conjuntura, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, foram executadas mais de 30 iniciativas com envolvimento de praticamente toda a Companhia, mediante plano específico de enfrentamento à Covid-19, sustentado sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva.

A atual estrutura organizacional da Companhia continua sendo aprimorada para garantir maior ênfase às iniciativas digitais, visando capturar oportunidades decorrentes da aceleração da migração dos consumidores para ambientes *online*.

Tomar as medidas que sustentem nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para o novo normal, completam a atuação da Companhia no enfrentamento dos efeitos decorrentes da pandemia. Priorizamos a geração de receitas com negócios mais aderentes e menos impactados pela situação, garantindo que entregas estratégicas de tecnologia não percam o ritmo, além de acelerarmos projetos com alto potencial para capturar oportunidades de mercado.

Dessa forma, a Companhia continua monitorando e avaliando os cenários que possam vir a afetar suas operações, com avaliação diária da situação, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos e coordenação da execução de planos de ação no Grupo Coordenador de Continuidade.

Além disso, a Companhia continua adotando medidas para mitigar os impactos decorrentes da pandemia, com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores, colaborar com a sociedade e com as autoridades na contenção do vírus e dar continuidade às suas operações, tais como a manutenção dos treinamentos e eventos corporativos não presenciais e da realização de reuniões internas e externas por meio de teleconferência e videoconferência. A Companhia adotou também, desde o segundo trimestre de 2020, o trabalho remoto na modalidade *home office*, com a execução regular de todos os processos da base corporativa.

A Companhia elaborou Plano de Retorno ao Escritório no decorrer do 2º trimestre de 2020, que foi continuamente aprimorado e acompanhado ao longo do 4º trimestre de 2021, com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e tranquilo para os funcionários no retorno às atividades nos escritórios da BB Seguridade, assegurando, dessa forma, a continuidade dos negócios.

Continuam sendo acompanhados pela Diretoria Executiva da Companhia os indicadores de média móvel de casos, ocupação dos leitos de UTI, taxa de transmissibilidade e evolução do Programa Nacional de Imunização.

Considerando a evolução deste último indicador e a redução dos demais até o final do 4º trimestre de 2021, a BB Seguridade concluiu o retorno gradual ao trabalho presencial dos colaboradores em dezembro de 2021. Os escritórios de Brasília e São Paulo foram adequados para essa reocupação e sinalizados com as orientações acerca das regras de distanciamento social, higiene e demais determinações das autoridades competentes.

Mesmo com a retomada das atividades presenciais nos escritórios, as ações corporativas de apoio à saúde mental e atividade física, ofertadas na modalidade remota, continuam sendo disponibilizadas e reforçadas, continuamente, pela Companhia.

Continuamos entendendo que a BB Seguros detém a força de trabalho adequada e a liquidez necessária para ultrapassar o desafio da melhor maneira possível. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística e os colaboradores e clientes estão abordados na Nota Explicativa 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da BB Seguros em 04.02.2022.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Seguros continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

c) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da BB Seguros, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R$).

e) Sazonalidade das Operações

A BB Seguros e suas investidas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas referentes ao exercício.

f) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguros e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Seguros na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Seguros aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis equivalem àqueles aplicadas às demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Seguros, a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias – As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguros nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receitas e despesas financeiras – As receitas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

No caso dos instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado (conforme alínea c.3 a seguir), a determinação do valor justo é efetuada conforme descrito na alínea c.4.

As receitas da BB Seguros advêm, principalmente, das receitas de investimentos em participações societárias e receitas financeiras. O CPC 47 [IFRS 15] - Receita de Contrato com Cliente não atinge a BB Seguros, uma vez que as receitas de investimentos em participações estão amparadas pela CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e as receitas financeiras pela CPC 48 [IFRS 9] - Instrumentos Financeiros.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado pelo custo amortizado; e (iii) instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da BB Seguros são títulos e valores mobiliários custodiados, principalmente, no Banco do Brasil (fundos de investimentos e operações compromissadas). No exercício de reporte, o uso de instrumentos derivativos pela BB Seguros é realizado de forma indireta, tendo em vista que os fundos de investimentos, dentro de suas respectivas políticas de investimentos, podem fazer uso desses instrumentos derivativos.

A BB Seguros possui participações em empresas seguradoras, para as quais não é aplicado o CPC 48 [IFRS 9]. Quando há divergência na prática contábil das empresas investidas, faz-se necessário ajustar as práticas contábeis para uniformização. Porém, a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 12/2017, do CPC, permitiu, em função de isenção para as seguradoras, que a empresa aplique o CPC sem necessidade de uniformização em relação a estas investidas (até 1º de janeiro de 2023).

c.1) Custo Amortizado – Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para o exercício, a BB Seguros não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

c.2) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para o exercício a BB Seguros não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

c.3) Valor Justo por meio do resultado (VJR) – São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da BB Seguros são títulos e valores mobiliários custodiados, principalmente, no Banco do Brasil (fundos de investimentos de curto e longo prazo e operações compromissadas). Esses valores são reconhecidos como Caixa e Equivalentes de Caixa

c.4) Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valoração incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.5) Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazo que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

d) Baixa de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros

d.1) Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) a BB Seguros transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo a BB Seguros tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, a BB Seguros continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros – Imparidade

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

Anualmente, ou sempre que houver indicação de que o ativo financeiro possa estar desvalorizado, é avaliado na BB Seguros, se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos ativos financeiros da BB Seguros.

f) Ágio e Outros Ativos Intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados sejam transferidos para a BB Seguros. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na Demonstração do Resultado.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Imparidade

Anualmente, ou sempre que houver indicação de que o ativo possa estar desvalorizado, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante o exercício, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do exercício em que ocorrer, em outras despesas/receitas operacionais.

Avalia-se ainda, anualmente, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores para um ativo, exceto os ativos de vida útil indefinida, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de outras despesas/receitas operacionais.

No exercício não houve perdas por desvalorização de ativos não financeiros da BB Seguros.

h) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e, posteriormente, ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas situações em que as investidas utilizam práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetua-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 [IAS 37] – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (1)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%	9%
Contribuição ao PIS/Pasep	1,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%	7,60%
Contribuição ao PIS/Pasep (2)	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (2)	4%	4%

(1) Inclui alíquota básica (15%) e adicional (10%)

(2) Alíquota incidente sobre aplicações financeiras.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 [IAS 12] – Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido.

De acordo com a política de dividendos, a BB Seguros distribui ao seu acionista como dividendos obrigatórios parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei 6.404/76, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do exercício.

No exercício não houve reconhecimento e pagamento de juros sobre capital próprio.

l) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 [IAS 33] – Resultado por Ação. O lucro por ação da BB Seguros foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

n) Arrendamentos

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos arrendamentos são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos, porém a BB Seguros e suas controladas não possuem operações de arrendamentos significativas.

As operações de arrendamentos estão presentes nas empresas seguradoras e operadoras de saúde nas quais a BB Seguros detém participações. Para as seguradoras, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) aprovou, por meio da Circular n° 615, de setembro de 2020, a adoção do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos, com início de vigência a partir de 1° de janeiro de 2021. Para as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ainda não aprovou a adoção da referida norma.

Quando há divergência na prática contábil adotada pela investidora em relação às empresas participadas, fazem-se necessários procedimentos de ajustes para fins de uniformização. Considerando as atuais operações de arrendamento das participadas, foram realizados os devidos ajustes nos investimentos para uniformização das práticas.

A partir de 1° de janeiro de 2021, as companhias Brasilseg, Aliança do Brasil Seguros, Brasilprev e Brasilcap passaram a adotar o CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos, não havendo, a partir de então, qualquer divergência de prática contábil relacionada ao tratamento dos arrendamentos, restando apenas o saldo de diferença de prática de períodos anteriores à adoção ao CPC, evidenciados na Nota 05 – Investimentos em Participações Societárias.

m) Melhorias às IFRS e Pronunciamentos Recentemente Emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB e Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que entrarão em vigor após este exercício:

IFRS 17 – Contratos de Seguros – O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 – Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Em março de 2020, por meio da Emenda à IFRS 17, o IASB prorrogou a data efetiva da norma para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Decidiu também estender a isenção atualmente em vigor para algumas seguradoras em relação à aplicação da IFRS 9 para permitir implementar a IFRS 9 e a IFRS 17 ao mesmo tempo.

Em maio de 2021, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, norma equivalente ao IFRS 17. A vigência deste pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em julho de 2021, a CVM recepcionou o CPC 50 por meio da Resolução CVM 42/2021, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023. Com relação a Susep e a ANS, a norma ainda não foi recepcionada.

As empresas seguradoras investidas da BB Seguros estão em fase de adaptação à aplicação da nova norma para atendimento das normas internacionais de contabilidade.

Revisões n° 15/2020 (Fase 1) e n° 17/2020 (Fase 2) de Pronunciamentos Técnicos CPC – Estabelecem alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos; CPC 11 [IFRS 4] – Contratos de Seguro; CPC 40 (R1) [IFRS 7] Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, em função da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência".

O termo refere-se à reforma de todo o mercado de referência de taxa de juros, incluindo a substituição da taxa de referência por taxa alternativa, tal como resultante das recomendações estabelecidas no relatório do *Financial Stability Board* (FSB), órgão que visa à coordenação de diversos reguladores a fim de implantar políticas de regulação e supervisão relacionadas à área financeira (com seu Secretariado sediado na Suíça, tem como participantes do Brasil a CVM, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda).

As revisões orientam que as taxas de referência livres de riscos poderiam ser mais adequadas do que as taxas de referência que contenham um componente de risco de crédito a termo.

Não identificamos necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas e, portanto, não tivemos efeitos práticos em função das revisões.

Revisão n° 16/2020 e n° 18/2021 de Pronunciamentos Técnicos do CPC – Estabelecem alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) [IFRS 16] - Arrendamento em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19, concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

A Revisão busca proporcionar um alívio prático aos locatários de arrendamentos na contabilização das concessões de aluguel decorrentes da pandemia.

Não houve impactos significativos para a BB Seguros, inclusive no âmbito de suas controladas e demais investidas.

Revisão n° 19/2021 de Pronunciamentos Técnicos do CPC – Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1) [IFRS 1], CPC 48 [IFRS 9], CPC 29 [IAS 41], CPC 27 [IAS 16], CPC 25 [IAS 37] e CPC 15 (R1) [IFRS 3] em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, relacionados à ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido, contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato e referências à Estrutura Conceitual.

A Revisão tem como objetivo melhorar a qualidade das respectivas normas para esclarecer orientações e ajustes redacionais, que possam gerar divergências de interpretações.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Não são esperados impactos significativos para a BB Seguros, inclusive no âmbito de suas controladas e demais investidas.

4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A BB Seguros conduz suas operações em um contexto que envolve um conjunto de empresas controladas pela BB Seguridade, que atuam utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa dessa companhia. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto. A Administração da BB Seguros segue a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade adotada pela BB Seguridade.

O gerenciamento dos riscos corporativos na BB Seguros abrange os seguintes riscos: contágio, estratégia, operacional, reputação, socioambiental, segurança da informação e privacidade, conformidade e liquidez. A exposição ao risco de subscrição acontece, exclusivamente, nas sociedades coligadas, sendo originada pelas operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e planos de assistência odontológica conduzidas nestas companhias.

A exemplo do que acontece na BB Seguros, as sociedades nas quais detém participações apresentam estruturas segregadas das áreas de negócios e da Auditoria Interna e com independência para a gestão de riscos. Os resultados dos trabalhos executados por essas estruturas são o subsídio para o monitoramento e avaliação contínuos, pela BB Seguros, das exposições e dos riscos relevantes nessas sociedades.

Nesse contexto, a BB Seguros busca, por meio da atuação via governança das suas participações, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão de riscos pelas sociedades nas quais detém participações. Como mecanismo de governança para a gestão de riscos, a BB Seguros indica membros em comitês voltados para a gestão financeira e de riscos nessas sociedades.

A seguir são apresentadas informações referentes ao gerenciamento dos riscos de subscrição, crédito, mercado e liquidez originados das operações conduzidas pelas sociedades nas quais a BB Seguros detém participações.

Risco de subscrição: possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas de uma companhia seguradora, de capitalização, entidade aberta de previdência complementar ou companhia que opera planos privados de assistência à saúde, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A exposição ao risco de subscrição ocorre indiretamente em razão das atividades operacionais de suas investidas nos segmentos de seguros (Brasilseg e Aliança do Brasil), de previdência complementar aberta (Brasilprev), de capitalização (Brasilcap), e planos de assistência odontológica (Brasildental).

No mercado de seguros, as seguradoras entendem que o principal risco transferido para elas é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor dos passivos dos contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e a severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

Para reduzir esses riscos, são utilizadas estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

No mercado de previdência, a Brasilprev monitora o risco de longevidade, adotando, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela companhia, e gerencia os riscos associados ao cancelamento antecipado de planos.

No mercado de capitalização, a exposição ao risco de subscrição decorre do risco de sorteios a realizar, da garantia de resgate pelo cliente conforme condições do produto e de despesas administrativas, todos geridos pela Brasilcap durante o desenvolvimento e ao longo da vida dos produtos.

Cabe destacar que as provisões técnicas das sociedades operacionais vinculadas à BB Seguros são calculadas de acordo com notas técnicas e normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Risco de crédito: possibilidade de impactos negativos associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

No que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito em relação aos direitos de recebimento dos prêmios e contribuições. Considerando as características do portfólio de negócios e o perfil da carteira de clientes, a Administração entende que o risco de crédito está presente de forma mais intensa nas aplicações financeiras e nas operações de resseguros e retrocessão contratadas pelas sociedades em que a BB Seguros detém participações.

O risco de crédito associado à contraparte em operações de resseguros e retrocessão é gerenciado pelas sociedades investidas por meio de regras de cessão, limites de exposição consolidados para cada negócio, limites de cessão por rating e limites de crédito por ressegurador, respeitando-se ainda os limites regulatórios.

Em relação aos investimentos financeiros, as sociedades nas quais a BB Seguros detém participações priorizam as contrapartes com alta qualidade de rating de crédito, e mantém posições concentradas predominantemente no risco do Tesouro Nacional.

Risco de mercado: possibilidade de impactos negativos decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela companhia.

Os investimentos financeiros da BB Seguros estão concentrados em títulos públicos federais e em operações compromissadas lastreadas por estes títulos, indexados à taxa Selic, apresentando reduzida exposição ao risco de mercado.

Nas sociedades investidas, a gestão do risco de mercado é sustentada por ferramentas estatísticas como análises de sensibilidade à moeda estrangeira, índices de preços e taxas de juros, cálculo do Value at Risk (VaR), Stress Testing, dentre outras. Uma parcela dos ativos exposta a taxas de juros pré-fixadas encontra-se protegida contra variações de mercado por operações com derivativos (hedge).

Risco de liquidez: possibilidade de impactos negativos devido à falta de recursos para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.

Gestão de capital e solvência e liquidez regulatória das sociedades coligadas

Na gestão de capital das sociedades investidas supervisionadas pela Susep, o principal indicador utilizado é o Capital Mínimo Requerido (CMR), que representa o capital total que uma companhia deve manter, a qualquer tempo, para operar, e visa garantir os riscos inerentes às suas operações, conforme regulamentado pela Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores.

O CMR é composto por parcelas referentes aos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a suficiência de capital é medida utilizando-se o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia, que deve ser igual ou superior ao CMR calculado.

A Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores estabelece, também, modelos para cálculo de provisões técnicas além de exigir ativos líquidos adicionais para manutenção da liquidez da companhia.

Para companhias reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) existem regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de PLA e Margem de Solvência (MS) de acordo com a Resolução Normativa 451/2020 e alterações posteriores.

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, considerando os dados fornecidos por cada investida, todas as empresas nas quais a BB Seguridade detém participação e que estão sujeitas a exigência de capital regulatório, apresentavam suficiência de capital, solvência e liquidez, em conformidade com a legislação vigente aplicável.

a) Impacto da Covid-19 na BB Seguros e suas investidas.

a.1) Impactos na continuidade de negócios

No final de 2021, foi criado o Comitê de Gestão de Continuidade e Crises (CGCC), que visa o assessoramento à Diretoria em assuntos relacionados ao risco de descontinuidade e crises. Além disso, a BB Seguros, por meio do Grupo BB Seguridade, continua contando com o Grupo Coordenador de Continuidade (GCC), que se reúne periodicamente buscando alternativas aos mais diversos cenários e impactos advindos desses, assegurando a continuidade dos processos, em especial no que se refere à disponibilidade de sistemas, ferramentas e conectividade, reportando potenciais situações de crise ao CGCC.

Em dezembro de 2021, a BB Seguridade finalizou o plano de retorno ao trabalho presencial. Os escritórios de Brasília e São Paulo foram adequados para essa reocupação e sinalizados com as orientações acerca das regras de distanciamento social, higiene e demais determinações das autoridades competentes. Considerando as incertezas associadas ao contexto de pandemia, foram revisitados os planos de continuidade de forma a garantir a efetividade das ações de contingência e rápido acionamento do trabalho remoto em caso de necessidade.

Em relação aos serviços contratados pela BB Seguridade, conforme monitoramento, não foi detectada nenhuma descontinuidade associada a contratos vigentes que possa impactar os negócios da Companhia.

a.2) Impactos nas demonstrações contábeis

A capacidade da Administração para a realização do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da BB Seguros não foi afetada.

Ressalte-se que os processos, especificamente da Superintendência de Contabilidade, estão contemplados em planos de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises, sendo grande parte deles considerados críticos, e que, portanto, são testados periodicamente para o enfrentamento de crises.

Portanto, considerando as informações aqui expostas e considerando ainda a experiência bem-sucedida da divulgação dos resultados desde o primeiro trimestre de 2020, não há indícios, até o momento, de que ocorrerão problemas com as demonstrações contábeis até o final da crise gerada pela pandemia.

a.3) Impactos em capital regulatório

No quesito de capital, não há exigência mínima de capital definida por órgãos reguladores para a BB Seguros, bem como a mesma não possui dívidas, operando apenas com capital próprio. Destaca-se, ainda, que o cenário vivenciado não apresentou comprometimento de sua capacidade de honrar suas obrigações atuais e futuras.

Para as investidas, em que é exigido capital mínimo, há a busca por manutenção de capital adicional ao regulatório, com a finalidade de minimizar as chances de descumprimento dos montantes exigidos e em consonância com apetite a riscos definido por seus Conselhos de Administração.

A Resolução CNSP n° 321/2015 e alterações posteriores estabelecem critérios para a elaboração de planos de regularização de solvência e liquidez em casos de desenquadramentos regulatórios. Importante destacar que as empresas investidas, conforme diretrizes definidas pelo Grupo, não têm apetite ao risco de desenquadramento de solvência regulatória.

A volatilidade das curvas de juros futuros gerada pelas incertezas em relação ao cenário macroeconômico, que emergiram parte em decorrência da pandemia, promove volatilidade também no capital regulatório das companhias, pois os valores de mercado dos ativos influenciam o PLA, independentemente da classificação contábil dos títulos mantidos em carteira, bem como influenciam os valores dos passivos atrelados a índices de mercado específicos.

A Brasilprev estruturou mecanismos para projeções de mercado e seus impactos na necessidade de capital regulatório e projeção de PLA. No quarto trimestre, o Plano de Contingência de Capital continuou ativo, com instrumentos específicos para antever situações críticas e contorná-las rapidamente. Cenários utilizados nos cálculos de projeção indicam redução da probabilidade de reforço do patrimônio líquido no futuro, para cobertura da exigência de capital regulatório.

Em relação à Brasilcap, a Resolução CNSP nº 432/2021 trouxe impactos negativos para a investida, pois dentre outras alterações passou a limitar um dos ajustes econômicos do PLA ao efeito no CMR da parcela de risco de subscrição (anteriormente limitado ao efeito do risco de mercado), que dentre outros aspectos que penalizaram o PLA em dezembro de 2021.

A abertura da curva de juros ao longo do terceiro e quarto trimestres também trouxe impactos relevantes e impulsionou a adoção de ações para reconfiguração da composição da carteira de ativos mediante encurtamento da *duration* da carteira, a redução do *payout* para o exercício de 2021, a tomada de crédito no valor de R$ 200 milhões para garantir a suficiência de liquidez regulatória e aporte de capital pelos acionistas no valor total de R$ 100 milhões, para manutenção da suficiência de capital regulatório.

A Brasilseg, que dentre as empresas investidas é a que possui maior necessidade de capital para risco de subscrição, será impactada positivamente pelas Resoluções CNSP nº 412/2021 e CNSP nº 432/2021. Com referência aos impactos da Covid-19, o quarto trimestre, tal como o terceiro, manteve a reversão da tendência de alta na sinistralidade registrada ao longo do primeiro semestre. Houve redução de 14,1 p.p. no índice de sinistralidade em relação ao 3T21. No ano, conforme dados gerenciais da Brasilseg de 18/01/2022, foram registrados 11,4 mil sinistros relacionados à Covid-19, totalizando R$ 864 milhões em indenizações.

Considerando as incertezas que persistem num contexto de pandemia, as sociedades investidas estão constantemente revisando seus modelos de projeção de capital e testes de estresse, para realizar a melhor gestão em busca da manutenção de níveis adequados de cobertura da exigência de capital regulatório.

a.4) Expectativa de impactos futuros

Ainda que com todas as incertezas, a característica da formação de resultado da BB Seguros, baseada principalmente em receitas diferidas e rentabilidade sobre as reservas, contribui para a redução na volatilidade do lucro líquido da Companhia. Conforme verificado até o quarto trimestre de 2021, apesar de não ser imune aos efeitos da crise, as receitas de linhas importantes, como: Vida, Rural e Previdência cresceram em relação a 2020.

Fatores positivos das características da operação do Grupo como: a baixa sensibilidade dos seguros rurais aos efeitos causados pela pandemia, a estabilidade do saldo das reservas de previdência e capitalização e o conservadorismo adotado na alocação dos ativos financeiros das empresas do conglomerado colaboram para que os impactos da pandemia nos negócios não sejam tão severos como em outras indústrias.

Em relação ao 4T21, verifica-se uma redução relevante dos efeitos adversos da pandemia comparados aos nove primeiros meses do ano, como menores níveis de sinistralidade relacionados às coberturas de vida e inflação medida pelo IGP-M. Não foram identificados indícios de novos fatores relacionados à pandemia e seus efeitos adversos que comprometam a estrutura de capital, nem a necessidade de interrupção do pagamento de dividendos por parte da BB Seguros.

A BB Seguros e as demais companhias investidas mantêm o compromisso de eficiência na gestão do seu capital, o que significa que, na ausência de investimentos estratégicos ou financeiros com retorno acima do custo de capital, a retenção de resultados se dará apenas na proporção necessária para manter níveis adequados de liquidez que suportem suas operações e garantam patamares de solvência adequados sob o aspecto regulatório e de apetite a risco de cada companhia. Não há necessidade de revisão da política de dividendos, bem como não há expectativa de alteração relevante nas práticas de distribuição de resultados adotadas atualmente.

Nesse sentido, considerando a natureza atípica do contexto de pandemia de 2020 e 2021, a retenção de capital pode se dar em patamares superiores aos níveis históricos, com tendência de volta aos patamares históricos a partir da normalização da situação.

5 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Descrição dos Investimentos em Participações Societárias, por segmento de negócio / ramo de atuação

Segmento	Ramo de atuação	Empresa	Descrição	Prática Contábil Original	% de participação 31.12.2021 e 31.12.2020 ON	Total
Seguridade	Seguros – Vida, habitacional, rural e patrimonial	BB Mapfre Participações S.A. (BB Mapfre)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	BRGAAP	49,99	74,99
		Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg)	Atuação no segmento de riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
		Aliança do Brasil Seguros S.A. (Aliança do Brasil)	Atuação no segmento de seguros de danos.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
	Capitalização	Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	SUSEPGAAP	49,99	66,66
	Previdência Privada	Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	SUSEPGAAP	49,99	74,99
	Saúde	Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	Comercializa de planos odontológicos.	ANSGAAP	49,99	74,99

b) Participações Societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

R$ mil

	BB Mapfre	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental	Total
Saldo em 31.12.2021					
Capital Social	1.469.848	2.929.258	254.393	9.500	--
Patrimônio Líquido	2.436.424	5.833.438	474.965	21.451	--
Saldo em 31.12.2020					
Capital Social	1.469.848	1.418.669	231.264	9.500	--
Patrimônio Líquido	2.294.376	4.328.467	539.537	20.775	--
Movimentação dos Investimentos de 01.01 a 31.12.2021					
Saldo Contábil 31.12.2020	**2.245.714**	**3.338.239**	**470.327**	**15.582**	**6.069.862**
Dividendos/JCP	(897.034)	(189.137)	(19.998)	(16.577)	(1.122.746)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(78.614)	(1.238)	(91.494)	--	(171.346)
Outros Eventos	--	449.969	66.664	--	516.633
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.067.020	756.544	2.341	17.083	1.842.988
Saldo Contábil 31.12.2021	**2.337.086**	**4.354.377**	**427.840**	**16.088**	**7.135.391**
Resultado de Equivalência Patrimonial					
Exercício 2021	**1.067.020**	**756.544**	**2.341**	**17.083**	**1.842.988**
Exercício 2020	**1.086.543**	**686.379**	**105.780**	**17.702**	**1.896.404**

c) Informações financeiras resumidas dos Investimentos em Participações Societárias

Os valores apresentados a seguir referem-se às demonstrações contábeis das investidas, já considerando as harmonizações de práticas contábeis para o exercício atual, quando é o caso, e de acordo com as respectivas práticas contábeis, conforme descrito no item "a" acima, com os ajustes das harmonizações destacadas.

c.1) BB Mapfre Participações

Informações de Resultado

R$ mil

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	Seguros – Vida, habitacional, rural e patrimonial					
	Exercício 2021			Exercício 2020		
	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre
Receitas líquidas das operações/prêmios	**142.666**	**2.334.700**	**--**	**130.761**	**2.361.065**	**--**
Seguros	781.468	9.778.619	--	615.153	8.325.642	--
Resseguros	55.799	(40.375)	--	44.552	7.976	--
Custos/despesas	(694.601)	(7.403.544)	--	(528.944)	(5.972.553)	--
Resultado financeiro	**41.891**	**221.222**	**3.318**	**10.715**	**248.659**	**2.274**
Receitas de juros	5.863	21.719	--	9.604	152.463	--
Outras receitas financeiras	23.088	308.321	3.318	17.159	190.487	2.288
Despesas de juros	14.708	(42.161)	--	(4.349)	(17.052)	--
Outras despesas financeiras	(1.768)	(66.657)	--	(11.699)	(77.239)	(14)
Resultado patrimonial	**(4.933)**	**(35.160)**	**1.441.444**	**--**	**2.040**	**1.468.583**
Depreciação e amortização	(4.933)	(36.826)	--	--	--	--
Outras receitas/despesas patrimoniais	--	1.666	1.441.444	--	2.040	1.468.583
Outras receitas e despesas	**(66.074)**	**(676.094)**	**(335)**	**(63.448)**	**(684.071)**	**(4.045)**
Outras despesas	(66.074)	(676.094)	(335)	(63.448)	(684.071)	(4.045)
Resultado operacional	**113.550**	**1.844.668**	**1.444.427**	**78.028**	**1.927.693**	**1.466.812**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(13)	189	--	(242)	14	--
Resultado antes dos impostos	**113.537**	**1.844.857**	**1.444.427**	**77.786**	**1.927.707**	**1.466.812**
Impostos	(43.281)	(455.915)	(789)	(29.891)	(485.653)	425
Participações nos lucros	(783)	(16.969)	(554)	(1.094)	(20.274)	--
Lucro líquido do exercício	**69.473**	**1.371.973**	**1.443.084**	**46.801**	**1.421.780**	**1.467.237**
Outros resultados abrangentes	116	(104.948)	(104.832)	--	--	--
Resultado abrangente total	**69.589**	**1.267.025**	**1.338.252**	**46.801**	**1.421.780**	**1.467.237**
Atribuível à BB Seguros	**52.098**	**1.028.843**	**1.082.169**	**35.096**	**1.066.193**	**1.100.281**
Outros ajustes [1]	--	--	(15.149)	--	--	(13.738)
Resultado de equivalência	**52.098**	**1.028.843**	**1.067.020**	**35.096**	**1.066.193**	**1.086.543**

(1) Amortização do intangível oriundo do acordo de parceria com a Mapfre

Informações Patrimoniais

R$ mil

Segmento	Seguridade					
Ramo de atuação	Seguros – Vida, habitacional, rural e patrimonial					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre	Aliança do Brasil	Brasilseg	BB Mapfre
Ativo circulante	**833.966**	**10.835.734**	**190.475**	**696.068**	**7.014.657**	**91.167**
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	1.975	--	3.500	6.040	--
Aplicações	352.736	5.740.818	3.267	344.980	2.960.674	89.872
Outros ativos circulantes	480.230	5.092.941	187.208	347.588	4.047.943	1.295
Ativo não circulante	**236.956**	**7.315.139**	**2.247.035**	**155.666**	**8.906.115**	**2.203.448**
Aplicações	101.847	1.838.943	--	70.370	3.784.285	--
Outros ativos não circulantes	135.109	5.476.196	2.247.035	85.296	5.121.830	2.203.448
Passivo circulante	**680.086**	**10.003.179**	**1.086**	**523.812**	**8.549.722**	**239**
Passivos financeiros	33.055	293.541	1.086	24.407	250.282	239
Provisões técnicas	489.932	6.999.381	--	402.270	5.464.185	--
Dividendos a pagar	17.383	167.544	--	--	--	--
Outros passivos circulantes	139.716	2.542.713	--	97.135	2.835.255	--
Passivo não circulante	**182.644**	**6.474.298**	**--**	**149.379**	**5.642.957**	**--**
Passivos financeiros	55	--	--	--	522	--
Provisões técnicas	143.747	5.519.572	--	133.739	4.983.788	--
Outros passivos não circulantes	38.842	954.726	--	15.640	658.647	--
Patrimônio líquido	**208.192**	**1.673.396**	**2.436.424**	**178.543**	**1.728.093**	**2.294.376**
Atribuível à BB Seguros	**156.123**	**1.254.880**	**1.827.074**	**133.889**	**1.295.897**	**1.720.553**
Intangível [1]	--	--	510.012	--	--	525.161
Saldo do investimento	**156.123**	**1.254.880**	**2.337.086**	**133.889**	**1.295.897**	**2.245.714**

(1) Inclui no valor contábil do investimento da BB Mapfre, intangível de vida útil definida, no montante líquido de amortizações de R$ 171.008 mil em 31.12.2021 (R$ 186.157 mil em 31.12.2020) e intangível de vida útil indefinida no montante de R$ 339.004 mil oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

c.2) Brasilprev, Brasilcap e Brasildental

Informações de Resultado

R$ mil

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
Exercício 2021	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Receitas líquidas das operações/prêmios	**2.592.744**	**8.521**	**71.224**
Previdência	48.987.349	--	--
Capitalização	--	582.268	--
Assistência à saúde	--	--	119.517
Custos/despesas	(46.394.605)	(573.747)	(48.293)
Resultado financeiro	**(333.910)**	**(37.828)**	**(8)**
Receitas de juros	5.381.791	620.178	--
Outras receitas financeiras	542.196	461.001	1.498
Despesas de juros	(2.231.100)	(408.323)	--
Outras despesas financeiras	(4.026.797)	(710.684)	(1.506)
Resultado patrimonial	**(45.453)**	**(576)**	**(60)**
Depreciação e amortização	(45.453)	(576)	(60)
Outras receitas e despesas	**(612.636)**	**44.442**	**(35.695)**
Outras receitas	17.073	46.280	167
Outras despesas	(629.709)	(1.838)	(35.862)
Resultado operacional	**1.600.745**	**14.559**	**35.461**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(191)	(2)	--
Resultado antes dos impostos	**1.600.554**	**14.557**	**35.461**
Impostos	(578.677)	(5.124)	(12.142)
Participações nos lucros	(13.084)	(5.921)	(541)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**1.008.793**	**3.512**	**22.778**
Outros resultados abrangentes	(447)	(90.927)	--
Resultado abrangente total	**1.008.346**	**(87.415)**	**22.778**
Atribuível à BB Seguros	**756.544**	**2.341**	**17.083**
Resultado de equivalência	**756.544**	**2.341**	**17.083**

R$ mil

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
Exercício 2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Receitas líquidas das operações/prêmios	**2.357.279**	**(897)**	**70.813**
Previdência	2.357.279	--	--
Capitalização	--	690.264	--
Assistência à saúde	--	--	116.099
Custos/despesas	--	(691.161)	(45.286)
Resultado financeiro	**(278.561)**	**239.061**	**(536)**
Receitas de juros	4.517.529	630.578	--
Outras receitas financeiras	4.973.066	124.894	765
Despesas de juros	(1.695.581)	(423.051)	--
Outras despesas financeiras	(8.073.575)	(93.360)	(1.301)
Resultado patrimonial	**(42.495)**	**(862)**	**(39)**
Depreciação e amortização	(42.495)	(862)	(39)
Outras receitas e despesas	**(577.432)**	**28.226**	**(33.944)**
Outras receitas	16.367	29.079	23
Outras despesas	(593.799)	(853)	(33.967)
Resultado operacional	**1.458.791**	**265.528**	**36.294**
Ganhos/perdas com ativos não correntes	(1.501)	12	--
Resultado antes dos impostos	**1.457.290**	**265.539**	**36.294**
Impostos	(537.168)	(101.144)	(12.326)
Participações nos lucros	(8.118)	(5.595)	(366)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**912.004**	**158.801**	**23.602**
Outros resultados abrangentes	(566)	46.327	--
Resultado abrangente total	**911.438**	**205.128**	**23.602**
Atribuível à BB Seguros	**683.958**	**105.855**	**17.702**
Diferença de prática contábil [1]	2.421	(75)	--
Resultado de equivalência	**686.379**	**105.780**	**17.702**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos.

Informações Patrimoniais

R$ mil

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
31.12.2021	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Ativo circulante	**302.399.384**	**6.130.957**	**44.433**
Caixa e equivalentes de caixa	601.280	37	2.262
Aplicações	300.462.391	6.092.191	36.402
Outros ativos circulantes	1.335.713	38.729	5.769
Ativo não circulante	**18.186.069**	**3.540.508**	**2.401**
Aplicações	17.094.808	2.182.944	--
Outros ativos não circulantes	1.091.261	1.357.564	2.401
Passivo circulante	**35.631.094**	**8.107.689**	**21.302**
Passivos financeiros	397.864	205.599	--
Provisões técnicas	34.700.950	7.872.886	12.662
Dividendos a pagar	2.198	2.681	--
Outros passivos circulantes	530.082	26.523	8.640
Passivo não circulante	**279.120.921**	**1.088.809**	**4.080**
Provisões técnicas	581.677	10.780	--
Passivo financeiro	278.516.180	--	--
Outros passivos não circulantes	23.064	1.078.029	4.080
Patrimônio líquido	**5.833.438**	**474.965**	**21.452**
Atribuível à BB Seguros	4.374.787	316.610	16.088
Diferença de prática contábil [1]	2.421	(75)	--
Ajustes [2]	(22.831)	111.305	--
Saldo do investimento	**4.354.377**	**427.840**	**16.088**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos de períodos anteriores. Brasilprev e Brasilcap passaram a adotar o CPC 06 (R2) [IFRS 16] a partir de 1° de janeiro de 2021.

(2) Inclui na Brasilprev de resultado não realizado da venda da participação acionária da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (MNCVP) em julho de 2012. Na Brasilcap inclui o ágio de R$ 110.749 mil, na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22.07.2011 e R$ 556 mil de dividendos a receber não reconhecidos pela BB Seguros, devido a aprovação no âmbito da Brasilcap ter ocorrido pela Diretoria em 25.01.2022.

R$ mil

Segmento	Seguridade		
Ramo de atuação	Previdência Privada	Capitalização	Saúde
31.12.2020	Brasilprev	Brasilcap	Brasildental
Ativo circulante	**299.893.358**	**5.952.543**	**45.380**
Caixa e equivalentes de caixa	14.201	413	2.108
Aplicações	298.891.327	5.929.382	37.126
Outros ativos circulantes	987.830	22.748	6.146
Ativo não circulante	**13.261.289**	**3.958.004**	**1.775**
Aplicações	12.246.283	2.800.346	--
Outros ativos não circulantes	1.015.006	**1.157.658**	1.775
Passivo circulante	**35.083.159**	**8.351.929**	**23.083**
Passivos financeiros	266.586	526	--
Provisões técnicas	34.486.024	8.261.132	14.295
Dividendos a pagar	--	1.814	--
Outros passivos circulantes	330.549	88.457	8.788
Passivo não circulante	**273.743.021**	**1.019.084**	**3.296**
Provisões técnicas	273.724.242	--	--
Outros passivos não circulantes	18.779	1.019.084	3.296
Patrimônio líquido	**4.328.467**	**539.536**	**20.776**
Atribuível à BB Seguros	3.246.134	359.653	15.582
Diferença de prática contábil [1]	2.421	(75)	--
Ajustes [2]	89.684	110.749	--
Saldo do investimento	**3.338.239**	**470.327**	**15.582**

(1) Ajustes para fins de uniformização de prática contábil em virtude do CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos.

(2) Inclui na Brasilprev o valor de R$ 112.515 mil referente ao reforço de capital para manutenção da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado frente ao capital mínimo requerido (requisito regulatório). Trata-se de valor proporcional à participação da BB Seguros no capital social integralizado pela Principal Financial Group em janeiro de 2021 e redução de R$ 22.831 mil de resultado não realizado da venda da participação acionária da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (MNCVP) em julho de 2012. Na Brasilcap, inclui o ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

6 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Processamento de dados	(817)	(1.089)
Aluguéis e taxa condominial	(808)	(968)
Serviços técnicos especializados	(401)	(662)
Viagens a serviço	(46)	(226)
Gastos com comunicação	(35)	(110)
Outras	(157)	(290)
Total	**(2.264)**	**(3.345)**

BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

7 – DIVIDENDOS A PAGAR

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a pagar	**440.389**	**--**

8 – OUTROS PASSIVOS

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante		
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	**32.096**	**30.577**
Outros	**1**	**1**
Total	**32.097**	**30.578**

(1) Em 31.12.2021, R$ 30.969 mil (R$ 29.292 mil em 31.12.2020) referem-se ao mecanismo de ajuste de preço dos ativos (Earn In/Out) da Brasillveículos (atual Mapfre Seguros Gerais) alienados à MAPFRE Brasil em 30.11.2018.

9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 4.210.872 mil em 31.12.2021 e em 31.12.2020 está dividido em 278.862.835 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R$ 7.074.640 mil em 31.12.2021 (R$ 5.924.821 mil em 31.12.2020), corresponde a um valor patrimonial da ação de R$ 25,37 em 31.12.2021 (R$ 21,25 em 31.12.2020).

b) Reservas de Capital e de Lucros

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de Lucros	**3.022.066**	**1.700.901**
Reserva legal	**842.175**	**797.599**
Reserva Estatutária	**2.179.891**	**903.302**

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização da Remuneração de Capital tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, limitada a 80% do valor do capital social, sendo formada com recursos: Equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício e decorrentes de antecipações de dividendos.

A Reserva Estatutária para Reforço de Capital tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, inclusive para aumento do capital nas sociedades das quais participa como acionista e a aquisição de sociedades enquadradas no art. 5º do Estatuto Social, limitada a 80% do valor do capital social e sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
(1) - Lucro líquido	1.761.554	1.864.279
(2) - Reserva legal constituída	44.576	93.214
(=) Base de cálculo (1 - 2)	**1.716.978**	**1.771.065**
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	429.245	442.766
(4) - Dividendos adicionais	11.144	424.997
(5) - Reserva Estatutária	1.276.589	903.302
(=) **Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)**	**--**	**--**
(6) - Dividendos propostos (3+4)	440.389	867.763
(7) - Dividendos pagos	--	867.763
(=) Dividendos a pagar (6-7)	**440.389**	**--**

A BB Seguros segue a Política de Dividendos disponível no site de Relações com Investidores da BB Seguridade.

A Política é revisada anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração do Grupo para aprovação.

c.1) Dividendos por ação

	2° Sem/2021		1° Sem/2021		2° Sem/2020		1° Sem/2020	
	Valor (R$ mil)	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**	**Valor (R$ mil)**	**Valor por ação (R$)**
Dividendos	440.389	1,58	--	--	--	--	1.355.284	4,86

10 – PARTES RELACIONADAS

A BB Seguros possui convênio firmado com a BB Seguridade em 15/06/2016, com prazo de vigência de 20 anos, para rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, do espaço físico, dos recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários à manutenção das atividades das Companhias. O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio conforme a efetiva utilização dos recursos. A estrutura compartilhada entre a BB Seguros e seu Controlador contribui para a economicidade na utilização dos recursos.

Os custos com a remuneração atribuída ao Conselho Fiscal da BB Seguros no exercício de 2021 foram de R$ 37 mil (R$ 184 mil no exercício de 2020).

As transações bancárias foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente e aplicações financeiras, bem como o rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

A BB Seguros não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

A relação de suas participações em empresas investidas está demonstrada na nota 5.

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Seguros com as partes relacionadas em 31.12.2021 e 31.12.2020 e seus respectivos resultados no exercício de 2021 e 2020:

R$ mil

	31.12.2021				31.12.2020			
	Controlador Final (1)	**Controlador Direto (2)**	**Empresas Investidas (3)**	**Total**	**Controlador Final (1)**	**Controlador Diretor (2)**	**Empresas Investidas (3)**	**Total**
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	651.112	--	--	651.112	99.337	--	--	99.337
Dividendos a receber	--	--	1.648	1.648	--	--	--	--
Passivos								
Valores a pagar a sociedades ligadas		1.127	30.969	32.096	--	1.285	29.292	30.577
Dividendos a pagar	--	440.389	--	440.389	--	--	--	--

R$ mil

	Exercício 2021				Exercício 2020			
	Controlador Final (1)	**Controlador Direto (2)**	**Empresas Investidas (3)**	**Total**	**Controlador Final (1)**	**Controlador Diretor (2)**	**Empresas Investidas (3)**	**Total**
Resultado								
Receitas de aplicações financeiras	10.273	--	--	10.273	31.857	--	--	31.857
Despesas de pessoal	(7.901)	--	--	(7.901)	(9.717)	--	--	(9.717
Despesas administrativas	--	(2.420)	--	(2.420)	--	(1.070)	--	(1.070)
Variações monetárias passivas	--	--	--	--	--	(7.219)	--	(7.219)

(1) O controle direto da BB Seguros foi alterado em 31.12.2012, passando do Banco do Brasil S.A. para a BB Seguridade Participações S.A. Entretanto, o Banco do Brasil S.A. continua sendo o controlador em última instância.

(2) BB Seguridade Participações S.A.

(3) Empresas relacionadas BB MAPFRE Participações S.A. e suas controladas, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A. e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

b) Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Seguros não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da BB Seguridade.

A BB Seguros ressarce a BB Seguridade pelas despesas de pessoal.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da

BB Seguros Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 4 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

Deloitte.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimonio Liquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes e a Proposta de Destinação do Resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores e no seu relatório, emitido em 04 de fevereiro de 2022, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2022.

Francisco Olinto Velo Schmitt
Conselheiro

Luis Felipe Vital Nunes Pereira
Conselheiro

Lucinéia Possar
Presidente

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETOR-PRESIDENTE
Ullisses Christian Silva Assis

DIRETORES
Marcelo Lopes Lourenço
Rafael Augusto Sperendio

CONSELHO FISCAL
Lucineia Possar
Francisco Olinto Velo Schmitt
Luis Felipe Vital Nunes Pereira

COMITÊ DE AUDITORIA
Luiz Claudio Moraes
Artemio Bertholini
Gilberto Lourenço da Aparecida
Manoel Gimenes Ruy
Roberto Lamb

CONTADOR
Pedro Kiefer Braga
CRC-DF 020.786/O-0
CPF 027.782.029-43

MERCADO DE CAPITAIS

Queda vertiginosa nas multas

Sanções aplicadas pela CVM, em 2021, caíram quase 100% em relação a 2020: apenas R$ 19,3 milhões contra R$ 950,5 milhões

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou R$ 19,329 milhões em multas a infratores do mercado de capitais em 2021. O valor total das punições foi 98% inferior ao do ano anterior, quando somou R$ 950,5 milhões, e a menor cifra desde 2011, quando foram aplicadas multas de R$ 18 milhões (valor da época, sem correção pela inflação).

O movimento reflete, sobretudo, a ausência de grandes casos julgados com punições elevadas. Em 2020, por exemplo, a CVM aplicou multa de R$ 500 milhões em um único processo, do Rio Previdência. A baixa reflete ainda, em parte, o menor número de processos julgados pelo colegiado: foram 56 em 2021, inferior aos 63 do ano anterior, com redução de 11%.

No total, 83 participantes do mercado foram multados no ano passado, além de um inabilitado e 25 advertidos. Dois foram proibidos de atuar no mercado e 114 absolvidos pela CVM. Os dados fazem parte do *Relatório de Atividade Sancionadora*, divulgado ontem. Ao longo do ano, foram iniciados 113 procedimentos administrativos investigativos.

A CVM também apreciou 102 propostas de acordo para encerrar processos administrativos, os chamados termos de compromisso. Trata-se de um número recorde, superando 2018. Do total, o colegiado aprovou 45 propostas de acordo, envolvendo 98 participantes do mercado de capitais. Somados os valores, o montante atingido foi de R$ 71,8 milhões.

O total de indícios de crime comunicados pela CVM aos ministérios públicos dos estados e Federal somou 215 em 2021, baixa de 33,8% frente ao ano anterior (325). Apesar da redução, o ano foi marcado por casos de grande repercussão, como o chamado "Faraó dos Bitcoins", apelido de Glaidson Acácio dos Santos, preso em agosto por supostamente liderar um esquema milionário de pirâmide financeira. O cenário de crise e juros baixos deixa investidores ávidos por rentabilidade, favorecendo esquemas de fraude.

A análise de crimes envolvendo pirâmides não é da competência da autarquia, por isso as suspeitas identificadas são levadas aos MPs. Segundo a CVM, 134 ofícios foram emitidos para os Ministérios Públicos Estaduais no ano passado e 81 foram enviados para o Ministério Público Federal, totalizando os 215 ofícios, segundo maior resultado da série histórica.

Instagram/Reprodução

Atuação de Glaidson, o "Faraó dos Bitcoins", atraiu a CVM

BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 27.833.136/0001-39

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

AVISO

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) www.correiobraziliense.com.br/publicidade-legal;

b) www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros#/.

O Relatório da Administração, onde abordamos as ações realizadas e resultados alcançados no ano, não está apresentado nestas demonstrações contábeis resumidas.

A Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, com exceção das referências às respectivas Notas Explicativas, estão apresentadas de forma completa.

Considerando que apenas os trechos relevantes das Notas Explicativas estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas, em comparação com as demonstrações contábeis completas algumas notas foram apresentadas de forma resumida, algumas foram apresentadas de forma completa e outras não foram apresentadas, conforme comparação a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Completa	1 – CONTEXTO OPERACIONAL
2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Completa	2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Completa	3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Completa	4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS
5 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada	--
6 – RECEITAS DE COMISSÕES	Completa	5 – RECEITAS DE COMISSÕES
7 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Completa	6 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS
8 – DESPESAS COM PESSOAL	Não apresentada	--
9 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS	Completa	7 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS
10 – TRIBUTOS	Completa	8 – TRIBUTOS
11 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Não apresentada	--
12 – RESULTADO FINANCEIRO	Não apresentada	--
13 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Completa	9 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Não apresentada	--
15 – COMISSÕES A RECEBER	Completa	10 – COMISSÕES A RECEBER
16 – OUTROS ATIVOS	Não apresentada	--
17 – DIVIDENDOS A PAGAR	Completa	11 – DIVIDENDOS A PAGAR
18 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	Não apresentada	--
19 – COMISSÕES A APROPRIAR	Completa	12 – COMISSÕES A APROPRIAR
20 – OUTROS PASSIVOS	Não apresentada	--
21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Resumida	13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22 – PARTES RELACIONADAS	Completa	14 – PARTES RELACIONADAS

O Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho Fiscal estão apresentados de forma completa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$ mil (exceto lucro por ação)

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas Operacionais		**3.495.586**	**3.251.279**
Receitas de comissões, líquidas	[5]	3.495.586	3.251.279
Custos dos Serviços Prestados	**[6]**	**(193.830)**	**(176.868)**
Resultado Bruto		**3.301.756**	**3.074.411**
Outras Receitas e Despesas		**(151.037)**	**(131.658)**
Resultado de investimentos em participações societárias		(12.633)	(15.914)
Despesas com pessoal		(43.046)	(42.574)
Despesas administrativas e com vendas	[7]	(32.850)	(62.983)
Despesas tributárias		(5.495)	(2.762)
Outras		(57.013)	(7.425)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**3.150.719**	**2.942.753**
Resultado Financeiro		**113.452**	**49.252**
Receitas financeiras		116.801	58.024
Despesas financeiras		(3.349)	(8.772)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**3.264.171**	**2.992.005**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(1.102.132)**	**(1.022.900)**
Lucro Líquido do Exercício		**2.162.039**	**1.969.105**
Número de ações		1.000.000	1.000.000
Lucro por ação (R$)		2.162,04	1.969,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Lucro Líquido do Exercício	**2.162.039**	**1.969.105**
Resultado Abrangente do Exercício	**2.162.039**	**1.969.105**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ mil

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante		**4.096.447**	**3.307.742**
Caixa e equivalentes de caixa		3.070.107	1.887.215
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		--	245.101
Comissões a receber	[8]	1.026.158	1.173.988
Outros ativos		182	1.438
Ativo Não Circulante		**962.467**	**1.098.937**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		--	1.038
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		--	204.449
Ativos por impostos correntes		15.991	16.345
Ativos por impostos diferidos		32.058	12.947
Comissões a receber	[8]	698.435	643.090
Investimentos em participações societárias		1.850	14.483
Outros ativos		214.133	206.585
Total do Ativo		**5.058.914**	**4.406.679**

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante		**3.248.559**	**2.931.761**
Dividendos a pagar		1.132.039	1.060.278
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis		4.705	6.026
Passivos por impostos correntes		747.110	681.928
Comissões a apropriar		1.172.483	1.127.358
Outros passivos		192.222	56.171
Passivo Não Circulante		**1.804.346**	**1.428.010**
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis		9.802	10.760
Comissões a apropriar		1.794.544	1.417.250
Total do Passivo		**5.052.905**	**4.359.771**
Patrimônio Líquido		**6.009**	**46.908**
Capital social		1.000	36.211
Reservas de capital		4.975	4.975
Reservas de lucros		200	5.888
Outros resultados abrangentes acumulados		(166)	(166)
Total do Patrimônio Líquido		**6.009**	**46.908**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.058.914**	**4.406.679**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	**2.162.039**	**1.969.105**
Ajustes ao Lucro:		
Resultado de investimentos em participações societárias	12.633	15.914
Atualização monetária de dividendos, líquida	2.935	6.770
Atualização monetária dos ativos financeiros ao custo amortizado	(6.309)	(18.377)
Outros ajustes	(2.279)	234
Lucro Ajustado	**2.169.019**	**1.973.646**
Variações Patrimoniais:		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.038	455.696
Ativos por impostos correntes e diferidos	(18.757)	(2.307)
Comissões a receber	92.485	(476.763)
Outros ativos	(6.292)	(3.863)
Comissões a apropriar	422.419	324.596
Passivos por impostos correntes e diferidos	65.182	34.025
Outros passivos	136.051	8.173
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades Operacionais	**2.861.145**	**2.313.203**
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Investimento		
Aplicações em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	--	(200.000)
Resgates de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	455.859	293.433
Aporte de capital social - Ciclic Corretora de Seguros S.A.	--	(25.599)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Investimento	**455.859**	**67.834**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(2.093.213)	(1.947.391)
Pagamento da redução de capital	(40.899)	--
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Financiamento	**(2.134.112)**	**(1.947.391)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.182.892**	**433.646**
Início do exercício	1.887.215	1.453.569
Fim do exercício	3.070.107	1.887.215
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.182.892**	**433.646**
Informações Complementares das Operações		
Imposto de Renda pago no exercício	(697.717)	(662.704)
Contribuição Social paga no exercício	(283.435)	(264.682)
Total dos Tributos Pagos	**(981.152)**	**(927.386)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R$ mil

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas		**3.975.937**	**3.682.725**
Receitas de comissões	[5]	3.953.457	3.676.972
Outras Receitas		22.480	5.753
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(305.369)**	**(252.382)**
Despesas administrativas e com vendas	[7]	(32.850)	(62.983)
Custos dos serviços prestados	[6]	(193.830)	(176.868)
Outras		(78.689)	(12.531)
Valor Adicionado Bruto		**3.670.568**	**3.430.343**
Depreciação e Amortização		(804)	(646)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**3.669.764**	**3.429.697**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**104.168**	**42.110**
Resultado de investimentos em participações societárias		(12.633)	(15.914)
Receitas financeiras		116.801	58.024
Valor Adicionado Total a Distribuir		**3.773.932**	**3.471.807**
Distribuição do Valor Adicionado		**3.773.932**	**3.471.807**
Pessoal		43.046	42.574
Impostos, taxas e contribuições		1.565.498	1.451.356
Despesas financeiras		3.349	8.772
Remuneração de capital próprio		2.162.039	1.969.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ mil

Evento	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**36.211**	**4.975**	**5.888**	**(166)**	**--**	**46.908**
Lucro Líquido do Exercício		**--**	**--**	**--**	**--**	**1.969.105**	**1.969.105**
Destinações: - Dividendos intermediários pagos	[10]	--	--	--	--	(908.827)	(908.827)
- Dividendos propostos a pagar	[10]	--	--	--	--	(1.060.278)	(1.060.278)
Saldos em 31.12.2020		**36.211**	**4.975**	**5.888**	**(166)**	**--**	**46.908**
Mutações do Exercício		**--**	**--**	**--**	**--**	**--**	**--**
Saldos em 31.12.2020		**36.211**	**4.975**	**5.888**	**(166)**	**--**	**46.908**
Capitalização da Reserva Legal		5.688	--	(5.688)	--	--	--
Restituição de Capital		(40.899)	--	--	--	--	(40.899)
Lucro Líquido do Exercício		**--**	**--**	**--**	**--**	**2.162.039**	**2.162.039**
Destinações: - Dividendos intermediários pagos	[10]	--	--	--	--	(1.030.000)	(1.030.000)
- Dividendos propostos a pagar	[10]	--	--	--	--	(1.132.039)	(1.132.039)
Saldos em 31.12.2021		**1.000**	**4.975**	**200**	**(166)**	**--**	**6.009**
Mutações do Exercício		**(35.211)**	**--**	**(5.688)**	**--**	**--**	**(40.899)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora" ou "Companhia") é uma empresa controlada pela BB Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 30 de junho de 1987.

Está inscrita sob o CNPJ nº 27.833.136/0001−39 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social a administração de bens, a corretagem e a administração, realização, promoção e viabilização de negócios envolvendo seguros dos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários e seguro saúde, sendo permitido à Companhia participar direta ou indiretamente de outras sociedades.

Atualmente, além da atuação direta nos negócios de distribuição, que comercializa seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica, a BB Corretora detém participação societária na Ciclic Corretora de Seguros S.A. ("Ciclic"), que atua na distribuição de produtos de seguridade por meio de canais digitais.

Desde o início da atual conjuntura, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, foram executadas mais de 30 iniciativas com envolvimento de praticamente toda a Companhia, mediante plano específico de enfrentamento à Covid-19, sustentado sob os pilares de foco extremo, processo decisório ágil e comunicação tempestiva.

A atual estrutura organizacional da Companhia continua sendo aprimorada para garantir maior ênfase às iniciativas digitais, visando capturar oportunidades decorrentes da aceleração da migração dos consumidores para ambientes *online*.

Tomar as medidas que sustentem nosso negócio atual, enquanto mantemos o olhar para o novo normal, completam a atuação da Companhia no enfrentamento dos efeitos decorrentes da pandemia. Priorizamos a geração de receitas com negócios mais aderentes e menos impactados pela situação, garantindo que entregas estratégicas de tecnologia não percam o ritmo, além de acelerarmos projetos com alto potencial para capturar oportunidades de mercado.

Dessa forma, a Companhia continua monitorando e avaliando os cenários que possam vir a afetar suas operações, com avaliação diária da situação, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos e coordenação da execução de planos de ação no Grupo Coordenador de Continuidade.

Além disso, a Companhia continua adotando medidas para mitigar os impactos decorrentes da pandemia, com o objetivo de manter a segurança dos seus colaboradores, colaborar com a sociedade e com as autoridades na contenção do vírus e dar continuidade às suas operações, tais como a manutenção dos treinamentos e eventos corporativos não presenciais e da realização de reuniões internas e externas por meio de teleconferência e videoconferência. A Companhia adotou também, desde o segundo trimestre de 2020, o trabalho remoto na modalidade *home office*, com a execução regular de todos os processos da base corporativa.

A Companhia elaborou Plano de Retorno ao Escritório no decorrer do 2º trimestre de 2020, que foi continuamente aprimorado e acompanhado ao longo do 4º trimestre de 2021, com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e tranquilo para os funcionários no retorno às atividades nos escritórios da BB Seguridade, assegurando, dessa forma, a continuidade dos negócios.

Continuam sendo acompanhados pela Diretoria Executiva da Companhia os indicadores de média móvel de casos, ocupação dos leitos de UTI, taxa de transmissibilidade e evolução do Programa Nacional de Imunização.

Considerando a evolução deste último indicador e a redução dos demais até o final do 4º trimestre de 2021, a BB Seguridade concluiu o retorno gradual ao trabalho presencial dos colaboradores em dezembro de 2021. Os escritórios de Brasília e São Paulo foram adequados para essa reocupação e sinalizados com as orientações acerca das regras de distanciamento social, higiene e demais determinações das autoridades competentes.

Mesmo com a retomada das atividades presenciais nos escritórios, as ações corporativas de apoio à saúde mental e atividade física, ofertadas na modalidade remota, continuam sendo disponibilizadas e reforçadas, continuamente, pela Companhia.

Continuamos entendendo que a BB Corretora detém a força de trabalho adequada e a liquidez necessária para ultrapassar o desafio da melhor maneira possível. O monitoramento dos possíveis riscos inerentes à pandemia que possam afetar a empresa, a logística e os colaboradores e clientes estão abordados na Nota Explicativa 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS.

BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 27.833.136/0001-39

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da BB Corretora em 04.02.2022.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Corretora continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de Mensuração dos Ativos e dos Passivos

Estas demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os seguintes itens: (i) ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) ativos financeiros ao custo amortizado.

d) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis da BB Corretora, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R$).

e) Sazonalidade das Operações

A BB Corretora e sua investida consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas.

f) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Corretora e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

g) Aumento de Capital - Ciclic Corretora de Seguros S.A.

A Ciclic Corretora de Seguros S.A. tem como objeto social a atividade de distribuição de produtos de seguridade e prestação de serviços, inclusive de tecnologia. A Ciclic é considerada atividade acessória à operação da BB Corretora, uma vez que se trata de investimento em participação societária.

Em 27 de fevereiro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic, reunida extraordinariamente, aprovou o aumento de capital social da companhia em R$ 17.001 mil mediante emissão de 8.500.700 ações ordinárias e 8.500.700 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1,00 cada uma.

A BB Corretora subscreveu 4.249.500 ações ordinárias e 8.500.700 ações preferenciais, equivalentes a R$ 12.750 mil integralizados em moeda corrente nacional, na data de realização da Assembleia Geral que deliberou pelo aumento do capital social.

A PFG do Brasil 2 Participações Ltda subscreveu 4.251.200 ações ordinárias, equivalentes a R$ 4.251 mil, integralizados em moeda corrente nacional, na data de realização da Assembleia Geral que deliberou pelo aumento do capital social.

O capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R$ 44.000 mil, dividido em 44 milhões de ações, das quais 22 milhões são ações ordinárias e 22 milhões são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	10.997.800	49,99	22.000.000	100,00	32.997.800	74,995
PFG2	11.002.200	50,01	--	--	11.002.200	25,005
Total	**22.000.000**	**100,00**	**22.000.000**	**100,00**	**44.000.000**	**100,00**

Em 4 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Ciclic se reuniu novamente, de maneira extraordinária, para aprovar um novo aumento do capital social da Ciclic, em R$ 17.132 mil mediante emissão de 8.566.274 ações ordinárias e 8.566.274 ações preferenciais, com preço de emissão de R$ 1,00 cada uma.

A BB Corretora subscreveu 4.282.280 ações ordinárias e 8.566.274 ações preferenciais, equivalentes a R$ 12.848 mil integralizados em moeda corrente nacional em 7 de dezembro de 2020.

A PFG do Brasil 2 Participações Ltda. subscreveu 4.283.994 ações ordinárias, equivalentes a R$ 4.284 mil integralizados em moeda corrente nacional em 8 de dezembro de 2020.

O capital social da Ciclic, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R$ 61.132 mil dividido em 61.132.548 de ações, das quais 30.566.274 são ações ordinárias e 30.566.274 são ações preferenciais, distribuídas entre as acionistas na seguinte proporção:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora	15.280.080	49,990	30.566.274	100,000	45.846.354	74,995
PFG2	15.286.194	50,010	--	--	15.286.194	25,005
Total	**30.566.274**	**100,000**	**30.566.274**	**100,000**	**61.132.548**	**100,000**

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicadas pela BB Corretora na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Corretora aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis equivalem àquelas aplicadas às demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem. As receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, originado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Corretora a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias – As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Corretora nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receita de comissões – As receitas de comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 [IFRS 15] - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita, a BB Corretora utiliza do conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação e (v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares, planos de previdência, capitalização e de saúde. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo (produtos com vigência definida), em que a obrigação de desempenho é diluída de forma linear ao longo da vigência do produto/seguro, ou em momento específico (produtos mensais), em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, conforme as características dos produtos.

Em casos de devolução de prêmios aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice.

Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

Para o acompanhamento e controle das comissões de corretagem, a BB Corretora utiliza o sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), que possui módulo específico para as corretagens, denominado Motor de Cálculo. Tal módulo tem como objetivo receber de forma padronizada todas as informações necessárias das empresas investidas e do Banco do Brasil, permitindo automatizar as análises quantitativas e qualitativas dos processos de operações de vendas e operações de contas a receber dos produtos de seguridade, possibilitando maior controle e conciliação dos valores de corretagem, além de permitir a contabilização de forma automática. Os produtos da Brasilseg, Brasilcap, Brasilprev, Brasildental e Mapfre Seguros Gerais já estão implementados nessa ferramenta.

a.3) Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

No caso dos instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado (conforme alínea c.3 a seguir), a determinação do valor justo é efetuada conforme descrito na alínea c.4.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] Instrumentos Financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; e (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício de reporte, o uso de instrumentos derivativos pela BB Corretora é realizado de forma indireta, tendo vista que os fundos de investimentos, dentro de suas respectivas políticas de investimentos, podem fazer uso desses instrumentos derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da BB Corretora são títulos e valores mobiliários custodiados no Banco do Brasil (operações compromissadas).

c.1) Custo Amortizado – Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

As letras financeiras são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As atualizações e juros desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício em receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido.

c.2) Valor Justo por meio do Resultado (VJR) – Classificam-se nesta categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os fundos de investimentos e as operações compromissadas são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c.3) Determinação do Valor Justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valoração incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.4) Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazo que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

d) Baixa de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros

d.1) Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) a BB Corretora transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados ao ativo; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, a BB Corretora continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros – Imparidade

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

Para a redução ao valor recuperável das comissões a receber foi utilizado a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 [IFRS 9] para recebíveis comerciais em que o reconhecimento das perdas de crédito esperadas segue o modelo para a vida inteira do instrumento.

Anualmente ou sempre que houver indicação de que o ativo financeiro possa estar desvalorizado, é avaliado na BB Corretora, se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos ativos financeiros da BB Corretora.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Imparidade

Anualmente ou sempre que houver indicação de que o ativo possa estar desvalorizado, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas/receitas operacionais.

Avalia-se ainda, anualmente, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores para um ativo, exceto os ativos de vida útil indefinida, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de outras despesas/receitas operacionais.

No exercício não houve perdas por desvalorização dos ativos não financeiros da BB Corretora.

g) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas situações em que a investida utiliza práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetua-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 [IAS 37] – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

I) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (1)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9%	9%
Contribuição ao PIS/Pasep	1,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	7,60%	7,60%
Contribuição ao PIS/Pasep (2)	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (2)	4%	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	Até 5%	Até 5%

(1) Incluiu alíquota básica (15%) e adicional (10%)
(2) Alíquota incidente sobre aplicações financeiras.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 [IAS 12] – Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

j) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido.

De acordo com a política de dividendos, a BB Corretora distribui aos acionistas como dividendo obrigatório parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei 6.404/76, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando da destinação do resultado do período.

No exercício reportado não houve reconhecimento e pagamento de juros sobre capital próprio.

k) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 [IAS 33] – Resultado por Ação. O lucro por ação da BB Corretora foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais.

l) Melhorias às IFRS e Pronunciamentos Recentemente Emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB e CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

Revisões n° 15/2020 (Fase 1) e n° 17/2020 (Fase 2) de Pronunciamentos Técnicos CPC – Estabelecem alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) [IFRS 16] – Arrendamentos; CPC 11 [IFRS 4] – Contratos de Seguro; CPC 40 (R1) [IFRS 7] Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, em função da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência".

O termo refere-se à reforma de todo o mercado de referência de taxa de juros, incluindo a substituição da taxa de referência por taxa alternativa, tal como resultante das recomendações estabelecidas no relatório do *Financial Stability Board* (FSB), órgão que visa à coordenação de diversos reguladores a fim de implantar políticas de regulação e supervisão relacionadas à área financeira (com seu Secretariado sediado na Suíça, tem como participantes do Brasil a CVM, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda).

As revisões orientam que as taxas de referência livres de riscos poderiam ser mais adequadas do que as taxas de referência que contenham um componente de risco de crédito a termo.

Não identificamos necessidade de alteração das taxas atualmente utilizadas e, portanto, não tivemos efeitos práticos em função das revisões.

Revisão n° 19/2021 de Pronunciamentos Técnicos do CPC – Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1) [IFRS 1], CPC 48 [IFRS 9], CPC 29 [IAS 41], CPC 27 [IAS 16], CPC 25 [IAS 37] e CPC 15 (R1) [IFRS 3] em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, relacionados à ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido, contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato e referências à Estrutura Conceitual.

A Revisão tem como objetivo melhorar a qualidade das respectivas normas para esclarecer orientações e ajustes redacionais, que possam gerar divergências de interpretações.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Não são esperados impactos significativos para a BB Corretora.

4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A BB Corretora é uma empresa controlada pela BB Seguridade, que atua utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa dessa companhia. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto. A Administração da BB Corretora segue a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade adotada pela BB Seguridade.

Por meio de sua Declaração de Apetite a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, a BB Seguridade define os níveis máximos de riscos que aceita incorrer para o cumprimento de seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da BB Seguridade é composto pelas etapas de estabelecimento de contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação e consulta dos riscos e aprimoramento contínuo. Esse processo está documentado internamente por meio do Modelo de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da BB Seguridade.

A BB Seguridade possui áreas técnicas de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, segregadas das áreas de negócio e da Auditoria Interna, responsável por fornecer fundamentos e suporte à execução do processo de gerenciamento de riscos, que contempla a BB Seguridade e suas controladas.

O gerenciamento dos riscos corporativos na BB Corretora abrange os seguintes riscos: estratégia, operacional, reputação, socioambiental, segurança da informação e privacidade, conformidade, liquidez e contágio.

A BB Corretora segue a Política de Investimentos Financeiros adotada pela BB Seguridade, na qual estão estabelecidos os critérios referentes à natureza, ao prazo e aos riscos aceitáveis para alocação em ativos financeiros. A política vigente permite a aplicação de recursos apenas em títulos públicos federais e fundos de investimentos extra mercado.

A estratégia de investimentos busca reduzir a exposição aos riscos de mercado e de crédito, que considerando as características atuais não são considerados relevantes. A gestão da liquidez é operacionalizada por meio da manutenção de investimentos financeiros que privilegiem a liquidez, buscando manter uma reserva compatível com o fluxo de entrada de recursos e obrigações projetadas da BB Corretora, cuja parcela mais significativa refere-se ao recolhimento de tributos e pagamento de dividendos.

A exposição da BB Corretora é apenas em operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais junto ao Banco do Brasil.

Sobre o risco de crédito proveniente do pagamento de corretagem dos produtos comercializados pela BB Corretora, considera-se devidamente mitigado, em função da natureza da operação do Grupo e pelo fato de tais valores serem recebidos por meio do Banco do Brasil e repassados diretamente à BB Corretora.

a) Impacto do COVID-19 na Companhia e suas investidas

a.1) Impactos na continuidade de negócios

No final de 2021, foi criado o Comitê de Gestão de Continuidade e Crises (CGCC), que visa o assessoramento à Diretoria em assuntos relacionados a risco de descontinuidade e crises. Além disso, a BB Corretora, estando dentro da estrutura da BB Seguridade, continua contando com o Grupo Coordenador de Continuidade (GCC), que se reúne periodicamente buscando alternativas aos mais diversos cenários e impactos advindos desses, assegurando a continuidade dos processos, em especial no que se refere à disponibilidade de sistemas, ferramentas e conectividade, reportando potenciais situações de crise ao CGCC.

Em dezembro de 2021, a BB Seguridade finalizou o plano de retorno ao trabalho presencial. Os escritórios de Brasília e São Paulo foram adequados para essa reocupação e sinalizados com as orientações acerca das regras de distanciamento social, higiene e demais determinações das autoridades competentes. Considerando as incertezas associadas ao contexto de pandemia, foram revisitados os planos de continuidade de forma a garantir a efetividade das ações de contingência e rápido acionamento do trabalho remoto em caso de necessidade.

Em relação aos serviços contratados pela BB Corretora, conforme monitoramento, não foi detectada nenhuma descontinuidade associada a contratos vigentes que possa impactar os negócios da Companhia.

a.2) Impactos nas demonstrações contábeis

A capacidade da Administração para a realização do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da BB Corretora não foi afetada.

Ressalte-se que os processos, especificamente da Superintendência de Contabilidade, estão contemplados em planos de Gestão da Continuidade de Negócios e Crises, sendo grande parte deles considerados críticos, e que, portanto, são testados periodicamente para o enfrentamento de crises.

Portanto, considerando as informações aqui expostas e considerando ainda a experiência bem-sucedida da divulgação dos resultados desde o primeiro trimestre de 2020, não há indícios, até o momento, de que ocorrerão problemas com as demonstrações contábeis até o final da crise gerada pela pandemia.

a.3) Expectativa de impactos futuros

No quesito de capital, não há exigência mínima de capital definida por órgãos reguladores para a BB Corretora, destaca-se ainda que o cenário vivenciado não apresentou comprometimento da capacidade da empresa de honrar suas obrigações atuais e futuras. Ressalta-se que a BB Corretora não possui dívidas, operando apenas com capital próprio.

Ainda que com todas as incertezas, a característica da formação de resultado da BB Corretora, baseada principalmente em receitas diferidas, contribui para a redução na volatilidade do lucro líquido da companhia.

Assumindo a persistência da situação de pandemia ao longo de 2022, não foram identificados indícios de fatores que comprometam a estrutura de capital, nem a necessidade de interrupção do pagamento de dividendos por parte da BB Corretora.

Considera-se que fatores positivos das características da operação como: a baixa sensibilidade dos seguros rurais aos efeitos causados pela pandemia e o conservadorismo adotado na alocação dos ativos financeiros colaboram para que os impactos da pandemia nos negócios da BB Corretora não sejam tão severos como em outras indústrias.

BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 27.833.136/0001-39

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

5 – RECEITAS DE COMISSÕES

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas de comissões bruta	**3.953.457**	**3.676.972**
BB Mapfre	2.909.260	2.659.958
Brasilprev	558.296	489.694
Brasilcap	340.749	374.304
Mapfre Seguros Gerais	136.430	144.349
Outras empresas	8.722	8.667
Deduções das Receitas de comissões	**(457.871)**	**(425.693)**
Cofins	(300.281)	(279.280)
ISS	(92.397)	(85.780)
PIS	(65.193)	(60.633)
Receitas de comissões líquida	**3.495.586**	**3.251.279**

No modelo de parceria celebrado entre a BB Seguros e o Grupo Mapfre, está previsto o pagamento de remuneração adicional pela Brasilseg Companhia de Seguros S.A. à BB Corretora vinculada à superação da meta de crescimento de vendas em alguns produtos específicos, obedecendo ao disposto no 2º Aditamento ao Acordo Operacional para Atuação no Segmento de Seguros e seus anexos ("Acordo Operacional" ou "Acordo") do qual Brasilseg e BB Corretora são signatárias desde 30.11.2018.

6 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Custo administrativo de produtos	(117.985)	(88.852)
Custo suporte operacional	(60.556)	(68.764)
Custo processamento de dados	(15.289)	(19.252)
Total	**(193.830)**	**(176.868)**

7 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Doação e Patrocínio (1)	(18.756)	(40.400)
Processamento de dados	(5.293)	(4.550)
Aluguéis e taxa condominial	(2.548)	(2.566)
Serviços técnicos especializados	(2.108)	(1.692)
Promoções e relações públicas	(665)	(97)
Publicações	(458)	(302)
Gastos com comunicação	(366)	(540)
Viagens a serviço	(280)	(1.022)
Promoção de vendas	(236)	(9.323)
Serviços contratados de terceiros	(112)	(112)
Outras	(2.028)	(2.379)
Total	**(32.850)**	**(62.983)**

(1) No exercício de 2021 refere-se às doações e patrocínios incentivados. No exercício de 2020 inclui o montante de R$ 40.000 mil referente às doações efetuadas via Fundação Banco do Brasil, com objetivo de conter os efeitos da pandemia de coronavírus.

8 – TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CS

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Valores Correntes	**(1.121.243)**	**(1.025.208)**
IR e CS	(1.121.243)	(1.025.208)
Valores Diferidos	**19.111**	**2.308**
Ativo Fiscal Diferido	**19.111**	**2.308**
Diferenças intertemporais	19.111	2.308
Total	**(1.102.132)**	**(1.022.900)**

b) Conciliação dos Encargos de IR e CS

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**3.264.171**	**2.992.005**
a) Encargo total do IR (25%) e da CS (9%)	(1.109.818)	(1.017.282)
Efeito no Cálculo dos Tributos:		
b) Despesas não dedutíveis – resultado de investimentos em participações societárias (34%)	(4.295)	(5.411)
c) Patrocínio/Doação (34%)	(6.377)	(136)
d) Incentivo fiscal	18.756	400
e) Despesas não dedutíveis/receitas não tributáveis (34%)	(398)	(471)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a+b+c+d+e)	**(1.102.132)**	**(1.022.900)**

c) Despesas Tributárias

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
Sobre Receitas Financeiras e Outras		
Cofins	(4.672)	(2.321)
PIS/Pasep	(759)	(377)
Outras	(64)	(64)
Total	**(5.495)**	**(2.762)**

d) Ativos por Impostos Correntes

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	**--**	**--**
IRRF	15.402	--
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(15.402)	--
Ativo Não Circulante	**15.991**	**16.345**
Impostos a compensar	15.991	35.406
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	--	(19.061)
Total (1)	**15.991**	**16.345**

(1) O saldo em 31.12.2021 refere-se ao pedido de restituição de IRRF junto a RFB.

e) Ativos por Impostos Diferidos (Créditos Tributários)

R$ mil

	31.12.2020	Constituição	Baixa	31.12.2021
Diferenças Temporárias				
Provisões passivas	12.947	35.986	(16.875)	32.058
Total dos Créditos Tributários Ativados	**12.947**	**35.986**	**(16.875)**	**32.058**
Imposto de renda	9.519	26.460	(12.408)	23.571
Contribuição social	3.428	9.526	(4.467)	8.487

f) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários Ativados

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado para a data base de 31.12.2021, sendo o valor presente apurado com base na taxa média Selic.

R$ mil

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2022	--	--
Em 2023	32.058	24.741
Em 2024	--	--
Em 2025	--	--
Em 2026	--	--
Após 2026	--	--
Total de Créditos Tributários	**32.058**	**24.741**

No decorrer do exercício de 2021, observou-se a realização de parte dos créditos tributários na BB Corretora no montante de R$ 16.875 mil.

g) Passivos por Impostos Correntes

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda	524.728	484.051
Contribuição social	187.855	169.629
Cofins	29.198	25.153
ISS	14.436	16.671
Pasep	6.286	5.452
Outros	9	33
(-) Impostos correntes deduzidos/compensados	(15.402)	(19.061)
Total	**747.110**	**681.928**

9 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	3.105	2.992
Operações compromissadas (1)	3.067.002	1.884.223
Total	**3.070.107**	**1.887.215**

(1) Referem-se aos investimentos em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil S.A. lastreadas em títulos públicos federais com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações financeiras em fundos de curto prazo e operações compromissadas estão categorizadas como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

10 – COMISSÕES A RECEBER

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	**1.026.158**	**1.173.988**
BB Mapfre (1)	962.465	1.120.275
Mapfre Seguros Gerais	53.396	43.169
Brasilprev	9.737	9.388
Brasilcap	481	1.094
Outras	79	62
Ativo Não Circulante	**698.435**	**643.090**
BB Mapfre	698.435	643.090
Total	**1.724.593**	**1.817.078**

(1) Em 31.12.2021, R$ 291 milhões refere-se à comissão adicional conforme acordo de reestruturação entre a BB Seguros e o Grupo Mapfre. A provisão da comissão adicional é efetuada mensalmente e seu recebimento está previsto para até 60 dias após o fechamento do exercício. Em 31.12.2020, R$ 464 milhões refere-se à comissão adicional, recebida em 25/02/2021.

11 – DIVIDENDOS A PAGAR

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020 (1)
Dividendos a pagar	**1.132.039**	**1.060.278**

(1) Dividendos distribuídos em 31.12.2020 foram pagos à BB Seguridade Participações S.A. em 25.02.2021.

12 – COMISSÕES A APROPRIAR

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	**1.172.483**	**1.127.358**
BB Mapfre	1.120.148	1.049.015
Mapfre Seguros Gerais	51.939	78.037
Outras	396	306
Passivo Não Circulante	**1.794.544**	**1.417.250**
BB Mapfre	1.735.439	1.389.918
Mapfre Seguros Gerais	59.103	27.331
Outras	2	1
Total	**2.967.027**	**2.544.608**

13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 1.000 mil em 31.12.2021 (R$ 36.211 mil em 31.12.2020) está dividido em 1.000.000 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R$ 6.009 mil em 31.12.2021 (R$ 46.908 mil em 31.12.2020) corresponde a um valor patrimonial da ação de R$ 6,01 em 31.12.2021 (R$ 46,91 em 31.12.2020).

Restituição de capital da BB Corretora à BB Seguridade

Após deliberação da assembleia geral e com parecer favorável do conselho fiscal, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. realizou a restituição, em 29 de dezembro de 2021, de R$ 40.899 mil do seu capital social a sua acionista, fundamentada no excedente de capital. A restituição aconteceu da seguinte forma:

- **i.** aumento do capital social no montante de R$ 5.688 mil por meio da capitalização de parte da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76; e
- **ii.** ato contínuo, redução do capital social no montante de R$ 40.899 mil, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Após a restituição a companhia permanece com R$ 1.000 mil em seu capital social, dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Cabe citar que não há exigência regulatória para níveis mínimos de liquidez e/ou capital na BB Corretora e que a mesma se encontra com recursos financeiros suficientes para manutenção das suas atividades operacionais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

R$ mil

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva de Capital	**4.975**	**4.975**
Reservas de Lucros	**200**	**5.888**
Reserva legal	200	5.888

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social e o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital que não excederá 30% do capital social.

c) Dividendos

R$ mil

	Exercício 2021	Exercício 2020
(1) - Lucro líquido	2.162.039	1.969.105
(2) - Reserva legal constituída (1)	--	--
(=) Base de cálculo (1 - 2)	**2.162.039**	**1.969.105**
(3) - Dividendos mínimos obrigatórios	540.510	492.276
(4) - Dividendos adicionais	1.621.529	1.476.829
(5) - Reserva Estatutária	--	--
(=) Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações (1-2-3-4-5)	**--**	**--**
(6) - Dividendos propostos (3+4)	2.162.039	1.969.105
(7) - Dividendos pagos	1.030.000	908.827
(=) Dividendos a pagar (6-7)	**1.132.039**	**1.060.278**

(1) A reserva legal não foi constituída, no exercício de 2021, em função do montante desta ter atingido o limite de 20% do capital; e no exercício de 2020, em função do saldo da reserva legal acrescido do montante da reserva de capital ter atingido o limite de 30% do capital; conforme prevê o artigo 193 da Lei 6.404/76 e o Estatuto Social da BB Corretora.

A BB Corretora segue a Política de Dividendos do grupo BB Seguridade disponível no site de Relações com Investidores da BB Seguridade, que permite a distribuição da totalidade dos lucros não destinados às reservas estatutária e de lucros a realizar nos termos da Lei das Sociedade por Ações.

A Política é revisada anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, e submetida ao Conselho de Administração do Grupo para aprovação.

Os dividendos relativos ao lucro do 2º semestre de 2020, de R$ 1.060.278 mil, foram pagos em fevereiro de 2021, com a atualização monetária de R$ 2.935 mil pela taxa Selic, somando um montante pago de R$ 1.063.213 mil.

A BB Corretora pagou em agosto de 2021 o valor de R$ 1.030.000 mil de dividendos intermediários, aprovados pela Diretoria em 09.06.2021, referente ao lucro do 1º semestre/2021.

c.1) Dividendos por ação

	2° Sem/2021		1° Sem/2021		2° Sem/2020		1° Sem/2020	
	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)	Valor (R$ mil)	Valor por ação (R$)
Dividendos	1.132.039	1.132,04	1.030.000	1.030,00	1.060.278	1.060,28	908.827	908,83

14 – PARTES RELACIONADAS

A BB Corretora realizou transações bancárias com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente e aplicações financeiras.

A BB Corretora possui convênio com o Banco do Brasil S.A., firmado em 20 de dezembro de 2012, com vigência de 20 anos, para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da utilização do quadro de pessoal, recursos materiais, tecnológicos e administrativos, necessários para a manutenção das atividades das Companhias e, em especial, a comercialização de produtos no canal bancário.

O convênio visa capturar sinergias decorrentes do compartilhamento de recursos e seus termos preveem que o ressarcimento siga critérios de rateio com base em metodologias de apuração previstas no referido convênio, observando a efetiva utilização dos recursos. Os valores do rateio são apurados e pagos mensalmente.

Os custos com a remuneração atribuída ao Conselho Fiscal da BB Corretora no exercício de 2021 foram de R$ 37 mil (R$ 200 mil no exercício de 2020).

A BB Corretora não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

A BB Corretora possui contratos de comercialização para os produtos de seguridade no canal bancário com todas as suas investidas, sendo os principais elencados a seguir:

- Brasilseg Companhia de Seguros S.A. e Aliança do Brasil Seguros, controladas da BB Mapfre Participações S.A., para comercialização de seguros, assinados em 30/06/2011, com vigência até 30/06/2031, podendo ser renovado por períodos subsequentes de 5 anos.
- Brasilprev Seguros e Previdência S.A., para comercialização de planos de previdência privada, assinado em 06/10/1999, pelo prazo de 5 anos, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos.
- Brasilcap Capitalização S.A., para comercialização de títulos de capitalização, assinado em 14/07/1999, pelo prazo de 5 anos, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos.

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Corretora com as partes relacionadas em 31.12.2021 e 31.12.2020 e seus respectivos resultados nos exercícios de 2021 e 2020 foram:

R$ mil

	31.12.2021				31.12.2020			
	Controlador Final (1)	Controlador Direto (1)	Outras Partes Relacionadas	Total	Controlador Final (1)	Controlador Direto (1)	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	3.070.107	--	--	3.070.107	1.887.215	--	--	1.887.215
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	--	--	--	--	1.038	--	--	1.038
Ativos financeiros ao custo amortizado	--	--	--	--	--	--	204.449	204.449
Comissões a receber (2)	--	--	1.724.593	1.724.593	--	--	1.817.078	1.817.078
Passivos								
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	15.645	6.444	170.131	192.220	15.600	5.976	34.475	56.051
Comissões a apropriar (3)	--	--	2.967.027	2.967.027	--	--	2.544.608	2.544.608
Dividendos a pagar	--	1.132.039	--	1.132.039	--	1.060.278	--	1.060.278

(1) O controlador final é o Banco do Brasil e o controlador direto é a BB Seguridade.
(2) Referem-se às comissões de corretagem a receber da Brasilseg, Mapfre, Brasilcap, Brasilprev e BB Dental.
(3) Referem-se às comissões de corretagem a apropriar da Brasilseg, Mapfre e BB Dental.

R$ mil

	Exercício 2021				Exercício 2020			
	Controlador Final (1)	Controlador Direto (1)	Outras Partes Relacionadas	Total	Controlador Final (1)	Controlador Direto (1)	Outras Partes Relacionadas	Total
Resultado								
Receitas de aplicações financeiras	101.290	--	500	101.790	36.583	--	4.449	41.032
Receita de prestação de serviços (2)	--	--	3.813.331	3.813.331	--	--	3.532.176	3.532.176
Despesas de pessoal	(43.046)	--	--	(43.046)	(42.574)	--	--	(42.574)
Despesas administrativas (3)	(194.068)	--	--	(194.068)	(177.016)	(5.672)	--	(182.688)
Variações monetárias passivas (4)	--	(2.934)	--	(2.934)	--	(6.770)	--	(6.770)
Outras despesas financeiras	--	--	(218)	(218)	--	--	(310)	(310)

(1) O controlador final é o Banco do Brasil e o controlador direto é a BB Seguridade.
(2) Referem-se às comissões de corretagem recebidas/apropriadas da Brasilseg, Mapfre, Brasilprev, Brasilcap e BB Dental.
(3) Valores de despesas repassadas pelo Banco do Brasil, conforme convênio de rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos e rateio interno de despesas realizado com a BB Seguridade.
(4) Valor referente à atualização monetária dos dividendos a pagar a BB Seguridade.

b) Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Corretora não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da BB Seguridade.

A BB Corretora ressarce a BB Seguridade pelas despesas de pessoal.

CONJUNTURA

MP organiza o teletrabalho

Governo publica conjunto de normas que traz segurança jurídica para empregados e patrões na adoção do home office

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O governo publicou, ontem, medida provisória que estabelece novas normas para o teletrabalho na pós-pandemia. O conjunto de normas possibilitará a adoção pelas empresas, definitivamente, do modelo híbrido e do trabalho por produção. Vai beneficiar, prioritariamente, funcionários portadores de deficiência ou com filhos de até quatro anos de idade.

O novo regramento tem aplicação imediata, a partir do momento da publicação da MP, que deverá ser votada pelo Congresso em até quatro meses. De acordo com o texto do governo federal, será permitido que o empregado seja contratado com base na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), mas com possibilidades mais abertas, como a dispensa do controle de ponto. Fica definido, também, que mesmo que o trabalhador precise comparecer ao estabelecimento da empresa para a qual presta serviço, o teletrabalho pode ser adotado.

No caso do trabalho sem controle de ponto, a contratação é por produção, que é quando o empregado não é obrigatório cumprir horários fixos. O funcionário deve apenas apresentar os resultados exigidos pelo empregador e se enquadrar nas demais regras da CLT. Para a contratação por jornada, o tempo de atividade do trabalhador pode ser monitorado pela empresa, propiciando o pagamento de horas extras.

> "Um ponto fundamental é que, independentemente de ser trabalho presencial ou home office, isso não implica perda de salários ou direitos trabalhistas"
>
> ***Giácomo Balbinotto**, professor de Economia da UFGRS*

Outro destaque da MP é a inclusão de aprendizes e estagiários na modalidade de teletrabalho, além da possibilidade de que o empregado preste serviço de um local diferente de onde foi contratado. A medida salienta, ainda, que a responsabilidade das despesas de retorno ao trabalho presencial, se solicitado, são do contratante.

Exceto por extraordinários acordos entre empregador e empregado, o tempo de uso de equipamentos tecnológicos, softwares, ferramentas digitais ou aplicativos de internet além dos horários definidos como jornada de trabalho não devem contar como sobreaviso — quando o funcionário fica à disposição da empresa mesmo em seu período de descanso.

Segurança

Segundo o professor de Economia do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Giácomo Balbinotto, "um ponto fundamental é que, independentemente de ser trabalho presencial ou home office, isso não implica perda de salários ou direitos trabalhistas. O mesmo vale para as obrigações junto ao INSS".

Para ele, a expectativa é de que a decisão aumente a demanda por mão de obra "principalmente naqueles indivíduos que sejam mais adaptados a trabalhos de escritório ou consultoria".

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

AFP

Contratações para o serviço a distância serão feitas via CLT, mas com regras específicas

» Arrecadação vai a R$ 148,6 bilhões

A arrecadação federal atingiu, em fevereiro de 2022, R$ 148.664 bilhões, 5,27% acima da obtida no mesmo período de 2021. Segundo os dados divulgados, ontem, pela Receita Federal, o resultado foi o maior para o mês da série histórica, iniciada em 1995. Tais valores se devem, sobretudo, aos ganhos do governo com royalties de petróleo com a alta nos preços do barril, por causa da guerra entre Ucrânia e Rússia. Nos dois primeiros meses do ano, o crescimento real da arrecadação foi de 12,92%, chegando a R$ 383,986 bilhões — o desempenho mais forte para o período na série. Segundo a Receita, foi o melhor resultado desde 2000.

Alimentação lidera abertura de empresa

Serviços de alimentação, beleza, comércio de confecções, reparos e manutenção de prédios e instalações elétricas lideraram ranking dos setores de empresas que ingressaram no mercado em 2021. Isso é o que aponta um estudo da Serasa Experian sobre nascimento de empresas, divulgado ontem. Juntos, os quatro setores responderam por 25% de mais de 4 milhões de novas companhias.

No topo do ranking estão os serviços de alimentação, com 8,7% das empresas abertas. Nos últimos anos, os serviços que lideram a abertura de empresas são de baixíssima complexidade. Isto é, os prestadores não precisam ter diploma para executá-los, explica o economista da Serasa, Luiz Rabi. Mas, segundo ele, isso acende um sinal de alerta.

O fato de a ocupação da mão de obra crescer na prestação desses serviços resolve o problema de sobrevivência das pessoas no curto prazo. No entanto, Rabi acredita que isso é ruim para economia como um todo a médio e longo prazos. "Essas atividades são de baixa complexidade e geram menor produtividade e crescimento", diz o economista.

A administradora de empresas Jeniffer Damarys Bedia, de 35 anos, que já trabalhava numa multinacional, mas em home office, viu o seu tempo disponível se multiplicar com o isolamento social. Para preencher as horas vagas, a mineira, que adora cozinhar, enviou uma cesta de café da manhã para um amigo que fazia aniversário. Ele postou a foto nas redes sociais e a tia do colega pediu 10 cestas.

O hobby virou um negócio, primeiro informalmente. Mas, em 2021, Jeniffer se transformou em Microempreendedora individual (MEI). "Com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), consigo negociar preço melhor com fornecedores", explicou. Hoje, com as cestas e tábuas de frios e queijos, adicionar 50% à renda que obtém do emprego formal. Foi um negócio que surgiu como empreendedorismo de oportunidade. "Quero crescer, mas sem sair da minha profissão", esclareceu.

Já a ex-vendedora de shopping Aline Viterbo, de 30 anos, que cursou até o ensino médio, decidiu empreender por necessidade. Após o nascimento da filha, ela viu que precisava de horário flexível. Em janeiro de 2020, Aline fez um acordo e deixou a loja. Em agosto, iniciou um curso de micropigmentação de sobrancelhas e começou atender amigas e conhecidas na sala de casa.

Os atendimentos deram tão certo que, em julho de 2021, ela alugou uma sala e formalizou a empresa, que leva seu nome. Aline queria ter o próprio negócio, mas admite que era algo distante.

Saldo

Em 2021, o número de empresas fechadas foi menor do que o de empresas abertas. Dados do Ministério da Economia mostram que 1,41 milhão de companhias deixaram de funcionar, volume 35% maior ante 2020. Mesmo assim, o saldo de 2,6 milhões de novas empresas abertas em 2021 também foi recorde.

Mas diante da alta da inflação, dos juros e do baixo crescimento da economia, a vida das empresas não está fácil. "O endividamento é preocupante, chega a 5%, praticamente o dobro dos níveis históricos", afirma o consultor Luís Alberto Paiva, sócio da Corporate Consulting, especializada em reestruturação de companhias.

Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

> *As sete companhias docas federais deixaram de investir, entre 2010 e 2021, R$ 17,5 bilhões*

Matt Osman/Woods Hole Oceanographic Institution

Leilão da Codesa poderá representar o início da modernização dos portos públicos

Será realizado, amanhã, o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que administra os portos de Vitória e Barra do Riacho. O certame inicia o processo de desestatização das companhias docas, empresas estatais responsáveis pela administração dos portos públicos do país, e pode representar um marco da modernização do setor. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Codesa investiu apenas 29% dos recursos disponíveis no período de 2010 a 2021 — R$ 822 milhões dos R$ 2,9 bilhões autorizados. Em conjunto, as sete companhias docas federais deixaram de investir no mesmo período R$ 17,5 bilhões. "A modernização das administrações portuárias é parte da Lei dos Portos, que ainda não avançou", diz Wagner Cardoso, gerente-executivo de Infraestrutura da CNI. Depois da desestatização da Codesa, a expectativa é que o governo federal lance editais para a venda de outros portos públicos, como o de Santos (SP), São Sebastião (SP) e Itajaí (SC).

Aquecimento global 1: Planeta pede socorro

Durante muito tempo contestado pelos negacionistas, o aquecimento global já traz efeitos devastadores para o planeta. Neste mês, alguns pontos do Ártico registraram temperatura 30°c acima da média histórica. Na Antártica, a situação é igualmente dramática, com os termômetros pontuando 40°c superiores ao que se esperava para o período. Os recordes negativos se sucedem. Em fevereiro, a camada de gelo no continente atingiu a menor área desde o início da mediação, em 1979.

Aquecimento global 2: empresas e governos precisam agir

Embora muitas autoridades continuem a dar as costas para o problema, o Brasil tem parte ativa no processo de aquecimento do globo. De acordo com a COP26, é o quarto país que mais polui, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. A contrário do que muitos pensam, a maior parte das emissões do país vem da derrubada de florestas e do uso do solo para pecuária e agricultura, e não da queima de combustíveis fósseis. Empresas e governos precisam agir, antes que seja tarde demais.

Casa Verde e Amarela quebra recorde de inadimplência

A dramática queda da renda do brasileiros desde o início da pandemia ameaça o programa de moradia popular Casa Verde e Amarela. Dados da Caixa Econômica Federal, a gestora do programa, mostram um quadro tenebroso: metade dos mutuários da chamada faixa 1 de renda — que abrange famílias com ganhos mensais de até R$ 2 mil — está inadimplente. São 600 mil mutuários com contas em atraso, o maior número da história. Atrasos superiores a três meses podem levar o beneficiário a perder o imóvel.

O mercado parece achar que tudo vai virar EAD, e isso não é verdade. Mas as aulas também não voltarão a ser presenciais como eram"

***Marcelo Battistella Bueno**, presidente da Ânima Educação, um dos maiores conglomerados de ensino superior do país*

US$ 135 milhões

é a fortuna do casal Barack e Michelle Obama, 100 vezes superior ao valor que possuíam quando chegaram à Casa Branca, em 2009. Eles ficaram ricos com palestras, livros e até programas nos canais de streaming

RAPIDINHAS

» A guerra na Ucrânia poderá prolongar a crise dos semicondutores. É isso o que acham 45% dos empresários do setor de aparelhos eletrônicos, conforme pesquisa feita pela Abinee, associação que representa a indústria. Os chips estão em falta desde 2020, quando muitas fábricas interromperam a produção em decorrência da pandemia.

Lionel Bonaventure/AFP

» O aplicativo russo Telegram está longe de ameaçar o WhatsApp como a principal plataforma de troca de mensagens em uso no Brasil, mas seu rápido crescimento surpreende. Em 2019, apenas 13% dos smartphones em operação no país contavam com a plataforma. Agora, são 60%, de acordo com a pesquisa

» Panorama Mobile Time/Opinion Box. Vai ter Disney. Na agência de viagens Decolar, a procura por pacotes e voos para o exterior cresceu 25% em março na comparação com fevereiro. Em relação a janeiro, o aumento foi ainda maior: 53%. A queda expressiva da cotação do dólar desde o início do ano é o principal fator que motiva os brasileiros a procurar roteiros internacionais.

» O atacarejo, formato que une vendas no atacado e no varejo, sempre vai bem nas crises econômicas. Desta vez, não foi diferente. No ano passado, as receitas do setor subiram 10%. O varejo tradicional de alimentos, por exemplo, encolheu 2,4%. A explicação é óbvia: em geral, os atacarejos são mais baratos.

Ativista de Kharkiv, no leste da Ucrânia, resgatou menores de orfanatos e levou-os até Chernivtsi, a 1.400km. Ao **Correio**, ele disse que cumpriu com o dever cívico. Mortos em Mariupol podem chegar a 5 mil. Negociadores retomam a diplomacia

Ele ajudou a salvar 240 crianças

» RODRIGO CRAVEIRO

Uma guerra costuma ser feita de dor e de sofrimento, mas também de atos de heroísmo. Yuri Gordienko, 48 anos, rejeita o título de herói. Graças a ele, 240 crianças ucranianas estão vivas e em segurança. "Eu me sentia responsável por elas. Apenas cumpri com o meu dever cívico", afirmou ao **Correio** o presidente da Academia Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, uma organização não-governamental baseada em Kharkiv (leste). Yuri retirou as crianças de seis orfanatos sob risco de bombardeio, em Kharkiv, e colocou-as dentro de carros e ônibus que atravessaram a Ucrânia. Foram 11 viagens de 1.400km cada, perfazendo o total de 30.800km (ida e volta).

"O roteiro incluiu as cidades de Poltava, Kropynytskyi e Vinnytsia, antes de chegarmos a Chernivtsi. Toda a viagem se baseou no toque de recolher, para que em cada localidade as crianças tivessem um lugar para descansar, comer e passar a noite", explicou Yuri. Foi uma missão de alto risco. "Estivemos sob fogo por duas vezes em Kharkiv. Felizmente, sem feridos", relatou o ativista. O resgate teve início nos primeiros dias de guerra. A mais recente viagem ocorreu na última sexta-feira. "Estou um pouco exausto, mas a responsabilidade pela vida dessas crianças me dá força. Assumi esta responsabilidade e continuarei a fazer isso", acrescentou Yuri.

A história dele se confunde com a dos pequenos ucranianos. Yuri nasceu em Sukhumi, na Geórgia. Em 1992, durante a Guerra na Abecásia, fugiu para Kharkiv. "Naquela época, aos 18 anos, tornei-me um imigrante e precisei da ajuda de estranhos. Pela segunda vez, a agressão da Rússia destruiu tudo em minha vida", disse. Em 28 de fevereiro, depois de ver o pai de um amigo e os dois cães serem queimados vivos, Yuri sofreu um ataque cardíaco. Pai de três crianças, sem notícias da família, fugiu do hospital e se refugiou na cidade de Chernivtsi, onde encontrou forças para resgatar os órfãos.

Negociações

Pelo menos 143 crianças morreram na guerra, segundo Liudmyla Denisova, comissária de direitos humanos do *Verkhovna Rada* (Parlamento da Ucrânia). Hoje, negociadores russos e ucranianos retornam à mesa de negociações, em Istambul, para nova rodada de conversas presenciais. A "neutralidade" da Ucrânia e o status de Donbass (região controlada por separatistas pró-Rússia, no leste) podem ser abordados nas reuniões, ofuscadas por denúncias sobre suposto envenenamento do oligarca russo Roman Abramovic e de dois representantes ucranianos.

Depois de reunião em Kiev, no início do mês, o bilionário dono do clube de futebol inglês Chelsea e os negociadores apresentaram sintomas, como olhos vermelhos e lacrimejantes, além de descamação do rosto e das mãos. A informação foi divulgada pelo *The Wall Street Journal*. No entanto, a agência *Reuters* citou uma fonte da inteligência dos EUA que descartou exposição ao veneno e culpou "fatores ambientais". No domingo, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, admitiu que a questão da "neutralidade" da Ucrânia tem sido examinada de forma "cuidadosa".

Enquanto se preparava para a nova tentativa diplomática, a Rússia intensificava os bombardeios em várias regiões da Ucrânia, e o Reino Unido acusava Moscou de enviar mil homens do Grupo Wagner ao Donbass. O exército de mercenários teria sido criado sob a fachada de uma empresa de segurança privada pelo oligarca russo Yevgeny Prigozhin. O Grupo Wagner é suspeito de tortura e de execuções sumárias na Síria, onde agiu em defesa do regime de Bashar Al-Assad.

Yuri Gordienko/Divulgação

Yuri Gordienko (E), presidente da Academia Internacional para Proteção dos Direitos Humanos, com crianças que retirou de Kharkiv

Aris Messinis/AFP

Soldado ucraniano vê corpo de russo, na vila de Mala Rogan (leste)

Eu acho...

Arquivo pessoal

"O que estamos vivendo é um genocídio, é a destruição do povo ucraniano. Muitos civis morreram nessa guerra com a Rússia. Muitas mulheres e crianças perderam suas vidas. Cidades estão sendo devastadas."

Yuri Gordienko, presidente da Academia Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, uma organização não-governamental baseada em Kharkiv (leste)

Depoimento

"Não existirá futuro em Mariupol"

Arquivo pessoal

Kateryna Chulska

"Fugi de Mariupol há 11 dias. A situação lá é totalmente horrível. Desde 2 de março, não existe água, eletricidade ou comunicação. É impossível comprar medicamentos ou alimentos. Mariupol está sob bombardeio constante. Enquanto estive na cidade, procurei ficar o tempo todo em casa, em um cômodo sem janelas. Tivemos que cozinhar do lado de fora, usando lenha.

Os ataques aéreos eram muito intensos e havia o risco de nossa casa ser atingida. Escutamos os aviões bombardearem a cidade. Muitos moradores morreram. Eu vi corpos e prédios totalmente carbonizados. Praticamente todos os prédios e casas foram destruídos. As 160 mil pessoas que ficaram lá tentam sobreviver, escondidas em abrigos. A reconstrução da cidade demorará alguns anos. Estou em um vilarejo. Não sei o que fazer."

Cientista política e funcionária do Conselho de Refugiados Dinamarquês

Retomada

Forças ucranianas retomaram o controle da cidade de Irpin, subúrbio de Kiev. "As forças armadas estão avançando, e a polícia realiza varreduras completas nas ruas... A cidade foi libertada, mas ainda é perigoso estar ali", disse o ministro do Interior da Ucrânia, Denys Monastyrsky. Há dois dias fora de Irpin, onde mora, o técnico de vôlei Igor Pinchuk, 29, confirmou a reconquista da cidade. "Irpin transformou-se em uma grande ruína. O prefeito pediu para que retornemos para lá, porque 90% da infraestrutura foi destruída. A cidade está repleta de cadáveres de soldados russos, que representam um risco adicional para a saúde da população", relatou ao **Correio**. "Há granadas e minas intactas pelas ruas."

Sitiada desde o fim de fevereiro pelas tropas russas, Mariupol — cidade portuária do sudeste da Ucrânia — vive uma "catástrofe". Tetiana Lomakina, assessora de Zelensky, contou que 5 mil civis foram sepultados na localidade. "Há dez dias, ninguém é enterrado por causa dos bombardeios. Devido à quantidade de pessoas sob os escombros (...), poderia haver cerca de 10 mil mortos", comentou. Às margens do Mar de Azov, Mariupol é estratégica para Moscou conectar a Península da Crimeia, anexada pela Rússia em 2014, ao Donbass.

Em Kiev, a bombeira Svetlana Vodolaga, porta-voz do Serviço Civil da Ucrânia para Emergências, contou à reportagem que baterias antimísseis repeliram ataques russos, ontem, sobre a capital. "Estou escutando bombardeios. Muito provavelmente, são nossa defesa aérea derrubado os mísseis inimigos", disse. "O que temos enfrentado é uma agressão, uma guerra em larga escala. Isso é genocídio", desabafou ao **Correio**.

Rápidas

Anna Moneymaker/Getty Images/AFP

Biden descarta se retratar sobre Putin

O presidente dos EUA, Joe Biden, recusou-se a se retratar após dizer que o seu homólogo russo, Vladimir Putin, "não deve permanecer no poder". O americano afirma que expressou "uma indignação pessoal" e não "uma política" de favor da mudança de regime. "Não me retrato por nada. Quero deixar claro que não estava nem no momento, nem agora, articulando uma mudança de política. Eu estava expressando a indignação moral que sinto", disse.

US$ 564 BILHÕES

Perdas econômicas decorrentes do "impacto direto das destruições" desde o início da invasão russa à Ucrânia.

Yuri Kadobnov/AFP

Jornal de Nobel da Paz suspende publicação

O jornal independente russo *Novaya Gazeta* suspendeu as publicações on-line e impressa até que termine a guerra na Ucrânia. Em nota publicada em seu site, o jornal — cujo editor-chefe, Dmitri Muratov (**foto**), recebeu em 2021 o prêmio Nobel da Paz — afirmou que tomou a decisão depois de ter recebido uma segunda advertência do regulador russo das telecomunicações por ter violado uma lei sobre "agentes estrangeiros". Ele revelou que sua redação trabalha há 34 dias "sob censura militar". Ontem, o Correio tentou entrevistar Muratov. "Situação muito difícil. Não é hora de falar. Talvez em breve, talvez não", respondeu a assessora de imprensa do *Novaya Gazeta*.

AMÉRICA LATINA / Estudo publicado pela organização Latinobarómetro mostra que a população do subcontinente rejeita os modelos e os valores da Rússia e da China. Violência urbana e crime organizado são as maiores preocupações

Apego pela democracia

» DEBORAH HANA CARDOSO

Luis Acosta/AFP

Integrantes da comunidade ucraniana participam de protesto contra a invasão russa, no Parque Urraca, na Cidade do Panamá

A pesquisa *O que se pensa na América Latina sobre a União Europeia?*, publicada pelo Latinobarómetro, a pedido da Fundação Friedrich Ebert Stiftung e da revista *Nueva Sociedad/Grupo Dialogo y Paz* mostrou que os valores ocidentais são mais apreciados pela sociedade latino-americana. A conclusão é de que Rússia e China têm seus modelos e valores rejeitados pela maioria. As duas potências têm, respectivamente, 17% e 19% de imagem positiva, contra 47% dos Estados Unidos e 43% da Alemanha. A pesquisa consultou cidadãos de 10 países e constatou que os latino-americanos observam aspectos como democracia, modelo de desenvolvimento e influência econômica.

A agenda global sofreu uma guinada provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Apesar de a ameaça nuclear ser uma preocupação europeia, a violência urbana e o crime organizado são as principais causas de inquietação entre os latino-americanos. “Não existe uma preocupação com a guerra ou ameaça nuclear, mas com a violência e segurança. Temos problemas de violência, não problemas de conflito entre países”, disse ao **Correio** Monica Hirst, professora de relações internacionais das universidades de Quilmes e Di Tella (Argentina) e professora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Com um passado marcado por ditaduras no século 20, a América Latina considera que o sistema político russo não é uma democracia — no México e na América Central, 22% não veem a Rússia como uma democracia; 26% na América do Sul; 27% na região Andina; e 24% no Cone Sul. Por faixa etária, 15% dos entrevistados entre 18 e 19 anos disseram que a Rússia não é uma democracia, enquanto 20% a consideram como tal. Dos 30 aos 44 anos, 22% afirmam que o país não é uma democracia, enquanto 34% dos 45 aos 59 anos afirmam o mesmo. A maior parcela dos que não consideram a Rússia uma nação democrática está acima dos 60 anos (46%) — apenas 8% a veem como democrática.

“A democracia na América Latina é importante. O Cone Sul aponta para uma preocupação com a questão dos militares do poder”, explicou Hirst. “Existe uma tendência, na América Latina, pelos valores ocidentais, pelos direitos humanos, pela defesa do meio ambiente”, disse. “Guatemala e Bolívia são marcadas por suas próprias culturas, sociedades menos moldadas por visões de mundo ocidentais.”

A América Latina considera que a China possui grande influência sobre a região (25%) — impressão abastecida pela presença no mercado de exportação de commodities. Entretanto, ao olhar para os Estados Unidos, o percentual aumenta para 56%, devido à presença comercial, tecnológica e cultural. Alemanha e Rússia ficam, respectivamente, com 1% e 4%.

No Brasil, 44% avaliam os EUA como o país que exerce influência, contra 37% da China. O único país que considera a Rússia a Venezuela (22% dos entrevistados). Os venezuelanos destacaram o vínculo com o mercado de energia — ambos os países são exportadores de petróleo e membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (OPEP+).

Quando avaliado o modelo de desenvolvimento, os EUA ainda são vistos como um país a ser seguido por 44% dos países entrevistados na amostragem. Argentina e Uruguai, diferente da maioria, têm a Alemanha como um modelo desenvolvimentista a ser seguido. Guatemala talvez seja o país da América Latina mais adepto aos moldes chineses e russos, conforme a opinião pública.

A pesquisa apontou que, entre os problemas globais para a América Latina, o que mais preocupa é a pobreza (73%), seguido das mudanças climáticas (71%), violação dos direitos humanos (65%), pandemia (60%), refugiados (45%), crises democráticas (44%) e dívidas dos países (33%). A igualdade de gênero é um consenso para mais de 60% dos entrevistados.

» Futuro de líder peruano em debate

O Congresso do Peru, dominado pela oposição de direita, iniciou o debate de uma moção de destituição contra o presidente de esquerda Pedro Castillo por suposta corrupção e falta de rumo, uma acusação que levou à queda de dois presidentes desde 2018. A sessão plenária do Parlamento peruano começou pouco após as 15h (17h em Brasília), "com o objetivo de debater e votar o pedido de vacância da Presidência da República", segundo a convocatória da chefe do Congresso, a conservadora María del Carmen Alva. "Submetido às regras da democracia (...) estarei sempre dando a cara pelo país", disse Castillo, ao apresentar sua defesa no plenário. "A moção de vacância é por incapacidade moral permanente, mas não contém um único elemento que a sustente validamente, trata-se de uma compilação de versões de um setor da imprensa", acrescentou Castillo, que vestia um traje andino tradicional de cor cinza e a faixa presidencial branca e vermelha.

VISÃO DO CORREIO

A educação merece respeito

Não poderia ser outra a decisão do pastor Milton Ribeiro, a não ser a de deixar o comando do Ministério da Educação. A permanência dele frente a pasta ficou insustentável depois da sucessão de denúncias de favorecimento de prefeitos apoiados pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos na distribuição de verbas que deveriam ir para o ensino. A farra com recursos públicos era tamanha, que até a compra de *Bíblias* entrou nas negociações, e a propina era paga em barras de ouro. O esquema só explicitou o quanto um ministério tão importante para a formação da população e o futuro do país está relegado ao descaso no atual governo. Ribeiro é o quarto ministro da Educação a cair desde o início da administração de Jair Bolsonaro.

Num Brasil carente de educação de qualidade, fundamental para a formação de mão de obra e o aumento da produtividade da economia, é inconcebível que quase quatro anos tenham se passado sem que políticas efetivas de ensino tenham sido implementadas. Nem mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, quando se escancararam as desigualdades na educação, com alunos de escolas públicas sem internet para manterem o aprendizado, o ministério se mexeu. Em vez de estender as mãos a professores e estudantes, liderando um movimento nacional, a pasta se manteve focada na agenda de costumes, a ponto de o agora ex-ministro atribuir "a homossexualidade de jovens a lares desajustados".

Ribeiro, infelizmente, não trabalhou em favor do país enquanto esteve no cargo. Preferiu, com sua visão atrasada, manter a educação turvada pelas nuvens do preconceito. Com isso, ao mesmo tempo em que agradava o presidente da República e os extremistas de direita que apoiam o governo, permitia que a corrupção se instalasse com todas as forças no ministério. Agora, terá de responder a dois inquéritos abertos pela Polícia Federal e explicar porque disse em um áudio que o favorecimento liderado pelos pastores tinha o conhecimento e o suporte do chefe do Executivo. Nada pode ficar sem explicação nesse caso escabroso, que enterra o discurso de que os malfeitos foram extirpados da Esplanada dos Ministérios.

O mínimo que se espera, daqui por diante, é que o Ministério da Educação volte para o eixo e passe a cumprir seu papel constitucional. Faltam sete meses para o fim do atual governo, mas é tempo suficiente para que se pavimente um caminho em que estudantes e professores sejam os protagonistas na liberação de verbas, não os amigos do rei, que usam a religião para disfarçar o que realmente são, surrupiadores de dinheiro público. Uma das missões da futura administração deve ser a organização séria do próximo Enem, exame que permite a jovens de baixa renda chegarem aos bancos das universidades. O último teste, que passou pelo crivo de Milton Ribeiro, foi o pior da história, com mais de 50% de abstenção.

Desafios não faltam. Para que o Enem volte a ser uma referência, será preciso reconstruir o Instituto Nacional de Políticas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que sofreu uma debandada de servidores. Na época, o presidente do órgão, Danilo Dupas, indicado por Ribeiro, foi denunciado por assédio moral e censura, porém, se manteve no cargo. Também será de vital importância priorizar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que perdeu mais de 100 pesquisadores. Tudo por conta da ideologia, que não combina com educação séria e de qualidade. Por conta de tantos desastres, o Brasil se afastou do que há de melhor no sistema de ensino. Que a queda de Ribeiro seja o início de uma virada para a racionalidade. A educação merece respeito.

IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Um intelectual brasiliense

Indiscutivelmente, Renato Manfredini Jr., o Renato Russo, é o grande nome originário da música brasiliense. Para muita gente, ele está no mesmo patamar alcançado por Raul Seixas e Rita Lee no rock brasileiro. O certo é que, historicamente, ninguém desse segmento vendeu mais discos do que a Legião Urbana, banda desfeita há 26 anos, após a morte do seu criador, líder, vocalista e principal compositor.

No último domingo, Renato faria 62 anos. Com frequência, me perguntam ao que ele — se ainda fosse vivo — estaria se dedicando artisticamente. Não fui próximo do autor de canções que se tornaram clássicos como *Geração Coca-Cola, Eduardo e Mônica, Índios, Faroeste Caboclo, Tempo perdido* e *Pais e filhos*, mas tínhamos ótima relação profissional. Fiz entrevistas com ele em várias oportunidades e em diferentes locais. As conversas não tinham como assunto apenas a música, pois o via como um intelectual, capaz de discorrer com propriedade também sobre cinema, literatura e questões diversas.

Arrisco-me afirmar que, aos 62 anos, Renato estaria escrevendo livros, criando roteiro para filmes e, eventualmente, compondo músicas com letras de temática político-social, nas quais se insurgiria contra os desmandos dos detentores dos podres poderes, que, com obstinação, tentam levar a cultura brasileira ao caos. E não apenas a cultura. Ele que já havia inserido versículo de *Corintos* — um dos capítulos da *Bíblia* — em *Monte Castelo*; certamente se inspiraria em recente episódio, envolvendo o então ministro da Educação e pastores evangélicos para compor uma música que faria referência a quem Jesus Cristo, no *Evangelho de São João*, chamou de "vendilhões do templo".

Sempre tive uma ligação maior com a MPB, o que não me impediu de acompanhar a trajetória de Renato desde 1983, quando a Legião se apresentou na *Temporada de Rock*, evento que ocorreu no auditório da Associação Brasileira de Odontologia, na L2 Sul. Dias antes, havia feito a primeira entrevista com o futuro ídolo. Às vésperas de a banda lançar o LP de estreia, fui assisti-lo na Sala Funarte, onde ele e Cida Moreira. No final, os dois juntaram as vozes em *Summertime*, de George Gershwin (gravada por Billie Holliday e Janis Joplin), e Renato exibiu um inglês e uma interpretação impecáveis. À época, o elogiei num texto publicado pelo **Correio**, que o deixou envaidecido.

Mas nem sempre ele ficou satisfeito com o que escrevia sobre ele e a Legião. Ficou muito irritado, por exemplo, com a cobertura feita pelo jornal do tumultuado concerto no antigo estádio Mané Garrincha, em 18 de junho de 1988. Mesmo assim, nunca deixou de me conceder entrevista — presencialmente ou por telefone. Uma das melhores foi nos bastidores do *Free Jazz Festival*, no Rio de Janeiro, no intervalo entre as apresentações de Chuck Berry e Little Richard, os pais do rock; e de Gal Costa, em homenagem a Tom Jobim.

A última vez que falei com Renato foi em 1994, quando ele fez o lançamento do primeiro álbum solo, *The Stonewall Celebration Concert*, no qual gravou standards da música norte-americana, da autoria de, Billy Joel, Bob Dylan, Irving Berlin, Leonard Bernstein, Quincy Jones e Stephen Sondheim. Dois anos depois, o Brasil perderia para sempre um artista de múltiplos talentos, e Brasília o cantor e compositor que a colocou no mapa da música popular brasileira.

A VERDADE VOS LIBERTARÁ

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail: sredat.df@dabr.com.br**

Remendos e jabutis na Luos

Está longe da compreensão de qualquer pessoa como um projeto de lei complementar (PLC-69/20), proposto pelo GDF para a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), com menos de dois anos de vigência (sancionada em janeiro/2019), tenha 37 páginas de propostas de "ajustes e correções" e, depois, 145 emendas de parlamentares antes de ir a plenário para votação. Alguma coisa está errada, alguma coisa não foi feita corretamente. Ou as pessoas em geral, entidades protetoras do meio ambiente e de Brasília, comunidades interessadas e impactadas não foram devidamente ouvidas ou está se tentando "plantar jabutis" a toque de caixa e descobertos a tempo, para atender a determinados interesses muito particulares em tempo recorde e em ano eleitoral, antes que tais jabutis causem críticas, alvoroço, reprovações e sejam identificadas inconstitucionalidades que derrubem os abusos escamoteados em frouxas justificativas. E, enquanto uma inconstitucionalidade não é decretada, o "legal temporário" implantado dificilmente será revertido da ilegalidade que possa ter. E, por fim, resulta uma Luos "revisada" cheia de remendos, indecente e estropeada como as superfícies asfálticas das ruas de Brasília. E assim vamos assistindo a nossa Capital sendo cada vez mais deturpada, distorcida, enfeada e, sobretudo, populada sem qualquer ordenamento urbanístico, às custas de grilagens intermináveis e invasões legalizadas, lucro fácil e muito oportunismo. Nenhum compromisso com um futuro melhor para Brasília e para o DF de quem está com a responsabilidade e cargo para fazê-lo. Quem há de proteger e salvar Brasília?

» **Antônio Matoso Filho,**
Brasília

Flávia Arruda

Aplausos ao **Correio** (27/3, págs. 2 e 3) pelo espaço concedido à nossa deputada federal Flávia Arruda (PL) que, dignamente, vem nos representando no Congresso Nacional, ora como ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República. Suas eleitoras estão orgulhosas de você, Flávia, pela sua postura e competência não só no exercício do seu mandato como também por conciliar as atividades de mãe, esposa e dona de casa com delicadeza, sabedoria, bom humor e jovialidade como só o feminino é capaz de realizar. Que seu exemplo de eficiência e determinação inspire outras mulheres a ingressarem no mundo da política, pois, você, construiu pontes, superou obstáculos e manteve-se sempre fiel aos preceitos de compromisso, lealdade e respeito. Sua presença trouxe a estabilidade de que o governo carecia naquele momento, para garantir uma relação de equilíbrio e avanços de pautas do executivo em favor do povo brasileiro junto ao legislativo e governos estaduais. As eleições de 02 de Outubro se aproximam e você já está credenciada para representar o Distrito Federal e o Brasil em mais uma nova missão.

» **Amilton Figueiredo,**
Asa Sul

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Estranho o destemido Collor lambendo as botas do capitão em evento. Aí tem coisa!

Renato Vivacqua — Asa Norte

Gente, o Raul Seixas teria gostado do Lollapaloosa.

Marcos Paulino — Vicente Pires

Pabllo Vittar reverberou, no Lollapaloosa, o sentimento da maioria e despertou a fúria do capitão e a vaca profana da censura. Cala-boca já morreu!

Georgina Lima — Águas Claras

Anitta chegou ao ápice do estrelato e deu o tom para orientar o voto da juventude. Só os jovens serão capazes de fazer prevalecer o bem contra o mal, hoje, dominante.

Lívia de Paula Martins — Asa Norte

Água

Muito interessante a leitura da *Crônica da Revista* do **CB** de domingo (27/03, p.30) — "A água nossa de cada dia" —, ocasião em que a cronista, Maria Paula, oportunamente, rememora a celebração do Fórum Mundial da Água, recém ocorrido em Dakar, no Senegal. Mais do que uma mobilização sociopolítica, a demanda global por água de boa qualidade para consumo, haja vista tratar-se de recurso essencial não renovável, ainda abundante no Brasil, contudo, escassa (e cara) em países da África setentrional e Oriente Médio, por exemplo, exige bastante atenção e seriedade na conservação de lençóis freáticos, mananciais e nascentes, além da preservação de biomas, como o nosso Cerrado e a Floresta Amazônica, pois que apresentam impacto direto na composição do volume de chuvas durante a mágica orquestra regida na execução do Ciclo da Água na natureza. Outra preocupação importante, que merece destaque, é a preservação das matas ciliares de galeria, camadas vitais de proteção que delimita os rios e seus afluentes. Diante do exposto, urgem tomada de consciência e atitude pelas autoridades representativas constituídas!

» **Nelio S. Machado,**
Asa Norte

Ceilândia

Acredito que um dos melhores presentes que Ceilândia recebeu no seu aniversário de 51 anos foi a edição especial do **Correio**. Embora tenha muito a melhorar, a cidade é um marco da resistência e da resiliência de todos que buscaram na capital federal condições melhores de vida. Mas ainda é possível fazer muito mais em favor da comunidade ceilandense.

» **Teresa Barbosa,**
Octogonal

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia:** Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones:62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília:** Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: **3342-1000**

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 3,00**	**R$ 5,00**

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Os militares e a política

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

A participação dos militares na política brasileira sempre foi objeto de críticas, estudos e justificativas. A verdade é que a República foi proclamada no Brasil como consequência de um golpe de Estado contra o imperador, que uniu o pessoal fardado aos produtores agrícolas, muito contrariados com o fim da escravidão, ocorrida em 1888. As duas forças se uniram, derrubaram o Império e embarcaram D. Pedro II no navio em direção a Europa. O imperador faleceu no hotel Belford de Paris, em 1891, pobre, mas com os bolsos cheios de terra do Brasil. O símbolo da saudade de seu país.

O Brasil, depois do Império, foi entregue a dois marechais. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Além de questões objetivas, havia uma doutrina política em moda na época. Era o positivismo do francês Augusto Comte, que teve alunos brasileiros e chegou ao Brasil por intermédio de professores das escolas militares. O princípio básico apontava no sentido de criar um sistema chamado de ditadura republicana que criava um governo democrático, mas protegido contra eventuais rebeliões da massa. Era o temor de que se repetisse aqui eventos semelhantes aos da Revolução Francesa.

Os primeiros momentos da jovem República se constituíram em esforço para evitar o retorno da monarquia, fortalecer o sistema e evitar a desagregação territorial do país. Militares tiveram forte presença nesse período que vai até a posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Mas os militares perceberam, também, que, do ponto de vista operacional, as forças armadas brasileiras eram mal equipadas, mal distribuídas no território nacional e com baixo nível de comando. No entanto, para modernizar o Exército, era necessário modernizar o país. A partir desta compreensão, a política entrou nos quartéis.

A revolta dos 18 do Forte, em Copacabana, em 5 de julho de 1922, foi o primeiro sinal de que o vento começava a mudar. O segundo 5 de julho, o de 1924, ocorreu após a tomada da cidade de São Paulo, do enfrentamento com tropas do governo federal e o início da marcha da coluna Miguel Costa, depois chamada de Coluna Prestes. A coluna saiu de São Paulo, foi a Foz do Iguaçu e dali iniciou um impressionante roteiro que levou seus integrantes até o extremo nordeste brasileiro. Mais de 20 mil quilômetros a pé. Os militares conheceram a realidade brasileira. Na volta, fugindo dos jagunços que os perseguiram, buscaram exílio na Bolívia e no Paraguai.

Os cadetes da coluna Prestes se tornaram oficiais e participaram ativamente do movimento militar de 1964. Antes, alguns deles, além de integrar o governo Vargas, trabalharam na Força Expedicionária Brasileira (25.834 homens) que lutou na Itália contra o exército nazista de Hitler. E assistiram em Nápoles a libertação de Roma, depois da queda dos fascistas, quando Mussolini foi pendurado de cabeça para baixo num posto de gasolina em Milão. A participação na guerra colocou os militares brasileiros ao lado do pensamento liberal norte-americano, que prevaleceu ao final do conflito. O comunismo também venceu com o Exército Vermelho de Stalin. No Brasil, o Partido Comunista foi fundado em 1922 em Niterói (RJ). Tempos depois, Prestes, um dos comandantes da coluna, se declarou comunista e se transferiu para Moscou.

O presidente Ernesto Geisel comandou a abertura lenta e gradual do regime político no Brasil. Seguiu as diretrizes de seu braço direito, general Golbery do Couto e Silva, que tinha por objetivo restaurar o Estado de direito pleno no Brasil e retirar os militares da política. E conseguiu. Ele viveu o tempo do regime de 1964, em que os oficiais se integraram a blocos de opinião dentro das Forças Armadas. O objetivo da abertura política foi mandar os militares de volta aos quartéis, restabelecer a hierarquia e a disciplina. Antes, o presidente Castello Branco extinguiu o posto de marechal e estabeleceu uma série de medidas administrativas para reorganizar a carreira militar.

O presidente Bolsonaro caminha no sentido inverso. Ele pretende que os militares participem mais da política nacional. Ele se protege de um eventual impeachment com o pessoal de alto coturno a seu lado. Nos países desenvolvidos, os civis mandam nos militares. Nas ditaduras e regimes de exceção, ocorre o contrário. O Ministério da Defesa é um cargo civil. Na atual administração, transformou-se em posto militar. É nessa linha que o presidente Jair Bolsonaro tentará a sua reeleição, acompanhado por um vice quatro estrelas, general Braga Neto. É caminhar na contramão da história do Brasil.

Amazônia mais legal

» MARCELO THOMÉ
Arquiteto e empresário, é CEO do Instituto Amazônia+21

Mais de 100 países assumiram o compromisso coletivo de reverter as perdas florestais em seus territórios. O acordo assinado na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP26), em Glasgow, envolve países com grandes áreas de florestas como Canadá, Colômbia, Indonésia, República Democrática do Congo e, claro, o nosso Brasil.

Ao anunciar que promoverá o desmatamento ilegal zero no Brasil até 2028, o governo federal fortalece a defesa da Amazônia e do desenvolvimento sustentável. Cada árvore salva, com sua função na captura e estoque de carbono, é mais um ponto de apoio dos negócios sustentáveis. Para permanecer em pé, a floresta detentora do maior patrimônio genético do planeta precisa de investimentos e parcerias de empresas grandes, médias e pequenas, locais e transnacionais. E o seu manejo tem que impactar positivamente na qualidade de vida dos 24 milhões de brasileiros que nela habitam.

No esforço para cumprir o tratado de Glasgow e zerar o desmatamento ilegal, o Brasil precisa de uma mobilização que incentive a sustentabilidade socioeconômica na Amazônia, com desenvolvimento local e inclusão de comunidades. Imprescindível a incorporação de novas tecnologias, inovação e formação profissional, estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e investimentos em educação e associação de conhecimentos novos e tradicionais.

Apresentamos na COP26 um movimento empresarial da Amazônia conectado à realidade do século 21, comprometido com a sustentabilidade socioeconômica, com a floresta e com as pessoas. A face prática desse movimento é o Instituto Amazônia+21, uma iniciativa de empresários da Amazônia com suporte da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das nove Federações das Indústrias dos Estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira. Com abordagem ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), o Instituto Amazônia+21 surge para promover negócios sustentáveis na região e adequar empreendimentos já existentes à realidade, demandas e vocações da Amazônia.

Conhecemos as diferentes realidades nas sub-regiões da Amazônia e devemos afirmar que o desmatamento ilegal zero deve envolver o combate a todo um conjunto de atividades ilegais entranhadas no atraso, velhas práticas que, além da tragédia ambiental, tiram a dignidade de trabalhadores tragados por essa zona ilícita. Quem trabalha sério para produzir e gerar empregos na Amazônia se submete a um complexo conjunto de leis, códigos e regulamentos. Isso tem um custo muito alto, mas é pelo diálogo com o Estado que tratamos conflitos, excessos e até abusos. Enquanto isso, as atividades ilegais escamoteiam o avanço sobre a floresta, a exploração predatória e a concorrência desleal contra empresas com responsabilidades social, ambiental e fiscal.

O compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 traz boas expectativas, mas não se pode descuidar desse foco mais amplo e devastador para a imagem do Brasil e a vida na floresta amazônica: as atividades ilegais que contaminam rios, degradam terras e biomas, assassinam e roubam populações tradicionais. O prejuízo socioambiental é calculado em dezenas de bilhões de reais, sem considerar o custo da narrativa de que qualquer atividade mais arrojada na região é predatória e sem escrúpulos. Atividades sustentáveis, com tecnologias apropriadas, fiscalização e controle efetivo do Estado, fortalecem o desenvolvimento sustentável e podem gerar ganhos para comunidades locais em escala adequada, com mais qualidade de vida e justiça para o povo da Amazônia.

Os princípios ESG impõem compromissos socioambientais desafiadores para a jornada do Instituto Amazônia+21. No caminho do desenvolvimento sustentável, o Brasil há que ter práticas inovadoras e valores rígidos. O adjetivo que indica enquadramento na lei não pode ser associado às nossas florestas apenas para a referência geopolítica dos nove estados incluídos na Amazônia Legal Brasileira. Afinal, como no mundo de Drummond, o Raimundo seria rima, nunca solução, sustentabilidade e ilegalidade não se afinam.

Desigualdade de gênero, barreira ao crescimento profissional das mulheres

» MARIA NILCE MOTA
Superintendente de Ação Social e Filantropia do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee)

A desigualdade de gênero persiste como um grave problema social no Brasil. A despeito de todos os avanços da sociedade é inquestionável a forte influência do patriarcado na nossa formação como indivíduos. A relação homem x mulher continua desigual (de maneira sistêmica e cultural) e está presente no meio social, profissional e familiar.

Apesar de as mulheres brasileiras representarem a maioria da população (51,7%), isso está longe de ser traduzido em empregabilidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, as mulheres lideram as taxas de desemprego e foram as que mais perderam oportunidades por conta da crise econômica desencadeada pela pandemia de covid-19. Quando falamos em cargos de liderança a disparidade na representatividade se torna ainda mais evidente. Ainda segundo dados do instituto, as mulheres receberam apenas 77,7% do salário dos homens em 2019.

Conforme escalamos a pirâmide hierárquica, a disparidade aumenta e as mulheres continuam a ter proventos menores, cerca de 61,9% do rendimento dos homens em cargos de gerência e diretoria. Àqueles que buscam desculpas para justificar o injustificável não poderão se utilizar do grau de instrução, uma vez que as mulheres ultrapassaram a escolaridade dos homens ainda em 1991, de acordo com Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE), da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Avanço resultante meramente de decisões pessoais das mulheres, já que não foram desenvolvidas políticas públicas para facilitar maior acesso à educação.

O exercício da liderança ainda pressupõe combates recorrentes aos estereótipos sociais e culturais. A associação entre liderança e masculino ainda é potente na sociedade, e essa construção nunca levou em conta a jornada de trabalho não remunerado, tais quais, cuidados com as crianças, demandas domésticas e outras responsabilidades familiares, fazendo com que o esforço das mulheres para alcançar cargos de gestão seja maiores e mais desafiadoras.

Para alçar altos cargos, não é preciso apenas provar competência, é necessário comprovar repetidas vezes a sua capacidade pelo simples fato de ser mulher. A verdade indigesta é que as estruturas das organizações, historicamente, não nos consideram no papel de liderança, de poder ou influência. Os estereótipos normativos de gênero impregnados socialmente, em geral, remetem a liderança a características tidas como masculinas.

Soma-se, ainda, ao fato dessas referências históricas de liderança estarem atreladas ao masculino, não se levando em consideração os obstáculos que as mulheres enfrentam para se colocarem nessa posição. Contudo, também é preciso considerar e comemorar os avanços sem perder de vista o longo caminho ainda a percorrer. Para isso, além do combate aos estereótipos de gênero, é preciso aumentar a representatividade feminina no mundo do trabalho e nos cargos de liderança.

Temos como exemplo o Congresso brasileiro, em que a bancada feminina representa apenas 15% dos parlamentares, sendo que as mulheres constituem a maioria do eleitorado brasileiro. Segundo o Mapa das Mulheres na Política da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa o 140º lugar no ranking de representação feminina no parlamento e um dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil é justamente a igualdade de gênero. É necessário pensar em estratégias nas organizações, mas também envolver atores sociais e econômicos para atuarem na redução da discriminação de gênero.

Um futuro sustentável e igualitário permanecerá fora de alcance enquanto as mulheres não tiverem a garantia de participação, em igualdade de condições e oportunidades na vida política, social e econômica do país. E essa não deve ser uma luta das mulheres e de todos que desejam viver em uma sociedade com justiça social.

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Redes sociais afetam as adolescentes mais cedo

Estudo identifica ligação robusta entre o uso de espaços virtuais e a sensação de insatisfação com a vida. Nas meninas, o impacto surge entre 11 e 13 anos. Nos meninos, dos 14 aos 15. Mudanças no cérebro e puberdade podem estar ligados ao fenômeno

» PALOMA OLIVETO

As meninas na puberdade são mais impactadas negativamente pelas mídias sociais do que os garotos na mesma fase de desenvolvimento. Por volta dos 19 anos, porém, ambos demonstram algum nível de insatisfação com a vida associado ao uso desses tipos de site e aplicativo. Embora pais que veem seus filhos o dia inteiro com os olhos voltados para o celular se preocupem com a consequência desse hábito para a saúde mental, trata-se da primeira vez que um estudo de grande porte encontra uma relação estatística robusta. O trabalho foi publicado na revista *Nature Communications*.

Em uma coletiva de imprensa on-line, os autores, do Reino Unido, explicaram que, mesmo após anos de pesquisa, ainda há uma "incerteza considerável" sobre como o uso de redes sociais se relaciona com o bem-estar. Esse é um terreno com grande potencial de impactar na saúde mental, pois, no geral, as pessoas passam muito tempo por lá, compartilham informações sobre elas e interagem umas com as outras.

Para compreender melhor a associação entre essas mídias e o bem-estar em diferentes fases do desenvolvimento, psicólogos, neurocientistas e estatísticos analisaram dois conjuntos de dados nacionais que contêm informações de 84 mil pessoas entre 10 e 80 anos. Os registros incluíam estudos longitudinais — quando se acompanha o participante por um longo tempo — referentes a 17,4 mil adolescentes e jovens com idade entre 10 e 21 anos.

Analisando as respostas dessas pessoas às pesquisas, os cientistas identificaram dois períodos distintos da adolescência em que o uso excessivo de mídias sociais teve uma associação com taxas mais baixas de satisfação pessoal depois de 12 meses do contato inicial com os participantes. Primeiro, no início da puberdade (de 11 a 13 anos, no caso das meninas, e de 14 a 15 anos, para os meninos), e, então, novamente por volta dos 19, nos jovens de ambos os sexos.

Segundo os pesquisadores, as diferenças no início da puberdade sugerem que a sensibilidade ao uso das mídias sociais pode estar ligada a mudanças no desenvolvimento, possivelmente na estrutura do cérebro, ou à puberdade, que, geralmente, ocorre mais tarde em meninos do que em meninas. Eles observaram, porém, que são necessários estudos futuros para confirmação.

"Não é possível identificar os processos precisos subjacentes a essa vulnerabilidade. A adolescência é um período de mudanças cognitivas, biológicas e sociais, todas interligadas, dificultando a separação de um fator do outro. Por exemplo, ainda não está claro o que pode ser devido a mudanças de desenvolvimento nos hormônios ou no cérebro e o que pode estar relacionado à forma como um indivíduo interage com seus pares", comenta Sarah-Jayne Blakemore, professora de psicologia e neurociência cognitiva da Universidade de Cambridge e coautora do estudo.

Mark Makela

O estudo também indica que, aos 19 anos, jovens de ambos os sexos demonstram um nível maior de mal-estar relacionado ao uso das redes

Sair de casa

Os pesquisadores também descobriram que, tanto em mulheres quanto em homens, o uso de mídia social aos 19 anos foi novamente associado a uma diminuição na satisfação com a vida. Nessa idade, dizem os pesquisadores, é possível que mudanças sociais — como sair de casa ou começar a trabalhar — tornem os jovens particularmente vulneráveis. De acordo com a líder da pesquisa, Amy Orben, da Unidade de Cognição e Ciências do Cérebro da Universidade de Cambridge, em outros momentos da vida, a associação entre bem-estar mental e redes sociais não foi estatisticamente significativa.

"A ligação entre o uso de mídia social e o bem-estar mental é claramente muito complexa. Mudanças em nosso corpo e em nossas circunstâncias sociais parecem nos tornar vulneráveis em momentos específicos da vida", diz Orben. "Com nossas descobertas, em vez de debater se a ligação existe ou não, podemos nos concentrar nos períodos de nossa adolescência em que, agora sabemos, pode haver maior risco e usar isso como um trampolim para explorar algumas dessas questões."

"Pesquisas mostram que meninas e mulheres em geral são muito sensíveis a estressores interpessoais, e a mídia social é sobre relacionamentos", diz Sarah Coyne, professora da Universidade de Brigham Young, nos EUA, que não participou do estudo. "Aos 13 anos, as meninas estão apenas começando a se preparar para lidar com o lado sombrio das mídias sociais, como medo de perder, comparações constantes e cyberbullying. Uma criança de 13 anos provavelmente não está pronta para três horas de mídia social por dia", destaca.

A especialista em mídia e desenvolvimento social esclarece que não se trata de proibir as adolescentes de usar as redes. "Treze anos não é uma idade ruim para começar a mídia social", diz Coyne, cuja filha criou uma conta no TikTok exatamente nessa idade. "Mas deve começar em um nível muito baixo e deve ser gerenciado adequadamente", afirma, sugerindo que 20 minutos por dia é uma boa medida. No ano passado, Coyne publicou um artigo no *Journal of Youth and Adolescence* indicando que o acesso excessivo a mídias sociais aumenta o risco de suicídio entre adolescentes do sexo feminino, mas não no masculino.

> Aos 13 anos, as meninas estão apenas começando a se preparar para lidar com o lado sombrio das mídias sociais, como (...) cyberbullying. Uma criança de 13 anos provavelmente não está pronta para três horas de mídia social por dia"
>
> ***Sarah Coyne,*** *professora da Universidade Brigham Young e não participante do estudo*

Impossível prever vulneráveis

Os pesquisadores britânicos destacaram que ainda não é possível prever quais os indivíduos que correm mais risco de ter o bem-estar afetado pelo uso excessivo de redes sociais. "Nossa modelagem estatística examina médias. Isso significa que nem todo jovem experimentará um impacto negativo em seu bem-estar com o uso das mídias sociais", afirma Rogier Kievit, professor de neurociência do desenvolvimento do Instituto Donders para Cérebro, Cognição e Comportamento. "Para alguns, muitas vezes, terá um impacto positivo. Alguns podem usar a mídia social para se conectar com amigos, lidar com um determinado problema ou porque não têm ninguém com quem conversar sobre algo específico ou como se sentem. Para esses indivíduos, a mídia social pode fornecer um apoio valioso", reforça.

Bernadka Dubicka, professora de saúde mental da Universidade de Manchester que não participou do estudo, ressalta a importância da pesquisa, mas insiste que é preciso investigar mais a questão."É um estudo interessante, reflete a complexidade vista em adolescentes vulneráveis na prática clínica e, finalmente, se afasta da dicotomia inútil sobre se as mídias sociais são ou não prejudiciais", reconhece. "No entanto, o estudo não conseguiu responder às perguntas cruciais sobre por que isso pode acontecer. Notavelmente, os dados vão até 2018 e, desde então, o uso de mídias sociais se tornou cada vez mais proeminente na vida dos jovens, principalmente durante a pandemia. E as dificuldades emocionais, principalmente em adolescentes mais velhas, aumentaram significativamente. Será vital desenvolver essa pesquisa para entender tanto o papel prejudicial quanto o de apoio das mídias sociais na vida dos jovens".

Em nota, Andrew Przybylski, diretor de pesquisa do Instituto de Internet da Universidade de Oxford, disse que, para identificar quais indivíduos podem ser influenciados pelas mídias sociais, são necessárias mais pesquisas que combinem dados comportamentais objetivos com medidas biológicas e cognitivas de desenvolvimento. "Por isso, pedimos às empresas de mídia social e outras plataformas on-line que façam mais para compartilhar seus dados com cientistas independentes e, se não estiverem dispostas, que os governos mostrem que levam a sério o combate aos danos on-line introduzindo legislação para obrigar essas empresas a serem mais abertas." (PO)

PARA HOMENS

1ºC a mais eleva em 4% risco de doenças cardiovasculares

O aumento de 1°C na temperatura noturna de verão pode estar associado a uma probabilidade de cerca de 4% maior de mortes cardiovasculares entre homens de 60 a 64 anos, segundo uma pesquisa publicada na revista on-line *BMJ Open*. As mulheres, porém, não apresentaram o mesmo risco, diz o artigo.

Estudos anteriores se concentraram no potencial de extremos de calor durante o verão e sua associação com surtos de mortes e hospitalizações devido a problemas cardiovasculares. No entanto, as descobertas relacionadas à idade e gênero têm sido inconsistentes até agora. Por isso, pesquisadores da Universidade de Toronto, no Canadá, começaram a examinar qualquer possível ligação entre as altas temperaturas noturnas, durante a estação, e o aumento de óbitos por doenças cardiovasculares (DCV) entre pessoas com 60 e 69 anos.

Os pesquisadores analisaram dados do Escritório Nacional de Estatísticas sobre mortes de adultos atribuídas a DCV nos meses de junho e julho (verão no Hemisfério Norte) de 2001 a 2015, na Inglaterra e no País de Gales, porque as ondas de calor no Reino Unido são mais frequentes e intensas durante esses meses. Eles também reuniram informações correspondentes de registros oficiais dos EUA para a região de King County, em Washington, com condições parecidas com as de outras áreas estudadas. Os dados estadunidenses, porém, incluíam apenas homens.

Além disso, os cientistas analisaram dados meteorológicos oficiais do Reino Unido e dos EUA. Os resultados mostraram que, entre 2001 e 2015, houve 39.912 mortes por DCV (68,9% homens) em Inglaterra e País de Gales e 488 mortes em King County. Nos dois primeiros, depois de levar em conta certas variáveis, um aumento de 1°C na temperatura noturna usual de verão foi associado a uma elevação de 3,1% no risco de mortalidade por DCV entre homens de 60 a 64 anos, mas não nos mais velhos ou em ambas faixas etárias femininas. Em King County, por sua vez,1°C a mais se relacionou ao aumento de 4,8% no risco de mortalidade por DCV entre aqueles com 65 anos ou menos, mas não em homens mais velhos.

Kevin Dietsch

Cientistas consideraram o aumento da temperatura em noites de verão, de 2001 a 2015

O estudo é observacional — portanto, não pode estabelecer causalidade —, e os pesquisadores reconhecem algumas limitações no trabalho. No entanto, entre os pontos fortes estão os dados de tamanho populacional e o uso de informações meteorológicas, cruzados com estatísticas rigorosas de mortalidade. "As presentes descobertas devem estimular investigações semelhantes de taxas de exposição e eventos em outras regiões populosas de latitude média a alta", disseram os autores, no artigo.

POLICIAMENTO reforçado nas escolas

Devido aos casos de violência registrados nas últimas semanas em instituições de ensino do DF, a Secretaria de Educação e outras pastas do governo trabalham em uma cartilha com diversas medidas para coibir agressões entre estudantes da capital do país

» EDIS HENRIQUE PERES

Devido aos crescentes casos de violência nas escolas do Distrito Federal, a Secretaria de Educação, em parceria com outras pastas do governo, desenvolve um plano de ação para coibir o comportamento agressivo dos estudantes. Uma das medidas anunciadas pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) é o reforço do Batalhão Escolar nas unidades de ensino. Os policiais, de acordo com o titular da pasta, Júlio Danilo, podem adotar uma "varredura", se necessário. "É um trabalho de vistoria dentro da sala de aula e até dentro dos pertences de algum aluno, um procedimento padrão já realizado por policiais capacitados e adotado de acordo com a demanda indicada pela escola", explica.

O Plano de Urgência pela Paz é coordenado pela Secretaria de Educação e envolve as secretarias de Saúde, de Segurança Pública, da Juventude e de Esporte. O aumento do efetivo do Batalhão Escolar se dará com o emprego de oficiais nas horas de folga para reforço das atividades ostensivas. "Essas demandas vão depender dos pontos mais críticos e das requisições que vamos recebendo ao longo da nossa ação. Não vamos deixar uma viatura parada em cada colégio, elas vão ficar circulando em diversos pontos. O nosso principal foco será atuar na prevenção desses casos", garante Júlio Danilo.

Secretária de Educação, Hélvia Paranaguá explica que a pasta fez um levantamento de 126 unidades de unidades escolares com os maiores índice de violência. "Praticamente, 100% dessas escolas são de ensino médio e anos finais do ensino fundamental. Esse trabalho vai envolver não apenas a escola, mas os pais, a família e a sociedade. Os responsáveis precisam conferir o que os filhos estão levando nas mochilas, precisam prestar esse apoio, não é um papel apenas da escola", pondera Hélvia Paranaguá .

A titular de Educação detalha que a cartilha do plano de ação deve ser entregue até 27 de abril nas escolas. "Temos o prazo até 6 de junho para implementar essas medidas. Isso não significa que vamos começar a atuar somente nessa data. Começamos a agir agora, mas precisamos desse prazo para qualificar os diversos profissionais das diversas pastas envolvidas, porque não adianta, simplesmente, entregar uma cartilha para um profissional e não dar a orientação adequada para ele", ressalta.

Segundo Hélvia, as regiões com o maior índice de registros de violência são Ceilândia, Plano Piloto, São Sebastião e Taguatinga. "São Sebastião destoa das demais cidades, porque as outras três possuem um alto quantitativo de escolas, o que, automaticamente, gera um grande número de ocorrência. Mas o nosso objetivo é não estigmatizar nenhuma região ou escola, por isso estamos buscando agir com muito cuidado", acrescenta.

Reflexo da sociedade

Doutor em educação pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Instituto Federal de Brasília (IFB), Messias Eiterer explica que dois fatos devem ser considerados ao analisar a escalada de violência no ambiente escolar. "O primeiro ponto é que a pandemia trouxe um afastamento social, ou seja, o desencontro do convívio. Com isso, as pequenas desavenças que são resolvidas cotidianamente e que as pessoas estavam habituadas a solucionar, foram deixadas de lado, e algumas pessoas desaprenderam isso. O que se soma a esse cenário é que temos um aumento do discurso de violência nos últimos anos, com falas até de matar quem pensa de forma diferente, assim como o surgimento de diversos grupos radicais. O crescimento absurdo dos clubes de tiro, de pessoas que se vangloriam de portar uma arma, é uma prova disso. Ou seja, são dois fatores que não podem ser ignorados", argumenta o especialista.

Para Messias Eiterer, neste cenário, as ações realizadas devem focar nas dinâmicas de convívio, resolvendo os conflitos a curto prazo e civilizadamente. "A escola é um reflexo do que acontece na sociedade. Em termos de solução, o trabalho com pessoas não vem com uma regra pronta e acabada, cada caso é um caso e deve ser avaliado separadamente, mas o geral é que esses jovens devem ser ouvidos, o espaço tem que ser aberto para o diálogo. Os estudantes precisam ter condições de se manifestar, em um momento de escuta e fala, para as coisas serem resolvidas. E essa mediação de conflito tem que ser percebida antes que o desentendimento chegue às brigas generalizadas", avalia.

Diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), Luciana Custódio destaca que o principal obstáculo enfrentado pela categoria é o da falta de investimentos. "Temos uma ausência de orientadores educacionais que não dão conta de tanta demanda. Hoje, cada orientador tem que cuidar de 680 estudantes, ou seja, uma demanda altíssima. Isso tudo são desafios para o trabalho e para esse suporte aos jovens", ressalta.

A dificuldade em lidar com os sentimentos, segundo a avaliação do presidente da Associação de Pais e Alunos (Aspa-DF), Alexandre Veloso, é outro fator a ser trabalhado dentro do local de ensino. "Muitos lares, na pandemia, ficaram sem uma orientação emocional, devido a falta do convívio social. Por isso, é importante que a nossa juventude tenha instrumentos para lidar com esses conflitos emocionais, sociais ou econômicos. Assim, as políticas públicas e as condições de pleno direito são fundamentais", opina.

Pedro Marra/CB/D.A. Press

Em um dos episódios mais graves, na última quarta-feria, uma adolescente foi esfaqueada no CEF do Bosque, em São Sebastião

Memória

Insegurança e medo

23 de Março: *no Centro de Ensino Fundamental (CEF) do Bosque, de São Sebastião, uma adolescente de 14 anos foi esfaqueada por outro jovem, de 15 anos, que levava a arma na mochila. O ataque aconteceu enquanto a vítima bebia água na quadra de esportes, segundo alunos ouvidos pela reportagem do* ***Correio****. A estudante foi socorrida pela professora e levada ao Hospital Regional do Paranoá (HRP). Ela recebeu alta na última sexta-feira, e o caso segue sob investigação da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA 1). O aluno responsável pelo ato infracional será transferido de escola.*

22 de março: *em uma briga em frente ao Centro Educacional (CED) São Francisco, em São Sebastião, uma mulher de 19 anos apontou uma arma para uma estudante. Segundo informações, a adolescente estaria com uma faca e ameaçava a amiga da mulher que tinha o revólver. A PMDF foi acionada para atender a ocorrência, mas, quando chegou na unidade escolar, nenhum dos envolvidos estava presente. A mulher poderá responder por porte ilegal de arma de fogo e ameaça. O caso é investigado pela 30ª Delegacia de Polícia (São Sebastião).*

Minervino Júnior/CB/D.A Press

18 de março: *estudante de 18 anos do Centro de Ensino Médio (CEM) 3, de Ceilândia, é esfaqueado após uma briga em frente ao colégio. Depois de sofrer os golpes de outros dois adolescentes, de 16 anos, a vítima entra de novo dentro do colégio e pede socorro. Segundo informações apuradas pela reportagem, o estado da vítima é estável, mas continua internada no hospital. O delegado-chefe responsável pelo caso, Juvenal Campos, explica que os suspeitos foram ouvidos pela DCA 2 (Taguatinga), estão apreendidos e aguardam decisão da Justiça. O motivo da briga teria sido uma discussão ocorrida no dia anterior. Um dos agressores tentou jogar uma bolada em uma estudante da mesma classe da vítima, que para escapar, torceu o pé. Na ocasião, a vítima das facadas disse que ele tinha que aprender a respeitar as mulheres e a ser homem. Isso gerou uma discussão. No dia seguinte, os dois agressores foram com uma faca na mochila para se vingar.*

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Palavra de especialista

Ferramenta de emancipação

Rafael Mesquita, professor do curso de direito no Centro Universitário Iesb e mestre em direitos sociais e processos reivindicatórios

"Índices recentes apontam para a escalada da violência no âmbito escolar. Não restam dúvidas de que a vulnerabilidade, no que diz respeito à segurança, faz com que a atmosfera emancipadora e encorajadora da educação, seja prontamente substituída por terror e desistência. Intervenções se fazem necessárias. A questão é: quais intervenções devem ser feitas?

A escola não diz respeito a um universo paralelo, mas, sim, reflete o contexto social em que cada um dos indivíduos está inserido. Logo, a prevenção/educação deve ocorrer, também, extramuros. Faz-se importante a participação ativa da comunidade no combate à violência escolar. Assim sendo, em diversas localidades, as secretarias de Educação recomendam às escolas a criação de comitês/conselhos formados por professores, diretores, alunos e membros da comunidade que, em conjunto, desempenham atividades informativas e preventivas. Medidas como essa devem ser encorajadas, bem como a escola deve estar apta a acolher ao invés de somente conter.

Não podemos olvidar que a violência escolar requer um trabalho multidisciplinar, no qual, na maioria das vezes, em situações delicadas ou graves, exige a intervenção, inclusive, do Conselho Tutelar, do Ministério Público e de agentes da Segurança Pública. O ambiente acadêmico sempre foi visto como transformador, em que tudo é possível. Ao passo que a violência tem crescido, não podemos descuidar que a solução está a um lápis, a uma criança, a um jovem de distância."

EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Deva Garcia/Divulgação

PT-DF aprova candidatura de Rosilene, mesmo sem o aval da campanha de Lula

Mesmo sem o aval da direção nacional, o PT de Brasília aprovou a indicação da sindicalista Rosilene Corrêa como candidata ao Governo do DF. A diretora do Sindicato dos Professores tem maioria no partido e derrotou a pretensão do petista Geraldo Magela. Mas tudo depende ainda de uma decisão da campanha de Lula, voltada aos interesses da disputa nacional. Os petistas de Brasília querem marcar uma posição e tornar a candidatura irreversível.

Mais regularização fundiária

O governador Ibaneis Rocha lança, hoje, decreto que regulamenta política de regularização de terras rurais do DF.

Arquivo Pessoal

Sem candidatura própria

Secretário do governo Rollemberg, Thiago Jarjour (C), agora no MDB, anunciou que não será candidato a nada. Vai apoiar a candidatura do presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente (E), à Câmara dos Deputados; e do ex-deputado Cristiano Araújo que pretende voltar à Câmara Legislativa. Na disputa ao Buriti, está com o governador Ibaneis Rocha (MDB). Thiago diz que com a morte do pai, Abdalla Jarjour, em dezembro de 2020, em decorrência da covid-19, precisa agora se concentrar nos negócios da família, dona de uma rede de postos de gasolina. "Foi uma decisão tomada em família. Com a morte do meu pai, eu não vou conseguir me dedicar à campanha como se deve, para disputar de fato uma cadeira", disse à coluna.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Compromisso

O vice-presidente da Câmara Legislativa, Rodrigo Delmasso (Republicanos), deu um chega para lá nos correligionários que querem lançar Damares Alves contra Flávia Arruda na disputa ao Senado. "Nosso projeto é Ibaneis e Flávia. Demos a palavra e precisamos honrá-la", disse ao **Correio**.

Apoio de família

O ex-secretário de Educação Rafael Parente tem investido recursos da família em sua pré-campanha ao governo do DF. O pai do pré-candidato, Pedro Parente, ex-ministro do governo FHC, tem ajudado com articulação política, inclusive como interlocutor com Lula.

Lição

O tapa do ator Will Smith no comediante Chris Rock, durante a festa do Oscar 2022, foi comentado por políticos nas redes sociais. O deputado Luis Miranda (UB-DF) registrou sua opinião: "O limite para a zoação existe e é quando ofendem a sua família. Principalmente se essa ofensa for por uma deficiência ou doença. Chris Rock passou dos limites e Will Smith lhe ensinou uma lição bem merecida". O próprio ganhador do Oscar de melhor ator, no entanto, pediu desculpas ontem.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Mesmo caminho

A ex-governadora Maria de Lourdes Abadia recebeu no fim de semana uma ligação do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Os dois adotaram um mesmo caminho: trocaram o PSDB pelo PSB. No caso de Abadia, quatro anos antes.

De volta às origens

Minervino J?nior/CB/D.A Press

O deputado Fernando Fernandes decidiu retornar ao Pros para concorrer à reeleição. O distrital, que deixou ontem a administração de Ceilândia para reassumir o mandato, se elegeu pelo Pros, desligou-se temporariamente e agora fez as contas para o coeficiente eleitoral. Voltou às origens.

Doação de cavalos

Em solenidade com a presença da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e do ministro do Turismo, Gilson Machado, a ABQM (Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Quarto de Milha) doará 41 cavalos a 21 centros, em parceria com a Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil), o Projeto Pátria Voluntária e o Ministério do Turismo. A iniciativa tem o apoio do Parque de Exposições Granja do Torto (PGT). Sete desses animais serão doados para a Associação Nacional de Equoterapia do Distrito Federal, para aumentar a oferta dessa terapia, que traz benefícios físicos, psíquicos, educacionais e sociais para pessoas com algum tipo de deficiência.

Intérprete quer concorrer no DF

Ele está em todos os eventos de Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto e fala a uma parcela da população em nome do 01. Agora quer entrar na política na onda da popularidade do chefe no Distrito Federal. O intérprete de libras do presidente, Fabiano Guimarães, vai se filiar ao Republicanos para concorrer a uma vaga de deputado federal.

Reprodução/Instagram

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | **RAFAEL PARENTE** | PRÉ-CANDIDATO DO PSB AO GDF

Ao programa CB.Poder, ex-secretário de Educação confirma que pretende entrar na disputa pelo Buriti e anuncia projetos

"A oposição não estará dividida"

» PAULO MARTINS*

Secretário da Educação no Governo do Distrito Federal (GDF) por apenas oito meses, Rafael Parente avalia pontos, objetivos e visões sobre política do DF e do Brasil em entrevista, ontem, à jornalista Ana Maria Campos, no programa CB.Poder — uma parceria do **Correio** *com a TV Brasília. Pré-candidato ao Palácio do Buriti pelo PSB nas eleições de 2022, ele destaca a parceria Lula-Alckmin na corrida presidencial.*

O que o motivou a sair do governo e entrar na disputa pelo governo do DF?

Quis entrar na secretaria por ser uma oportunidade e pela promessa de que eu poderia criar meu próprio programa (de gestão), minha própria equipe para fazer um trabalho 100% técnico, que revolucionaria a educação. Eu acreditei nessa e em várias promessas, mas muito rapidamente que as promessas não seriam cumpridas. Uma delas é que a minha equipe técnica seria mantida, mas começaram com pedidos para ela ser mexida, e eu não estava deixando mexer na minha equipe, e isso era um problema.

Muita gente acredita que a rejeição de Rodrigo Rollemberg (ex-governador) favoreceu a derrota dele nas eleições passadas. Você teme que, se for candidato, tenha que responder pela impopularidade do governo Rollemberg?

Acredito que a população compreende que foi um governo que arrumou a casa. Se não fosse pelo governo Rollemberg, o governo atual não faria 10% das obras que tem feito atualmente, o caixa atual é consequência da organização financeira (do governo anterior). Rollemberg fez uma série de outras coisas muito importantes, como a questão do lixão (da Estrutural), que era o segundo maior do mundo e o enfrentamento da crise hídrica (de 2017). Quando ando pelo DF, tenho a sensação que as pessoas entendem que houve uma injustiça com o governo Rollemberg.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

O PSB acabou de receber o ex-governador Geraldo Alckmin, que deve fazer chapa com Lula. O fato do PT estar junto, na composição nacional, facilita um acordo local?

Acredito que sim. Existe esse cenário nacional, mas, no nível local, acho que a gente precisa dialogar com todos que possam compor que sejam anti-Bolsonaro, anti-Ibaneis, e que possam nos agregar, nos apoiar e dialogar nessa composição de um programa que seja progressista para uma Brasília e um Distrito Federal que pode ser muito mais.

Acha que os discursos de Alckmin em outras campanhas atacando o PT não mostram uma incoerência?

Acho que não, pois eram épocas completamente diferentes do que vivemos atualmente. O que a gente vive hoje é talvez a pior crise da história do nosso país. Na época em que existia um debate político entre o PSDB e o PT, e que existia uma crítica entre esses dois polos, era um momento em que a democracia não estava em risco: a gente não via projetos protofascistas no nível local e no nível nacional.

No seu programa de governo, o que você prevê para reduzir a violência nas escolas?

Esse é um problema muito quente e temos visto que as políticas do governo Ibaneis têm fracassado em relação à violência. Voltando no tempo, nas primeiras décadas da fundação de Brasília, as pessoas procuravam primeiro as escolas públicas do que as particulares, por exemplo. A gente precisa criar uma sensação de comunidade por meio das artes, dos esportes, ocupando o tempo dos jovens em tempo integral e com qualidade. Precisamos fazer com que todas as escolas do ensino médio sejam integrais, e com cursos técnicos profissionalizantes.

Você pretende manter a gestão militarizada?

De acordo com a lei de gestão democrática, é a comunidade escolar que deve decidir. O que cabe ao secretário de Educação é oferecer projetos para as escolas, que têm realidades completamente diferentes entre si. Por exemplo, a Islândia era um país que tinha a maior parte da sua juventude viciada em drogas, em álcool, com altas taxas de suicídio. Como eles renovaram? Com esportes, artes e cursos profissionalizantes, podemos trazer essa metodologia para cá também, para as comunidades escolares decidirem.

Acha que uma oposição dividida pode levar à reeleição do governador Ibaneis?

Acho que a oposição não estará dividida e a rejeição do Ibaneis vai fazer com que ele não seja reeleito.

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Censura aos artistas

A decisão de um juiz do TSE de censurar a liberdade de expressão no festival Lollapalooza foi uma comédia de erros em série. Primeiro, não procede, a lei fala em ações de agentes políticos. Não era o caso, os artistas manifestaram a insatisfação no calor da hora, durante um festival de música, o que não é vedado.

O juiz em questão usou pouco mais de meia página para justificar a decisão. Mas um rápido exame na legislação eleitoral é suficiente para constatar que a deliberação é completamente descabida. O que está em jogo não é propaganda eleitoral; é crítica e livre expressão do descontentamento com o governo, algo que faz parte do jogo da democracia.

Nós estamos cansados de ver jogadores de futebol, empresários ou músicos sertanejos manifestando adesão ao presidente. Algumas vezes, em nome da liberdade de expressão, eles feriram a Constituição ao proporem o fechamento do Congresso Nacional ou do STF, sem que sofressem qualquer sanção.

A liberdade é um direito relativo balizado pelos limites da Constituição. Não contempla a campanha de desmoralização das urnas eletrônicas, acusação completamente desprovida de qualquer fundamento nos fatos, mas constantemente bombardeada na condição de mentira repetida milhões de vezes, na esperança que se torne verdade. E, no entanto, nós vemos os personagens que incorrem nesses delitos desfilarem fagueiros e impunes.

Não faz o menor sentido essa decisão do juiz Raul Araújo. O presidente faz motociatas em série, utiliza a inscrição no partido e a inauguração de pontes para fazer pré-campanha eleitoral, tudo pago com recursos públicos, e o TSE se mantém completamente omisso. O mesmo juiz que tentou cercear a liberdade de expressão dos artistas usou um critério diferente quando julgou uma ação que pedia a interdição de outdoors em apoio à candidatura do presidente, distribuídos no Centro-Oeste. Não viu nenhum problema e liberou a propaganda explícita.

Com certeza, não são as manifestações dos artistas, garantidas pelo direito à livre expressão, que ameaçam a democracia. O TSE deveria se preocupar é com a disseminação de fake news, que interferiram na última eleição e corromperão a próxima, se não forem tomadas providências e aplicadas sanções a candidatos que utilizam a mentira como política de comunicação.

A decisão desrazoada de censurar os artistas tem como um dos efeitos desmoralizar a Justiça Eleitoral. Reclamam tanto de mimimi, no entanto, ao menor questionamento, acionam a Justiça Eleitoral para calar a boca dos que discordam, criticam ou têm uma visão diferente. É interessante que nenhum dos paladinos da liberdade de expressão absoluta, acima de tudo e acima de todos, apareça para defender o direito de opinião dos artistas.

ECONOMIA / Preço da gasolina no DF faz com que etanol seja uma opção na hora de abastecer o veículo. Contudo, especialistas alertam para alguns cuidados, tanto no momento dos cálculos quanto na forma com que se faz a troca no tanque

Com que combustível eu vou?

» ARTHUR DE SOUZA
» ANA ISABEL MANSUR

Em meio à disparada do preço da gasolina em todo o país, os brasilienses têm se virado nos 30 e buscado alternativas econômicas para equilibrar as contas no fim do mês. No Distrito Federal, o litro do combustível pode ser encontrado por até R$ 7,99, de acordo com a plataforma Gaspass. Entre as opções, está a troca por álcool no abastecimento dos veículos — o litro do etanol pode custar cerca de R$ 2,25 a menos do que o da gasolina. No entanto, especialistas explicam que o uso de álcool nem sempre é vantajoso.

"Em regra, basta dividir o valor do litro do etanol pelo valor do litro da gasolina. Se a conta passar de 0,70, o combustível que compensa mais é a gasolina", ensina o coordenador do curso de economia do Iesb, Riezo Almeida. "Além desse cálculo, recomenda-se acompanhar a performance do outro combustível no seu carro, e a quilometragem que o veículo consegue alcançar estando com álcool", acrescenta o economista. Ele destaca que a busca por postos com preços menores não deve ser distante da rota diária, a fim de evitar consumo desnecessário.

Emanoel Câmara, 64 anos, fez as contas e decidiu trocar a gasolina por álcool. O motorista de aplicativo precisou adaptar a escolha do combustível à realidade salarial. "Depois que mudei, passei a ter lucro um pouco maior. Com etanol no tanque, faturo cerca de 40% a mais. Apesar da diferença de rendimento do etanol para a gasolina (1,5km/L a menos), está sendo bem mais rentável para mim", observa o morador de Vicente Pires.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Sindicombustíveis não prevê diminuição no preço da gasolina, mesmo que o valor do dólar caia

PREÇO MÉDIO DO COMBUSTÍVEIS NO DF

R$ 7,66
o litro da gasolina

R$5,91
o litro do álcool

Fontes: Gaspass

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Motorista de app, Emanoel afirma que o álcool está mais viável

Atenção na mudança

Assim como Emanoel, Edno Santos, 56, optou pelo combustível mais em conta. "Verifiquei que o álcool estava custando cerca de R$ 2 a menos do que a gasolina e, em razão disso, achei que era mais viável colocar o etanol. Geralmente, eu avalio se vale a pena ou não. Quando a diferença está acima de R$ 1,10, opto pelo álcool", resumi o servidor público. O morador de Sobradinho admite, porém, que o rendimento não é o mesmo. "Obviamente, a autonomia da gasolina é muito melhor do que a do álcool. Só que, com o preço alto, não tem como", argumenta.

A troca, contudo, não é indicada por Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF). "Hoje, o preço do etanol não é competitivo com o da gasolina, porque a divisão entre os valores do litro está entre 0,79 e 0,83", ressalta. Ele adverte que não há perspectiva de melhora no custo dos combustíveis. "A Petrobras diz que não vai mudar a política de precificação, e o barril do petróleo está custando em torno de US$ 115. Como a guerra entre Rússia e Ucrânia, deve se prolongar, e o barril do petróleo continuará caro", analisa Paulo Tavares. O presidente afirma que uma constante queda no valor do dólar pode mudar o cenário. "Mas não o suficiente para baixar o preço, apenas para evitar novos aumentos", pondera.

O mecânico Raimundo de Jesus, 46, diz que se tornou comum consertar veículos que estão com defeitos derivados da troca da gasolina pelo álcool. "Muitos carros começaram a aparecer com problema de bico ou com algum falhamento, depois de terem mudado de combustível", descreve. Há uma explicação para isso. "Por estar parado há certo tempo no tanque dos postos e ser relativamente orgânico — pela derivação da cana de açúcar —, o etanol acaba criando uma quantidade maior de água, que contamina o combustível e, quando abastecido no veículo, causa esses problemas", descreve Raimundo.

Gás natural

Outro tipo de combustível também é opção, porém, em menor escala. O gás natural veicular (GNV) ainda é pouco utilizado no DF e, de acordo com o Detran-DF, existem 2.890 veículos adaptados para o uso do GVN. O presidente do Sindicombustíveis afirma que os tributos são uma das principais causas para o pouco investimento. "O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o gás, no DF, é muito alto. Com isso, a margem de lucro sobre esse produto ficaria baixa, fazendo com que os empresários não invistam recursos para adquirir ou montar um posto para vender o GNV", critica Paulo Tavares. Ele complemente que há somente um local que comercializa o combustível e fica no Núcleo Bandeirante.

RAIOS-X

2.498
veículos elétricos e híbridos (elétrico/combustível)

2.890
veículos adaptados para o uso do gás natural

1,9 MI
frota total do DF

Fonte: Detran-DF

Vantagens de um elétrico

Desde 2019, a frota de carros elétricos e híbridos (elétrico/combustível) mais do que dobrou em Brasília — passando de 1.161 para 2.498, de acordo com informações do Departamento de Trânsito (Detran-DF).

Em 2021, último levantamento da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), eram 1.489 carros elétricos no DF — aumento de 59% em relação ao ano anterior: 936. No ano passado, o DF foi responsável por 4,2% da frota de eletromotores do Brasil. Presidente da ABVE, Adalberto Maluf desataca que o modelo é vantajoso para o usuário e para a sociedade. "Emissão zero de poluentes, menor emissão de gases do efeito estufa e redução dos ruídos nas cidades", enumera.

Adalberto reforça a que de gastos que o motorista tem ao longo do tempo. "A manutenção é entre 60% e 70% inferior ao similar — a combustão —, e o custo de operação é 90% menor. Isso faz com que a despesa gerado pelo veículo, durante a vida útil, seja muito favorável após poucos anos de uso", defende o presidente da ABVE.

Empresária, Marta Fagundes, 62, adquiriu um veículo híbrido há dois anos, pensando na sustentabilidade. "A economia foi impressionante. Estou com um tanque de gasolina há mais de um mês e, às vezes, preciso mudar a forma de consumo para esgotar o combustível. Cheguei a rodar 2,8 mil km com meio tanque de gasolina", revela.

Segundo Maluf, os custos da eletromobilidade podem variar entre R$ 155 mil e R$ 160 mil, e os modelos têm mais tributos do que um carro a combustão. "Um elétrico ou híbrido pode pagar entre 11% e 13% de Imposto de Produtos Industrializados (IPI), às vezes, 18%, enquanto que um carro flex a combustão paga até 7%", detalha Adalberto, frisando que o Brasil ainda tributa o peso do veículo e a cilindrada, o que — de acordo com ele, "não faz sentido no mundo do transporte elétrico".

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 28 de março de 2022.

» Campo da Esperança

Abnoan Nogueira Reboucos, 53 anos
Alberto Martins da Silva, 88 anos
Alice Antonio Cardoso Tavares, 99 anos
Ana Dias de Souza, 74 anos
Antonio Moraes Filho, 76 anos
Dalva Rodrigues Costa Ribeiro, 78 anos
Dalva Rodrigues Costa Ribeiro, 78 anos
Eloina de Bessa Macedo, 94 anos
Jorge Antunes, 76 anos
José Aloísio de Castro, 79 anos
Manoel Nunes da Silva, 50 anos
Marco Antonio Pinto Bittar, 75 anos
Maria Lelia Pacheco da Costa, 83 anos
Marilia Alves de Brito, 66 anos
Terezinha Alvares da Silva, 81 anos

» Gama

Eliane Messias Sousa, 59 anos
Francisca lucas da Silva, 95 anos
Geralda Cleide Barroso, 48 anos
Ilda Correia Maia, 91 anos
Ricardo Ferreira da Silva, 30 anos

» Planaltina

Felipe Evangelista Freitas, 25 anos
Jorcelina Alves da Silva, 81 anos

» Taguatinga

Antonia Gomes da Silva, 72 anos
Benedito Rodrigues dos Santos, 87 anos
Cinesio Elisio de Lima, 87 anos
Fabiola Helen Silva de Sousa, 40 anos
Francisca Maria de Araujo, 89 anos
Francisco Edilan Moreira Guedes, 53 anos
José Ribamar da Silva Pereira, 64 anos
José Roberto Farias, 62 anos
Lourinaldo João da Silva, 72 anos
Maria de Jesus Reis Alves, 77 anos
Maria Fernanda Angelo de Sá, menos de 1 ano
Nair Peres Caldas, 84 anos
Sara Candida da Silva, 65 anos

» Jardim Metropolitano

Fernanda Lourenço da Silva, 30 anos
Eduardo Henrik Ramirez Szervinski, 19 anos (cremação)
Maisa Honoria de Jesus Montes (cremação)
Marcos Daguer Damaceno (cremação)

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

A condição natural dos corpos não é o repouso, mas o movimento.
Galileu Galilei

Redução do ITBI só vale até quinta-feira

Towfiqu Barbhuiya/Unsplash

O setor produtivo está pedindo ao GDF a prorrogação do prazo para taxa reduzida do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A vigência da alíquota em 1% expira quinta-feira, 31 de março. E o governo local sinaliza que não pode estender a medida por mais tempo.

Alto índice de registros

A Secretaria de Economia do DF registrou aumento de 66% no número de documentos emitidos para pagamento do ITBI, em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2021 (até 18/03), foram gerados 11.108 boletos de arrecadação do imposto. Já em 2022, até o momento, consta a emissão de 18.474.

Cartórios lotados

Tanto os cartórios quanto a Secretaria de Economia estão sobrecarregados em função da alta demanda. Alguns cartórios, desde a semana passada, não estariam mais aceitando agendar escrituras.

Sem previsão orçamentária

A Secretaria de Economia do DF já informou, em resposta ao pedido da Ademi, no início do mês, que não seria possível estender o prazo da medida por dois motivos: falta de previsão orçamentária e a legislação eleitoral que proíbe a concessão de benefício tributário neste ano.

Edifício no SBS será leiloado amanhã

Towfiqu Barbhuiya/Unsplash

BB Previdência e a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF) vão leiloar, amanhã, o prédio comercial Edifício São Marcus, no Setor Bancário Sul. Atualmente, está alugado para a Emgea, empresa gestora de ativos, cujo contrato finaliza em agosto. O lance mínimo é de R$ 18,9 milhões. O leilão será realizado às 11 horas, exclusivamente on-line no portal Lance no Leilão.

Em São Paulo

Também serão vendidas quatro quotas do World Trade Center — WTC, na Avenida das Nações Unidas, em São Paulo, com lance mínimo de R$ 16,2 milhões. O local é considerado um dos maiores complexos empresariais da América Latina.

Resolução do Conselho Monetário

O motivo da venda é atender Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos planos administrados pelas entidades de previdência complementar. Ela determina que sejam vendidos os imóveis ou que sejam inseridos num fundo imobiliário.

CCJ aprova Luos

Depois da CAF, foi a vez ontem da CCJ da Câmara Legislativa aprovar, por unanimidade, a proposta de atualização da Luos. A última etapa é a aprovação na CEOF. A reunião está marcada para hoje de manhã. Na bolsa de apostas, estava ganhando a previsão de que hoje a Luos será aprovada nos dois turnos pelo plenário da Câmara.

Estamos confiantes de que será colocado em pauta hoje com a devida urgência e importância que tem, não só para a economia local, mas para toda a população."

José Aparecido Freire

Kl_ber Lima -SESC-DF

Comércio

A simplificação de CNAE para acelerar a concessão de licença de funcionamento dos comércio, em diversas regiões administrativas, é bastante aguardada por pequenas e médias empresas.

Posição oficial

Em nome do setor produtivo, o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, divulgou uma nota com a posição oficial do segmento. Agradeceu o empenho das comissões e reafirmou a urgência do projeto.

Mais empregos

Segundo a entidade, a atualização da Luos é importante para combater o desemprego, já que o comércio é responsável por mais de 90% da geração de postos de trabalho no setor privado.

Segurança jurídica

A nota destacou que a aprovação da Luos "irá corrigir inúmeros erros do passado, trará mais segurança jurídica para as empresas e aumentará a arrecadação de impostos".

LOTERIA / Estimado em R$ 110 milhões, o sorteio da Mega ocorre amanhã. Apostas também podem ser feitas pela internet

O sonho que ninguém desiste

» ANA MARIA POL
» JÚLIA ELEUTÉRIO

Sonho de milhares de brasileiros, embolsar o prêmio da Mega Sena é uma tarefa difícil, muitos brasileiros garantem suas apostas nas vésperas de um novo sorteio. Até mesmo quem tem uma vida financeira estável está de olho na loteria, como é o caso do militar da reserva, Aylton Clínio, 54 anos, morador de Taguatinga Norte. Ele conta que aposta toda semana e garante que desistir não é uma opção. "Vou realizar aqueles sonhos que a gente leva desde criança, como comprar uma casa boa, um carro bom", diz.

Amanhã, Aylton vai tentar conquistar o prêmio acumulado de R$ 110 milhões. O sorteio ocorre às 20h, e, até as 19h, os apostadores podem procurar as lotéricas para registrar suas apostas ou, até mesmo, jogar pela internet. No último sorteio, que aconteceu no sábado, realizado no Espaço Loterias Caixa, no terminal Rodoviário Tietê, em São Paulo, as seis dezenas sorteadas não encontraram um destinatário. Mesmo sem um novo milionário, 156 apostas acertaram a quina e levaram R$ 42 mil. A quadra também teve ganhadores, foram 10.583 apostas premiadas com R$ 892,90. A arrecadação total do concurso chegou a R$ 114.728.346. Infelizmente, Aylton não estava entre os contemplados. Apesar disso, a obstinação se mantém e ele segue fazendo planos para o prêmio, dentre eles, dar mais conforto para a família e saldar as dívidas. "Eu aplicaria nos meios mais rentáveis e, com certeza, entregaria esse dinheiro para uma consultoria financeira", pontua.

Ed Alves/CB
O militar Aylton Clinio acredita e aposta regularmente

Planejamento

De acordo com o economista César Bergo, o planejamento de Aylton é o correto a ser feito. "O principal é ter esses cuidados com relação à segurança e não gastar antes de receber. Muitas pessoas gastam e, às vezes, vai ter quanto ganhou, e é bem menos do que achou que receberia. Depois que estiver com o dinheiro na mão, aí sim, é a oportunidade de ver o que deve ser feito com o dinheiro", pontua. Segundo o especialista, o investimento é a melhor opção. "A primeira atitude deve ser colocar na poupança ou investir no tesouro direto, ou na renda fixa. Vale a pena pegar o dinheiro e colocar a maior parte dele em um investimento de renda fixa e ficar de olho em boas oportunidades de casas e carros", pontua.

César chama a atenção, ainda, para a importância da educação financeira nestes momentos. "Muitos não têm educação financeira, e aquele ditado que não se coloca todos os ovos na mesma cesta é verídico. É importante saber o valor do dinheiro para não sair gastando e depois não aproveitar nada", reitera. O economista ressalta a importância do controle. "Da mesma forma que ela separa, no orçamento, uma parte para jogar, deve também fazer um tipo de planejamento de onde investir o ganho para melhorar sua qualidade de vida", reforça.

Preocupado com o controle financeiro, o servidor público Edson Fernandes, 57, morador de Luziânia, também vai concorrer ao sorteio de amanhã. Mesmo confiante, ele afirma que não joga com frequência, apenas quando o acumulado é grande. "Dá para resolver muita coisa na vida com esse prêmio e, graças a Deus, ajudar quem precisa. Se eu ganhasse um prêmio desse, de R$ 110 milhões, eu iria separar pelo menos R$ 10 milhões e ia dividir com o povo que precisa", ressalta.

Carioca, o servidor público afirma que, milionário, voltaria para a cidade natal. "Eu vou direto para Cabo Frio, lá na Região dos Lagos, Rio de Janeiro. Sou carioca. Sou flamenguista", afirma.

Papo de Concurseiro

MARIANA FERNANDES
marianafernandes.df@cbnet.com.br

Acompanhe as notícias de concursos em blogs.
correiobraziliense.com.br/papodeconcurseiro

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília

Polícia Penal do DF altera data da seleção

A Polícia Penal do Distrito Federal retificou o edital de concurso público com 1.779 vagas. Dentre as alterações citadas, está a mudança na data da prova objetiva, que agora será em 26 de junho de 2022, em horário e local a serem informados através de edital posteriormente, por meio do site do Instituto AOCP, banca do concurso. Os aprovados e nomeados vão cumprir jornada de trabalho de 40 horas semanais. A remuneração inicial de um policial penal do DF é de R$ 5.445.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Locais de prova para diplomatas

Candidatos ao concurso público para a carreira de diplomata devem ficar atentos aos locais de prova, que serão informados em 8 de abril, no site da banca organizadora Iades. Os exames serão aplicados em 17 de abril, no Distrito Federal. A seleção conta com 34 vagas, de nível superior em qualquer área. O salário inicial é de R$ 19.199,06.

Divulgação/Coren-DF

Saúde do DF abre mais de 380 vagas

Novo concurso público da Secretaria de Saúde vai contratar 230 médicos de diversas especialidades, 101 enfermeiros e 50 cirurgiões-dentistas. Haverá também formação de cadastro reserva. Os salários variam entre R$ 3.055 e R$ 12.654.

As inscrições abrem em 25 de abril e vão até 23 de maio, por meio do site do IBFC, organizador do certame. A prova objetiva está marcada para 26 de junho e o resultado final será divulgado em 1º de setembro deste ano.

PCDF aguarda andamento de concursos

PCDF/Divulgação

O delegado-geral da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Robson Candido, falou nas redes sociais sobre "agilizar" os trabalhos para os concursos da corporação. "Bora trabalhar pesado esta semana para agilizar os concursos em andamento e os próximos", disse. A PCDF possui um certame suspenso com edital publicado para 2.100 vagas de escrivão e agente. Além disso, foi autorizada nova seleção, com 740 vagas para área administrativa.

Lúcio Bernardo Jr / Agência Brasília

Auditor de atividades urbanas

Um novo concurso para a função de auditor de Atividades Urbanas deve acontecer em breve no DF. O grupo de trabalho que realiza os estudos técnicos, objetivando a contratação de instituição, para o planejamento, organização e execução das etapas do certame, foi alterado ontem. Com isso, a expectativa é que logo sejam divulgadas mais informações.

Edital iminente para a PMGO

A Polícia Militar do estado de Goiás (PMGO) está prestes a publicar um novo edital do concurso com 1.670 vagas para cargos de soldados, tenentes e cadetes. O Instituto AOCP foi o escolhido para organizar as etapas da seleção. Os aprovados serão nomeados em três fases, até 2024.

Validade prorrogada para a Codhab

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) anunciou a prorrogação, por mais dois anos, do prazo de validade do concurso público de 2018. O certame ofereceu mais de 230 vagas para cargos de níveis médio e superior. Ao todo, o concurso público ofertou 236 vagas de níveis médio e superior, que registraram 68.109 participações.

INFRAESTRUTURA / Na Asa Sul, as Quadras 700 vão receber calçadas novas com rampas de acessibilidade e novo gramado. GDF pretende chegar à Asa Norte

Revitalização da W3

» JÚLIA ELEUTÉRIO,
» RENATA NAGASHIMA

O governador Ibaneis Rocha (MDB) assinou, ontem, a ordem de serviço para a recuperação das calçadas das quadras 700, na W3 Sul. A obra, do lado residencial da via, dará início à segunda fase de intervenções na avenida. "Quando começamos a reforma da W3, existia um pleito muito grande dos moradores aqui das quadras 700 para que fosse feita calçada", ressaltou Ibaneis, em cerimônia na Praça do Índio, na quadra 704 sul.

Ao todo, serão 10km de calçadas novas com rampas de acessibilidade, piso podotátil, implantação de lixeiras e novo gramado do Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul (SHIGS) nas quadras 702 a 715 sul. A reforma custará R$ 1,9 milhão e ficará pronta em aproximadamente um ano, além de gerar cerca de 80 empregos.

O governador comentou que será feito um novo asfalto na avenida. "Além das calçadas, nós faremos o projeto, que está bem adiantado na Terracap, para trazer também o asfaltamento da W3, principalmente da faixa de rolamento dos ônibus", destacou. A assinatura da nova ordem de serviço para asfaltamento e pavimentação da W3 Sul está prevista para o próximo mês. O custo da obra está estimado em R$ 28 milhões. Além da reforma das calçadas nas quadras 700, o GDF pretende estender a revitalização, também, para a W3 Norte.

Na primeira etapa, feita na área comercial entre as quadras 502 e 516 sul, foram investidos R$ 21,7 milhões. A obra foi entregue em dezembro do ano passado.

O chefe do Executivo anunciou, ainda, que 11 novas rodoviárias e 500 paradas de ônibus estão previstas para serem entregues até julho deste ano. "A demanda por um transporte público de qualidade é antiga no DF e nossa gestão tem trabalhado nesse sentido", disse Ibaneis por meio de uma rede social.

O investimento é de mais de R$ 21,5 milhões e regiões como Ceilândia, Samambaia e a zona rural do Recanto das Emas já foram contempladas com novas paradas de ônibus.

Fotos: Arquivo Pessoal

Camilla e o marido, Gabriel (C), no centro cirúrgico

Nayara com o marido, Edson Gomes da Silva e a filha Alice no centro cirúrgico, com o mesmo médico

As gêmeas em consultas, uma ao lado da outra sempre

Nayara e a filha Alice. A direita, Camilla e a filha Sofia

Alice (esquerda) e Sofia

MUITO ALÉM da COINCIDÊNCIA

As gêmeas Camilla e Nayara engravidaram no mesmo período e as filhas, Sofia e Alice nasceram no mesmo dia, com uma hora apenas de diferença

» RENATA NAGASHIMA

A vida das gêmeas Nayara e Camilla Brasil, 34 anos, é marcada por coincidências que nem mesmo a ciência consegue explicar. Sem planejar, as duas engravidaram juntas e, por pura sorte — ou destino, as bebês nasceram no mesmo dia, com apenas uma hora de diferença. As irmãs deram entrada juntas no hospital e, como tinham o mesmo obstetra, decidiram na hora se Sofia ou Alice nasceria primeiro.

"Nem se combinássemos, teríamos tantas coincidências", brinca a publicitária Nayara. Para a advogada Camilla o momento está sendo "maravilhoso!" As duas, que antes dividiam brinquedos, atenção e espaço na barriga da mãe, hoje, dividem sonhos, consultas e, até mesmo, a data de aniversário das filhas. "Agora estamos dividindo também as dores e delícias da maternidade. A minha irmã sempre compartilhou vários momentos comigo, mas dividir a maternidade das meninas tem sido incrível", diz.

A maternidade chegou ao mesmo tempo para as duas, que descobriram a gravidez juntas. Ao contrário do que muitos podem pensar, a gestação não foi planejada. Nayara tirou o DIU (dispositivo intrauterino) em fevereiro do ano passado, com a intenção de engravidar novamente. Dois meses depois, Camilla tirou também para poder trocar o dispositivo. Antes de fazer o procedimento para colocar o DIU, ela percebeu que a menstruação estava atrasada e, coincidentemente, a de Nayara também.

Com mudanças no corpo e no apetite, as irmãs decidiram fazer o teste juntas. A notícia chegou como uma festa para toda a família. Essa foi a primeira coincidência. Logo nas primeiras consultas com o obstetra elas descobriram que estavam com a idade gestacional igual, ou seja, tinham engravidado no mesmo período. Na família, teve até bolão para apostar qual das meninas iria nascer primeiro. O que ninguém imaginava era que a maior coincidência ainda estava por vir.

> **Agora estamos dividindo também as dores e delícias da maternidade. A minha irmã sempre compartilhou vários momentos comigo, mas dividir a maternidade das meninas tem sido incrível!"**
>
> ***Camilla Brasil,*** advogada

Chegando na reta final das gravidezes, as duas com 39 semanas e 5 dias, entraram em trabalho de parto no mesmo dia. Camilla queria um parto normal e Nayara, cesárea. A previsão era de que o parto das gêmeas fosse próximo ao dia 14 de março. Mas, no final da manhã do dia 11 do mesmo mês, as gêmeas entraram em trabalho de parto.

Quando Camilla estava entrando na maternidade com o obstetra, a irmã chegou com o marido também em trabalho de parto e com contrações. "Como a Camilla queria passar por todo o processo do parto humanizado, ela recebeu a anestesia e enquanto fazia os exercícios para induzir o nascimento, eu ia começar a cesárea na Nayara, que já estava na sala", explica o médico obstetra Shakespeare Novaes.

No entanto, a bebê não descia, a anestesia de Camilla estava passando e os batimentos cardíacos aumentando. Com isso, o médico tomou a decisão de suspender a cesária de Nayara e atender a irmã dela. Dessa forma, Sofia veio ao mundo exatamente uma hora antes da prima, Alice.

O obstetra garante que, em 20 anos de carreira, nunca viu tanta coincidência. "Entrar no mesmo dia, na mesma hora. Elas chegaram ao mesmo tempo no hospital. Isso só pode ser coisa divina de Deus. Não tem como explicar esses laços. Foi um momento sensacional. A gente fica se perguntando como pode e eu sempre digo 'tenha fé' e as coisas saem perfeitas assim, como tem que ser", completa Shakespeare.

União

Para as gêmeas, que sempre foram muito próximas, a oportunidade de vivenciar a maternidade com a irmã é reconfortante. "Desde muito pequenas, éramos apegadas. Essa é uma fase de muitas inseguranças. Compartilhar sentimentos torna a gravidez mais leve", afirma Camilla. Nayara concorda que "tem sido incrível e inesperado", desde a descoberta até as dificuldades atuais.

A publicitária brinca que as primas nem terão chance de não serem grudadas. "Pois eu e minha irmã somos muito apegadas e fazemos de tudo para nos reunir sempre, e por consequência nossas famílias também estão sempre juntas. Nossos filhos mais velhos já carregam esse afeto e sintonia. Para mim, a relação delas já veio escrita que será uma relação de muita proximidade e sintonia também", aposta.

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Economia
O Centro Universitário Estácio de Sá oferece um curso on-line de economia. A formação ficará disponível no site voceaprendemais.com.br até abril. Serão abordados temas como microeconomia e macroeconomia em 108 horas-aula. Preço: R$ 96.

Políticas públicas
A Universidade Católica de Brasília EAD oferece o curso Fraternidade e políticas públicas, que tem o intuito de debater as políticas públicas como instrumento de inclusão social, desenvolvimento econômico e meio de potencializar a dignidade da pessoa. O curso é gratuito e dividido em quatro unidades com duração máxima de 40h. Mais informações: *ead.catolica.edu.br/esperancar/fraternidade-e-politicas-publicas.*

Confeitaria
A confeiteira Marrara Bortoloti, criadora do curso Escola de bolo by Marrara, promoverá um curso on-line de confeitaria. Composto por videoaulas, e-books e apostilas, com acesso vitalício, a formação ensinará receita de massas, recheios, montagem e decoração de 30 bolos. Além disso, a confeitaria oferece suporte para os alunos por e-mail, WhatsApp e portal do aluno. O curso é pago. Para saber mais, acesse: *confeitaria-10.blogspot.com/2020/02/curso-de-confeitaria-em-taguatinga.html.*

Comunicação
A Fundação Bradesco oferece o curso Comunicação escrita e oral, com o objetivo de aprimorar os dois tipos de competências. Com 70h de carga horária, o curso é gratuito e on-line. Não há pré-requisitos para que a inscrição seja efetuada. Os alunos terão um prazo de 60 dias para concluir o curso, e o certificado será emitido ao final. Mais informações: *ev.org.br/trilhas-de-conhecimento/comunicacao-escrita-e-oral.*

Idiomas
A Bravo Escola Internacional de Línguas oferece cursos de idiomas, individuais ou em grupo, intensivos para viagens ou voltados para conversação, leitura e escrita. O curso conta com professores qualificados, nativos em inglês, francês, espanhol e italiano. As aulas são direcionadas de acordo com a necessidade do aluno, e há oferta de turmas para o ensino a distância. Nos horários da manhã, tarde e noite. Informações: 3274-1137 ou pelo WhatsApp 9 8115-0039.

Desligamentos programados de energia

» Guará
Horário: Das 9:00 às 16h
Local: Colônia Agrícola IAPI, Chácaras 12, 12-A, 12-B, 17, 20, 22, 22-F e Condomínio Ville Verde; QE 50, Área Especial, Conjuntos A ao G e Conjuntos I ao R; QE 52, Conjuntos A ao M.
Horário: 9h às 16:30
Local: QE 54, Conjuntos A ao F, Conjuntos I ao J e Conjunto L; QE 56, Conjuntos B ao D, Conjunto F, G, P e Q.

» Jardim Botânico
Horário: 9h às 16h
Local: Condomínio Belvedere Green, Chácaras 32, 33, 38 (Fazenda Taboquinha), Conjuntos 03 ao 05, 07 e Quadra 01.
Horário: 9h às 16h30
Local: Condomínio Ouro Vermelho, Quadra 11, Condomínio Privê Morada Sul, Etapa C, Conjuntos 02 ao 05, 07, 08, 09, 12 ao 21, 23 ao 36.
Horário: 9h às 16h30
Local: QI 33, Conjunto 01, Condomínio Villages Alvorada, Bloco A, C, D, Chácara Santa Maria, Conjuntos 01, 02, 07, 17, 20, Lote 03 (Comércio), Quadra 13, 14, 01 à 08, 10, 12 à 15, 17 à 20, 30, 32.

» Lago Sul
Horário: 9h às 16h30
Local: SHIS QI 28/30, QL 30, QL 32, Convento Nossa Senhora do Carmo, QL 32, Conjuntos 01, 02, 07, 17, 19, 20 e Área Especial 01 (QL 32).

» Núcleo Bandeirante
Horário: 9h às 13h
Local: Avenida Central, Área Especial 13; Avenida Contorno Área Especial 13 e 15; Terceira Avenida, Área Especial 13.

» Paranoá
Horário: 9h às 16h30
Local: Quadra 21, Conjuntos A, B, D, E, F, M e N.

» Planaltina
Horário: 9h às 13h
Local: Núcleo Rural Santos Dumont, Chácaras 53 à 58, 60 à 66, 68 à 73, 76, 76A e Cachoeira.

» Samambaia
Horário: 9h às 16h
Local: QN 323, Conjunto 02, QN 523 (Garagem da Viplan), QR 321, Conjuntos 02, 03, 06, 08 e 09, QR 323, Conjuntos 02, 03, 06 ao 08, 10, 11 ao 13.

» Taguatinga
Horário: 9h às 14h
Local: CSB 06, Lote 04, EQSB 10/11, Área Especial 09, QSB 10, QSB 11 e QSB 12, Área Especial 10.

Informática
Professor Evaldo Pinheiro oferece aulas de informática em domicílio para pessoas maduras. As aulas prometem ajudar a utilizar as novas tecnologias disponíveis em computadores, tablets e celulares. Valor: R$ 80 da hora-aula. Informações: 9 8260-2567 e *informaticafacildf@gmail.com.*

Direito sanitário
A Fundação Oswaldo Cruz abriu inscrições para o curso de especialização em direito sanitário. Com 30 vagas disponíveis, a qualificação é gratuita e as inscrições acontecem até 31 de março. Informações: *fiocruzbrasilia.fiocruz.br.*

OUTROS

Peça
O Espaço Cultural Renato Russo é palco da peça de teatro *Trilhas, Noite Cheia de Lua de Sol.* Produzida por brasilienses, a montagem é desenvolvida por Cláudia Andrade, que estreia como teatróloga, e também assina o roteiro e a direção da peça. O público poderá conferir o trabalho a partir da quarta-feira, 6 de abril, e a última exibição acontece no dia 10, segunda-feira, sempre às 19h. No enredo, duas mulheres de meia idade, de origens e perfis socioeconômicos distintos se encontram e passam a partilhar suas trajetórias. A narrativa de *Trilhas, Noite Cheia de Lua de Sol* se desenvolve ao longo de uma estrada. Os custam a partir de R$ 5 e estão disponíveis no site *ingressodigital.com,* ou na bilheteria do teatro, no dia do espetáculo, a partir das 17h.

Castração gratuita
As inscrições para a 2ª campanha de castração de cães e gatos pelo Ibram estão abertas. Ao todo, são ofertadas 3.212 vagas, divididas em 1.606 para cadastro no site do instituto, e outras 1.606 para cadastro presencial em Santa Maria, ao lado da administração regional da cidade. Ontem, os cadastros eram para gatos e cachorros e nesta terça-feira, são para gatas e cadelas, no período de 10h às 14h. As inscrições são destinadas para moradores do DF, e não é permitida a inscrição de tutores menores de 18 anos. Mais informações pelo e-mail *fauna@ibram.df.gov.br* ou pelo número 9 8553-2756 (apenas WhatsApp).

Comédia
Na quinta-feira, os comediantes Davi Barros, Iago Dornellas, Pedro Mazepas e TJ Fernandes vão comandar o espetáculo conhecido como *Teatro Só Amanhã,* na Casa dos Quadros — Espaço Multicultural. A portaria abre a partir de 20h, com classificação indicativa de 18 anos. Os ingressos custam a partir de R$ 15. Para mais informações acesse: *sympla.com.br.*

Telefones úteis

Polícia Militar	190
Polícia Civil	197
Aeroporto Internacional	3364-9000
SLU - Limpeza	3213-0153
Caesb	115
CEB - Plantão	116
Corpo de Bombeiros	193
Correios	3003-0100
Defesa Civil	3355-8199
Delegacia da Mulher	3442-4301
Detran	154
DF Trans	156, opção 6
Doação de Órgãos	3325-5055
Farmácias de Plantão	132
GDF - Atendimento ao Cidadão	156
Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373
Passaporte (DPF)	3245-1288
Previsão do Tempo	3344-0500
Procon - Defesa do Consumidor	151
Programação de Filmes	3481-0139
Pronto-Socorro (Ambulância)	192
Receita Federal	3412-4000
Rodoferroviária	3363-2281

Autorização para vaga especial
Divtran I - Plano Piloto
SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

Fax: 3214-1166 • e-mail: *grita.df@dabr.com.br*

Isto é Brasília

Ed Alves/CB/D.A Press

Pintura viva

Os dias e noites de céu firme, no outono, permitem verdadeiros espetáculos gratuitos para os brasilienses. A Torre de TV, com seus 230 metros, proporciona uma visão privilegiada do pôr-do-sol. Além do dia esmaecendo, é possível ver diferentes pontos turísticos da cidade, como a Esplanada dos Ministérios e o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos ***#istoebrasiliacb***

» Destaques

Feira da goiaba

» A 7ª Feira da Goiaba começa na sexta-feira, em Brazlândia. Ao todo, serão dois fins de semana de atividades. Os visitantes poderão conhecer e aproveitar uma variedade de produtos feitos com a fruta. Além disso, poderão participar de oficinas de gastronomia, degustações e prestigiar o trabalho dos produtores locais. Com entrada gratuita, o evento acontece no Núcleo Rural Alexandre de Gusmão, BR-080 KM 13 — Associação Rural e Cultural de Alexandre de Gusmão (Arcag).

Música

» O Museu Nacional da República é palco da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, às 20h. A orquestra apresenta Richard Wagner — ***Idilio de Siegfried,*** Johann Sebastian Bach ***Concertos de Brandemburgo nos. 3 e 6,*** Joseph Haydn — ***Sinfonia no.85 ou A Rainha,*** com a maestra Cinthia Alireti. A entrada é gratuita.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

/correiobraziliense

@cbfotografia

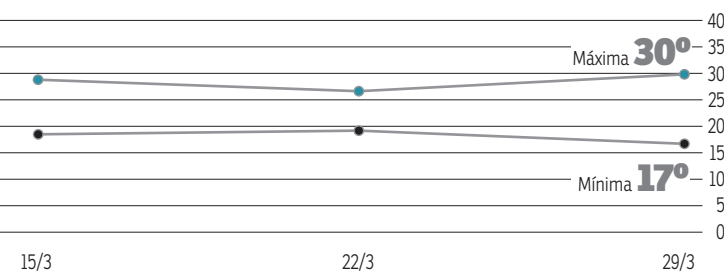
@correio

O tempo em Brasília

Muitas nuvens com possibilidade de chuva isolada

Umidade relativa

Máxima **85%** Mínima **30%**

A temperatura

O sol

Nascente **6h17**
Poente **18h18**

A lua

Cheia **16/4**

Minguante **23/4**

Nova **1/4**

Crescente **9/4**

grita geral

grita.df@dabr.com.br **(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)**

RIACHO FUNDO II

SEM ACESSIBILIDADE

Valéria Cardoso, 43 anos, moradora do Riacho Fundo II, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas de acessibilidade aos deficientes no calçamento da QN 12. "Estão reformando as calçadas da cidade, mas não tem rebaixamento no meio-fio para deficientes físicos. Não temos acessibilidade aqui", denuncia Valéria, que depende da qualidade do acesso.

» A Administração do Riacho Fundo II informa que, de acordo com as demandas apresentadas pelos moradores da cidade, especialmente os cidadãos com deficiência visual e visando melhoria da acessibilidade, está retirando as calçadas quebradas, trincadas e com desnivelamentos, que dificultam a livre circulação dos moradores, nas avenidas comerciais das QN 12/14 e QN 5/7, para a instalação de novas. A nota ressalta que a obra não foi finalizada, está em andamento, sendo executada pela LAN Construtora, empresa contratada pela Novacap.

SAMAMBAIA

ILUMINAÇÃO PRECÁRIA

A agente de portaria Chimoclene Inácio, 49 anos, moradora de Samambaia, apontou, para a coluna *Grita Geral,* os problemas na iluminação da Quadra 115. "Sofremos com a insegurança. Fui assaltada vindo do trabalho, por causa da escuridão — além da claridade da luz ser fraca, existem outros postes que não tem lâmpada", relata. Reclamação endossada pela analista biomédica Regiane Araújo dos Santos, 33 anos, que elenca problemas similares no Conjunto 3. "Já reclamei sobre os postes com lâmpada queimada, mas nunca tive retorno", declara.

» A CEB informou que equipes foram acionadas para irem até os locais para os reparos dos pontos de iluminação pública que apresentam defeitos. A empresa afirma que é importante que a população entre em contato para relatar problemas na iluminação pública. Os canais de atendimento são o call center 155 para falar diretamente com um atendente, o aplicativo Ilumina DF e o site ceb.com.br. Ambos se utilizam da tecnologia de georreferenciamento para que a equipe de manutenção identifique exatamente os pontos defeituosos.

CORREIO BRAZILIENSE

SUPER ESPORTES

www.df.superesportes.com.br - **Subeditor:** Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

Copa do Brasil

Sorteio da terceira fase. Os times à direita jogam a ida em casa

Portuguesa-RJ	x	Corinthians	CSA	x	América-MG
Juventude	x	São Paulo	Tocantinópolis	x	Athletico-PR
Palmeiras	x	Juazeirense	Atlético-MG	x	**Brasiliense**
Coritiba	x	Santos	Bahia	x	Azuriz
Goiás	x	RB Bragantino	Fluminense	x	Vila Nova-GO
Fortaleza	x	Vitória	Altos-PI	x	Flamengo
Ceilândia	x	Botafogo	Remo	x	Cruzeiro
Atlético-GO	x	Cuiabá	Tombense	x	Ceará

ELIMINATÓRIAS / Em crise na relação com seus clubes, Neymar, Bale, Messi e Cristiano Ronaldo usam aconchego nos times nacionais como terapia e escudo contra a temporada de dificuldades no Paris Saint-Germain, Real Madrid e Manchester United

Quando seleção vira DIVÃ

Valdo Virgo

MARCOS PAULO LIMA

Trocar camisa de clube pela de seleção virou uma espécie de terapia para craques de altíssimo nível nos últimos capítulos das Eliminatórias para a Copa do Mundo do Catar. Desgastados na relação com seus times e torcedores em trupes de ponta da Inglaterra, França e Espanha, Cristiano Ronaldo, Lionel Messi, Neymar e Gareth Bale procuram refúgio e carinho vestindo uniformes de Portugal, Argentina, Brasil e País de Gales.

O Paris Saint-Germain investiu 222 milhões de euros na contratação de Neymar. O jogador mais caro da história do futebol amarga a pior temporada na carreira. Recuperado de lesão recentemente, Neymar acumula cinco gols e cinco assistências na temporada pelo time francês. Pela Seleção, tem três bolas na rede e quatro passes decisivos.

Neymar está a seis gols de igualar os 77 de Pelé e se tornar o maior artilheiro da história da Seleção. O atual camisa 10 do Brasil não parece tão obcecado pela marca. Punido por excesso de cartões amarelos, o atacante cumprirá suspensão na partida de hoje. O time de Tite enfrentará a Bolívia, às 20h30, no Estádio Hernando Siles, em La Paz. O astro escapou de correr na altitude de 3.600m. Vinicius Junior é outro desfalque relevante.

Antes de se apresentar na Granja Comary, Neymar recebeu graves acusações do jornalista francês Daniel Riolo, do portal francês RMC Sport. "Neymar quase não treina, chega em um estado lamentável, no limite de estar bêbado. Neymar está em um espírito de revanche com o PSG, há uma ruptura total entre o clube e o vestiário", apontou o profissional.

Na última quinta-feira, Neymar fez gol de pênalti na goleada por 4 x 0 contra o Chile, protagonizou o corta-luz para Vinicius Junior e foi generoso ao ceder a bola a Philippe Coutinho no tiro da marca da cal do terceiro gol. Depois do jogo, foi para os braços do povo na arquibancada do Maracanã. Vaiado nas últimas exibições pelo PSG, ele teve o nome gritado por quase 60 mil torcedores no triunfo da semana passada. "O Maracanã lotado me inspira, me dá vontade de fazer tudo. Acho que o clima que a torcida colocou foi fundamental", afirmou na despedida da Seleção do país antes da Copa do Catar.

Recém-contratado pelo PSG, Lionel Messi vive tempos difíceis no clube francês. Embora jogue ao lado de Neymar e Mbappé, o jogador eleito seis vezes melhor do mundo está aquém do desempenho brilhante dos tempos de Barcelona. A eliminação precoce diante do Real Madrid nas oitavas de final da Champions League também rendeu apupos da torcida depois da queda no torneio continental. Pelo time francês, são sete gols e 10 assistências. O astro se transforma com o uniforme alviceleste. Tem 12 bolas na rede e 10 passes representando os bicampeões mundiais na temporada 2021/2022. O craque foi aplaudido no Estádio La Bombonera depois do triunfo por 3 x 0 contra a Venezuela, em Buenos Aires.

O desembarque de Cristiano Ronaldo, em Portugal, para a repescagem, foi precedido de rumores de crise no Manchester United e até saída do clube depois de ele ficar fora do clássico contra o City. O gajo respondeu os críticos com um hat-trick na exibição seguinte.

Ídolo do United, Roy Keane disse que a ausência de Cristiano Ronaldo no clássico "não fazia sentido". Em uma postagem nas redes sociais, Katia Aveiro, irmã do craque eleito cinco vezes melhor do mundo, desabafou: "Bom dia para você que, como eu, está triste e irritado porque (Ralf) Rangnick decidiu arruinar nosso domingo tirando CR7 do clássico contra o Manchester City simplesmente por questões táticas, para se defender mais no jogo", dizia a postagem. "Tenho que acreditar no departamento médico", rebateu o técnico.

Cristiano Ronaldo é o antídoto de Portugal contra a Macedônia do Norte, hoje, às 15h45. A ex-república iugoslava eliminou a Itália na repescagem. A vitória por 1 x 0 deixou os atuais campeões da Euro fora da Copa pela segunda edição consecutiva e credenciou o país 67º colocado no ranking da Fifa a enfrentar os lusitanos no Estádio do Dragão, no Porto.

A situação de Gareth Bale é mais gritante. A relação com o Real Madrid passou dos limites. Ausente no superclássico contra o Barcelona por causa de uma lesão, o craque se apresentou ao País de Gales para as Eliminatórias e fez os dois gols da vitória contra a Áustria. Chamado de parasita pelo diário Marca devido ao custo-benefício recente dele para o Real Madrid, Bale desabafou: "Eu não preciso mandar mensagem, honestamente. É uma perda de tempo, é simplesmente nojento. Deviam ter vergonha de si mesmos".

Neymar e Lionel Messi estão classificados para a Copa do Catar. Brasil e Argentina cumprirão tabela, hoje, na última rodada. Cristiano Ronaldo e Gareth Bale seguem sob pressão. Portugal precisa vencer a Macedônia para confirmar presença no torneio. Bale terá de aguardar o vencedor do duelo entre Ucrânia e Escócia para conhecer o próximo rival.

Programe-se

HOJE

América do Sul
20h30 - Bolívia x Brasil
20h30 - Chile x Uruguai
20h30 - Equador x Argentina
20h30 - Peru x Paraguai
20h30 - Venezuela x Colômbia
» Peru, Colômbia e Chile disputam uma vaga para a repescagem internacional contra representante da Ásia.

Europa
15h45 - Polônia x Suécia
15h45 - Portugal x Macedônia do Norte

Ásia
7h35 - Japão x Vietnã
8h30 - Irã x Líbano
13h - Síria x Iraque
13h - Omã x China
10h45 - Emirados Árabes Unidos x Coreia do Sul
15h - Arábia Saudita x Austrália
» Emirados Àrabes, Iraque e Líbano disputam vaga para enfrentar Austrália na repescagem continental. O vencedor enfrentará uma seleção da América do Sul na seletiva internacional.

África
14h - Nigéria x Gana
14h - Tunísia x Mali
14h - Senegal x Egito
16h30 - Argélia x Camarões
16h30 - Marrocos x RD Congo
» Os cinco vencedores irão direto para a Copa.

AMANHÃ

Américas do Norte e Central
22h05 - Costa Rica x EUA
22h05 - Jamaica x Honduras
22h05 - México x El Salvador
22h05 - Panamá x Canadá
» Estados Unidos, México e Costa Rica disputam duas vagas diretas e uma para a repescagem internacional contra um representante da Oceania.

Oceania

14h - Ilhas Salomão x Nova Zelândia
» O vencedor deste confronto participará da repescagem internacional contra um adversário da Concacaf.

20

Número de seleções classificadas para a Copa: Catar, Alemanha, Dinamarca, Brasil, França, Bélgica, Croácia, Espanha, Sérvia, Inglaterra, Suíça, Holanda, Argentina, Irã, Coreia do Sul, Japão, Arábia Saudita, Equador, Uruguai e Canadá.

Penúltima chamada

Das 32 vagas para a Copa, 20 têm dono. Outros nove classificados serão definidos nas partidas de hoje e amanhã. Na Europa, duas delas serão de Portugal ou Macedônia do Norte ou de Polônia e Suécia. Este opõe o atual número 1 do mundo no Fifa The Best, Robert Lewandowski, e Zlatan Ibrahimovic. Um dos dois não irá ao Catar.

A África definirá suas cinco seleções. Destaque para o duelo entre os colegas de Liverpool Mohamed Salah (Egito) e Sadio Mané (Senegal). A disputa na América do Sul é pelo quinto lugar. Peru, Colômbia e Chile cobiçam acesso à repescagem internacional. Na Concacaf, o Canadá é o único garantido no sorteio dos grupos desta sexta-feira. Estados Unidos e México devem ser os donos das outras duas vagas diretas.

A definição dos grupos terá três seleções em aberto. Uma vaga sairá do confronto entre uma seleção da Ásia e uma da Conmebol. Outra, do duelo entre um representante da Concacaf e um da Oceania. Falta, ainda, um bilhete europeu. Devido à guerra no Leste Europeu, o País de Gales aguarda o vencedor entre Ucrânia e Escócia.

REAL BRASÍLIA

O Real Brasília saiu na frente, mas sofeu a virada contra o Flamengo, ontem, na Ilha do Governador, pela quarta rodada da Série A1 do Brasileirão Feminino. Nenê abriu o placar para as Leoas do Planalto, mas dois gols de Gica, um de Kika e outro de Cris decretaram a virada por 4 x 1.

FLAMENGO

O Flamengo acertou a contratação do lateral-esquerdo Ayrton Lucas, de 24 anos. Revelado pelo Fluminense, ele chega por empréstimo até o fim da temporada, vindo do Spartak Moscou. O Spartak comprou Ayrton em 2019 do Fluminense e pagou 7 milhões de euros.

CEARÁ

O Ceará anunciou, ontem, a contratação do técnico Dorival Júnior para ser o substituto de Tiago Nunes, demitido na última sexta-feira. O treinador assinou contrato até o fim do ano e já orientou o elenco no período da tarde. Dorival Júnior, de 59 anos, está sem trabalhar desde 2020.

AUTOMOBILISMO

Com experiência de 30 anos no automobilismo, com passagem pela Fórmula Indy, inclusive 500 milhas de Indianápolis, Bia Figueiredo acertou com a Cobra Racing Team para pilotar o Audi RS3 LMS TCR na temporada da principal categoria de turismo da América do Sul. Ela é a única mulher no grid.

TÊNIS

O tenista russo Daniil Medvedev venceu o espanhol Pedro Martínez em dois sets ontem e se classificou para as oitavas de final do Masters 1000 de Miami, onde tenta voltar a ser o número 1 do mundo. Medvedev, segundo no ranking da ATP atrás do sérvio Novak Djokovic, venceu Martínez (47º) por 6-3 e 6-4.

ITÁLIA

O técnico Roberto Mancini não escondeu, ontem, que deseja continuar no comando da seleção italiana, apesar do fiasco de não conseguir se classificar para a Copa do Mundo com a derrota para a Macedônia do Norte na repescagem das eliminatórias europeias.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Peixes. A vontade é um poderoso instrumento disponível a todo ser humano que se atrever a ela, só que, numa frequência e número muito maior das que imaginamos, a boa educação que o mundo nos ofereceu foi sistematicamente focada em quebrar nossa vontade. Assim, a construção de nossas experiências de vida passou a nos tornar muito mais dependentes do sabor das circunstâncias do que do uso de nossa própria vontade, pois, por ela determinamos a qualidade do caminho, em vez de andar por onde a realidade indicar. É possível viver uma existência inteira nos modelando de acordo às circunstâncias, mas, com certeza, ao deixar de usar nossa vontade, deixamos, também, de ser protagonistas do nosso próprio destino. A vontade está sempre aí, disponível para ser posta em marcha.

ÁRIES 21/03 a 20/04
Um pouco mais de quietude que o habitual será o chamado que sua alma fará neste momento, porque se tornou necessário refletir com profundidade e sinceridade sobre tudo que anda acontecendo, e seu papel em tudo.

TOURO 21/04 a 20/05
Quando há muita gente envolvida, é fácil perder o controle sobre a situação, porém, no momento atual isso será preferível, porque, pelo menos, a situação prometerá com perspectivas que, de outra maneira, não aconteceriam.

GÊMEOS 21/05 a 20/06
Evite a inércia, lute contra ela, não permita que tome as rédeas de sua consciência, conduzindo ao sossego. Descansar é bom, mas não é essencial neste momento, que requer de sua alma todas as iniciativas necessárias.

CÂNCER 21/06 a 21/07
Se você não se aventurasse a imaginar mundos e fundos, teria de se acomodar no que já conquistou, e isso poderia ser interessante, não fosse que sua alma continuará desejando se aventurar por terrenos inconquistados.

LEÃO 22/07 a 22/08
A vida objetiva parece mais real, porque definida e cheia de formas tangíveis, porém, é na vida subjetiva que se tornam as decisões e se experimentam os dramas que enchem sua alma de alegria, ou de temor e pudor também.

VIRGEM 23/08 a 22/09
Defina com clareza quem são as pessoas que lhe são favoráveis, e as mantenha por perto. Porém, defina também as pessoas que são adversárias, e a essas mantenha ainda mais próximas, para saber o que fazem.

LIBRA 23/09 a 22/10
Nada demais nem de menos, apenas a rotina, com suas delícias e aborrecimentos. Esse é o terreno que você tem disponível neste momento para desenvolver as estratégias que conduzam à satisfação de suas pretensões.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11
O assunto é evitar ficar se detendo por tempo demais em questões que, comprovadamente, não podem ser solucionadas, porque, enquanto isso, há todo um infinito de vida para você se aventurar. Diversifique.

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12
É hora de deixar uma parte do seu passado para trás definitivamente, porque não dá para continuar vivendo sob o peso de situações mal resolvidas. Há muito jogo pela frente, melhor apostar no futuro.

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/01
Negocie, porque o que a vida lhe apresenta não é definitivo, é apenas um movimento para evocar de sua alma uma resposta, que tampouco há de ser definitiva, apenas parte de uma dinâmica que há de ser sustentada.

AQUÁRIO 21/01 a 19/02
Cuide dos seus recursos materiais para que esses se preservem no dinamismo fundamental que alimenta a satisfação de desejos e necessidades. Isso dá trabalho, mas é do tipo que compensa, do tipo que vale a pena.

PEIXES 20/02 a 20/03
Não deixe por menos, arremeta e siga em frente, porque ainda há muito jogo. Evite o constrangimento que o temor provoca, apenas o sinta, mas não se oriente pela sua voz aparentemente profética, pois, não fala coisa com coisa.

CRUZADAS

Órgão legislativo da União Europeia — Compositor que assinou várias das canções gravadas por Carmen Miranda — Mensagens na secretária eletrônica — Recebida com apupos — A construção mais elevada do aeroporto — Acessório comum ao golfe e à sinuca — A ação que precede a principal — "Nacional", na sigla Inpe — Não mencionado intencionalmente — Cada segmento do disco de Newton — A 2ª vogal — Pelo da cauda do cavalo — Desamparo — Militantes de ONGs (bras.) — Unidade de medida topográfica — Pau-(?), árvore útil à indústria perfumista — "Bel (?)", romance francês (Lit.) — O ocidental, para certos muçulmanos — Natural do país cuja capital é Santo Domingo — Filme de James Cameron (1997) — Artéria ou veia — Objeto inanimado — "Iron (?)", sucesso do Black Sabbath — Objeto direto (abrev.) — Símbolo clicável na tela do micro — Saída, em inglês — (?) dos "porquês", assunto de aulas de Português — "Não pode (?)", expressão de incredulidade — Componente de jogos como o xadrez — Poeta cantador (Ant.) — Experiência — (?) de 22, evento do Modernismo (Brasil) — Documentado apresentado por viajantes na Polícia Federal — Cerração típica da Amazônia — Fraco; frágil — Fósforo (símbolo)

BANCO 3/ami — aru — man. 4/exit. 5/crina — débil. 7/titanic. 9/ativistas. 10/dominicano.

10

DIRETAS DE DOMINGO

SUDOKU DE DOMINGO

8	5	1	3	4	2	7	9	6
6	3	9	7	8	1	5	2	4
7	2	4	9	5	6	1	8	3
9	7	3	4	6	8	2	1	5
1	6	2	5	7	3	9	4	8
4	8	5	2	1	9	3	6	7
5	1	7	8	2	4	6	3	9
2	9	8	6	3	5	4	7	1
3	4	6	1	9	7	8	5	2

CRÍTICA

Universal Pictures/Divulgação

Corre-corre e piadas infestam *Ambulância — Um dia de crime*, de Michael Bay

Apertem os cintos...

» RICARDO DAEHN

Ambulância — Um dia de crime, que estreia hoje, tem todos os indícios de um filme comandado por Michael Bay: frenética ação, breves piadas infames e um tipo particular de lição de moral (quase sempre enviesada). Nos moldes de *O sequestro do metrô 1 2 3*, já derivado de um filme de meados dos anos 1970, *Ambulância* parte de um título dinamarquês de 2005. Na trama, o veterano de combate do Afeganistão Will (Yahya Abdul-Mateen III, do longa *Nós*) é cooptado pelo irmão Danny (Jake Gyllenhaal) para ambicioso roubo de US$ 32 milhões.

Mesmo diretor da saga *Transformers*, Michael Bay sabe apresentar e bem distribuir os personagens por cenários que lembram operações de guerra. Num ritmo de show, a câmera mergulha com profundidade em cada cena. Muito do realismo, impresso num meio de ações exageradas, parte do contato com uma personagem importante: a durona socorrista Cam (papel da mexicana Eiza González). Ela entra em cena, pouco antes da impressionante cena de roubo a banco, quando atende com coragem o caso de uma criança empalada nas ferragens de um carro.

Com coreografias que remetem aos movimentos de aeronaves, Ambulância traz desenfreadas corridas que envolvem caminhões, carros, helicópteros e, obviamente, uma ambulância. A isso, se somam atiradores de elite, bloqueios de veículos e absurdos esquemas de camuflagem.

Com plano de saúde vencido, Will investe em crimes como saída para se reconectar com "a vida real", em que as pessoas ajam como "seres humanos". O problema é que ele se sujeita a agir como máquina, pelo passado de fuzileiro. Cam, a socorrista, se torna refém dos irmãos, ao lado de um romântico policial ferido (Jackson White). Na interminável perseguição, destacam-se personagens como o capitão Monroe; a despachada Zaga, que conduz um enorme caminhão, e Clark, um integrante do FBI, que traz o detalhe diferenciado de ser gay, num filme de ação da pesada, e frequentar terapia com o marido.

"Nós não paramos" é o lema adotado por Danny, nas estradas de Los Angeles, no filme que sabe ser divertido, trazendo piadas autorreferenciais de Bay, que brinca com filmes que conduziu, como *Bad boys* e *A rocha*. Além de piadas discretas como em que os vilões entoam *Sailing* (e reforçam o refrão "em breve, eu serei livre") ou no reforço do caráter metrossexual de Danny (preocupado em não estragar acessórios de cashmere). Outra boa sacada está no fato de os vilões não vestirem a carapuça, e se verem como "os caras que apenas querem ir para casa".

Claro que pesam no filme momentos estúpidos, como um em que Will desacorda, com um soco, o personagem do policial romântico que, absurdamente, passará, em meio ao corre-corre de carros, por uma operação remota sob orientação do ex-namorado de Cam. Fica estranha no filme a indução da ideia de que o vilão Will seja um sujeito bonzinho, "empurrado" para o crime. Curioso é o estágio de loucura, em momentos, de Danny, feito justamente por Gyllenhaal, que, em O abutre, deu as caras como um apresentador de tevê viciado em instigar a criminalidade e, literalmente, perseguir situações de calamidade. Numa cena muito específica, Bay investe na injeção de adrenalina num dos personagens, mas a verdade é que ela já foi parar nos braços dos espectadores, há muito tempo.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

UM SONHO

Hoje acordei contigo no meu pensamento,
Na verdade eu sonhei com teu amor,
Demonstrando no meu sonho o sentimento
Sabendo que a realidade tem outro sabor.

Teu abraço me acalentava por um momento,
Com a doçura do pólen da mais bela flor,
E assim vou me recriando no teu alimento,
Me agasalhando no aconchego do teu calor.

Os sonhos nos realizam com o impossível,
Ele proporciona vida ao nosso imaginário,
Mas eu não passo de um cavaleiro solitário

Acreditando que tudo é mesmo admissível,
E quando eu acordo me sinto apreensível,
Pois na arte do amor sou mais um estagiário.

Affonso Gomes

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		1		4	2			
				9				
4	7		5					
	2							4
					7	6	3	
8	3		2	1				7
7							9	
		8			9			
3				6	4		7	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br
cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, terça-feira, 29 de março de 2022

Chris Rock é agredido por Will Smith no palco do Dolby Theatre, durante a festa do Oscar

Fotos: Robyn Beck e Apple TV /Divulgação

Numa corrente de agressões, verbal e física, o ator Will Smith e o comediante Chris Rock protagonizaram um momento de tensão, durante a cerimônia de premiação do Oscar, a maior celebração do cinema mundial

UM TAPA SEM CERIMÔNIA

Troy Kostur: ator surdo premiado

Jane Campion: melhor diretora

Jessica Chastain: melhor atriz

***No ritmo do coração*: vitória do streaming**

» RICARDO DAEHN

Não adiantaram marcos históricos — a vitória de *No ritmo do coração*, um filme inclusivo para a comunidade surda e originado pelas plataformas de streaming (adaptado de sucesso francês) —, nem o forte tom limão siciliano que encheu a tela do número musical de Beyoncé: a 94ª edição do Oscar foi nocauteada pelo tapa recebido pelo comediante Chris Rock, ao incomodar o colega Will Smith com piada dura contra Jada Pinkett Smith, esposa de Will. O incidente será alvo de uma investigação, segundo informou a organização do Oscar, com a possibilidade de sanções a Will.

A meio caminho para 14 milhões de espectadores, a cerimônia, pouco depois da agressão, viu um incremento de mais de 32% entre os telespectadores norte-americanos, que amenizaram o pior desempenho de público do Oscar, registrado no ano passado, quando apenas metade dos habituais 20 milhões de espectadores se deteve na ABC, emissora exibidora da festa. A agressão de Will veio 20 anos depois de ele personificar (com indicação ao Oscar), o boxeador e ativista Muhammad Ali. A vitória no Oscar foi precedida ainda pela indicação (sem prêmio) por *À procura da felicidade*, em 2006.

No meio da festa de 2022, nem a ameaça de revelação do conteúdo da mala carregada por personagens de *Pulp fiction* (com 28 anos) causou tanto impacto quanto o fator Will Smith. Depois do escândalo ocorrido — e que foi gerado pelo fato de Chris Rock ter comparado, sem a noção de que Jada apresenta alopecia (uma doença que desponta com rareamento dos fios de cabelo), a esposa de Smith com o personagem careca de Demi Moore, vista no filme *Até o limite da honra* (1997), coube à apresentadora Amy Schumer tentar apaziguar, se referindo à "energia estranha" que pairava no ambiente da festa. Em 2016, num retrospecto, Chris Rock já havia, durante a edição do Oscars so white, ridicularizado o posicionamento de Jada, à época, boicotado na premiação.

Antes de se acusar como (futura) persona non grata — "Espero que a Academia me convide de volta" —, coube a Will Smith buscar, ao receber o prêmio de ator, a retratação. "Richard Williams (o personagem que lhe rendeu o prêmio) foi um feroz defensor de sua família (...) Eu quero ser um embaixador desse tipo de amor, cuidado e preocupação. É sobre ser capaz de iluminar todas as pessoas", disse, enxugando as lágrimas, no palco. Ao reclamar a proteção das atrizes do filme (que expõe a rigorosa formação das tenistas Serena e Venus Williams), Smith contou da escalada de desrespeitos acumulados na trajetória de artista, e, se calçou, defendendo um basta na hipocrisia que move relações em Hollywood. "Eu pareço o pai maluco como disseram sobre Richard Williams, mas o amor vai impulsionar você a fazer coisas malucas", sublinhou.

Quase que numa condição premonitória, Will (astro que já rendeu mais de US$ 8 bilhões), descreveu, numa recente biografia lançada no Brasil: "Eu sou um homem negro em Hollywood. Para manter a minha posição, não posso ser pego de bobeira, nenhuma vez". No palco do Oscar, junto com Tyler Perry, Denzel Washington plantou parte da semente da concórdia do discurso de Will, frente aos membros da Academia: "No seu momento mais alto, tenha cuidado — é aí que o diabo desponta". O desentendimento entre Chris e Smith (que contracenaram em *Arranje um emprego*, episódio de *Um maluco no pedaço*, há 27 anos), parece ter brotado de certezas internas do astro de *Homens de Preto*, que, no livro, trata da sistemática violência presenciada, quando o pai deixava a mãe dele desmaiada.

Aos 9 anos, como reforça o texto, Will percebeu que o contato com as agressões "definiu" quem seja hoje. Entre relatos de "mimar demais, proteger demais" (as mulheres), o astro conta da "prontidão emocional" com a qual convivia num ambiente de tensão e ansiedade constantes. "Ao longo da minha vida, fui assombrado pela sensação desesperadora de ter falhado com as mulheres que amo", pontua. No livro, ele completa, em torno dos prêmios, reconhecimentos, holofotes e personagens: em cada circunstância, vinha "a série de pedidos sutis de desculpa à minha mãe pela minha falta de ação naquele dia (em que foi espancada). Por ter falhado com ela naquele momento. Por ter falhado em enfrentar o meu pai".

Segue o baile

Com direito à votação popular, o Oscar (indiretamente, via fãs) consagrou *Liga da Justiça* (no corte do diretor Zach Snyder) como o vitorioso. Quem também destilou todo o apelo junto ao público foi Billie Eilish (ao lado de Finneas), quando entoou a canção vencedora *No time to die*. Num comparativo feito pelo *The New York Times*, entre 2005 e 2014, o Oscar, ano a ano, recebeu incremento de 3 milhões de espectadores negros (que progressivamente se viram representados na festa). Daniel Kaluuya, H.E.R., a figurinista de Pantera Negra Ruth E. Carter e Lupita Nyong´o . "Os sonhos se tornam realidade" destacou a intérprete de Anita (Amor, sublime amor), Ariana DeBose, ao receber o prêmio de coadjuvante, vencendo com o mesmo papel de Rita Moreno (em 1962). Ela se afirmou uma lésbica, afro-latina, que "encontrou força, na vida, pela arte". Parecem ter surtido efeito nos números de espectadores, a inclusão de clipes de sucessos incontestáveis da sétima arte (dos 1960 anos da franquia de 007 até os 50 anos de O poderoso chefão); a singela homenagem à estrela de *Cabaret*, Liza Minnelli (ao lado de Lady Gaga); um vídeo cômico promocional do Museu da Academia, uma nova obra avaliada em mais de US$ 480 milhões, e ainda uma fluente dinâmica com premiação antecipada de algumas categorias e maior potência dos números musicais.

Das dores

A melhor atriz Jessica Chastain (que confirmou o favoritismo, à frente do longa *Os olhos de Tammy Faye*), atentou para a realidade de uma legislação discriminatória e preconceituosa, constituída em meio a sentimentos de deslocamento nutridos por pessoas LGBTQIA+.

Considerada a melhor diretora, a australiana Jane Campion (*Ataque dos cães*) celebrou com um lema de consideração perpetuado pelos indígenas maori ("Kia ora"), e, no palco completou, ao falar da origem do filme saído da literatura de Thomas Savage: "Ele escreveu sobre crueldade; desejando o oposto: a bondade".

Curiosamente, na festa que depositou grandes prêmios para filmes com temática de núcleos familiares (entre os quais *Belfast*, que rendeu prêmio a Kenneth Branagh), coube a Kevin Costner reforçar o ideal de filmes cativarem "coração e imaginação" dos espectadores, tendo por exemplo o sucesso de 1963 *A conquista do Oeste* (que uniu os diretores John Ford, George Marshall e Henry Hathaway). O mesmo espírito ecoou no faroeste (um gênero estritamente norte-americano) *Ataque dos cães*, que deu Oscar à diretora Jane Campion. Considerado melhor filme, *No ritmo do coração* também exaltou um universo criado por uma diretora: Siân Heder. O filme da Apple TV, vitorioso, levou o produtor Patrick Wachsberger agradecer à Academia "por reconhecer um filme de amor e família, neste momento difícil em que nos encontramos hoje". Com o longa *Amor, sublime amor* ,derrotado em seis categorias, o diretor Steven Spielberg foi louvado pelo primeiro ator surdo premiado na festa: Troy Kotsur (de *No ritmo do coração*). Kotsur sublinhou a qualidade primordial de um diretor, em ser "um comunicador habilidoso". Emocionado, Kotsur lembrou do falecido pai, que tinha imenso domínio da linguagem dos sinais, mas que teve a habilidade comprometida por um acidente de carro.

Celebridades repercutem a agressão

» *ÂNDREA MALCHER

Todo apoio a Will: defenda sua família não importa o lugar. Baco Exu Blues

Imagina se todo mundo que se sentir ofendido levantar e dar um tapa na cara do sujeito? Não podemos ser esse tipo de exemplo. Erramos…
— Nero (@alexnero)

Imagina se todo mundo se sentir à vontade para fazer piada com doença. Acho barra pesada! Sou zero a favor de violência. Mas piada com doença não dá. Bjs e boa noite, minha gente! Cariño, Dadá Coelho

Will Smith bate num comediante de 45 quilos e depois sobe no palco pra dizer que está na terra pra propagar o amor. Tá certo então, jovem. Certinho.
— Rafinha Bastos

Como aconselhamos nossos filhos: "use suas palavras"
— Mia Farrow

Violência não é legal. Ataque nunca é uma resposta.
— Sophia Bush

Responsável pela cerimônia, a Academia condenou o ocorrido no Twitter após a transmissão da cerimônia. "A Academia não tolera violência de nenhuma forma. Hoje à noite (domingo), temos o prazer de comemorar nossos vencedores do 94º Oscar, que merecem este momento de reconhecimento de seus colegas e amantes do cinema em todo o mundo", diz o post.

Segundo a publicação *Variety*, Chris Rock e Will Smith fizeram as pazes após o ocorrido. Sean "Diddy" Combs disse que, durante a festa da *Vanity Fair*, após a premiação, os dois se resolveram. "Não é um problema. Acabou. Posso confirmar isso. É tudo amor, eles são irmãos". O portal TMZ, no entanto, alega que uma fonte próxima de Rock, presente na cerimônia, informou que ele não sabia do diagnóstico de Jada e que os dois não se falaram após o acontecido.

Na noite de ontem, Will Smith pediu desculpas, em sua conta, no Instagram,a Chris Rock, à família Williams, à produção do filme pelo qual foi agraciado, à Academia do Oscar e a todos os presentes e espectadores da premiação do Oscar 2022: "Violência em todas as formas é venenosa e destrutiva. Meu comportamento é inaceitável e imperdoável. Piadas sobre às minhas custas fazem parte do meu trabalho, mas uma piada sobre a condição médica da Jada foi mais do que eu poderia aguentar. E eu reagi emocionalmente."

* Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

RUA 12 SUL. Novo e Pronto p/morar 2 qts. Lazer Completo 62 a 68m². Ligue: 3326-2222

4 OU MAIS QUARTOS

PENÍNSULA PRONTO P/MORAR, 4 Qts 203m². Clube de Lazer. Grg. T: 3326-2222 CJ 1700

ASA NORTE

2 QUARTOS

OPORTUNIDADE ÚNICA!!
710/711 NORTE 2qtos, reformado, nascente. R$ 790 mil 98466-1844 / 98175-1911c7432

314 2 QTS 1 suíte, 1 wc social, wc de empregada, coz americana, área serviço, todo no porcelanato, c/ gar R$ 790mil Tr: 98175-3638

4 OU MAIS QUARTOS

PaulOOctavio

208 Sqn Pronto P/ Morar 4 Qts, Novo, 127 M², 2 Vg Grg. T: 3326-2222 Cj 1700

GUARÁ

3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

QI 33 Novo e Pronto p/ morar 3 qts. Lazer Completo 114m². Ligue: 3326-2222

REVENDA PaulOOctavio

QI 33 Novo e Pronto p/ morar 3 qts. Lazer Completo 114m². Ligue: 3326-2222

LAGO NORTE

2 QUARTOS

CA 11 Duplex 2qts c/ closet coz americ 2wc 62,2m² gar lazer compl. Dir. Própr 99224-4202

NOROESTE

2 QUARTOS

CLNW 10/11 2qts (1st) porc semi mobiliado ar cond. v livre var gar Dir. Prop. 99224-4202

CLNW 10/11 2qts (1st) porc semi mobiliado ar cond. v livre var gar Dir. Prop. 99224-4202

3 QUARTOS

SQNW 303 Ed. Reserva Essencial, 3 suítes. 140m² Alto Padrão. Mobiliado, Quitado. F: 99981-3388 c2084

SUDOESTE

3 QUARTOS

OPORTUNIDADE 1.150.000
SQSW 105 3qtos 1ste arm°s DCE 4°and vista livre nascente, desocupado 1 garagem ac financ/ Fgts 98466-1844 c7432

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

1.3 CASAS

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

QL 16 Excel. projeto. 4 suítes, piscina. F:99981-3388 c2084

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

VALPARAÍSO

OPORTUNIDADE ÚNICA!!
QD 01 R$4.900.000.00 prédio frente BR Shopping Valparaíso 1.500 m2 área const. Alugado por R$29.500,00. 98466-1844/981751911 c7432

OPORTUNIDADE ÚNICA!!
QD 01 R$4.900.000.00 prédio frente BR Shopping Valparaíso 1.500 m2 área const. Alugado por R$29.500,00. 98466-1844/981751911 c7432

SALAS

SAAN/SIA/SIG/SOF

PaulOOctavio

C.E.PARQUE BSB . Sl C/ Grg Excel. Local. Telefone: 3326-2222 Cj 1700

PaulOOctavio

C.E.PARQUE BSB . Sl C/ Grg Excel. Local. Telefone: 3326-2222 Cj 1700

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

COCALZINHO-GO Sítio de 17hectares e meio. Localizada fazenda Linhares. 99983-1953 c3149

COCALZINHO-GO Sítio de 17hectares e meio. Localizada fazenda Linhares. 99983-1953 c3149

OUTROS ESTADOS

SERRA BONITA-MG Vdo Área 10 hect, c/ casa 2qtos cercada bastante água criação de porcos tanque p/ peixes (61) 99646-1315 whats

AMS VENDE
UNAI - MG fazenda 780 hec. Na beira do rio preto, 3represas, poço artesiano, ótima topografia lavoura e pecuária, 18km do centro.6199338-2014/ 98575-0042 c10881

1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO IMOBILIÁRIO

CONSÓRCIO

BANCORBRAS
OUTROS COMPRO, Vendo Carta Contemplada ou não. Tr: 99552-8132 Whats.

BANCORBRAS
OUTROS COMPRO, Vendo Carta Contemplada ou não. Tr: 99552-8132 Whats.

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 APARTHOTEL

LETS IDEA Flat 42m² 410,00 / 61 99620-5567

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

305 NORTE 3 qts, 1 st, var, dce, gar, armários, porcelanato, 2° and Só particular Tr:99224-4202

TAGUATINGA

2 QUARTOS

C 02 alugo apto Centro de Tag., 2qts, banh. e coz. c/ armários, DCE, garagem no subsolo. R$ 1.400. Tratar com Aureliano ou Rainer 3967-6068 / 98244-6146

C 02 alugo apto Centro de Tag., 2qts, banh. e coz. c/ armários, DCE, garagem no subsolo. R$ 1.400. Tratar com Aureliano ou Rainer 3967-6068 / 98244-6146

3

VEÍCULOS

3.5 OUTROS VEÍCULOS

TIPOS

BICICLETAS E BICICLETAS ELÉTRICAS

BICICLETA MONARK 10 Positron 1984 Nova 61-984087516

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP
AUTOMÓVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 60,00. Tr: 98282-5660 whats

CONSÓRCIO

CARTA CONTEMPLADA
TEMOS BASTANTE opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.querocontempladodf.com.br

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

MATERIAIS

CALHAS, RUFOS , Pingadeiras 06 mts qquer qtde e bitola. 61 99623-5265

CALHAS, RUFOS , Pingadeiras 06 mts qquer qtde e bitola. 61 99623-5265

PISCINA

BANHEIRA DUPLA com hidro e aquecimento . Lucas 995535119

POÇOS ARTESIANOS

GEO NORDESTE
ABERTURA E LIMPEZA de poços Perfura em 7h. Barato! Melhor preço!! 61 99125-3541

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSOTERAPEUTA MASCULINO
MASSAGEMRELAXANTE e terapêutica. Atendimento somente a domicílio. Venha conferir uma experiência incrível para seu corpo e mente. Maiores informações por e-mail e whatsApp, logo retornarei sua mensagem. emermasso@gmail.com (61) 98377-5182

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO CIVIL do básico ao acabamento/ contruçoes /pintura/ piso/elétrica e etc... Interessados entrar em contato 61-996247880

OUTROS PROFISSIONAIS

DIAGRAMAÇÃO DE LIVROS Procuro escritores que precisem formatar livro. 61-998410469

INSTALACAO E MANUTENÇÃO de Ar condicionado 61-999746854

LAVA-SE CAIXA D'água, pisos, vazamentos, etc 61-995521988

INSTALACAO E MANUTENÇÃO de Ar condicionado 61-999746854

4.5 OUTROS PROFISSIONAIS

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

OUTROS PROFISSIONAIS

VIDRAÇARIA VIDRO Forte. Faça seu orçamento 61-99984-6003 whats

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE ALESSANDRA
ADULTÉRIO FOTOS Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

4.7 CÃES

4.7 DIVERSOS

ANIMAIS DOMÉSTICOS

CÃES

PASTOR ALEMÃO - filhote 2 meses, c/ pedigree 61-981151109

PASTOR ALEMÃO - filhote 2 meses, c/ pedigree 61-981151109

OUTROS

LEILÃO DE ARTE, Relógios e Joias. Casa Amarela 61-999053050

Edital de Convocação

Eu **Arlete Noronha de Sousa**, nos termos do Estatuto,art 15 paragrafo unico,**convoco** os senhores associados de OSCIP Amigos da Saúde,inscrito sob o CNPJ 13270570/0001-43, para reunião da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em sua sede,situada na ADE QD 4 cj C lt 3, Ceilandia-DF,no **dia 01/04/2022, ás 20h em primeira convocação havendo quorum e ás 20h30 em segunda convocação** com qualquer número de pessoas presentes a fim de deliberar sobre a restruturação da diretoria.

TJDFT PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

6ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefone (WhatsApp Business): (61) 3103-1990 / E-mail: 06vfamilia.bsb@tjdft.jus.br /
Horário de atendimento: 12:00 às 19:00 (dias úteis)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

NÚMERO DO PROCESSO: 0734828-29.2021.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARIA FAUSTA REZENDE DE FREITAS, MARIA ELENA REZENDE GONCALVES, OLGA MARIA RESENDE CAIXETA, MARIA TERESA RODRIGUES REZENDE, HENRIQUE RESENDE GONCALVES, FERNANDO RESENDE GONCALVES, RAFAEL RESENDE GONCALVES, KARLA RESENDE GONCALVES VASCONCELOS BORGES, PATRICIA DALMOLIN REZENDE FERRAZ, PRISCILA DALMOLIN FABRETTI, PAOLA DALMOLIN DI FIORI SOARES
REQUERIDO: FAUSTA RODRIGUES REZENDE
REPRESENTANTE LEGAL: MARIA FAUSTA REZENDE DE FREITAS
O(A) Dr(a.) SILVANA DA SILVA CHAVES, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0734828-29.2021.8.07.0016**, ajuizada por REQUERENTE: MARIA FAUSTA REZENDE DE FREITAS, MARIA ELENA REZENDE GONCALVES, OLGA MARIA RESENDE CAIXETA, MARIA TERESA RODRIGUES REZENDE, HENRIQUE RESENDE GONCALVES, FERNANDO RESENDE GONCALVES, RAFAEL RESENDE GONCALVES, KARLA RESENDE GONCALVES VASCONCELOS BORGES, PATRICIA DALMOLIN REZENDE FERRAZ, PRISCILA DALMOLIN FABRETTI, PAOLA DALMOLIN DI FIORI SOARES, foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO PLENA** de FAUSTA RODRIGUES REZENDE (CPF: 760.212.979-20), por ser portador(a) síndrome demencial mista (provável doença de Alzheimer com componente vascular, e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): MARIA FAUSTA REZENDE DE FREITAS (CPF: 119.968.111-34), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 18 de março de 2022, 13:03:13.
Assinado digitalmente

caesb GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB
GDF É tempo de ação.

AVISO AOS ACIONISTAS

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB COMUNICA aos Acionistas que se encontra à disposição, na sede Social da Companhia, localizada na Av. Sibipiruna, lotes 13, 15, 17, 19 e 21 – Águas Claras, nesta Capital, e no Processo SEI/GDF Nº 00092-00000137/2022-04 – CAESB, a documentação, relativa ao exercício de 2021, de que trata os artigos 132 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.
A CAESB torna público ainda, a partir desta, a abertura de prazo para os Acionistas exercerem o direito de preferência na subscrição de ações ordinárias nominativas, nos termos do art. 171, da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, em virtude da deliberação sobre o aumento do Capital Social da Companhia/2021, estar contemplada na Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, prevista para ocorrer às 10 horas do dia 29/04/2022, em sua Sede Social.
PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO
Presidente

LEILÃO Prédio residencial em SAMAMBAIA,12 apts 12 vagas QN 320, Conj. 5, Lts. 1 e 2

Base:Lei 9.514/97 Fiduc. Alfa Factoring Fomento Merc. Lt. CNPJ 35.542.955/0001-55
1o.leilão: 04/abril/2022 - Lance mínimo R$ 1.470.000,00
2o. leilão: 05/abril/2022 - Lance mínimo R$ 1.012.405,00
Leilões exclusivamente on-line com encerramento as 10h20 no Site
www.paulotolentino.com.br
(disponíveis no Site: edital, cert. de ônus, fotos e condições gerais)
intimados:Construlemes Materiais para Construção Ltda, CNPJ 10.851.704/0001-21 Ezequiel Lemes do Prado, CPF 002.910.611-76,Thiago Garcez do Prado CPF 031.350.791-04, Pamella Karolyne Amorim Tavares CPF 041.250.561-45 Miriam Lemes do Prado Reis, CPF 000.766.181-96, Maria das Dores Prado CPF 443.188.981-72 e Osvaldo Lemes Do Prado, CPF 113.791.381-91

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

POR UMA GRAÇA Alcançada dos Arcanjos; Miguel, Gabriel, Rafael.

DONA PERCÍLIA
PREVINA-SE CONTRA os obstáculos que se apresentam em seus caminhos e esclareça suas maiores dúvidas sobre sua vida amorosa, profissional ou familiar. Dona Percília faz e desfaz qualquer tipo de trabalho. Somente para o bem! Saúde, Amor não correspondido, Inveja, Depressão, Vício, Intriga, Insônia, Falta de paz, União de casal. Endereço: QSA 07 casa 14 Tag.Sul Rua do Colégio Guiness. Site: www.donaperciliamentoraespiritual.com F: 3561-1336 / 99666-0730 / 98363-5506 (Zap)

TERAPEUTA
HOLÍSTICA EM CONSTELAÇÃO Familiar Trabalhamos passo a passo para te auxiliar na raiz a causa real de problemas e fatos inexplicáveis de qualquer ordem em sua vida. Faça uma prévia gratuita e comprove 100% seu retorno. Atendimento 100% online Whats: (34) 98807-0518 Andréa Viana.

POR UMA GRAÇA Alcançada dos Arcanjos; Miguel, Gabriel, Rafael.

5.4 DINHEIRO E FINANÇAS

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral, com cheque, consignado em folha, débito em conta sem consulta spc/serasa. Tel.: 4101-6727/ 98449-3461

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E SOCIEDADES

EMPRESA DE CONTABILIDADE vendo Ativa desde 2016 com 9 clientesmensalistas.Interessados: 61-991097494

PETSHOPS OPERANDO 2 matriz e filial no Lago Sul 999066253

5.5 PONTOS COMERCIAIS

OUTROS ESTADOS

BARROLÂNDIA-TO Edific. coml., 02 galpões e casa c/ 1.582m² de constr., terreno c/ 3.179m². Inicial R$ 652.000,00 (parcelável) dmleiloesjudiciais.com.br 0800-707-9339

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

ITIQUIRA PARK Título sócio remido 61-981525063

TÍTULO VENDO sócio remido, park aquático, chalés, camping Itiquira Park ac prop 981525063

VENDO 7 diárias Bancorbras. Valor : R$2.100,00 Interessados ligar: (61) 98227-4865

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

COMPRO TÍTULO pousada Rio Quente Ligar para: (64)99236-4389

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

GEMO GOSTOSO!!
DOU GOSTOSO, pra homens legais! Mando foto nua. 61 98539-7146

GIOVANNA MASSAGEM mineira safada e irresistível 1,67, 58 kg. Faço como namorados. 61 99880-4593 Asa norte

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

COROA EXUBERANTE 24H
JOANA SAFADA paciente liberal p/ coroas. 61 98462-9852 305 Norte

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

ORAL ATÉ O FIM
FAÇO ORAL até o fim em homens. Surpreenda-se!! 61 98112-7253

ALAN ATIVO
ATIVO DISCRETO 25 anos moreno claro sarado malhado bonito massagista. Asa Norte 6199422-0962 zap

MASSAGEM NURU
RELAXANTE INVERSO tailandesa (61) 3326-7752/99866-8761

MASSAGEM RELAX

ANE COROA TOP
P/SRS massg oral até o fim 61 991921318 406N

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

CAROL TOP DE LUXO
REALMENTE LINDA s/ decepção 61996306790

ANE COROA TOP
P/SRS massg oral até o fim 61 991921318 406N

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

ATENDENTES E DANÇARINAS
PARA BOATE com ou s/ exper. Ótimos ganhos até R$ 1.800 p/ semana. 61 98436-5571 zap

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim d semana 6198474-3116

MASSAGISTA PROCURO c/ ou s/exp meio período até 1.500 semanal A. Norte 99907-8898

AUXILIAR SAÚDE bucal c/ exper. llodontoasb auxiliar@gmail.com

CANTEIRISTA DE MARMORARIA Cv p/: vagas sahara@gmail.com

CASEIRO COM EXPERIÊNCIA em trator. Rancho Sobradinho. Só whatsapp 61 99861-8777

CASEIRO/ JARDINEIRO p/ residencia Lago Norte limpeza e manutenção 61-99316400

CONTRATA-SE
COZINHEIRO(A)AUXILIAR de Cozinha, Auxiliar de Serviços Gerais e Cumim ambos c/ exp. CV p/: rosanaqbraga @gmail.com

DOMÉSTICA QUE DURMA com experiência e referência p/ trabalhar de Segunda à sábado para Asa Sul R$ 1.412,00. Interessadas contato: 98203-0265.

TRABALHADOR(A) RURAL que saiba tirar leite capinar lote tratar dos animais 61-996614068

VENDEDOR(A) VAGA Currículo para: selecaor wpromotora@gmail.com

VIDRACEIRO,INSTALADOR de vidros temperados com experiência e CNH para início Imediato CLT fixo + produtividade + VA + VT. CV p/: vagas.taguabox@gmail.com ou p/ whatsapp: 99133-5195

NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE DE CONTABILIDADE Experiência em DP e eSocial $ 1.429+VT+VA Enviar CV: dptoderecrutamento @gmail.com

ATENDENTE / CAIXA p/ Cafeteria Lago Sul. CV p/: lagosulcontrata 2022@gmail.com

ATENDENTE CONTRATAMOS c/ perfil dinâmico. CV p/: tudoticadp @gmail.com

ATENDENTE CONTRATA-SE c/ experiência em Ifood escala 12x36. Cv p/. crdutraalimentos @gmail.com

ATENDENTE CONSULTÓRIO p/ Clínica no Lago Sul. Enviar Cv: vaga atendenteconsultorio @gmail.com

ATENDENTE LANCHONETE Cv: consultoriarte aga@gmail.com

ATENDENTE MANIPULAÇÃO
COM E SEM EXPERIÊNCIA e boa digitação. Sal. R$1.600 + Comissão+VA+VT + PS. Cv p/ : viamagistral-curriculum @uol.com.br

AUXILIAR ADMNISTRATIVO e de cobrança. Cv p/: gerenciafotoshow @gmail.com

AUXILIAR DE COMPRAS CV: contato@ patrimonialse.com.br

AUXILIAR DE CONTABILIDADE Experiência em DP E-Social $ 1.430+VT+VA . Enviar CV: dptoderecrutamento @gmail.com

AUXILIAR DE LOGÍSTICA habilitado. Cv para: transporte.logistica2022 @outlook.com

AUXILIAR LOJA de Roupas Femininas Espaço Gold contrata disponibilidade integral 61 98152-6196 whatsapp

AUXILIAR TÉCNICO em Eletrônica. Cv p/: rh. extec@gmail.com

BOMB HIDRÁULICO Currículo: recrutamento controlar@gmail.com.Taguatinga-DF

CORRETOR(A) DE IMÓVEIS . Receba até 50% na comissão da venda. Renda mensal na locação + repasse do 1° aluguel. Monte uma renda fixa! 61-983491914

AUXILIAR DE LOGÍSTICA habilitado. Cv para: transporte.logistica2022 @outlook.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CORRETOR(A) DE IMÓVEIS - A única imobiliária do DF que proporciona renda fixa durante 1 ano para o corretor! Creci deve está ativo. Interessados: contato@ rbmimobiliaria.com.br

CORRETOR(A) DE IMÓVEIS CV p/: contato @planoimoveis.com.br

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/ Recepção eventos.Cv: novab. curriculos@gmail.com

DOMÉSTICA QUE CUIDE de criança, da casa e cozinhe p/ Lago Norte 61 99864-5490

DOMÉSTICA PARA TRABALHAR em Águas Claras 61-982108292

ÓTIMOS GANHOS
MASSAGISTAS P/ ATENDIMENTO Masculino 99224-5405 (só zap)

MASSAGISTA URGENTE c/s experiência p/ semana ou fim de semana. R$ 2mil/semana. Só msg zap 6198654-5045

MOTORISTA VAGA cat. D. Currículo p/: 98151-0001 só whats

CONTRATA-SE
MOTORISTA CATEGORIA D com experiência, trabalhar em Ceilândia. R$ 1.870,00 + VT, alimentação no local. Enviar currículo para e-mail: rh.prembr@gmail.com

PROFISSIOANIS VAGAS p/ Brasília e todo DF - Diversas Oportunidades 61 99985-7224

PROFISSIONAL DEPARTAMENTO Fiscal Sistema Alterdata contrata-se. Interessados enviar Currículo para o email : jnildo .imperio@hotmail.com

RECEPCIONISTA VAGA para clínica de estética. CV: recrutamento clinica2020@gmail.com

REPRESENTANTE COMERCIAL c/ experiência. CV p/: gerenciafoto show@gmail.com

TECNICO ELETRONICA e ou auxiliar com experiencia em conserto de equip. em bancada 99396-5121

TÉCNICO COM EXPERIÊNCIA em instalação de sistemas de telefonia, antena coletiva e rede. Enviar currículo p/: rh.adm.bsb@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

TÉCNICO CONTÁBIL eSocial. Vaga p/ Suporte na utilização do software contábil. Experiência em DP, eSocial, EF e CT $1.430+VR+VT. Interessados enviar Currículo: dptoderecrutamento @gmail.com

TÉCNICO DE AR Condicionado e Refrigeração c/ experiência comprovada. Enviar CV p/: vagas. tecnico01@gmail.com

TÉCNICO EM SEGURANÇA eletrônica c/ experiência. Salário + benefícios. CV no e-mail: tulio@tsas.com.br

VENDEDOR(A) VAGA vendas de empréstimo consignado. Enviar CV p/: selecaorwpromotora @gmail.com

VENDEDOR(A) PRECISO p/ marmoraria . Cv p/: vagassahara@gmail.com

VENDEDOR(A)C/EXPERIÊNCIA em vidros temperados c/ CNH e veículo próprio. CLT Fixo + comissão + VA + aux combustível. Cv p/: vagas. taguabox@gmail.com / whatsapp 99133-5195

VENDEDOR(A) CONTRATA-SE p/ Empresa de Material de Construção Bona Casa - Av 26 de Setembro (61) 99973-0698

VENDEDOR(A) MEI Cv: administrativo @descomplica recuperadora.com.br

EMPRESA EM EXPANSÃO Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

VENDEDOR COM experiência, contrata-se. Interessados entrar em contato através do número: (61)98129-4307

CONSULTOR DE VENDAS: Externo. Contrata-se. Interessados entrar em contato 61-982958028

GERENTE COMERCIAL para Clínica Odontológica 61-982064142

NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA DE MÍDIAS Sociais de 2ª a 6ª 8h às 18h e sab de 8h às 12h CV p/: recrutamento clinica2020@gmail.com

ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO Colégio Arvense local Asa Norte. CV p/: selecaoarvense @gmail.com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTES E ANALISTAS Contábil / Fiscal / Pessoal - Taguatinga/DF. CV: recrutamento0600@ gmail.com

BIOMEDICA ESTETA Registrada no CRBM. CV para: recrutamento clinica2020@gmail.com

CONTADOR(A) CONTRATA-SE para escritório Contábil com experiência no Departamento Contábil. Interessados na vaga enviar currículo p/ o e-mail: selecao contador2022@gmail.com

GERENTE DE MARKETING Currículo: novab. curriculos@gmail.com

PROFESSOR(A) DE INGLÊS p/ Asa Norte. Enviar CV: selecaoarvense @gmail.com

PROFESSOR(A) DE INGLÊS para Colégio Arvense Asa Norte. Interessados: selecaoarvense @gmail.com

SUPERVISOR(A) DE COBRANÇA c/ exper. Cv: renatarosa.sec @gmail.com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

ESCOLA EM SÃO SEBASTIÃO CONTRATA
PROFESSORES DE: Geografia, Matemática, Biologia, Física, Química, Português, Literatura, História, Ed. Física, Inglês, Filosofia, Sociologia e Arte. Interessados enviar currículo: masteremprego@ hotmail.com

VISITADOR(A) MAGISTRAL CV: atendimento benditaformula@gmail.com

FISIOTERAPEUTAS RPG Contrata-se. Interessados entrar em contato no telefone: (61) 99651-8115

PROFESSOR DE INGLÊS Curso de inglês de alto padrão contrata com experiência Interessados entrar em contato no telefone: (61)98178-4426

ESTAGIO DE INGLÊS Empresa Colégio Arvense na Asa Norte, 2 vagas selecaoarvense @gmail.com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

ESTÁGIO EM PEDAGOGIA Colégio Arvense Asa Norte. Interessados: selecaoarvense @gmaillcom

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA, OFEREÇO os meus serviços, faço faxina. Moro em Sobradinho. 98284-6366

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

CURSOS

DIPLOMA 2022 Ensino Médio, Técnico e Superior (35) 99185-9507

BOLSAS DE ESTUDOS de 90% para o Ensino Fundamental ou MédioO 64-993238388